**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

MARINETE APARECIDA ZACHARIAS RODRIGUES

**Mulheres, violência e justiça: crime e criminalidade no sul de Mato Grosso,
1830 a 1889.**

**SÃO PAULO
2013**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**Mulheres, violência e justiça: crime e criminalidade no sul de Mato Grosso,
1830 a 1889.**

Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues

**Tese apresentada ao Departamento de
História da Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de
doutor em História.**

Área de Concentração: História Social

Orientador: Profa. Dra. Nanci Leonzo

**São Paulo
2013**

Nome: Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues

Título: Mulheres, violência e justiça: crime e criminalidade no sul de Mato Grosso,
1830-1889.

Tese apresentada ao Departamento de História da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas
da Universidade de São Paulo para obtenção do
título de doutor em História Social.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____	Instituição _____
Julgamento: _____	Assinatura _____

Prof. Dr. _____	Instituição _____
Julgamento _____	Assinatura _____

Prof. Dr. _____	Instituição _____
Julgamento _____	Assinatura _____

Prof. Dr. _____	Instituição _____
Julgamento _____	Assinatura _____

Prof. Dr. _____	Instituição _____
Julgamento _____	Assinatura _____

Ao meu esposo e companheiro Marco Antônio com amor, admiração e gratidão por sua compreensão, carinho, presença e incansável apoio ao longo do período de elaboração deste trabalho.

E, à memória de minha avó Leonora de Lucente Zacharias, pela trajetória de vida e exemplo de mulher.

Agradecimentos

À Profa. Dra. Nanci Leonzo minha orientadora no processo ensino aprendizagem e na vida acadêmica.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – pela bolsa de incentivo a pesquisa.

Aos Professores da Pós-Graduação de Historia Social

Aos funcionários da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São – USP.

Ao Prof. Dr. Gildo Magalhães dos Santos Filho.

Ao Prof. Dr. Fernando Tadeu de Miranda Borges

Aos funcionários do Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

Ao meu marido e companheiro de todas as horas, na alegria e na tristeza.

Aos meus amados filhos por todo amor e carinho.

Aos meus pais pelo dom da vida e pela educação que me proporcionaram.

Ao meu genro e minha nora pelo apoio incondicional.

À minha sogra, cunhados e cunhadas.

Aos amigos.

Se considerarmos isoladamente os homens e as mulheres como membros independentes de uma mesma sociedade em que cada um e cada uma devem prover às suas necessidades o melhor que possa, depreende-se que não é equitativo sujeitar as mulheres a restrições concernentes à ocupação, à profissão ou à carreira que desejam seguir.

Herbert Spencer , 1891.

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo demonstrar que a violência entre as mulheres no sul de Mato Grosso, de 1830 a 1889 foi empregada na defesa da vida e da honra. Além de ter sido um mecanismo de dominação e persuasão constantemente utilizado pelas autoridades e por homens e mulheres de todas as classes sociais na busca pela solução de problemas econômicos, políticos, jurídicos e culturais. As análises dos processos criminais me permitiram constatar que a violência física e simbólica, o crime e a criminalidade envolvendo os sexos se revestiam de valores, interesses, direitos, noções e percepções de justo e injusto, lícito e ilícito, honra e desonra. Estas elaborações foram determinantes para o exercício legítimo e ilegítimo do poder, que em dadas circunstâncias subsidiou a venalidade e a leniência judicial em detrimento da eficácia das leis e garantias dos direitos do cidadão comum. Como vítimas ou réus, as mulheres envolvidas nos crimes de ofensa física, homicídio, estupro, defloração, furto e roubo não deixaram de agir conforme seus interesses e necessidades. Lutaram mais em função da própria sobrevivência do que por seus direitos, pois desconheciam as garantias das leis. Ainda assim, elas conseguiram estabelecer íntimas e significativas mudanças nas relações sociais no cotidiano, em especial com os representantes do judiciário, da política, os agentes da administração local e nacional e com os médicos e religiosos. A violência física e simbólica praticada por companheiros, pais e autoridades, e por outras mulheres, não as impediu de lutar pela liberdade e por acesso aos direitos civis, políticos e sociais.

Palavras-chave: mulheres; dominação; relações de poder; violência; Justiça.

ABSTRACT

The present study aims to show that violence among women in the South of Mato Grosso, 1830 to 1889 was employed in the defense of life and honor. As well as being a mechanism of domination and persuasion constantly used by the authorities and by men and women of all social classes in the search for solution of economic problems, political, legal and cultural rights. The analysis of criminal cases have allowed me to see that the physical and symbolic violence, crime and crime involving the sexes were of values, interests, rights, notions and perceptions of fair and unfair, lawful and unlawful, honor and dishonor. These elaborations were instrumental to the legitimate and illegitimate exercise of power, which in given circumstances subsidized the venality and judicial leniency to the detriment of the effectiveness of laws and guarantees the rights of the ordinary citizen. As victims or the ground, women involved in physical offense crimes, murder, rape, deflowering, theft and robbery have left to act according to their interests and needs. They fought more for survival than for their rights because they were unaware of the guarantees of the laws. Still, they succeeded in establishing small and significant changes in social relations in daily life, in particular with the representatives of the judiciary, politics, local and national Government and with doctors and religious. The physical and symbolic violence practiced by companions, parents and authorities, and by other women, not to fight for freedom and access to civil, political and social rights.

Keywords: women; domination; power relations; violence; Justice

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Condição das envolvidas em processos-crime conforme as tipologias	74
TABELA 2 – Mapa nominal dos presos na Província de Mato Grosso em 1873	111

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 – A sociedade e a cultura da violência: o caso do sul de Mato Grosso	20
1.1. Aspectos históricos e formação social.....	20
1.2. A produção das fontes e a violência institucionalizada.....	40
1.3. As mulheres e o povoamento da região sul de Mato Grosso.....	59
CAPÍTULO 2 – As múltiplas faces da criminalidade	81
2.1. Violência e poder: pontos e contrapontos.....	81
2.2. Lei e Justiça: a construção da ordem social.....	97
2.3. Experts e expertises: do judiciário e da medicina legal.....	117
CAPÍTULO 3 – Na riqueza e na pobreza	140
3.1. Os usos sociais dos espaços público e privado.....	140
3.2. Honra e costumes: os pecados do corpo e da alma.....	170
3.3. Teorias e práticas: ditos e contraditos.....	184
4. Considerações finais.....	198
5. Fontes.....	206
5.1. Processos-crime.....	206
5.2. Inventários e Partilhas.....	208

5.3. Documentos Oficiais.....	209
5.4. Legislação.....	211
5.4.1. Ordenações Filipinas e Códigos do Império do Brasil.....	211
5.4.2. Leis, Regulamentos e Decretos.....	211
5.5. Outras Fontes.....	212
6. Bibliografia.....	214
7. Anexos.....	222

INTRODUÇÃO

O golpe de Estado doméstico do homem é a ignóbil brutalidade que mete a mão na mulher, é a violência selvagem que profana um objeto sagrado (tão delicado, tão vulnerável), é a ingratidão ímpia que pode ultrajar seu altar. (Jules Michelet, 1859)

Em 21 de dezembro de 1863, M. J. propôs e assinou no cartório da comarca de Paranaíba, localizada no sul de Mato Grosso, o Termo de Acomodação com objetivo de interromper o processo-crime que movia contra M. C. por esta ter lhe roubado uma vaca.¹ Mais de vinte anos depois deste acontecimento, em 1886, M. R. D, vítima de agressão física, também lavrou em cartório um Termo de Perdão beneficiando às rés envolvidas no processo-crime que ela, a vítima, movia em função da violência sofrida.² Esses documentos se constituem em uma exceção, pois ao mesmo tempo em que omitem a violência simbólica implícita nos procedimentos da Justiça, também nos revelam parte significativa da história de vida de muitas mulheres envolvidas com a violência no sul de Mato Grosso de 1830 a 1889. Convém ressaltar que neste período duas percepções de Justiça permeavam as demandas judiciais, os procedimentos jurídicos, os discursos oficiais e as falas dos justiciáveis: uma *justiça* com conotação moral, norteadas pelos costumes e pelo princípio de liberdade de ação e de disciplina; e uma percepção de Justiça, mais abrangente, que também incluía a eficácia das leis e dos procedimentos jurídicos, os atos da jurisprudência pátria e o exercício e competência do judiciário na aplicação das normas e regras legais, quando da mediação e julgamento dos atos de violência física e simbólica envolvendo homens e mulheres na luta pela sobrevivência, por oportunidades e ampliação dos direitos políticos, civis e sociais.³

¹ Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul; caixa 114; processo-crime 06; 1863; Paranaíba.

² MTJMS; caixa 116; processo-crime 011; 1886; Paranaíba.

³ Para diferenciar os dois sentidos de justiça presente na documentação, optei por empregar graficamente justiça em letra minúscula e Justiça em letra maiúscula conforme a situação analisada.

A tese que ora apresento tem como proposta abordar a temática da violência envolvendo as mulheres de diferentes classes sociais que viveram no sul de Mato Grosso. Busco a partir dos dados coletados e da análise circunstanciada dos discursos oficiais e falas produzidas pelos justiciáveis, experts jurídicos e experts em medicina legal, corporificados nos processos cíveis e criminais, compreender que a violência foi vivenciada e utilizada como recurso à defesa e como instrumento de persuasão feminina diante das autoridades. Em se tratando de violência convém ressaltar que a mesma também foi empregada pelo aparato jurídico em suas múltiplas instâncias visando manter e controlar os comportamentos sociais de homens e mulheres, os quais eram influenciados pela dominação masculina subsidiada pelo culto da domesticidade imposto, sobretudo às mulheres através do sentido da ordem, das leis e das relações de poder.

Há tempos que estudos sobre a participação das mulheres na formação da sociedade brasileira vêm mostrando que elas, embora invisíveis para a história factual e para os historiadores tradicionalistas, se fizeram presente em muitas esferas das relações sociais, aparecendo com mais frequência na seara da Justiça como vítimas, rés, testemunhas, inventariantes e inventariadas nos processos cíveis e criminais. Assim, dentre as muitas variáveis para uma pesquisa histórica relacionada à história das mulheres, escolhi a temática da violência que as envolve. Os poucos estudos sobre a violência envolvendo as mulheres na sociedade sul mato-grossense no passado justifica o estudo, em especial se considerarmos também a violência produzida por elas em um contexto social permeado pelo escravismo. Portanto, foi de fundamental importância para o meu estudo a seleção das fontes documentais, utilizadas em momentos diferentes da pesquisa. Elas me mostraram que a imagem simbólica e idealizada da mulher presente tanto nos documentos oficiais como nos relatos dos viajantes, na imprensa, nos debates e na legislação alimentou uma gama de mitos, estereótipos e tabus femininos que influenciaram na construção de papéis sociais destinados às mulheres. Tais

representações que são “esquemas intelectuais, que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço decifrado”⁴, se somavam aos discursos e práticas paternalistas para restringir as atividades femininas ao âmbito das rotinas domésticas, limitando suas ações aos espaços públicos e privados. Essas imposições restritivas justificavam a manutenção das fronteiras da ordem patriarcal estabelecidas pelos costumes e leis, cujo poder da classe dominante assegurava a “exploração escravista, enquanto relação de dominação e exploração”⁵, o que contribuiu para alimentar as diferenças entre os sexos, as classe sociais e as diversidades étnicas entre os dotados de poder econômico, político e simbólico; a massa de cativos e forros; e, homens livres pobres.

Naturalmente, nem sempre a condição feminina no interior da sociedade sul mato-grossense se evidencia nos documentos analisados. Entretanto ela aparece nas entrelinhas, escamoteada pelos discursos e práticas oficiais. E, para acessá-las é preciso “avançar cada vez mais profundamente, adentrar, mergulhar, visitar os porões e os túmulos ou, o que é equivalente, frequentar ‘as galerias solitárias do prédio do Arquivo’”⁶ Assim, rastrear suas histórias se constitui como

[...] uma das poucas alternativas nesse esforço de desvendar as preocupações e táticas relativas à sobrevivência, crenças, às aspirações, aos conflitos e solidariedades entre familiares, amigos, vizinhos; às expectativas e exigências quanto ao relacionamento afetivo, enfim, às regras que norteavam sua existência e conformavam sua cultura.⁷

Fato é que durante muito tempo as mulheres permaneceram “invisíveis” para os historiadores e para a história. A renovação nas pesquisas históricas patrocinou novas abordagens, em especial com as novas perspectivas lançadas pela história social e a história

⁴ CHARTIER, Roger. **História cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 17.

⁵ LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 25.

⁶ HARTOG, François. **Evidência da História: o que os historiadores veem**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira com a colaboração de Jaime A. Clasen. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 151

⁷ SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. IN: Priore, Mary Del (org.) **História das mulheres no Brasil**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2009, p. 364.

“vista de baixo”. A partir, então, dessas mudanças a história das mulheres trouxe para o primeiro plano a questão das relações sexuais como relações de poder e não apenas de gênero. Seguindo essas mudanças historiográficas procuro mostrar que as diferenças entre os sexos eram mais de caráter cultural do que propriamente biológico, e que, certamente existiam inúmeras influências culturais para ser homem e ser mulher⁸ em uma sociedade como a brasileira marcada profundamente pelo patriarcalismo e sob a dominação masculina referendada pelas relações do escravismo. Relações que condicionavam as virtudes e os interesses políticos e econômicos de ambos os sexos, sobretudo, diante da Justiça. Enfim trata-se de analisar a dominação masculina e simbólica exercida por homens e mulheres, que na concepção de Pierre Bourdieu é o

[...] exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a sua própria vítima, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento.⁹

Para que se estabeleça a dominação masculina e simbólica é preciso que haja algumas características comuns entre dominante e dominado, como uma língua comum, uma mesma maneira de se expressar, determinado estilo de vida e de comportamento sexual, certas condições materiais ou econômicas e ainda a não menos problemática distinção arbitrária determinada pela discriminação racial, as quais também subsidiavam as práticas da domesticidade e da ideia de lar. Este conjunto de aspectos foi normalmente empregado como elemento naturalizador da violência simbólica e como princípio da dominação masculina, a qual se inscrevia na ordem social e nas estruturas de pensamento e, não raro, justificavam

⁸ BURKE, Peter. **História e teoria social**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venancio Majer. São Paulo: UNESP, 2002, p. 77-78.

⁹ BOURDIEU, Pierre. **Dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kuhner. 9ª ed. Rio de Janeiro, 2010, pp. 7-8

como sendo natural a diferença socialmente construída entre as classes, as raças e os gêneros.¹⁰

Foi a partir, então, dos indícios presentes nos documentos judiciais que pude identificar uma pluralidade de protagonistas femininas envoltas em “dramas de uma violência, de uma crueldade e de uma injustiça extrema”¹¹ cujas histórias se encontram registradas e arquivadas no Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul. Histórias acondicionadas em caixa-arquivo de papelão, materializadas em processos judiciais, alguns totalmente desconhecidos, ignorados, esquecidos, mas repletos de vestígios e sinais das múltiplas práticas sociais e relações de poder vivenciadas por homens e mulheres durante o processo de povoamento da região. Histórias de quem ousou desafiar o poder do mais forte, do superior, mas também histórias de quem enfrentou decisões arbitrárias, arrogância e dominação física e financeira. Estas são histórias de confrontos com as realidades da Justiça e os conteúdos das leis, em uma terra pouco habitada, desconhecida, inexplorada.

A compreensão da dinâmica desse processo de lutas na Justiça e pela Justiça permite constatar que essas mulheres não foram sujeitos passivos diante do poder e da cultura dominante, pois as mesmas não se conformaram com a situação posta, fizeram sua própria história regida pelos infortúnios, glórias, pesadelos, punições e sonhos, embora seu poder de ação fosse bastante limitado. Também com base nos documentos busco perceber que o poder era conquistado, distribuído e atribuído de forma totalmente desigual nas relações cotidianas entre os sexos, as autoridades e a população. Um poder determinado pela força das três ordens vigentes: a econômica, a legal e a moral. Ordens que permeavam as práticas jurídicas e as relações sociais no cotidiano.

¹⁰ Ibid, p. 20

¹¹ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François (et. al.) São Paulo: UNICAMP, 2007, p. 331.

Diante do exposto convém observar que não raro o foco da análise recaiu de forma acentuada sobre cenas corriqueiras, repetitivas, estereotipadas e excepcionais e foram vivenciadas pelas mulheres como vítimas, rés ou testemunhas dos atos de violência que se apoiam numa “rede de relações que articulam diversamente a situação tipo processo – situação que opõe interesses, direitos e bens simbólicos contestados.”¹² Gostaria de lembrar que além das vicissitudes experimentadas por elas no campo da justiça e das injustiças, da criminalidade e do crime, não se pode desconsiderar o exemplo extremo que era a violência da escravidão que incidia sobre os comportamentos de homens e mulheres de todas as classes sociais. De modo que, é preciso entender que a criminalidade “se refere ao fenômeno social na sua dimensão mais ampla”¹³ o que permite verificar os padrões e as regularidades; já o crime deve ser apreendido “como um fenômeno na sua singularidade cuja riqueza em certos casos não se encerra em si mesmo, como caso individual, mas abre caminho para muitas percepções”¹⁴ a respeito das sociabilidades em contextos jurídicos e políticos em determinado tempo histórico.

Para uma melhor compreensão histórica os historiadores demarcam seu objeto histórico dentro de um espaço geográfico e temporal relacionado ao contexto histórico-social. Portanto, faz parte da metodologia datar a mudança social para então identificar a hierarquização dos fenômenos em função do ritmo das transformações socioeconômicas presentes na composição do relevo societal em questão.¹⁵ Assim, a primeira data da pesquisa se refere a 1830, ano de promulgação do primeiro Código Criminal do Império, que tinha como objetivo primordial estabelecer a ordem ao caos jurídico herdado do período colonial. Já a segunda data limite da pesquisa, 1889, se refere ao fim do sistema monárquico no Brasil. Por muitas décadas o Imperador se debateu para resolver os problemas estruturais da política

¹² RICOEUR, op. cit., p. 333.

¹³ FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 19.

¹⁴ Ibid., p. 9.

¹⁵ HARTOG, op., cit., pp. 112-114

brasileira. Embora já se tivesse abolido a escravidão em 1888, o velho e cansado imperador não conseguiu minimizar os impasses políticos entre as forças conservadoras e liberais. Esta conjuntura de instabilidade somada aos descontentamentos no exército contribuiu sobremodo para dar fim à Monarquia em 1889.

Nesse contexto histórico se inseriam as mulheres sós, *sem eira e nem beira*, lutando pela sobrevivência, muitas como provedoras do grupo familiar, num cotidiano repleto de contradições sociais e econômicas. Contudo, nem mesmo sendo “relegadas ao terreno das rotinas obscuras”¹⁶, elas se resignaram a serem vigiadas, policiadas e controladas pelo poder do estado ou dos homens. Ao contrário, reagiram a seu modo à dominação masculina e, sempre que necessário agiram, na defesa da vida e da honra empregando estratégias femininas e recorrendo até mesmo à violência.¹⁷ Posso dizer que não são muitos os vestígios encontrados sobre estas realidades opacas, sobre a história de vida das mulheres no sul Mato Grosso. Porém, as poucas evidências me permitiram decifrar algumas lacunas do passado e compreender que “entre violência e racionalidade não há incompatibilidade e que o mais perigoso da violência é justamente sua racionalidade”¹⁸ presente nas atitudes sociais e nas práticas processuais. Sob essa perspectiva, no primeiro capítulo procuro contextualizar as transformações das relações econômicas e sociais no sul de Mato Grosso durante o processo de ocupação e povoamento. Ressalto que nos documentos dessa época sobrepõem-se realidades e representações do papel feminino e de suas falas diante da justiça. Mulheres que ousaram transformar cada oportunidade em micro poderes, em instrumento de defesa da vida e da honra.

¹⁶ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 2001, pp. 14-17.

¹⁷ PERROT, Michele. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Trad. D. Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

¹⁸ FOUCAULT, Michel. **Ética, estratégia, poder-saber**. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2003, p. 319.

No segundo capítulo busco demonstrar que embora tenha havido inúmeras transformações no judiciário, entre 1830 e 1889, em função das mudanças na legislação brasileira, as mesmas não foram suficientemente substanciais para atingir o âmago do poder de mando dos grandes proprietários rurais e autoridades, algumas corrompidas pelo poder financeiro. Além disso, procuro mostrar que a violência simbólica, a venalidade e a leniência aconteciam com mais frequência do que como fenômenos esporádicos e ocasionais. Nessa parte, visando ampliar a compreensão sobre as funções jurídicas, exploro algumas questões envolvendo os *experts* do judiciário e da medicina legal, contextualizando, quando necessário, os debates que incidiam sobre as decisões nos processos criminais e inventários. Também me preocupo em sopesar a evolução da legislação em meio aos debates teóricos e ideológicos importados das Europa que incidiam nas sentenças judiciais.

Ao longo das pesquisas pude perceber que os mitos e representações femininas foram utilizados pela sociedade mato-grossense para determinar conforme as conveniências paternalistas os papéis sociais adequado a cada um dos sexos nos espaços público e privado, ou seja, no ambiente doméstico, no lazer e no trabalho. A partir, então, dessa premissa no terceiro capítulo procuro evidenciar que a violência praticada pelas mulheres e a violência contra as mulheres não se restringiam a uma classe social, etnia ou sexo, ao contrário, o fenômeno permeava as relações políticas, econômicas, jurídicas, culturais e religiosas. E para lidar com as múltiplas faces dessa violência as mulheres formavam grupos solidários de resistência e apoio entre si e com os detentores de algum tipo de poder.

A atual historiografia tem destacado os problemas da violência praticada contra as mulheres e por mulheres nas relações de gênero, nas relações de trabalho¹⁹ e na liderança familiar. Alguns estudos, inclusive, mostram que também no espaço político e no campo da

¹⁹ SAMARA, Eni de Mesquita. **Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano**. São Paulo: EDUSP, 2005. Ver: ROLLINS, Judith. Entre femmes. IN: **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 84, septembre, 1990, pp 63-77. doi. 10.3406/arss.1990.2951. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_0335-5322_1990_num_84_1_2951, Acesso: 3 de abril de 2012.

justiça²⁰ as mulheres conseguiram alcançar êxito, embora as disparidades econômicas e de poder continuassem a desafiá-las. Estes estudos tornam possível avaliar os avanços e as conquistas femininas nas relações entre os sexos²¹ e com a sociedade global e sua participação direta ou indireta nas transformações socioeconômicas.

Esta pesquisa se baseia em muitas fontes com inúmeras histórias de vida, as quais podem ser interpretadas conforme a abordagem teórico-metodológica adotada. Assim, procuro dentro dos limites de meu conhecimento histórico desvelar a dominação masculina e as relações de poder entre os sexos, as instituições públicas e privadas, e o Estado produtor de uma forma especial de poder. Para tanto optei pelo viés interdisciplinar que permite constatar quais os critérios utilizados na construção e manutenção das relações de poder, e quais regras e normas legais e sociais serviram de base para que o poder fluísse de um sexo a outro, tendo como fundamento a condição econômica e sexual, a posição hierárquica e os costumes de homens e mulheres, que viveram no sul de Mato Grosso, de 1830 a 1889.

²⁰ CORREA, Marisa. **Generat, genus, justitiam?** Revista USP. Dossiê Judiciário, n. 21, pp. 126-131, março/maio/1994. Disponível em: <http://www.usp.br/revista> Acesso: 13 de junho de 2012.

²¹ RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1880-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CAPÍTULO 1 - A SOCIEDADE E A CULTURA DA VIOLÊNCIA: O CASO DO SUL DE MATO GROSSO.

Só pela força da lei, os homens enveredam pela senda da justiça.
(Platão, Os Diálogos)

1.1. ASPECTOS HISTÓRICOS E FORMAÇÃO SOCIAL

Geograficamente, Mato Grosso se localiza na parte setentrional da América Meridional, possuía no passado um total de 48 mil léguas quadradas de território.¹ No século XIX suas fronteiras eram com a República do Paraguai e da Bolívia e internamente com São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Pará, Amazonas e Goiás. A questão fronteiriça foi durante muitos anos foco de acirrados debates e conflitos entre o Brasil e os países vizinhos.

As divergências na delimitação das fronteiras contribuíram sobremodo para desencadear a guerra com a República do Paraguai², que durou quase cinco anos. Assim, pode-se dizer que as fronteiras entre os países vizinhos foram definidas após o fim da guerra com o Paraguai em 1870. Mais especificamente ao se concretizar em 1871 o Acordo de Paz entre os países beligerantes, que também deu o direito à livre navegação nos rios Paraguai, Paraná e Uruguai.³ Muitas décadas antes do conflito, a região sul de Mato Grosso já era procurada por exploradores, colonizadores e aventureiros que vinham em busca da mão de obra indígena, de minerais e no século XIX de novas terras para criação de animais.

Em 1836 viviam neste espaço geográfico, além dos indígenas, mais ou menos 40.000 pessoas, conforme informações prestadas pelo então presidente da província José Antônio

¹ A Lei complementar n. 31 de 11 de outubro de 1977 dividiu o território do estado de Mato Grosso em dois estados independentes: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Disponível: <http://www.planalto.gov.br> Acesso em: 28 de julho de 2012.

² REBOUÇAS, André. **Diário: a Guerra do Paraguai (1866)**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros – Universidade de São Paulo, 1973.

³ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Pimenta Bueno.⁴ No relato de Joaquim Ferreira Moutinho consta que para o ano de 1862 se apresentavam 35.000 livres civilizados; 6.000 escravos e 24.000 indígenas; perfazendo um total de 65.000 habitantes em toda a província.⁵ Ainda é Pimenta Bueno quem nos informa que nesse período poucos eram os gêneros exportados, “excetuando-se a poaia, pouco ouro e brilhantes.”⁶ Isso mostra que para suprir as necessidades básicas da população foi preciso importar quase tudo, inclusive mantimentos para alimentação básica. Os lucros com o extrativismo e o comércio local eram reduzidos, consequentemente também eram ínfimos os impostos arrecadados pela fazenda provincial sendo, portanto, insuficientes para cobrir as despesas com a administração da província. Buscando alternativas para desenvolver a região, em 1828, o ministério do Império encarregou um engenheiro para fazer uma análise das condições geográfica, econômica, política e demográfica da província. Fez a seguinte constatação sobre a agricultura:

Os proprietários têm calculado de tal modo quanto devem plantar que quase nada excedem de uns para outros anos; dizem eles. Se plantamos 100, por exemplo, rende-nos 1.200, plantando 200, temos dobrado trabalho, e o lucro vem a ser com bem pouca diferença, o mesmo, porque a concorrência dos efeitos, para serem vendidos, diminui o preço dos mesmos, ficando pela metade, e assim se conservam firmes, por não serem animados pelo comercio de exportação, que não existe.⁷

Muitas tentativas foram feitas para alavancar a economia local, mas sem uma agricultura mais intensiva e diversificada, os resultados continuaram a ser pífios por muitas décadas. Também contribuíram para intensificar o quadro de precariedades e infortúnios que

⁴ Discurso recitado pelo Exmo. Presidente da Província de Mato Grosso José Antônio Pimenta Bueno 3ª abertura da Sessão extraordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em o dia 30 de novembro de 1836. Disponível: <http://www.crl.edu/brasil/>. Acesso em: 25 de março de 2012.

⁵ MOUTINHO, Joaquim Ferreira. **Notícias sobre a Província de Mato Grosso seguida d’um roteiro da viagem da sua capital a São Paulo**. São Paulo: Tipografia de Henrique Schroeder, 1869, p. 115.

⁶ Discurso recitado pelo Exmo. Presidente da Província de Mato Grosso José Antônio Pimenta Bueno. 1836, p. 15. Disponível: <http://www.crl.edu/brasil/>. Acesso em: 25 de março de 2012.

⁷ D’ALINCOURT, Luiz. Resultados dos trabalhos de indagações estatísticas da Província de Mato Grosso, 1828. IN: GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. *Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: G. Leuzinger & Filhos, v. III, 1877-1878, p. 251.

marcava a agricultura as técnicas rudimentares empregadas pelos lavradores e a escolha dos locais pouco apropriados para as lavouras. Assim ou exploravam o solo de forma inadequada, ou como constatou certo habitante “as terras empregadas nas plantações são as que existem cobertas de mataria, ou nas serras ou nas margens dos rios, nos capões e capoeiras; as mais são desprezadas para este efeito”⁸. Esse tipo de exploração do solo se tornou comum entre lavradores e fazendeiros.

Os investimentos financeiros na indústria desde os primórdios coloniais foram incipientes, pois faltou empenho político e capital financeiro. Entretanto, o panorama começou a mudar nas décadas subsequentes ao fim da guerra do Paraguai. Pouco antes do início desse episódio certo viajante registrou que “além da exportação de couros não há agora produto algum proveniente de criação de gado que atrevesse os limites da província, nem mesmo servem eles para satisfazer a própria necessidade.”⁹

Pode-se, portanto, afirmar que foi com a criação de animais, sobretudo o gado, que proprietários rurais mato-grossenses conseguiram manter e expandir suas propriedades, embora alguns deles, nas primeiras décadas do século XIX, tenham abandonado suas fazendas por falta de mão de obra e condições financeiras para desenvolver a produção agrícola ou a exploração de produtos naturais como a poaia. Com a relação à exploração da pecuária, o historiador Fernando Tadeu de Miranda Borges verificou que:

[...] apesar da existência de grandes áreas próprias para as pastagens em Mato Grosso, a criação da pecuária só foi assegurada e pode consolidar-se com a fundação do Forte Coimbra, por impossibilitar o ataque frequente dos índios Paiaguás, aos estabelecimentos que começaram a atingir o pantanal na década de 1780. Observa-se assim que durante o período colonial, a pecuária não conseguiu atingir um crescimento autônomo. Foi, apenas o período provincial, principalmente após a Guerra do Paraguai que as fazendas

⁸ D’ALINCOURT, op. cit., p. 239.

⁹ WAEHNELDT, Rodolfo. **Exploração da Província de Mato Grosso**. Revista trimestral do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil. Rio de Janeiro: Domingos Luiz dos Santos, tomo XXVII, parte primeira, 1864, p. 207.

dedicadas à pecuária, tornaram-se, poderosas, atingindo diversas áreas de Mato Grosso.¹⁰

No século XIX, Moutinho esteve de passagem por Vila Maria e constatou *in loco* que “há ali ricas fazendas de gado, na maior parte desprezada por falta de cavalos e camaradas, [...]”.¹¹ A falta de mão de obra associada à inexistência de estradas para transportar as mercadorias desestimulavam os investimentos na região; as dificuldades tornavam a agricultura inviável, só restando a criação de animais tanto para os pequenos agricultores quanto para os grandes. Fato é que desde o esgotamento da mineração, a pecuária se tornou a principal atividade econômica em Mato Grosso. Conforme escasseava o ouro na zona de mineração, os habitantes se mudavam para outras regiões da província ou partiam em busca de novas oportunidades no território brasileiro:

Os povoadores oriundos de Cuiabá e adjacências buscaram fixar-se de preferência ao sul do Taquari e ao norte do Miranda. Por volta de 1848 João Batista de Oliveira, de parceria com João Alves Ribeiro Cunha, fundava, à margem esquerda do Taquari, entre os rios Salobra e Peixe, o latifúndio do Bracinho, que perfazia 736.928 hectares.¹²

O mesmo autor também relatou que em 1835, Salvador Luiz dos Santos decidiu se instalar à margem do rio Miranda para então desenvolver criação de gado e decidiu montar uma pequena e “rudimentar salina, onde apurava a preciosa substância, de que abastecia o presídio de Miranda, e os poucos fazendeiros estabelecidos ao norte, nas terras convizinhas de Camapuã.”¹³ Vários outros empreendimentos aparecem nos relatos oficiais, mas, sabe-se que a grande maioria não prosperou por falta de condições financeiras, estradas, incentivos governamentais e mão de obra. Investir na compra de escravos e mulas para fazer o transporte

¹⁰ BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. **Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870-1930)**. Cuiabá: Gráfica Genus, 1991, p. 84.

¹¹ MOUTINHO, 1869, p. 172.

¹² ALMEIDA, Mario Monteiro. **Episódios da formação geográfica do Brasil**. Campo Gande/MS: Alvorada, 2010, p. 34.

¹³ *Ibid.*, p. 32.

de mercadorias e de terras, visando à pecuária extensiva, foi a alternativa para aqueles dotados de bens de capitais. Para levar adiante a exploração das terras, eles contavam com a mão de obra indígena, tanto livre quanto escrava. Desta forma, a escravidão do elemento africano no sul da província de Mato Grosso não foi tão acentuada como no sudeste do país, ou seja, houve escravidão, mas não na mesma proporção que nas regiões de agricultura-extensiva de exportação. A mão de obra indígena era mais adequada ao tipo de exploração econômica: a pecuária. Assim, desde o início os colonizadores procuraram estabelecer contato com grupos de índios conforme relatou Sá Carvalho: “No ano de 1833, ele Joaquim Francisco Lopes, conseguiu amizade e aliança com 12 famílias de índios Caiapós, remanescentes da grande tribo de antanho, agregando-as nas suas lida da Fazenda recém-aberta.”¹⁴

Sabe-se que o processo de concentração de terras em mãos de alguns poucos proprietários teve início no período colonial, quando a mesma ainda era um bem pertencente à Coroa portuguesa. No governo provincial, entradas foram organizadas com o objetivo de abrir o acesso ao interior do sertão. Essa prática também foi usada por particulares que contrataram homens como Joaquim Francisco Lopes para adentrar os sertões e demarcar trilhas e terras agricultáveis. Lopes participou de inúmeras entradas rumo ao sertão mato-grossense. Às vezes, era contratado pelo governo local; outras vezes o contrato era com particulares interessados em conquistar e colonizar a região. Numa das entradas que fez na região de Paranaíba, Lopes registrou:

1º de setembro. Segui escoteiro para Paranaíba e cheguei no monte alto à casa do sr. Capitão José Garcia Leal, o qual a pouco tinha chegado do Sertão e me fez ver boas Fazendas que achou, e o Sertão que seguia, e demarcou de olho uma fazenda pra mim nas margens do rio Paraná, e me ofereceu mantimentos e a sua Fazenda para morar, até cultivar a minha.¹⁵

¹⁴ SÁ CARVALHO, José Ribeiro de. **Os Garcias, os Lopes, os Barbosas e os Pereiras. A influência de Franca do Imperador**. Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. [S.I.], [19--?], p. 7.

¹⁵ Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo. **Tempo do Império: A bandeira de Joaquim Francisco Lopes**. São Paulo: Tip. Do Globo, vol. III, 1943, p. 66

As terras, nessa época, eram consideradas terras de ninguém, o primeiro que chegava demarcava e se punha a cultivar o que quer que fosse passava a deter a posse da propriedade que seria de fato oficializada *a posteriori* pelo poder público. Este procedimento não era excepcional, outras situações semelhantes aparecem na documentação, sobretudo, nos registros dos viajantes e nos relatórios oficiais e tem sido analisado pelos historiadores que tratam da história do Brasil Colônia. As posses eram delimitadas a partir dos elementos da natureza como córregos, serras, elevados, rios, cachoeiras entre outras características ambientais. Também costumavam recorrer à fixação de marcadores como as estacas ou cruzeiros. Foi o que fez José Garcia Leal em sua primeira posse em terras mato-grossense, cujo “[...] o marco foi um grande cruzeiro lavrado em aroeira, [...]”¹⁶ Mas, às vezes, a marcação podia ser removida por qualquer outra pessoa que tivesse interesse nas terras. Isso gerava conflitos e assassinatos. Enquanto *res nullius*, as terras podiam ser apropriadas pelo primeiro que demarcasse a gleba, podendo inclusive vendê-las a outros.

O panorama começou a mudar a partir da Carta de Leis outorgada por d. Pedro I, em 1824. A nova lei dotou as províncias de um presidente, nomeados pelo imperador, uma assembleia provincial composta de dezoito deputados eletivos, “os quais proporcionavam os recursos naturais, e leis conveniente”¹⁷, destinadas a promover a economia regional e a manter organização social. Somando-se a essa nova circunstância, o Estado moderno que surgia ampliou sua burocracia, com jurisdição sobre todo o território e adotou a monopolização do uso legítimo da força na resolução dos conflitos públicos e particulares.

Como parte desse processo a terra passou a ser de domínio público, notadamente, após a regulamentação da lei de Terras, em 18 de setembro de 1850. A partir de então, a terra se transformou em uma propriedade-mercadoria, podendo ou não ser explorada pelo proprietário rural. Assim, passou “a significar, essencialmente poder econômico: poder econômico este

¹⁶ SÁ CARVALHO, [S.I.], p. 3.

¹⁷ CORREA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Instituto do Livro, 1969, p.4

que, no entanto, poderia eventualmente trazer prestígio social.”¹⁸ Com a Lei de Terras, n. 601, o governo pretendia “regularizar a propriedade rural e o fornecimento de trabalho, de acordo com as necessidades e possibilidades da época.”¹⁹ Os governos local e central acreditavam que a aprovação da Lei de Terras, legitimando a posse da propriedade, seria suficiente para desestimular os conflitos e as disputas pelas terras. Além de ser um incentivo à imigração, esse procedimento facilitaria o desenvolvimento das regiões mais distantes do Império e tornaria mais “fácil criar um sistema de estradas e ferrovias.”²⁰

Realmente, a falta de estradas e transportes terrestres ligando Mato Grosso aos centros consumidores, notadamente São Paulo e Rio de Janeiro no plano interno e países platinos no externo, era um grande entrave ao escoamento da produção agropastoril, o que também dificultava a expansão dos negócios. Assim esses fatores oneravam a comercialização do gado “em pé” tornando-a pouco rentável. Visando então atender ao mercado consumidor, sobretudo, ampliar a concorrência com o mercado platino os investidores instalaram em Mato Grosso as indústrias de charque e curtumes. As indústrias de transformação da matéria prima de origem animal, especialmente do gado, serviram para alavancar a economia local, notadamente após o fim da guerra com o Paraguai. Os couros secos e salgados eram transportados pelos navios juntamente com as carnes que eram transformadas em extratos, caldos e charques e as crinas, chifres, ossos, sebos. “Observa-se que as exportações de gado vacuum, carne seca, chifres e crinas conseguiram atingir um valor de 95.976\$320, correspondente a mais da metade do total das exportações realizadas.”²¹ Esta produção era exportado para o Rio de Janeiro, São Paulo, Argentina e Uruguai. Este processo de crescimento econômico indicava a importância que vinha adquirindo as atividades financeiras ligando a região à dinâmica capitalista tanto do sudeste brasileiro quanto ao mercado

¹⁸ COSTA, Emilia Viotti da. **Da monarquia à república: momento decisivos**. São Paulo: Unesp, 2007, p. 175.

¹⁹ Ibid, p. 178.

²⁰ Ibid, p. 181.

²¹ BORGES, 1991, p. 85

internacional. A produção de cana-de-açúcar, arroz, mandioca, erva mate, feijão, fumos, ipecacuanha, praticada de forma irregular e intermitente, além da exploração da borracha, complementavam o quadro do que se plantava e colhia em Mato Grosso no final do século XIX.²²

Também ocorreram outras tentativas para tornar a economia mais dinâmica e sustentável. Em 3 de janeiro de 1860, o Governo Imperial baixou ordem para fundar uma fábrica de ferro e de pólvora. A princípio, o responsável pela verificação da existência de condições apropriadas para a instalação da fábrica avaliou que a maior dificuldade seria transportar a produção até os grandes centros consumidores, pois as distâncias eram enormes. Somava-se ainda a este desafio os empecilhos naturais. Mas, enganou-se, pois segundo ele foram “os embaraços da parte do governo provincial”²³ a atrasar a instalação da fábrica. Mesmo assim, deu-se início o estabelecimento da fábrica de pólvora. Abastecer o mercado nacional de pólvora era não apenas um negócio lucrativo, mas uma necessidade militar, em caso de guerra. Contudo, tudo indica que nem sempre a racionalidade capitalista imperou sobre as questões envolvendo a exploração da região, independentemente de ser mineral, vegetal ou animal. Entre avanços e recuos, a economia da província cambaleou e acabou se firmando com a criação de gado, principalmente nas últimas décadas do século XIX.

Sobre a questão da ocupação e distribuição de terras em Mato Grosso, para o ano de 1830, somavam-se também os conflitos enfrentados com as nações indígenas, as quais, decididamente, não estavam dispostas a ceder espaço ao “homem civilizado”.

Por muitos séculos, os indígenas antigos habitantes da região se movimentaram livremente, acompanhando apenas as mudanças climáticas e as próprias necessidades de sobrevivência. Nômades por natureza percorriam de alto a baixo os rios que compunham a rica bacia hidrográfica que formava o pantanal mato-grossense, o qual lhes fornecia

²² AYALA, S. Cardoso; SIMON, F. **Álbum gráfico do Estado de Mato Grosso**. (E.E.U.U. do Brasil). Corumbá; Hungria, 1914, p. 66-68

²³ WAEHNELDT, 1864, p. 197.

alimentos, além de favorecer os deslocamentos espaciais.²⁴ O amplo conhecimento sobre as rotas dos rios e a facilidade em navegá-los contribuiu de forma decisiva para tornar o ataque do Paiaguá canoeiro e do Guaicuru cavaleiro contra as monções e as fazendas ainda mais constantes e intensas.

As necessidades de defesa contra essa ameaça permanente explicam algumas das medidas de cautela empregadas, desde cedo, nos rios da área do Pantanal. O próprio uso de irem às embarcações sempre em conserva, jamais isoladamente, prende-se, sobretudo a tais necessidades.²⁵

Sergio Buarque de Holanda se referia ao período das monções, após as descobertas das minas de ouro no Cuiabá. Esses desbravadores paulistas tiveram como objetivo imediato enriquecer com o ouro das minas e, posteriormente, ocupar o sertão desenvolvendo a agricultura e o comércio. Todavia como concluiu Holanda:

Nem todos chegam a alcançar semelhantes benefícios. O arbítrio e prepotência dos governos, as leis fiscais opressivas, a vida econômica embrionária em muitos dos seus aspectos, não são os únicos embaraços que, no Brasil colonial, se opõem ao trafico regular e metódico. Costume e preconceitos de uma população afeita a considerar o comércio como uma atividade respeitável constitui uma barreira, por vezes intransponível, à expansão dessa atividade.²⁶

Tais circunstâncias observadas pelo historiador adentraram o século XIX e ratificaram a proliferação de latifúndios e de potentados locais. Nos relatórios oficiais os presidentes da província denunciavam casos de roubos e furtos, sobretudo de gado *vacum*, cometidos por indígenas e “posseiros”. Esses indícios mostram as contradições existentes no sistema de

²⁴ O arqueólogo Pedro Ignácio Schmitz que estudou a região do Pantanal, em especial a bacia do Alto Paraguai constatou a existências de 175 sítios arqueológicos que esboçam a “primeira história do povoamento, [...] o mais antigo data de 6000 a. C.”. Populações indígenas como paiaguás, guarajapós, guatós, guaicurús, guanás, etc, sobreviveram, segundo o pesquisador até o fim do século XIX, “quando, por ocasião da guerra do Brasil com o Paraguai, elas se desestruturaram completamente.” SCHMITZ, Pedro Ignácio. Pescadores-caçadores-coletores do Pantanal do Mato Grosso do Sul – Região de Corumbá. In: TENÓRIO, Maria Cristina (org.). **Pré-história da terra Brasilis**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000, p.149-156.

²⁵ HOLANDA, Sergio Buarque de. **Monções**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 103.

²⁶ Ibid., p. 111.

colonização adotado pela Coroa portuguesa. Por um lado o governo central homologava leis voltadas a proteger os indígenas, o que demonstrava o cuidado para com a sobrevivência dos mesmos; mas, por outro, contribuía para promover a caça ao índio visando submetê-lo ao trabalho.

Enquanto mão de obra ágil e barata, o índio foi tributário na exploração das terras e no povoamento do sertão. Todavia, nem todas as nações indígenas reagiram da mesma forma. Algumas opuseram resistência a essa exploração desde que os primeiros espanhóis e portugueses aqui chegaram. Afonso d' Escragnolle Taunay aventou que os espanhóis não se apossaram da região mato-grossense porque em seu caminho “havia os Paiaгуás e os Guaicurus; isto bastou para lhes vedar o acesso ao Alto Paraguai.”²⁷ O indígena foi durante muitos séculos visto como “um escravo ou servo de gleba, um pária”²⁸ no interior da sociedade em construção. Todavia convém ressaltar que a participação do indígena no povoamento e exploração de riquezas na província de Mato Grosso foi fundamental e decisiva.

Destarte, o avanço das fronteiras agropecuárias legitimou de forma arbitrária o direito de conquista e ocupação do espaço geográfico em Mato Grosso. Para obter sucesso nesta empreitada os colonizadores recorriam às denominadas “guerras justas”. Transformada em cartas régias²⁹ por d. João VI, as guerras justas permitiam matar e escravizar um número imenso de indígenas. Era uma forma de dominação por meio da força bruta e das armas. Conforme Emanuel Araújo esta foi uma

²⁷ TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. **Relatos monçoeiros**. São Paulo: USP, 1981, p.15.

²⁸ PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos Paulistas**. São Paulo: EDUSP, 1995, p. 104.

²⁹ As cartas régias são a de 13 de maio de 1808 destinada ao governador de Minas Gerais e a outra é a de 05 de novembro de 1808 sobre os botocudos dos campos gerais de Curitiba e Guarapuava. CUNHA, Manuela Carneiro (org.) **Legislação indigenista do século XIX: uma compilação (1808-1889)**. São Paulo: Edusp/Comissão Pro-Índio, 1992, p. 58-59.

[...] história feita a ferro e fogo, sem trincheira, sem piedade, sem dar fôlego à ‘rebeldia’ dos primitivos moradores da terra até que os sobreviventes, ‘constrangidos da necessidade’, viessem ‘pedir misericórdia’.³⁰

Assim, as guerras justas tanto serviram para justificar o processo de colonização que contava com o apresamento dos índios quanto para combater aquelas nações indígenas que resistiam. Com os incentivos dos jesuítas, muitas nações indígenas tornaram-se aliadas dos portugueses no desbravamento dos sertões e lutaram lado a lado contra os espanhóis e aqueles que se opunham a colonização:

O processo de adaptação nos primórdios da colonização das fronteiras abertas contou com os indígenas como aliados úteis, pois o conhecimento das forças naturais, características do complexo pantaneiro, contribuiu para que os povoadores superassem os obstáculos, cujo resultado implicou na aceleração do *processo de culturalização da natureza*. Adaptando-se ou modificando o espaço físico, os agrupamentos formados por exploradores que se instalaram na região “inventaram” os meios necessários para realizarem suas atividades produtivas em meio as águas do Pantanal, não sem grandes dificuldades de superação, posto que a adaptação era um processo de escolhas onde se fabricavam os mecanismos necessários para suprir as necessidades de sobrevivência. E, sobreviver era também fustigar o ataque de nações indígenas que lutavam para defender suas terras das investidas dos colonizadores e aventureiros estrangeiros.³¹

No transcorrer do século XIX, o colonizador recorreu a muitas estratégias para ocupar a região, transformando imensos espaços naturais em pastos para a criação de gado, muares, ovinos e caprinos. Embora o aldeamento indígena existisse no território brasileiro desde o período colonial nem todos concordavam com os métodos “cristãos” para civilizar o indígena. A noção de aldeamento conforme os princípios básicos da colonização

[...] implicava a própria noção de processo de criação de núcleos e aglomerados, portanto, inclusive, a ideia de núcleo criado conscientemente, é fruto de uma intenção objetiva. Nesse sentido, expressa o fenômeno dentro do processo de colonização com mais fidelidade do que poderia fazê-lo o termo aldeia.³²

³⁰ ARAÚJO, Emanuel. A ferro e fogo: formas de violência no Brasil colonial. In: CANCELLI, Elizabeth, **Histórias de violência, crime e lei no Brasil**. Brasília: UnB, 2001, p. 17.

³¹ RODRIGUES, Marinete A. Z. **Criminalidade e relações de poder em Mato Grosso (1870-1910)**. Jundiá: Paco Editorial, 2012, p. 51.

³² PETRONE, 1995, p. 105.

A questão dos aldeamentos dos indígenas era tema concorrido nos relatórios da província de Mato Grosso:

Como o sistema de conservar os Índios em aldeias não é seguramente o melhor, antes repellido pela longa experiência, que o Brasil tem tido, ou por que nunca prosperam, ou por que chegam muitas vezes com ainda, há pouco, aconteceu na Província de Goiás, a fugir todos, quando deveria supor-se, que o decurso de muitos anos os tivesse civilizado.³³

Nessa perspectiva, os aldeamentos em sua formação humana se caracterizavam pela heterogeneidade, “em virtude da função que tiveram como receptáculos e reservas de mão-de-obra recrutada, em geral á força, em todas as partes que foram percorridas pelos paulistas.”³⁴

Catequizar, civilizar e aldear foram mecanismos amplamente utilizados pela dominação branca para manter o comportamento do indígena submetido às normas e aos interesses daqueles que governavam a região e o Império. O sistema de apaziguamento do indígena indicava a quase inexistência de problemas para a aquisição e ocupação das terras. Com efeito, quanto mais valor era agregado a terra e ao gado, mais as relações de produção estreitavam os laços de dependência entre proprietários rurais, escravos, homens pobres livres e índios em terras mato-grossenses. Dessa forma, ampliavam-se também as múltiplas concessões políticas, jurídicas e econômicas entre homens e mulheres e as autoridades administrativas e judiciais, reforçando os vínculos de subordinação dos mais fracos ao mais dotados de capital político, jurídico e simbólico.

³³ Discurso recitado, Exmo. Presidente da província de Mato Grosso Ricardo José Gomes Jardim na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 10 de março de 1845. Cuiabá, Tipografia Provincial, 1845, p. 19. Center for Reserch Libraries Brazilian Government Document Digitization Project. Provincial Presidential Reports (1830-1930) – Mato Grosso. Fundação Andrew W. Mellon. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/422/index.html>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2012.

³⁴ PETRONE, op. cit., p. 134.

Em 1832 o então ministro responsável pela pasta do Império, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, denunciou em seu relatório anual a forma abusiva como vinha ocorrendo a distribuição e ocupação das terras em território brasileiro:

Uma prodigalidade sem regra distribuía sesmarias de léguas ao primeiro que as pedia. Três eram as condições para a validade das concessões: medir, cultivar, e fazer confirmar de certo prazo com denegação de mais tempo. Poucas foram as sesmarias em que estas condições se cumpriram: a falta de medições fez acumular umas sobre outras; a falta de cultura fez espalhar a população a grandes distancia; a falta de confirmação tem movido duvidas sobre o direito. [...]. Não se tem abusado menos da ocupação arbitraria de terras devolutas. Cada um toma para si as que quer; mas se concorrerem dois, ou mais ocupantes, algumas vezes custa a vida a um deles.³⁵

As críticas eram pertinentes, pois em 1828 D'Alincourt também relatou que:

Na capitania-mor de Mato Grosso é tal a confusão a respeito das sesmarias, que não me foi possível obter esclarecimento algum sobre este objeto. Desde o decreto de 10 de dezembro de 1796, que as suspendeu tudo ficou escuro; os proprietários dos estabelecimentos desta capitania-mor, uns os tem por compra, outros por herança.³⁶

Mas, nem todos que possuíam terras as compraram ou receberam de herança. Muitos se apossaram de grandes glebas de forma totalmente ilegal. O processo de apossamento era bastante simples: escolhia-se uma porção de terras, em seguida se construía um rancho e depois plantavam pequenas roças, e também a exploração de produtos naturais e a criação de gado, muares, caprinos, porcos e galinhas. Só muitos anos mais tarde é que os proprietários providenciavam o registro legal do lote em que se instalara com a família. Acontecia de descobrir que o mesmo lote já tinha sido registrado por outra pessoa. Isso deflagrava controvérsias, brigas, ofensa física, homicídios e disputas judiciais, pois cada um dos envolvidos alegava ter sido o primeiro a ocupar as terras. As discussões por causa da posse de terras entre J. R. e A. P. terminou em morte, porque J. R. insistiu para que A. P. lhe mostrasse

³⁵ BRASIL. Ministério do Império. Ministro (Nicolau Pereira de Campos Vergueiro). Relatório do ano de 1832, apresentado a Assembleia Geral Legislativa em Sessão Ordinária de 1833. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1833, p. 22-23. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>. Acesso em: 10 de abril de 2012.

³⁶ D'ALINCOURT, 1877-1878, p. 238.

os títulos oficiais da posse das terras que este dizia ter comprado. A. P. se irritou e replicou dizendo:

Que já o havia mostrado e que também não era preciso duvidar por quanto havia Leis para discutirem seus direitos e que então João Luís chamou a Antônio que o acompanhasse para decidirem e com isso Antônio chamou a testemunha para que visse em como aquele homem vinha provocando-o em sua casa e que nessa ocasião João Luís que já havia atacado seu animal falou: ‘oh! Vóis não vem?’, ‘eu vou lá’ e que então desembainhando uma faca apunhalando a Antônio para se defender deu um tiro.³⁷

Na denúncia feita em 1878 o promotor público pediu que o réu fosse incurso no art. 192. Mas até 1890 o processo-crime ainda não estava concluso.³⁸ O não julgamento de crimes desencadeados pela falta de escrituras das propriedades acentuava o contexto de violência nas lutas em Mato Grosso. Sabe-se que antes de ser aprovada a lei de 1850 era bastante comum aos súditos receberem terras como mercês em retribuição aos serviços prestados à Coroa ou a um funcionário régio. Assim,

[...] prometiam-se honras e mercês para todo tipo de iniciativas e demandas da Coroa, como, por exemplo, empreendimentos de ocupação de novas áreas, expedições de reconhecimento, ou de busca de metais e pedras preciosas, ou ainda no fomento de atividades econômicas variadas.³⁹

Mesmo entre os colonizadores, independente se português ou espanhol, as lutas pela posse das terras envolveram senhores com amplas e sólidas redes de alianças. Joseph Barbosa de Sá registrou o modo como agiram o General Rodrigo Cesar de Menezes e seus subalternos,

³⁷ Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (MTJMS), caixa 166, proc.16; 1878; Miranda.

³⁸ Homicídio segundo o Código Criminal de 1830 – Art. 192. Matar alguém com qualquer das circunstâncias agravantes mencionadas no artigo dezesseis, números dois, sete, dez, onze, doze, treze, quatorze e dezessete: penas: no grau máximo – morte; no grau médio – galés perpétuas; no grau mínimo – vinte anos de prisão com trabalho. BRASIL. Código Criminal do Império do Brasil. FILQUEIRAS JUNIOR, Araújo. 2. ed. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1876, p. 214.

³⁹ RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial Brasil c. 1530- c. 1630**. São Paulo: Alameda, 2009, p. 63

em 1734, ao distribuir sesmarias por meio de mercês ou de “concessões graciosas” nas palavras do Ministro Campos Vergueiro.

Essa prática transformava os agraciados em permanentes servidores da Coroa e não era apenas a nobreza que obtinha tais mercês e privilégios, os demais setores da população também angariavam algum tipo de favor dos homens instalados no governo local e/ou nacional.⁴⁰ Além do sistema de distribuição de terras e privilégios aos mais dotados de capital econômico, político, jurídico e militar, a Coroa também costumava agraciar, conforme os interesses financeiros e políticos, os súditos com títulos nobiliárquicos e com a supressão de processos fiscais, civis e criminais. Esses elementos somados à leniência jurídica contribuíram para a formação de verdadeiros quistos de mandonismo vinculados à administração política e jurídica, local e nacional.

Caio Prado Junior apontou com propriedade como a precária condição estrutural da administração pública contribuiu para lastrear a formação de potentados locais:

A segurança pública era precária. Já vimos os recursos e adaptações a que a administração teve de recorrer para suprir sua incapacidade neste terreno da ordem legal, delegando poderes que darão nestes quistos de mandonismo que se perpetuarão pelo Império adentro, se não a Republica; tornando tão difícil em muitos casos a ação legal e política da autoridade. Mas mesmo com esta adaptação forçada, não se conseguiu fazer predominar a ordem; a insegurança foi sempre à regra, não só nos sertões despolicados que constituem a maior parte da colônia, mas nos próprios grandes e maiores centros, à sombra das principais autoridades.⁴¹

Esse contexto histórico mostra que Mato Grosso se inseria, ainda que de forma descontínua, ao movimento global de colonização empreendido pela Monarquia portuguesa, inicialmente, e mais tarde pelo Império. A questão de exploração das terras, ocupação e expansão colonizadora para o Oeste esteve associada à acumulação capitalista, ao aumento das importações de manufaturas, à industrialização e processo de urbanização, e ao

⁴⁰ RICUPERO, op. cit., p. 43.

⁴¹ PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2010, p. 334.

crescimento do mercado produtivo a nível interno e externo.⁴² Assim, tudo indica que independente do sistema de ocupação territorial adotado pela monarquia, as terras no Brasil colonial foram cedidas para aqueles com maior poder de coerção física, econômica e política.

As mudanças nas estruturas econômicas e sociais após a independência contribuíram para modificar também a forma de distribuição e aquisição de terras. O governo imperial passou a regular a aquisição das terras por meio da venda legal ou por aforamento em hasta pública, com isso tentava-se evitar conflitos, atos de arbitrariedades e desmandos, o que era bastante comum, sobretudo nos sertões ainda pouco habitados.

O caso de Joaquim Eugênio Gomes da Silva, o Nheco, filho da Baronesa de Vila Maria, permite perceber como os senhores proprietários de terras e gados eram solidários entre si quando a questão era ampliar os vínculos para manter as propriedades. Filho do falecido Barão de Vila Maria, e proprietário da fazenda Firme e de escravos, Nheco possuía, em 1899, 176.853 hectares de terras que se convertiam em poder. Tamanho foi seu prestígio que seu nome se imortalizou na denominada “Nhicolândia”, área que corresponde a 23.574 Km² e abrange vários municípios localizados ao sul de Mato Grosso do Sul.⁴³ Nesse processo os colonizadores se dispunham a enfrentar todo tipo de infortúnio para desbravar o sertão inóspito e manter suas propriedades. Na luta diária contavam com familiares, conhecidos, agregados, amigos, escravos e empregados. Em 1894 José de Barros registrou em suas memórias:

Eram tentadoras as promessas do Nheco. Disse-nos que possuía quase cem léguas de campos de criar; que dentro dos limites desses campos, poderíamos estabelecer, escolhendo o lugar que mais nos conviesse; que nos faria dação da extensão de campo que precisássemos; que nos ajudaria na condução do nosso gado e nos daria toda e qualquer proteção, até que nos pudéssemos reabilitar dos prejuízos causados pela mudança.⁴⁴

⁴² COSTA, 2007, p. 188.

⁴³ PROENÇA, Augusto César. **Pantanal: gente, tradição e história**. Campo Grande: Edição do Autor, 1992, p. 79.

⁴⁴ BARROS, José de. **Lembranças: para meus filhos e descendentes**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987, p. 31.

Constata-se que o apoio de uns para com outros foi necessário para dar andamento ao processo de colonização e ocupação das terras mato-grossenses. Embora tenha havido transformações no panorama geral, é preciso lembrar que nem todas as mudanças socioeconômicas foram o bastante para decrescer os índices da violência ou transformar antigas práticas de mandonismo. O processo da formação histórica da sociedade em Mato Grosso foi marcado por conflitos entre fazendeiros, posseiros e indígenas, estes desencadeados pela posse das terras; pelos crimes de furtos e roubos, sobretudo de gado *vacum*, crimes cometidos por indígenas e “posseiros”; por capangas contratados; pela ausência quase que total de força policial e investimentos na administração; e, por um judiciário precário, moroso e desestruturado. Condições que denunciavam as contradições do sistema de colonização promovida pela Coroa portuguesa, mas também da estrutura vigente no Império. Pois as modificações nas estruturas jurídicas e burocráticas, em especial não foram realizadas para sanar tantas precariedades governativas.

Partícipes ativas nesse processo, as mulheres conviviam com toda sorte de precariedades e desordens e não se abstiveram de acompanhar seus parceiros nas lutas cotidianas pela manutenção das conquistas. Embora a maioria exercesse atividades femininas, as mulheres também se comprometeram com a colonização e ocupação da região. Todavia é preciso considerar que suas ações no cotidiano eram regidas por uma lógica interna muito própria ao universo feminina subsidiada em parte pelos costumes e cultura local. Se por um lado, o conceito de cultura é extremamente complexo e difuso; por outro, a cultura pode ser vista como sistema de atitudes, valores, costumes e tradições. Contudo, como pontuou Edward Palmer Thompson:

Uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob

pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um sistema.⁴⁵

Para explicar a cultura que permeou as relações sociais em Mato Grosso procurei analisar o mosaico social a partir das relações de violência e poder entre os sexos, os indivíduos, a população e o Estado. Relações que interpenetravam as instituições públicas e privadas, elemento necessário na construção das sociedades modernas que “constroem a cultura que reprime, institui e administra os instrumentos de violência social e institucional,”⁴⁶ os quais, muito provavelmente, influenciaram nas decisões políticas; na elaboração das leis; na imposição de hierarquias sociais e na manutenção dos valores morais e éticos.

Tais circunstâncias se refletiam na rotina de homens e mulheres no sertão mato-grossense, marcado pela carência de funcionários administrativos e juízes de direito, nas comarcas, termos e municípios. Esta carestia comprometeu o andamento das atividades jurídicas e, conseqüentemente, a eficácia da lei.⁴⁷ Uma das possíveis causas para a quase nulidade de eficiência administrativa era o número insuficiente de funcionários públicos preparados para as funções jurídicas. Esse quadro serviu, durante séculos, para justificar a leniência e a lentidão processual. Para as mulheres essa situação se configurava como uma barreira impeditiva de acesso aos direitos.

O caso de A. E. S. mostra o nível de comprometimento da Justiça para com a eficácia da lei. A. E. morreu na cadeia aguardando a sentença final do processo em que era julgada pela morte do rapaz que tentou forçá-la a manter relações sexuais na rua. Após dois anos de espera, a ré faleceu como vítima de malária, segundo consta do incerto exame corpo de delito.⁴⁸ A demora no julgamento contribuiu para o final do caso da ré, a qual se tornou apenas mais um dado nas estatísticas criminais. Em 1873, o crime praticado pela ré foi citado

⁴⁵ THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras. 1991, p. 17.

⁴⁶ THOMPSON, op. cit., p. 12.

⁴⁷ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kuhner. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 243.

⁴⁸ MTJMS; caixa 145; processo-crime 3; 1872; Corumbá.

no relatório oficial na rubrica “Fatos Notáveis (1871)”: a 20 de maio, em Corumbá, A. E. de L. matou a A. F. da S. Foi presa.”⁴⁹ O fator determinante para a morte da ré foi as péssimas condições da cadeia pública. Nesta época eram constantes as reclamações contra o estado precário das cadeias públicas em todas as vilas de Mato Grosso:

É para admirar que numa Capital não haja uma cadeia pública, quando qualquer Vila por pequena que seja é a primeira coisa em que cuida, ninguém ignora o estado de fereza da nossa povoação do sertão, e quanto se acha ainda fraca a mola da justiça, origem dos frequentes assassinios que aparecem em diferentes pontos desta Província. [...] Quanto à prisão das mulheres é outro antro contíguo ao quarto dos presos, com uma janela para o pátio do Quartel, onde se passam escandalosas cenas de imoralidade, desenvolvida e reforçada pela ociosidade, que acaba de perder qualquer resto de sentimento de pudor com que tivesse entrado para essa horrorosa morada.⁵⁰

Este era o quadro a que se somavam as controvertidas posturas de uma judicatura imperial comprometida com favores políticos e fortemente marcada por ideologias ora liberal ora conservadora, cujo teor das ações dos homens ligados ao poder Imperial se pautou em um Código Processual de caráter político, sobretudo, após a reforma de 3 de dezembro de 1841⁵¹, a qual dotou os chefes de polícia, agora nomeados, das atribuições que antes eram dos juízes de paz eletivos. Normalmente, censurada por quem estivesse no poder, liberais ou conservadores, a lei de 3 de dezembro, considerada como repressiva, era empregada para assegurar as posições conquistadas. Essa situação possibilitou a formação de potentados, o que, por sua vez, contribuiu para tornar o judiciário ainda mais suscetível às influências

⁴⁹ Relatório apresentado a Assembleia Provincial da província de Mato Grosso no dia 4 de outubro de 1872 pelo presidente da mesma província, o exmo. Sr. Tenente coronel dr. Francisco José Cardozo Junior. Rio de Janeiro, Typ. Do Apostolo, 1873, p. 18. Center for Reserch Libraries Brazilian Government Document Digitization Project. Provincial Presidential Reports (1830-1930) – Mato Grosso. Fundação Andrew W. Mellon. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/422/index.html>. Acesso em: 12 de novembro de 2012.

⁵⁰ Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso na abertura da Sessão Ordinária, pelo Exmo. Sr. Presidente Coronel Zefirino Pimentel Moreira Freire. Cuiabá: Tipografia Provincial, 1844, p. 7. Center for Reserch Libraries Brazilian Government Document Digitization Project. Provincial Presidential Reports (1830-1930) – Mato Grosso. Fundação Andrew W. Mellon. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/422/index.html>. Acesso em: 14 de maio de 2012.

⁵¹ FLORY, Thomas . **El juez de paz y el jurado en el Brazil Imperial, 1808-1871**. Trad. Mariluz Caso. México: Fondo de Cultura Económica, 1986, p. 274-277.

políticas e econômicas dos mandões locais. Em meados do século XIX, com o aumento progressivo da criminalidade, a sociedade moderna, em processo de mudanças, ansiosa por exercer seus privilégios e os múltiplos poderes econômicos e políticos recém-conquistados, implementou a disciplinarização dos comportamentos por meio da vigilância constante do gestual, do corpo e da vida de homens e mulheres. Sobre este tipo de contexto Michel Foucault identificou que:

A partir de 1830 em todos os países do mundo, desenvolveram-se campanhas sobre o tema do crescimento da delinquência, fato que nunca foi provado. Mas essa suposta presença, essa ameaça, esse crescimento da delinquência é um fator de aceitação dos controles.⁵²

É de notar, em todo caso, que esse tipo de situação reforçou a manutenção das representações femininas negativas, e sem dúvida corroborou as sentenças venais e as distorções sociais, acentuando ainda mais a falta de equanimidade na aplicação das leis. Isto estimulou atitudes discricionárias e a exclusão social fundamentada por princípios sexistas, raciais e classistas⁵³, sobretudo para com aquelas mulheres pobres, negras, mulatas e índias, as marginalizadas socialmente.

Mas, ao que tudo indica, em Mato Grosso só foi possível aplicar a lei de forma parcial, pois além das fronteiras “abertas” que possibilitavam as fugas dos criminosos, também existia o problema dos conflitos com os indígenas, que a todo o momento colocava em cheque o poder das autoridades. Também as longas distâncias a serem percorridas pelos agentes do judiciário para fazer valer os preceitos jurídicos foram obstáculos ao bom desempenho da Justiça. Este panorama contribuiu para tornar a vida dos habitantes no sul de Mato Grosso ainda mais penosa. Creio que tais elementos enleados aprofundavam os antagonismos políticos, acirrando os conflitos pela posse das terras, tornando-os ainda mais contundentes e

⁵² FOUCAULT, Michel. **Segurança, penalidade e prisão**. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p. 182.

⁵³ CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Trad. Elizabeth de Avelar Solano Martins. São Paulo: UNICAMP, 2005, p. 237.

cruéis. Convém lembrar que desde o período colonial foram construídos fortes militares na região, cujo objetivo era proteger a população e as fronteiras das invasões perpetradas pelos países vizinhos. Todavia, as fronteiras permaneceram desprovidas de leis e ordem, o que facilitou as investidas dos paraguaios antes e durante a guerra do Paraguai.

1.2. A PRODUÇÃO DAS FONTES E A VIOLÊNCIA INSTITUCIONALIZADA

Os programas de pesquisa histórica têm renovado constantemente os procedimentos, as técnicas e as metodologias. A partir do processo investigativo, o historiador transforma informações e dados coletados em história, o que o permite identificar os diferentes níveis das relações sociais. Além disso, procura-se valorizar a crítica aos documentos, buscando aproximar-se das realidades históricas. Dessa forma, “a crítica do testemunho, que trabalha sobre as realidades psíquicas, permanecerá sempre uma arte de sensibilidade”⁵⁴, o que não impede de racionalmente se fazer a verificação e a validação das hipóteses de trabalho.

Nessa perspectiva, a lógica que permeia o trabalho do historiador o ajuda a “ordenar, separar, reunir e transformar em documento, objetos distribuídos de outra maneira.”⁵⁵ Esta prática historiadora contribui para fundamentar a construção do fato histórico e para justificar o recorte temporal e espacial do objeto pesquisado. Sabe-se que o trabalho do historiador também implica em construir categorias de análise que “longe de aceitar os dados apresentados, ele os constitui”⁵⁶, produzindo transformações que instauram um novo sentido relacional com o todo. Para Fernand Braudel, a construção de categorias de análise em história permite desvelar as mudanças, as rupturas, as interações, as semelhanças e as

⁵⁴ BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, o ofício do historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 109.

⁵⁵ CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 81.

⁵⁶ Ibid, p. 82-83.

diferenças produzidas na estrutura de uma realidade social. Tomando por referencial seus apontamentos considero que

[...] a pesquisa deve ser sempre conduzida, da realidade social ao modelo, depois deste àquela, e assim por diante, por uma seqüência de retoques, de viagens pacientemente renovadas. O modelo é assim, alternadamente, ensaio e explicação da estrutura, instrumento de controle, de comparação verificação da solidez e da própria vida de uma estrutura dada.⁵⁷

Assim, a incansável busca do conhecimento do passado, através da *reconstrução* em uma perspectiva histórica e na instauração de categorias, permite, quando necessário, se fazer através da interdisciplinaridade, isto é, recorrendo as ciências como o direito, a criminologia e a medicina legal. Os empréstimos das ciências vizinhas tornam possível identificar as especificidades nas situações de violência, o drama social vivido por homens e mulheres envolvidos com as malhas do poder judiciário no século XIX, no sul de Mato Grosso.

Ao analisar os dados estatísticos da criminalidade em Mato Grosso registrados nos relatórios oficiais constatei o quanto são falhos, contraditórios e insatisfatórios. Mesmo aqueles que estão nos relatos dos viajantes são pouco confiáveis, haja vista que os mesmos, em muitos casos, foram produzidos a partir das fontes oficiais. Mas, o mais importante foi verificar a forma como as informações foram tratadas por quem as separou, classificou, leu e registrou. Por descuido, ineficiência ou premeditação, percebe-se que muitos dados foram omitidos, desconsiderados, deturpados ou simplesmente ignorados.

Vejamos. Em 1860, o relatório do presidente da província apontava que no ano de 1859 foram processados 27 crimes, contra os 39 de 1858 e 33 de 1857.⁵⁸ Embora os índices fossem inferiores se comparados ao ano anterior a mesma autoridade lamentava não ser

⁵⁷ BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre história**. Trad. J. Ginsburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 68.

⁵⁸ Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, o coronel Antônio Pedro de Alencastro, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em maio de 1860, p. 5. Center for Reserch Libraries Brazilian Government Document Digitization Project. Provincial Presidential Reports (1830-1930) – Mato Grosso. Fundação Andrew W. Mellon. Disponível em : <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/422/index.html>. Consulta: 8 de maio de 2012.

“lisonjeira, mas também não é desanimador o estado da segurança individual [...]”⁵⁹ Se o número de crimes diminuiu, então o que faltava para se configurar como um estado animador? Provavelmente, faltava uma redução de fato dos conflitos existentes.

Em 1867, em pleno desenrolar da guerra do Paraguai o relatório provincial apontava que 13 crimes tinham sido praticados em Mato Grosso. Muito provavelmente este número não corresponda à totalidade dos crimes cometidos na região. Sim, porque em outro ponto do mesmo relatório o então presidente alertava para a questão dos crimes de furtos que “tem sido frequentes e quase cotidianos. Esquivando-se, porem, os ofendidos de perseguir os delinquentes, a autoridade vê-se por seu turno na necessidade de deixá-los em paz.”⁶⁰ A contradição nas informações evidenciava-se constantemente nos registros.

Normalmente as autoridades não explicavam porque nenhuma providência fora tomada para evitar ou diminuir os índices de violência. Em 1868 o presidente em exercício decidiu, após ocorrer vários assassinatos no distrito de Miranda, nomear um delegado e criar um destacamento, que segundo ele “julgo suficiente para manter a ordem perseguir os delinquentes.”⁶¹ Por várias razões, os dados reais desse contexto criminal não eram apresentados nos relatórios oficiais. Provavelmente, consideravam que os altos índices de crimes poderiam afugentar futuros investimentos econômicos e ainda assustar os imigrantes interessados em se estabelecer no sul de Mato Grosso. Assim era importante manter uma imagem de região pacífica e tranquila, pois isso contribuía para incentivar os interessados em ocupar e fazer prosperar economicamente a região, ao menos, é o que se depreende nas entrelinhas dos discursos.

⁵⁹ Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, o coronel Antônio Pedro de Alencastro, op. cit., p. 5.

⁶⁰ Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, o Barão de Aguapehy, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1868. Cuiabá, Tip. de Sousa Neves etc. e Companhia, 1869, p.4. Center for Reserch Libraries Brazilian Government Document Digitization Project. Provincial Presidential Reports (1830-1930) Mato Grosso. Fundação Andrew W. Mellon. Disponível: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/422/index.html>. Acesso em: 13 de maio de 2012.

⁶¹ Ibid., p. 5.

Saliento que os atos de discurso são naturalmente compostos por muitas linguagens modificadas ora alteradas pelo tempo, ora por acontecimentos políticos, econômicos, culturais, religiosos, jurídicos e simbólicos, o que acabou por transformar suas funções e conteúdos. Apesar das muitas alterações e flutuações sofridas, esses discursos oficiais revelam as intenções de seus produtores, podendo por vezes traduzir as necessidades objetivadas a partir de proximidades com a “realidade” e as representações elaboradas sob a influência dessas realidades. Além disso, convém lembrar que o historiador convive com expressões e vocabulários que recebe de seu material e não raro são termos e palavras que já se encontram em desuso ou simplesmente foram transformados pelas práticas sociais. Sobre este fenômeno o historiador Marc Bloch escreveu que:

O vocabulário dos documentos não é a seu modo, nada mais que um testemunho: precioso, sem dúvida, entre todos; mas, como todos os testemunhos, imperfeito; portanto sujeito à crítica. Cada termo importante, cada figura de estilo característica, torna-se um verdadeiro instrumento do conhecimento, bastando ser confrontado uma única vez com seu ambiente; recolocado no uso da época, do meio ou do autor; protegido, sobretudo, quando sobreviveu por muito tempo contra o perigo, sempre presente, do contrassenso por anacronismo.⁶²

Assim, enquanto testemunho do passado os relatórios oficiais são fontes que nos mostram as formas de pensar e agir daqueles que realizavam as ações políticas e administrativas em Mato Grosso. Independente de sua origem esses documentos não são preservados com fins históricos, apenas como parte da memória política. Mesmo assim, existiram homens como Joaquim Ferreira Moutinho, que reconheciam o valor histórico deles. Em 1869, Moutinho, residente por dezoito anos em Cuiabá, deixou o seguinte registro:

As melhores notícias da província constavam do rico arquivo do palácio de Mato Grosso, que foi devorado pelas traças a ponto de tal que não se poder hoje colher uma só preciosidade d'esse imenso tesouro. O pouco que dizemos de Mato Grosso é colhido com muito custo de alguns documentos, e

⁶² BLOCH, 2002, p. 143.

extraído dos relatórios dos presidentes, sendo a maior parte das melhores notícias devida a trabalhos do Sr. Barão do Melgaço.⁶³

Mesmo faltando dados confiáveis, ou “indisputáveis”, pude utilizar algumas das estatísticas e informações associando-as à análise dos testemunhos processuais, ou melhor, aos dados “indiciários”, o que me permitiu desvelar as contradições e tensões sociais presentes na sociedade local.

Paciência, determinação e muita curiosidade misturada com certo gosto obsessivo pelas fontes judiciárias do passado me levaram a pesquisar crimes de violência envolvendo mulheres no século XIX. Sim, estes foram inicialmente os estímulos a me guiar na intensiva busca pelos documentos criminais arquivados no Memorial do Tribunal de Justiça. Paciência para executar a leitura dos processos civis e criminais, cuja essência se encontrava no emaranhado de palavras e termos próprios ao discurso jurídico, às vezes, estranhos, outras vezes confusos e de difícil compreensão, justamente por ser uma linguagem própria do Direito do século XIX. Determinação para não desistir diante das dificuldades, da falta de intimidade com os documentos cuja materialidade se traduz nas peças desconexas, com folhas soltas, outras faltando, manuscritos incompletos e com rasuras, corroídos pelas traças e castigados pelo tempo e pelo descaso da sociedade. O gosto pelo arquivo, por aqueles documentos antigos e esquecidos, que a princípio parecia insosso, aguçavam meus sentidos, sentimentos e curiosidade, pois

Devant l'archive, une urgence se crée, celle de se couler par le geste dans le flot saccade des phrases, dans le débit heurté des demandes et des réponses, dans l'arnachie des mots. On pourrait dir “se couler” dans les mots, je prefere dire se laisser derouter entre familiarité et dépaysement. Connivence, différence; familiarité, dépaysement; le même et l'autre se présentent à soi. C'est une façon d'aller plus loin dans le “sens” du passé, une façon de se retrouver dans un espace écartelé où l'écart fait sens, où l'autre prend de la

⁶³ MOUTINHO, 1869, p. 323. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br>. Acesso em: 12 de maio de 2012.

dimension; le voici restitué à l'altérité, donc pas seulement à la différence ou à l'étrange.⁶⁴

As possibilidades de entender como viviam as mulheres envolvidas com violência no sul de Mato Grosso surgiram em momentos diferentes dessa pesquisa. No universo jurídico encoberto por decisões, procedimentos, atitudes, leis, normas e subterfúgios produzidos por mulheres que não sabiam ler e escrever, mas que responderam aos interrogatórios de forma simples e direta, contribuindo para elucidar o crime, ou simplesmente titubearam confusas com a intenção de dissimular, esconder e contradizer as afirmativas do réu ou da vítima consegui, então, encontrar o que elas entendiam por justo e injusto, lícito e ilícito e certo e errado. Agindo como agiram elas procuravam manter em sigilo pequenos detalhes do que viram e ouviram sobre o crime e o provável criminoso. O intuito não era o de mentir, mas de omitir para se proteger ou a alguém de um possível escândalo, uma situação constrangedora ou de uma provável punição por ser ou não a criminosa, vítimas da violência física e simbólica. Palavras femininas proferidas em depoimentos como testemunha, vítima ou ré mostram que “‘verdadeiro’ e ‘verossímil’, as ‘provas’ e ‘possibilidades’ se misturam, permanecendo embora rigorosamente distintos.”⁶⁵ Assim, mesmo no não dito, no fragmento de uma história de vida, em pequenos textos produzidos em um contexto específico existem informações que ajudam a perceber que:

L'archive en effet a quelque chose à voir avec le défunt ou encore avec l'absence, le manque. Que ce soit paradoxal et cohérent en même temps ne doit pas étonner, car si l'archive et plétorique, quasiment déferlante pour quiconque travaille avec elle, elle est aussi un leurre car le manque oppose sa présence énigmatique à l'abondance des documents.⁶⁶

⁶⁴ FARGE, Arlette. **L'archive, mouen de communication et constitution du sujet historique. Un voyage à travers les archives judiciaires du XVIIe siècle.** IN: Réseaux, 1991, volume 9 n. 41-47, p. 44. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/reso> Acesso em: 23 de maio de 2012.

⁶⁵ GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício;** trad. Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 317.

⁶⁶ FARGE, 1991, p. 44.

Também houve a necessidade de apreender a desaprender, pois nos erros e nas ausências encontra-se a história das diferenças dos sexos que surge da homogeneidade que subjaz nos procedimentos, nas falas, nos depoimentos, nas perguntas e respostas, nos exames de corpo de delito, nas avaliações testamentárias, partilhas de bens, nas decisões do judiciário. Aí também reside o heterogêneo e a diversidade, os quais permitem desvelar a participação feminina no movimento da desordem gerado por leis e ritos jurídicos, vida política e cultural. Mulheres simples e burguesas, usando de todo tipo de subterfúgio para sobreviver, envolta em dramas, conflitos, luxúria, mendicância, festas, negócios, prostituição, crime, violência, como bem observou João do Rio para o início do século XX na cidade do Rio de Janeiro:

Há mendigas burguesas, mendigas mães de família, alugadas, dirigidas por *caftens*, cegas que veem admiravelmente bem, chaguentas lépidas, cartomantes ambulantes, vagabundas, e uma série de mulheres perdidas cuja estrela escureceu na mais aflitiva desgraça.⁶⁷

Sim, homens e mulheres que diante dos dilemas e desafios colocados pela estrutura social e limites hierárquicos impostos pelas três ordens de poder – jurídico, político, econômico – reagiram contra os desmandos, a opressão, as normas formais, os costumes, o controle e a vigilância. Estes acabaram gerando uma desordem revelada pelos indícios presentes nas rupturas gramaticais, nos borrões, na desnaturalização dos significados e na desordem criada e sustentada pelo discurso mordaz masculino sobre o comportamento social feminino. Essa massa documental permitiu constatar contradições, conflitos, fissuras, divergências, mediações, acordos, princípios, costumes e valores morais, mas também perceber que da aparente desordem havia um sentido de moral e justiça partilhado por todos os que pertenciam a uma mesma categoria sexual, classe social e grupo de convivialidades.

⁶⁷ RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. [S.l.]. [1904 e 1907]. Disponível em: <http://bibliotecanacional.com> Acesso em: 20 de junho de 2012.

Para melhor compreender o emaranhado de contradições geradas pela economia agrário-exportadora-escravista, dividi a análise dos processos criminais em dois conjuntos: um onde as mulheres figuram como vítimas da violência perpetrada por homens e mulheres e/ou o Estado; e o segundo grupo onde a mulher ou mulheres aparecem como ré, praticando a violência contra outras mulheres, homens e o Estado, que era representado pela magistratura, polícia, clero e militares, agentes da administração pública e da burocracia estatal, sobretudo, os homens do segundo escalão como presidentes de província, diretores e chefes de seção. A relação delas com essas autoridades e agentes do poder nem sempre foram pacíficas e desprovidas de interesses de ambas as partes, o que por certo as colocou em várias situações delicadas e talvez até perigosa. Evidentemente que elas não ficaram isentas dos conflitos gerados pela posse das terras, perseguição aos escravos fugitivos, exploração sexual e econômica, lutas entre posseiros e grandes latifundiários e malversação do uso da máquina estatal em benefício de alguns poucos protegidos em detrimento dos menos dotados de capital econômico, político e simbólico.

E, quando se trata do Estado é preciso considerar que:

[...] seguindo a tradição do antecessor português, constituíra-se em fonte de poder em si mesmo, seja como grande empregador de letrados e de proletários, seja como regulador da sociedade e da economia, seja como produtor. Isso sem falar na base de legitimidade que adquirira ao longo do período, em parte em função do próprio compromisso como os proprietários de terra.⁶⁸

A conjunção de fatores políticos, econômicos, diplomáticos, jurídicos, ideológicos entre outros contribuiu para promover mudanças no modo de produção e na seara política, ambos influenciados pelo liberalismo econômico. Foi então que o Estado de direito, legitimado pela execução de uma lei geral, passou a integrar, pouco a pouco, a sociedade civil, mesmo que continuasse predominando no Brasil, a Monarquia Constitucional

⁶⁸ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 233.

Representativa cujos direitos fundamentais garantiam o *status quo* da “elite política” no poder. Importante ressaltar, porém, que ao longo do século XIX a população foi conquistando noções de direito e quais eram as obrigações desse Estado:

[...], apesar de não participar da política oficial, de não votar, ou de não ter consciência clara do sentido do voto, a população tinha alguma noção sobre direitos dos cidadãos e deveres do Estado. O Estado era aceito por esses cidadãos desde que não violasse um pacto implícito de não interferir na vida privada, de não desrespeitar seus valores, sobretudo religiosos.⁶⁹

Também havia ressalvas sobre as interferências do Estado no que diz respeito à propriedade privada. Fato é que a presença da escravidão expunha os limites dos direitos civis e políticos, e isso de certa forma restringiu o processo de integração do Estado político com a sociedade civil.⁷⁰ Uma integração parcial ocorreu após a aprovação da lei n. 2033 de 20 de setembro de 1871. Buscavam implementar a integração entre Estado de direito e o Estado social fundamentando-a na seguinte estrutura:

- 1) Estrutura formal do sistema jurídico: garantia das liberdades fundamentais com a aplicação da lei geral-abstrata por parte de juízes independente;
- 2) Estrutura material do sistema jurídico: liberdade de concorrência no mercado, reconhecida no comércio aos sujeitos da propriedade;
- 3) Estrutura social do sistema jurídico: a questão social e as políticas reformistas de integração da classe trabalhadora;
- 4) Estrutura política do sistema jurídico: separação e distribuição do poder.⁷¹

Entretanto, somente em determinadas regiões do Império, como São Paulo e Rio Janeiro, por exemplo, é que foi possível ao menos parcialmente adotar essa estrutura. Em Mato Grosso, além da precariedade estrutural também faltava a impessoalidade na administração pública. Como, aliás, pontuou Sergio Buarque de Holanda: “No Brasil, pode

⁶⁹ CARVALHO, José Murilo **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 75.

⁷⁰ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Trad. Carmem Varrialle, Gaetano Lo Monaco, João Ferreira, Luis Guerreiro Pinto Cacaís, Renzo Dini. 5. ed. Brasília: UnB, 2000, v. 1, p. 401.

⁷¹ Ibid., p. 401.

dizer-se que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses.”⁷² Esse contexto influenciou nos procedimentos jurídicos, mas, mormente, nos vereditos dos juízes e na punição dos réus.

Assim, de certo modo, os processos judiciais enquanto peças formais construídas por agentes do Estado, a serviço do Estado, articulam outros espaços, ideologias, saberes e poderes. Porque, afinal, a violência, o conflito “é uma fissura que traça ‘outros lugares’ e cria novos ‘estados’”. Ao historiador cabe então não apenas relatá-los, como também instituí-los como constructo social de sua reflexão, fonte de seu próprio relato.”⁷³ Nesse sentido, do conjunto de folhas que se sobrepõem surge uma coerência que é intrínseca a todo processo civil e criminal. Essa era a formalidade instituída pelo Código de Processo Criminal de Primeira Instância do Império do Brasil, outorgado em 1832. Lógica que permeia os

Acontecimentos produzidos num certo tempo e lugar, porque além das ações que os geraram as falas ou testemunhos presentes nos documentos são também acontecimentos, talvez, os únicos registros de histórias de lutas encarniçadas, o que leva o historiador a desentocar a multiplicidade dos possíveis, os caminhos inacabados, mas tentados, as astúcias dos homens e das mulheres, seus impasses e fracassos.⁷⁴

Traços remanescentes dos acontecimentos vividos por homens e mulheres e materializadas em peças judiciais. Por isso, torna-se relevante considerar que todo arquivo judicial é específico, e sua especificidade deriva de cada processo formado das narrativas cronológicas e da “acumulação, folha sobre folha, de queixas, processos, interrogatórios, informações e sentenças”⁷⁵, escritos em linguagem específica a seara do Direito. Afinal, o Direito é, sem dúvida,

⁷² HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 146.

⁷³ FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. Trad. Fátima Murad. São Paulo: Edusp, 2009, p. 49.

⁷⁴ FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 108.

⁷⁵ FARGE, 2009, p.10.

[...] a forma por excelência do poder simbólico de nomeação que cria as coisas nomeadas e, em particular, os grupos; ele confere a estas realidades surgidas das suas operações de classificação toda a permanência, a das coisas, que uma instituição histórica é capaz de conferir a instituições históricas.⁷⁶

Nessa perspectiva convém então dizer que, se por um lado cada documento é singular, por outro a sistematização os torna homogêneos no que concerne à organização dentro do arquivo e das pastas. No caso dos processos cíveis e criminais o arquivamento comporta práticas organizacionais geridas pelos agentes do judiciário e não por arquivistas ou historiadores. As diferenças entre o que cada um considera relevante ou não determina a manutenção dos arquivos e consequentemente a salvaguarda dos documentos. Nessas fontes repousam a pequena delinquência, os homicídios, os espancamentos, os roubos e furtos, os defloramentos e estupros, crimes praticados contra as mulheres, mas também por mulheres. Portanto, é preciso reiterar que um processo-crime não se parece com um texto narrativo, pois estes documentos se constituíram a partir de práticas cartoriais, policiais e judiciais. Aliás, como observou Farge, “difícil em sua materialidade. Porquanto desmesurado, invasivo, como as marés do equinócio, as avalanches ou as inundações.”⁷⁷ Daí a importância de critérios como ordem e classificação na seleção do que vamos contemplar nas pesquisas. Tanto a organização do arquivo enquanto instituição, quanto a conservação dos documentos fazem parte da gestão política administrativa que tem, também, como objetivo assegurar o direito das pessoas físicas e jurídicas, no âmbito público e privado, de poder acessá-los conforme seus interesses e necessidades. Todavia, convém lembrar que não é comum haver uma organização nos centros de documentação, de memórias e nos arquivos brasileiros, o que não inviabiliza, mas somente dificulta o trabalho dos pesquisadores.

⁷⁶ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 236.

⁷⁷ FARGE, 2009, p. 11.

Facilmente encontram-se processos-crime, livros de memórias, relatos de viajantes, registros paróquias, processos civis, só para citar alguns, num único e mesmo confuso bloco, juntos, misturados, uns eclipsando outros. Talvez isto ocorra porque os documentos geralmente são manipulados por pessoas que não valorizam ou conhecem a importância histórica da fonte, dos testemunhos do passado. Desconhecem que o arquivo contém histórias de vidas esperando para serem reveladas e que neles se armazenam práticas e saber social, formas reconhecíveis da expressão popular.⁷⁸ Além disso, não percebem que da desordem do cotidiano vivenciado por homens e mulheres no passado ainda existem evidências que tanto contam histórias do coletivo como também do singular e do único, o que desperta a curiosidade, o interesse e a paixão dos pesquisadores. Marc Bloch ao escrever sobre a questão dos documentos foi explícito ao afirmar que:

A despeito do que às vezes parecem imaginar os iniciantes, os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito (de não se sabe) qual misterioso decreto dos deuses. A sua presença ou a sua ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise, e os problemas que sua transmissão, longe de terem apenas o alcance exercícios de técnicos, tocam, eles mesmos, no mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra assim posto em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações.⁷⁹

Assim se estabelece a relação entre o historiador, com seu “olhar-participante” e o arquivo, ou nas palavras de François Hartog: “dê uma evidência oferecida a uma evidência reencontrada, traduzida e transmitida: esse é o contrato”⁸⁰ entre o passado e o presente. Ao historiar os documentos a partir das construções teóricas o vínculo é modificado, transformado e inovado, pois o peso das realidades sobreviventes nos documentos se opõe às estruturas abstratas de um conhecimento ainda em fase de construção e reconstrução, o que me levou a buscar configurações sutis, julgamentos e pensamentos projetados nos

⁷⁸ FARGE, 2011, p.108.

⁷⁹ BLOCH, 2001, p. 83.

⁸⁰ HARTOG, 2011, p. 154.

testemunhos das mulheres envolvidas com a violência e que se articularam para enfrentar os dilemas vividos na arena judicial.

Nessa perspectiva, classifiquei os dados não somente em função das semelhanças aproximativas, mas também das diferenças ao agir e ser, nas formas de expressão ou nos silêncios pausados, nos comportamentos sociais alterados manifestando ações de violência e de poder. Com este procedimento, pude identificar o movimento das mulheres envolvidas em crimes, suas ações, reações, convicções e as interpretações de atitudes e posturas dos homens que conduziam os rituais jurídicos, os quais objetivavam restaurar e consolidar a universalidade e uniformidade da ordem e da lei. O *habeas corpus* impetrado por V. P. me deu a oportunidade de vislumbrar como isso ocorria na prática. Em 1877 o réu disparou uma arma de fogo tentando acertar P. B.. No recurso alegou que “atirou sem querer”. Os seus argumentos não convenceram o juiz que negou “o provimento ao recurso de *habeas corpus*, interposto; e mando que se conserve na prisão onde se acha.”⁸¹ Percebo que o juiz procurou assegurar que o réu fosse julgado. Talvez pelo fato de ser o réu um imigrante italiano o juiz tenha negado o *habeas corpus*. Isto porque era comum num país como o Brasil, com tantas regiões a serem exploradas, os justiciáveis se evadirem das comarcas onde cometeram o delito. Boris Fausto constatou que os imigrantes nem sempre permaneciam num mesmo lugar por muito tempo. Buscavam enriquecer e retornar ao país de origem.

Mas para que o Estado pudesse atingir a pretendida uniformidade nas leis, era preciso inová-las, deixando de aplicar as Ordenações Filipinas, sobretudo no campo do direito penal. Assim, a primeira providência tomada pelo Império foi outorgar a Constituição em 1824. Em seguida aprovou-se o Código Criminal, em 1830 e o Código de Processo Criminal, em 1832. Tinham como objetivo organizar o sistema jurídico para legitimar as ações do Estado e poder regular os comportamentos, punindo, quando necessários, os transgressores da norma.

⁸¹ MTJMS; caixa 146; processo-crime 14; 1877; Corumbá.

Cabia ao Estado aplicar adequadamente a legislação para proteger da violência o cidadão, a propriedade e o próprio Estado. Mas o cidadão também tinha o direito de buscar justiça na Justiça, ainda que a maioria não tivesse pleno conhecimento de quais eram seus direitos. Dessa forma, é evidente que os processos criminais comprovam que as mulheres não estiveram totalmente alienadas do que era possível conquistar na Justiça, ao contrário, acreditavam em seu poder de mediação e na aplicação das leis.

A historiografia já comprovou que os documentos produzidos no campo da Justiça apresentam indícios relevantes para se explicar e compreender porque homens e mulheres, “representantes de diversos estratos sociais, demandavam ações na justiça, buscando a efetivação de seus direitos formalmente garantidos”⁸², sobretudo, num período em que pouco se conhecia dos direitos civis, políticos e sociais garantidos pela lei. Creio que aquelas mulheres acreditavam que a Justiça pudesse lhes garantir o acesso a algum direito, por isso demandavam na Justiça contra seus agressores.

Atualmente, a história das mulheres, de gênero, do corpo, das sensibilidades, cultural e social nos tem apresentado com significativas análises sobre as mulheres. Entretanto no que concerne à categoria mulheres “subsiste muitas zonas mudas”, incompletude que nos leva a questionar e a romper com os silêncios e os esquecimentos impostos por circunstâncias e contextos de dominação e exclusão. Assim, diante desse quadro, os historiadores reconheceram a relevância da “reconstrução dos papéis sociais femininos, como mediações que possibilitem a sua integração na globalidade do processo histórico de seu tempo [...]”⁸³

Daí a importância em se agregar diversos documentos à pesquisa. Fontes como relatos de viajantes e memórias somados aos documentos oficiais nos ajudam a demonstrar que as mulheres que viviam nos sertões mato-grossenses estavam acostumadas a assumir

⁸² VELLASCO, Ivan de Andrade. **As sedução da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais - século XIX**. São Paulo: Edusc, 2004, p. 25.

⁸³ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 13.

responsabilidades na administração dos negócios da família e também com o trabalho pesado em propriedades grandes e pequenas. Cultivavam a terra, lidavam com o gado, ovelhas e cavalos. A ré F. M. S. tirava leite das vacas no momento em que seu marido foi assassinado no quarto do casal enquanto dormia. A suposta ré sempre realizava trabalhos deste tipo na fazenda.⁸⁴ Outras também plantavam e colhiam; muitas sabiam usar armas de fogo e manejar uma faca com destreza. Elas não se furtaram em desempenhar atividades consideradas masculinas, como ser tropeira ou roceiras; e, embora convivesse com muitos homens, a maioria procurava preservar sua honra e ser uma mulher honesta conforme os costumes tradicionais. A notória figura de Beralda Iselinga Pereira “que viveu nas cercanias de São Paulo e exerceu o ofício de condutora de tropas de burros”⁸⁵ nos serve de exemplo.

Estas atividades não deturpavam a honra feminina e familiar. Eram ofícios que analisadas no conjunto nos ajudam a captar a dimensão de uma provável revolução silenciosa nos costumes, crenças e valores morais e nas práticas sociais. Só muito recentemente se tem desvelado a participação das mulheres no sistema produtivo. Eni de Mesquita Samara, que estudou o assunto com acuidade, pontuou que:

O mundo das mulheres, o trabalho e a vida doméstica, palco de luta e de articulação de “micro-poderes”, só recentemente foram pesquisados e entendidos, não como anomalias dos processos em curso, mas, sim, como sintomas de mudanças na ordem social prescrita. Seria, por exemplo, o caso da presença das mulheres no comando de famílias e negócios, visto hoje mais como uma organização de sobrevivência ditada pela circunstância e menos como foram de desorganização familiar. Na América Latina, no final do período colonial, mulheres geriam economias domésticas e participavam da vida econômica, como herdeiras, por viuvez ou ausência do marido. Entre as camadas mais pobres, a sobrevivência ganhava o espaço das ruas, no vaivém constante das escravas ganhadeiras e das pardas, índias e brancas pobres que ofereciam seus serviços à população.⁸⁶

⁸⁴ MTJMS, caixa 114; processo-crime 21; Paranaíba.

⁸⁵ SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 104.

⁸⁶ SAMARA, Eni de Mesquita. **Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano, Itu, 1780-1830**. São Paulo: Edusp, 2005, p. 41-42.

Embora seja fraca a existência de dados nas fontes oficiais no que diz respeito às atividades e ocupações desempenhadas pelas mulheres, gerando incompletudes e omissões, procurei agregar diferentes dados coletados em outras fontes às informações contidas nos processos crimes e inventários para entender as especificidades e a lógica interna da estratificação social no sul de Mato Grosso. É sempre sensato lembrar com Jacques Le Goff a função do documento:

O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo documento é mentira.⁸⁷

Foi com esse espírito que tentei realizar essa pesquisa. De acordo com Zélia Maria Cardoso de Melo, os documentos antigos tais como os inventários *post-mortem* oferecem descrições minuciosas e detalhadas dos bens arrolados, constituindo-se em depoimentos incomparáveis.⁸⁸ Estas informações podem ser de ordem pessoal – como naturalidade, filiação, ocupação, estado civil, relação de herdeiros –; e de ordem material – como bens móveis e imóveis. O conjunto desses dados “constitui indicador do padrão de vida, da riqueza dos indivíduos e da maneira como esta se distribuía individualmente.”⁸⁹ Dessa forma o principal critério para a seleção dessa documentação foi o de ser a mulher, a esposa, a inventariante no inventário post-mortem.

⁸⁷ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Irene Ferreira; Bernardo Leitão; Suzana Ferreira Borges. 4ª reimpressão. São Paulo: UNICAMP, 2010, p. 538.

⁸⁸ MELLO, Zélia Maria Cardoso de. **Metamorfoses da riqueza: São Paulo, 1845-1895**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

⁸⁹ *Ibid.*, p. 28.

No século XVIII, Raphael Bluteau definiu o termo inventário como “o registro, rol, catálogo que se faz dos bens que o defunto deixa; ou dos bens, e móveis de alguém vivo.”⁹⁰ No dicionário Aurélio, o termo inventário no sentido jurídico significa o “processo formado em juízo competente com o fim de legalizar a transferência do patrimônio do defunto a seus herdeiros e sucessores na proporção exata de seus direitos mediante a partilha.”⁹¹ Os inventários aqui analisados permitem comparar valores entre bens móveis e imóveis como por exemplo, o preço de um escravo poderia valer o mesmo que uma sesmaria de terras. Tudo dependia da localização da terra e da idade e condições físicas do cativo.⁹²

A relação dos bens inventariados se configura como monte-mor. Cabia ao inventariante arrolar todos os bens que pertenciam ao falecido. Após isso o juiz mandava fazer o pagamento das dívidas, retirando do espólio os valores necessários para quitar as pendências. Já os partilhadores eram os “especialistas” requisitados pelo juiz para fazer a avaliação dos bens; só após esses procedimentos é que então se determinava oficialmente a partilha dos bens. Cada um dos herdeiros recebia seu quinhão de acordo com o que estava estabelecido na legislação vigente. As informações pessoais, como nome, estado civil, filiação, idade, relação dos herdeiros, dos bens móveis e imóveis e das dívidas, permitem dimensionar o valor material dos objetos, artefatos e demais bens.⁹³ Convém ressaltar que “os bens móveis são declarados no fórum correspondente ao domicílio do inventariado, enquanto os imóveis o são no lugar onde estão situado,”⁹⁴ o que contribuía para agilizar a localização dos bens e a residência do inventariado nos últimos anos de vida, evitando-se assim maiores

⁹⁰ BLUTEAU, Raphael. **Dicionário da língua portuguesa** composto pelo padre D. Raphael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antônio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Lisboa: Na Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, 2v., v. 1, p. 734.

⁹¹ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. “**Testamento**”, em Novo Dicionário Aurélio – século XXI. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

⁹² MTJMS: caixa 01; inventário 01; 1843; Paranaíba- caixa 01; inventário 03; 1850; Paranaíba; - caixa 144; inventário 01; 1878; Corumbá; caixa 156; inventário 01; 1873; Miranda – caixa 156; inventário 05; 1876; Miranda.

⁹³ MTJMS, caixa 157; processo-crime 13; 1872; Miranda; caixa.01; processo-crime 01; 1849; Paranaíba; caixa 07, processo-crime 08; 1882; Paranaíba.

⁹⁴ MELLO, 1990, p. 27.

atrasos na partilha dos bens. Os inventários *post-mortem* são testemunhos da cultura material, mas também dos costumes, crenças e valores morais da sociedade. Assim, por meio dos processos de inventários, procurei perceber quais eram os bens mais valorizados pelos indivíduos que viveram em Mato Grosso entre 1830 a 1889.

Através destes documentos busquei identificar as diferenças econômicas entre mulheres pobres e ricas, envolvidas em conflitos desencadeados por questões de ciúmes, rixas, ruptura de contratos, disputas amorosas e financeiras e atos provocativos, que comprometiam a ordem social e a produção econômica no sul de Mato Grosso. Procurei desvelar qual o grau das relações sociais entre as mulheres envolvidas com a violência: familiares, parentesco, amizades, vizinhança, e no trabalho. O exame dessa documentação exigiu um olhar atento, pois elementos repetitivos, contraditórios e carregados de distorções comprometam as falas dos envolvidos nos processos judiciais. Nas entrelinhas observei que:

Se a lei é manifestamente parcial e injusta, não vai mascarar nada, legitimar nada, contribuir em nada para a hegemonia de classe alguma. A condição previa essencial para a eficácia da lei, em sua função ideológica, é a de que mostre uma independência frente a manipulações flagrante e pareça ser justa. Não conseguiu parecê-lo sem preservar sua lógica e critérios próprios de igualdade [...]⁹⁵

Assim, os processos criminais, inventários *post-mortem* e relatórios oficiais, colocavam “em jogo a complexidade das relações pública e privadas e penetra no espaço profissional e íntimo, possibilitando analisar uma revolução silenciosa e discreta,”⁹⁶ cuja verticalização do conhecimento permite desvelar a participação feminina na dinâmica de conflitos e negociação. Procurei no conjunto global investigar os aspectos que se relacionam com outras formas de agir e sentir, pois as ações e relações podem demonstrar as

⁹⁵ THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e caçadores: a origem da lei negra**. Trad. Denise Bottmann. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 354.

⁹⁶ MARTINEZ, Claudia Eliane Parreiras Marques. **Riqueza e escravidão: vida material e população no século XIX – Bonfim do Paraopeba/MG**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007, p. 27.

modificações e as especificidades dentro do processo histórico na estruturação da sociedade local.

Ao privilegiar a história das mulheres, procurei não perder de vista às ações políticas que engendravam as trocas culturais, as práticas sociais e o exercício do poder, pois essa categoria social feminina também participava de forma indireta das atividades. Talvez, assim, seja possível retirá-las do anonimato e captar a fecundidade do tempo histórico. Pois, acredito que os estudos das múltiplas faces da violência e da criminalidade influenciavam na vida das mulheres. Conhecer este passado contribui para a compreensão do processo histórico de formação da sociedade sul mato-grossense.

Além disso, as evidências denunciam que as mulheres contrariaram valores tradicionais ao questionar na justiça normas e regras que determinavam suas posições sociais dentro da família, no casamento, nas uniões informais e nas relações sexuais. Viveram intensos constrangimentos, mas também os praticaram umas contra as outras e buscaram nas oportunidades uma chance de melhorar seus relacionamentos familiar, amoroso, sexual e social, além das condições econômicas a que estavam submetidas por força das circunstâncias.

As pesquisas sistemáticas procuram desvelar as relações sociais vividas pelas mulheres na esfera das experiências cotidianas com seus pares e com os grupos estabelecidos no poder. A ideia é demonstrar como elas reagiram ao adentrar o campo da justiça e da lei, pois suas falas nos processos-crime denotam a importância das palavras, o ritmo e o movimento dos acontecimentos, da vida, que por um tempo determinado foi mantida em suspenso, até se resolverem as pendências judiciais. Elas demonstravam fibra, coragem e coerência nos depoimentos, mas também vergonha, timidez, pudor, medo e insegurança. Afinal, eram apenas mulheres em busca do que consideravam ser justo e lícito. Em sua defesa

não recorreram apenas às lamurias e aos apelos sentimentais para dar solução aos seus problemas financeiros, emocionais, familiares e passionais.

Diante das oportunidades, falaram alto e firme, lançaram mão de expressões e termos pouco usuais entre as mulheres, mas bastante comum ao repertório masculino, quebraram os protocolos diante das autoridades, não se abstiveram em manter relações próximas com aqueles dotados de poder político, jurídico, econômico e religioso. Aproximações que as ajudavam a entender com mais profundidade a legislação e os procedimentos do judiciário.

1.3. AS MULHERES E O POVOAMENTO DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO

Para explicar a segregação sexual e a atribuição das funções atribuídas aos homens e mulheres, os antigos gregos criaram o mito de Pandora, que, juntamente com outros mitos formavam a mitologia grega no período clássico. Essa mitologia contribuía para justificar certos costumes e ações e controlar os comportamentos masculinos e femininos. Para os gregos a maioria das ações humanas se vinculava a algum tipo de mito. Assim, enquanto fenômeno de longa duração⁹⁷, o mito deve ser entendido como parte das narrativas orais e relatos sob a forma de textos escritos.⁹⁸ Nessa perspectiva, o mito tanto possuía características morais, éticas e culturais quanto mítico-religiosas fundadas nas simbologias e nas representações figuradas. De acordo com os relatos gregos, foi com a criação de Pandora que a humanidade se tornou dupla no aspecto sexual, composta, a partir de então, de dois sexos: o masculino e o feminino, “ambos importantes à descendência humana.”⁹⁹ O historiador das sociedades antigas Jean-Pierre Vernant nos incitou a pensar a questão da divisão sexual e o movimento do tempo a partir da seguinte hipótese:

⁹⁷ A longa duração conforme Fernand Braudel é o tempo lento a se escoar, mas também a duração social, os tempos múltiplos e contraditórios presentes na realidade social. Ver: BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre história**. Trad. J. Ginsburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 43.

⁹⁸ PIERRE-VERNANT, Jean. **O universo, os deuses, os homens**. Trad. Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 10.

⁹⁹ Ibid., p. 70.

Agora a humanidade é dupla, não é mais constituída unicamente do gênero masculino. É composta de dois sexos diferentes, ambos necessários à descendência humana. Desde que a mulher foi criada pelos deuses, os homens já não estão no mundo espontaneamente, mas nascem das mulheres. Para se reproduzirem, os mortais têm de se acasalar, e isso dá início a um movimento diferente do tempo.¹⁰⁰

O tempo, eis a grande questão da história humana. Pandora é sinônimo de tempo. Ela representava, de acordo com o mito grego, o presente que se realiza e as esperanças de futuro, mas, sobretudo, o passado que se deve esquecer, pois este encarnava a mortalidade dos homens sem herdeiros, sem continuidade da espécie. Com Pandora, surgiu então o acasalamento, a procriação humana e a sensibilidade para fazer a dissociação entre “as aparências daquilo que se deixa ver, escutar, e as realidades.”¹⁰¹ Para os gregos a mulher portava uma aparência enganadora e dissimulada, possuía um espírito miserável e mentiroso, o que justificava mantê-la dominada e controlada e subserviente ao poder masculino.

Mas, contraditoriamente, a mulher reúne a beleza e as desgraças da vida humana. Ela resume todas as contradições da existência humana. A mulher é “a marca de uma vida civilizada por ter sido criada à imagem das deusas.”¹⁰² Mas é preciso lembrar que o tempo também se configura como a esperança, que representa o vir a ser, o devir humano. Esperança influenciando as ações em todas “as esferas da existência”¹⁰³ (economia, sociedade, política, cultura, justiça) de homens e mulheres, pois mais do que um sentimento, a esperança é também uma expectativa reguladora de costumes, normas, regras e leis. Aliando a esperança às representações, os homens monopolizaram decisões e escolhas pertinentes as práticas e experiências femininas.

¹⁰⁰ Ibid., p. 71.

¹⁰¹ PIERRE-VERNANT, op. cit, p. 74.

¹⁰² Ibid., p. 74.

¹⁰³ NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogério F. da. (org.) **Nova História em perspectiva, vol. 1: Propostas e desdobramentos**. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 59.

É nesse sentido que as representações e/ou mitos de Pandora, Eva e Lilith explicaram de maneira coerente a divisão dos papéis sexuais e de como as conflituosas e contraditórias relações entre gênero, classe¹⁰⁴ e raça existiram *em* relação entre si e por meio dessas relações. Esses fenômenos estão circunscrito na longa duração, contudo é preciso considerar que “as diversas séries de fenômenos evoluem de forma diferenciada; cada uma tem seu próprio andar, seu ritmo específico que a define em ligação com outros traços característicos.”¹⁰⁵ Nesse sentido, a violência contra as mulheres e aquela praticada por elas no sul de Mato Grosso, no século XIX, variava na intensidade e no tipo daquela praticada pelos homens. A violência praticada entre elas possuía certo grau de objetividade, era mais premeditada. Mas, elas também reagiram com violência, movidas por fortes emoções e sentimentos de raiva, ódio e vingança. Ao assumir o papel de agressora a mulher vingativa, por exemplo, pesava as consequências dos atos, agia de forma menos impulsiva e mais coerente com seus motivos. O caso das três mulheres que “munidas de uma navalha e uma tesoura dirigiram-se a casa de M. I. e aí a espancaram barbaramente com um chicote [...]”¹⁰⁶ porque a mesma fazia “intrigas”. O crime premeditado pelas três envolvidas resultou em um Termo de Desistência registrado em cartório pela vítima.

Nos processos criminais em que mulheres contratavam um assassino para matar os maridos, amantes ou inimigos evidencia-se a objetividade, que é mais comum nos homens, da ação violenta perpetrada por elas, como aconteceu com A. R. M., assassinado com um tiro enquanto dormia.¹⁰⁷ Mas, quando a mulher era a vítima da agressão ela recorria as “armas” disponíveis. Afinal numa situação de emergência o mais importante era a defesa da vida e da honra moral e sexual. Elas não foram vítimas passivas, desprovidas de capacidade para

¹⁰⁴ Classe aqui entendida como um “fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico.” Ver: THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. 1, p. 9.

¹⁰⁵ PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 113.

¹⁰⁶ MTJMS, caixa 116; processo-crime 11; 1886; Paranaíba.

¹⁰⁷ MTJMS; caixa 117; processo-crime 10; 1888; Paranaíba.

elaborar estratégias ou táticas contra a dominação, os abusos e as ações violentas praticadas por homens ou outras mulheres. Da mesma forma que procuravam sobreviver exercendo todo tipo de atividade que lhes rendesse algum ganho financeiro, também lutaram contra a violência e as injustiças a que estavam constantemente submetidas. A vítima M.J. F. declarou que o marido lhe deu uma bofetada que a fez despencar do cavalo, em seguida a chicoteou e depois a perseguiu com uma garrucha de dois canos, tudo por causa da arrumação dos trens.¹⁰⁸ Não nos é possível ver como terminou esse caso, porque o processo-crime ou não foi concluído ou faltam páginas.

As primeiras referências historiográficas para minhas pesquisas vieram da leitura da obra de Maria Odila Leite da Silva Dias. Seu estudo sobre a situação das mulheres pobres, sós, de marido ausente, brancas, negras e mulatas, vivendo as intensas mudanças promovidas pelo processo de crescimento demográfico e urbanização na cidade de São Paulo, no século XIX, me ajudou a pensar sobre os papéis sociais assumidos e vividos pelas mulheres no sul de Mato Grosso após se envolverem com a violência. Em sua análise, Dias demonstrou que a reconstrução dos papéis sociais femininos, naquele contexto, inseria-se no processo histórico global de renovação da divisão do trabalho. Assim, a pesquisa foi para ela a forma mais coerente e promissora de lutar contra o plano do mito, das normas e estereótipo que se impõe tanto no cotidiano das mulheres das classes oprimidas quanto na historiografia moderna. O grupo feminino investigado por ela era composto de roceiras, costureiras, quitandeiras, lavadeiras, posseiras, fiandeiras, domésticas, passadeiras, doceiras entre outras, trabalhos desvalorizados e exercidos à margem da produção escravista e do incipiente trabalho assalariado.¹⁰⁹

As mulheres livres e pobres, conforme comprovou Dias, viviam de improvisar dia a dia a subsistência, preocupadas com seus afazeres domésticos, a criação de filhos e netos, com

¹⁰⁸ MTJMS, caixa 115, processo-crime 13; 1879; Paranaíba.

¹⁰⁹ DIAS, 2001, p. 23-25.

a venda dos excedentes da produção de milho, feijão, mandioca, arroz e, também de verduras, frutas, produtos caseiros, quitandas e com a prestação de serviços de limpeza, costuras e criadas de servir. Trabalhos considerados por muitos como aviltantes, por ser também uma atividade exercida por escravas.

Muitas mulheres eram chefes de fogos, assumiram posturas e compromissos normalmente atribuídos aos papéis masculinos, o que gerava uma constante tensão que reproduzia novos enfrentamentos com as autoridades, especialmente da polícia. Constatou Dias que as mulheres pobres, sem eira sem beira, lutaram pelo direito de praticar atividades comerciais, exatamente, naqueles espaços onde imperava a desordem e nos locais de maior trânsito de pessoas: as ruas da cidade em processo de expansão. De acordo com ela, a desordem que imperava era extremamente necessária à manutenção do *status quo* dos grupos detentores de capital econômico e político, pois esta era também uma forma de marcar rigidamente a hierarquia social entre as classes sociais. Dentre os grupos analisados pela historiadora, a família, segundo ela, foi um instrumento estratégico para a acomodação dos papéis sociais atribuídos às mulheres pobres, analfabetas e sós.¹¹⁰

Nessa perspectiva, cabe lembrar que:

[...] o mundo das mulheres, o trabalho, e a vida doméstica, palco de luta e de articulação dos 'micro poderes', só recentemente foram pesquisados e entendidos, não como anomalias dos processos em curso, mas, sim, como sintomas de mudanças na ordem social prescrita.¹¹¹

A família se configurava como o esteio do patrimônio patriarcal que se enraizou na sociedade brasileira. Mas para além do clã patriarcal, os menos dotados de fortuna formavam suas famílias conforme as necessidades econômicas, afetivas, sexuais, religiosas e culturais, e ainda, devido à proximidade e aos interesses. Num universo regido por relações escravistas

¹¹⁰ DIAS, op. cit., 53.

¹¹¹ SAMARA, 2005, p. 41.

tanto no cotidiano quanto no trabalho, homens e mulheres pobres livres e escravos se viram na contingência de serem solidários entre si. Embora a família patriarcal tenha predominado entre os grupos da elite, não devemos desconsiderar que existiram outras formas de família. Daí a relevância em dizer que me refiro a família solidária, isto é, um grupo social formado a partir de determinadas características comum aos seus elementos como, por exemplo, condição financeira, posição na hierarquia social, afetividade, sexo, crença, entre outras.¹¹²

Nessa perspectiva, creio ser relevante distinguir a partir dos processos-crime e inventários qual a noção de pobreza e riqueza presente na sociedade mato-grossense. De acordo com a documentação, observei que para a sociedade da época ser pobre significava não possuir coisa alguma, isto é, ser totalmente desprovido de bens móveis e imóveis. O indivíduo pobre era, então, aquele que não possuía nada além de sua força de trabalho e alguns poucos instrumentos que lhe permitia exercer uma atividade artesanal. Sobre as mulheres, a grande maioria das que eram pobres não sabia ler e/ou escrever, não possuíam casa, móveis, joias ou dinheiro, mas tão somente algumas poucas roupas de uso cotidiano.

Independente da condição financeira a rotina entre homens e mulheres tanto podia desembocar em conflitos como em atos de solidariedade. Foi o que ocorreu com a jovem de vinte anos M. de L. P., engomadeira, solteira e pobre que morava com outras mulheres após separar-se de seu amásio P. P. Um dia entrou ele abruptamente na casa da vítima e lhe deu um tiro na cabeça. Conforme a testemunha o réu “dissera: agora vou para a Bolívia e retirou-se do local.” O exame de corpo de delito comprovou que “a ferida não foi mortal”, isto é não mutilou e não causou inabilitação, embora os peritos tenham respondido ao 4º quesito “que houve destruição de uma pequena porção do cérebro”, mas isso não impediu ao réu de pedir a

¹¹² PERROT, Michele. Dramas e conflitos familiares. IN: ÁRIES, Philippe; DUBY, Georges. **História da Vida Privada. Da revolução à grande guerra**. Trad. Denise Bottamn. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, v. 4, pp. 263-285.

mudança da tipificação criminal. Inicialmente P. P. foi sentenciado no art. 201¹¹³ do Código Criminal. Em seguida o juiz alegou que como “o réu não tinha intenção de matar, pois foi levado a praticar o que praticou”¹¹⁴, mandou, então, dar baixa na culpa e passar o alvará de soltura. Não fosse pela presença da outra moradora naquele momento, provavelmente M. não teria sobrevivido ao ataque de fúria de P. P. Às vezes, era exatamente para evitar este tipo de situação que elas formavam pequenos núcleos de convivência diária, em que dividiam um pequeno quarto mesmo que tivessem filhos ou aparentados. Em alguns casos foram obrigadas pelas circunstâncias a morar no local de trabalho, às vezes, sem o mínimo necessário de higiene.

Diferentemente das mulheres pobres, as dotadas de riqueza possuíam gado, terras, escravos, casas, móveis, pratarias, porcelanas, roupas finas, joias e dinheiro.¹¹⁵ Para esmiuçar o rol de bens mais valorizados na sociedade consultei alguns inventários, os quais permitiram identificar diferenças e semelhanças entre os elementos constitutivos dos padrões econômicos¹¹⁶ daquela região. O inventário de G. C. P que morreu em 1859 trazia relacionado os seguintes bens a serem divididos entre os herdeiros: 01 panela pequena de ferro; 01 chocolateira; 02 rodas de fiar; 01 cama de cobre e 01 de ferro; 01 escravo.¹¹⁷ Não constava nenhuma propriedade. Diferente do inventário de G. N. F que apresentou bens de maior valor como muitos lotes de sesmaria; casa de moradia; escravaria; joias; gado vacum e cavalar; uma fazenda e outros bens de menor valor a época.¹¹⁸ Com o passar do século e após ser sancionada a Lei de Terras e a Lei de Cessação do tráfico de escravos a propriedade rural passou a ser o bem mais valorizada no país.

¹¹³ Art. 201. Ferir ou cortar qualquer parte do corpo humano, ou fazer qualquer outra ofensa física, com que se cause dor ao ofendido. Penas - de prisão por um mês a um ano, e multa correspondente á metade do tempo. . BRASIL. Código Criminal do Império do Brasil. FILQUEIRAS JUNIOR, Araújo. 2. ed. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1876, p. 227.

¹¹⁴ MTJMS, caixa 149; processo-crime 15; 1882; Corumbá.

¹¹⁵ MTJMS, caixa.02; processo-crime 09; 1849;Paranaíba; caixa 05; processo-crime 08 ; 1870; Paranaíba; caixa 157; processo-crime 04; 1863; Miranda.

¹¹⁶ MELLO, 1990, p. 126.

¹¹⁷ MTJMS; caixa 01; inventário 12; 1859; Paranaíba.

¹¹⁸ MTJMS; caixa156; inventario 01; 1873; Miranda.

Muitas das mulheres presentes nos processos-crimes amealharam a riqueza casando-se várias vezes, outras herdaram a fortuna da família. Não foi fácil precisar o grau de pobreza e riqueza para um período tão longo como o estabelecido neste estudo, 1830 a 1889, pois tanto os aspectos econômicos quanto as estruturas sociais passaram por transformações as quais conspiraram para criar pobres diferenciados e formas modernas de riqueza. A ideia foi recorrer à historiografia atual e às fontes elegidas para este estudo para nuançar o significado de pobreza e riqueza, pois nos documentos tais noções se aproximam mais da almejada realidade histórica. E nesse sentido Gertrude Himmelfarb ponderou:

Este enfoque está destinado a evitar las trampas usuales del impresionismo: las citas casuales, los trozos y los fragmentos de evidencia tomados fuera de contexto, lo trivial y lo esotérico que atestigua más el esfuerzo y el ingenio del historiador que la realidad de la situación histórica.¹¹⁹

De acordo com o estudo desta autora, o historiador deve considerar não apenas os bens materiais para determinar a condição socioeconômica dos indivíduos. Faz-se necessário distinguir suas ideias, crenças, valores e qual a posição que ocupava na hierarquia social, pois outros tipos de capital, que não o econômico, permitia ao indivíduo acumular poder. Diversificam-se as relações sociais com novas formas de produção capitalista, o que produz e reproduz espaços de convívio sexuais, que são também espaços vigiados, em que a disciplinarização dos corpos é o elemento essencial daquilo que Michel Foucault denominou como anatomopolítica, que é a disciplina do corpo e da mente, independentemente da classe econômica, do sexo ou etnia.

A disciplina fabrica, assim, corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele, por um lado, uma “aptidão”, uma “capacidade”, que ela procura aumentar, e

¹¹⁹ HIMMELFARB, Gertrude. **La idea de la pobreza: Inglaterra a principios de la época industrial.** (introdução). Trad. Carlos Valdés. México: Fondo de Cultura Económica, 1988, p. 23.

inverte, por outro lado, a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dele uma relação de sujeição estrita.¹²⁰

A imposição da disciplina às mulheres impregnava suas “falas”, expressões, reticências e nos modos sutil ou provocador de relatar o que viu ou pensou ter visto sobre a violência praticada por mulheres ou contra mulheres. A mesma experiência também denunciava o papel social assumido por cada uma no interior da sociedade. Suas impressões seja pela maneira como descrevem os acontecimentos vistos ou por meio de expressões vagas como o “ouvir dizer” revelam conflitos de interesse, rixas e disputas rotineiras, sonhos e desejos, provavelmente não realizados.¹²¹ Elas não se expressavam como os homens diante das autoridades, “respondem às perguntas utilizando estruturas de pensamentos que lhes são próprias,”¹²² que pertencem ao universo feminino. Embora o interrogatório tivesse um mesmo e único padrão estabelecido pelo Código de Processo Penal de 1832, com as mulheres nem sempre era possível manter os ritos jurídicos.

Assim não era incomum que as autoridades deixassem de fazer questionamentos relevantes à vítima ou à ré. A falta de informações pessoais nos depoimentos dificulta a identificação dos papéis sociais assumidos por elas na sociedade mato-grossense. Não era infrequente aos homens e mulheres se sentirem constrangidos diante das autoridades, o que os levava a criar representações de si próprio. Tal postura se justificava se considerarmos que “a pessoa intimamente vinculada com as normas da comunidade sente a presença da sociedade mesmo quando esta não está presente, mesmo quando a pessoa em questão está sozinha.”¹²³ Com efeito, era comum aos réus, vítimas e testemunhas, homens e mulheres, titubear e responder de forma ríspida e superficial. Além disso, tanto podiam dissimular e mentir como

¹²⁰ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: a história da violência nas prisões**. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: : Vozes, 2008, p. 119.

¹²¹ MTJMS, caixa167; processo-crime 07; 1887; Miranda; caixa 146; processo-crime16; 1877; Corumbá.

¹²² FARGE, 2009, p. 39.

¹²³ HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p.120.

serem contundentes e dizer a verdade. Contudo, se muitas mulheres omitiram a verdade dos fatos provavelmente foi mais por medo e receio de represálias e castigos impostos por aqueles que detinham o poder do que para fugir das responsabilidades diante da Justiça. Assim, creio que:

[...] podemos, a partir dessas falas, reconstruir e dizer os modos de racionalidade e de indecisão que regulam as práticas e as ações, os códigos (submissos, normativos ou transgressivos) que regem as relações sociais ou as regulam, seja momentaneamente, seja de forma duradoura.¹²⁴

Para Boris Fausto, o crescimento dos índices de criminalidade estava imbricado ao processo de urbanização de São Paulo¹²⁵ e com o progressivo aumento no número de habitantes devido à chegada de imigrantes que vieram “fazer a América”. Também foram foco de sua investigação os instrumentos de repressão empregados pelo Estado para coibir os conflitos sociais e controlar segmentos da população, entre eles a mulheres. As pesquisas levaram-no a identificar de que forma ocorreu a naturalização do crime na cidade de São Paulo. Além disso, Fausto procurou apreender as regularidades que permitissem perceber valores, representações e comportamentos sociais, através da transgressão da norma legal.¹²⁶ Seguindo as sugestões desse pesquisador elaborei relevantes questionamentos para compreender a questão do envolvimento das mulheres com a violência e o crime ao sul de Mato Grosso, no século XIX.

Noutra direção, a historiadora Elizabeth Cancelli demonstrou que a relação existente entre violência, crime e Direito se constituiu no locus privilegiado para as ações políticas do Estado, as quais “demarcaram de forma muito clara os valores étnicos e morais, a ideia de sociedade e mesmo a de nação que vinha sendo delineada, [...]”¹²⁷ também pelas práticas

¹²⁴ FARGE, 2011, p. 62.

¹²⁵ FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 9.

¹²⁶ FAUSTO, op. cit., p. 17.

¹²⁷ CANCELLI, Elizabeth. **A cultura do Crime e da Lei 1889-1930**. Brasília: UnB, 2001, p. 15

médicas e científicas. Para Cancelli, os políticos, médicos e intelectuais brasileiros, especialmente os bacharéis em Direito, além de adotar as noções de controle e vigilância, amplamente empregada por homens como Beccaria, John Howard, Jeremy Bentham, nos séculos XVIII e XIX, também procuraram transformar os aparelhos de punição e repressão em máquinas precisas de controle dos comportamentos de homens e mulheres vivendo no Império. Para tanto, associaram tais noções e práticas aos múltiplos aspectos da violência, para, então, produzir e reproduzir uma cultura do crime e da lei.

Com já foi dito, durante todo o século XVIII e XIX a população de Mato Grosso viveu em locais isolada, totalmente esparsa, sobrevivendo das trocas informais e da produção familiar, com poucos produtos adquiridos no comércio local. Dentre outros havia o sal, constantemente contrabandeado para a Bolívia, o ferro, e os instrumentos de trabalho. As mulheres participaram ativamente do comércio, nas derrubadas das matas, nas plantações e colheitas, além de cuidar dos afazeres domésticos. O artesanato, os cuidados com a horta, os doces caseiros, os serviços de lavar e passar roupa, costurar, enfim todo trabalho relacionado ao lar era realizado por elas nas pequenas vilas e cidades. As mulheres dotadas de riqueza contavam com escravas negras ou índias nos afazeres domésticos.

Algumas para sobreviver mantiveram-se como amantes daqueles homens dotados de bens de fortuna. Aliás, não era incomum uma moça não virgem se tornar concubina de algum mandão local. O concubinato era uma instituição relativamente tolerada pela sociedade e pela igreja desde o período colonial. A igreja tentou, por meio de regulamentos, coibir o amasiamento e ao mesmo tempo incentivar as uniões legais. Entretanto, para aqueles que não queriam ou podiam firmar um compromisso oficial o concubinato era a forma mais adequada de relacionamento amoroso. Sem uma “moral doméstica e conjugal apoiada na imagem de um casamento monogâmico”¹²⁸ as relações irregulares e informais eram aceitas por homens e

¹²⁸ LEONZO, Nanci. O casamento e a moral doméstica. IN: PERARO, Maria Adenir; BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. **Mulheres e famílias no Brasil**. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2005, p. 219.

mulheres. A instabilidade desse tipo de união interferia nas relações conjugais, o que também contribuiu para aumentar a incidência de casos de violência praticada entre os parceiros. Em geral o ciúme ou as recusas da mulher em continuar com a relação conjugal desencadeava o conflito entre o casal, terminando em muitos casos em homicídio como aconteceu com M. C. A vítima foi “barbaramente esfaqueada” porque não queria mais ser amasiada com A. P.

O casamento como privilégio da classe dominante supriu largamente as necessidades econômicas de manutenção de poder e a continuação da posse de bens numa mesma família. Assim, enquanto estratégia de controle e vigilância empreendida por este poder “é possível acompanhar a utilidade da tentativa de implantar uma moral e uma ordem onde o casamento tinha importante papel, ainda que simbólico.”¹²⁹ Com efeito, dentro da racionalidade liberal que inventou o culto de domesticidade, o espaço doméstico delimitado pelo casamento tornou-se a esfera natural em oposição a esfera política, o que favoreceu a reprodução da submissão natural feminina aos sexo masculino. Sem que o percebessem o casamento legitimava essa submissão e contribuía para “tornar invisível o trabalho das mulheres negando, assim, seu valor econômico.”¹³⁰

Nessa perspectiva, convém ressaltar que como parte das malhas do poder, os rituais de domesticidade eram impostos tanto pela família no convívio cotidiano quanto pela sociedade através de mecanismos jurídicos, econômicos, políticos, ideológicos e religiosos a todos os indivíduos, mas, especialmente às mulheres. Anne McClintock explicitou que a “domesticidade denota tanto um espaço (alinhamento geográfico e arquitetônico) quanto uma relação de poder.”¹³¹ Mas, esse poder não se vinculava à ordem “natural”, pois era dotado de uma genealogia histórica, que não deve ser concebida como sendo natural e universal. Para o caso de Mato Grosso, é possível verificar que esta disposição se encontrava nos

¹²⁹ CORREA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ARANTES, Antônio et. al. **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Unicamp, 1994, p. 30.

¹³⁰ McCLINTOCK, Anne. **Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Trad. Plínio Dentzien. São Paulo: Unicamp, 2010, p. 256.

¹³¹ Ibid., p. 63.

procedimentos judiciais, na oitiva das testemunhas e nas sentenças dos magistrados. Em sua análise a pesquisadora concluiu que “o culto da domesticidade envolve processos de metamorfose social e sujeição política das quais o gênero é a dimensão permanente, mas não a única.”¹³² E envolve todos num mesmo processo de interdependência constante, homens e mulheres, pobres e ricos, no lar, no lazer e no trabalho. A partir dos documentos pude constatar que as mulheres indígenas, escravas, negras libertas e pobres livres trabalhavam tanto na esfera do doméstico quanto nas atividades de pastorear, ordenhar vacas, além de plantar, capinar, roçar, limpar, cortar e colher os frutos das hortas e pomares. Trabalhavam de sol a sol. Como a testemunha M. B. que declarou que “vive de qualquer trabalho que lhe dê de comer [...]”.¹³³ Já as mulheres que residiam nas pequenas vilas e cidades procuravam sobreviver através do pequeno comércio, da prostituição, das atividades artesanais ou como criadas de servir.

Embora a grande maioria delas, mesmo entre as mais abastadas de bens de fortuna, vivesse no cotidiano uma vida dura e difícil, elas não se abstiveram de manter hábitos essencialmente femininos como os cuidados com o vestuário. Certo memorialista que viveu por muitos anos em Mato Grosso observou que as mulheres primavam pelo traje que vestiam. Assim deixou registrado que:

O ‘toalete’ destas é as mais das vezes irrepreensível, denotando sempre um apurado gosto pelos objetos de luxo, e por esses pequenos ‘nadas’ que podem consumir grossas fortunas. Também a classe baixa veste-se com luxo superior ao que comportam as suas forças. Não é raro ver-se uma negra arrastando finíssimas cambraias, tarlatanas, lãsinhas e até sedas de alto preço. O mesmo se dá com outras classes.¹³⁴

As palavras do autor mostram, mais uma vez, a intensidade com que os princípios da dominação masculina regiam as estruturas de pensamentos de homens e mulheres no século

¹³² Ibid., p. 63.

¹³³ MTJMS, caixa 148; processo-crime 01; 1880-1884; Corumbá.

¹³⁴ MOUTINHO, 1869, p. 14.

XIX, em Mato Grosso. Era nesse universo pluralista que se definia a forma como elas se percebiam e eram percebidas socialmente enquanto seres estéticos, o que as estimulava a cuidar de sua beleza, elegância, gestos, postura, corpo e vestimentas. Sob tais circunstâncias, “o ser ‘feminina’ é essencialmente evitar todas as propriedades e práticas que podem funcionar como sinais de virilidade [...]”.¹³⁵ E a feminilidade projetada pelos trajes, maquiagem e postura serviu como pretexto para negar-lhes o acesso a qualquer tipo de poder político, econômico e simbólico, pois o espaço público era por excelência o espaço das cartolas, das casacas e dos charutos, embora algumas mulheres também fizessem uso de cachimbos e charutos. Moutinho teve a oportunidade de observar numa cerimônia de casamento que a noiva “[...] trançou os braços sobre o joelho e aceitou um cachimbo que lhe ofereceu o noivo. Sorveu nele gostosas fumaças que impregnarão o ar de um fétido de sarro, mas que o noivo, que se achava ao lado ébrio de ventura, aspirava com delícias.”¹³⁶

Os “pequenos ‘nadas’ que podem consumir grossas fortunas”¹³⁷ nas palavras de Moutinho nos remete ao mito de Pandora. Para os gregos as mulheres, principalmente aquelas como Pandora, eram devoradoras de alimentos, fortunas e sexo, seres excessivamente vorazes. Na visão da sociedade do século XIX, a mulher, a esposa, é como o fogo que queima, pois consome as forças do marido continuamente, dia após dia, que o resseca e envelhece prematuramente. Assim como Pandora “que Zeus introduziu nas casas e que queima os homens sem que seja preciso acender qualquer chama.”¹³⁸ Para Moutinho, o excesso com a vestimenta era um luxo desnecessário. Através de suas palavras é possível perceber que a violência simbólica contra as mulheres serviu também para sustentar princípios classistas e raciais.

¹³⁵ BOURDIEU, 2010, p. 118.

¹³⁶ MOUTINHO, op., cit., p. 110.

¹³⁷ Ibid., p. 10.

¹³⁸ Ibid., p. 73.

Neste universo rude, caracterizado pela dominação masculina e simbólica, elas apelaram para a violência na resolução de conflitos e das divergências que surgiam em situações ocasionais. Não era improvável a mulher reagir de forma violenta contra outros indivíduos do grupo, sobretudo, em determinadas circunstâncias econômicas.

Constatei que com as mudanças produzidas pelas novas formas de produção e divisão social do trabalho, as mulheres passaram a conviver mais com a violência física no cotidiano. Conforme os resultados da pesquisa (Cf. Tabela 1), as ofensas físicas concentram um número maior de réus do que as outras tipologias criminais, o que significa que as mulheres participavam mais diretamente da violência cotidiana como as brigas, espancamentos, revides, rixas amorosas, ou seja, o denominado pequeno delito. Sabe-se que muitos processos de ofensas físicas, furtos e roubos não passavam da fase da denúncia pelo promotor público, enquanto que os homicídios, normalmente, chegavam até a sentença final. Dificilmente um homicida conseguia esconder seu crime, acabava quase sempre sendo denunciado à polícia. Já as ofensas físicas nem sempre eram denunciadas, pois tudo dependia: primeiro da disposição da vítima para fazer a denúncia; segundo do resultado da ação violenta; e terceiro da confiança nas autoridades. O defloramento e o estupro eram crimes também contra a moral e os bons costumes da sociedade, portanto, os réus transgressores da ordem não poderiam passar impunes, isto quando realmente eram denunciados. Por vários motivos algumas mulheres optavam por não denunciar seus algozes.

Bastante comum era denunciar os crimes de defloramento e estupro, especialmente quando a vítima era uma menina pobre. A participação expressiva num total de dezoito mulheres réus (Cf. Tabela 1) mostrou que elas não ficaram totalmente passivas diante das circunstâncias econômicas, políticas, jurídicas e sexuais impostas pela dominação masculina, pois reagiram e agrediram conforme a situação vivida naquele momento.

Tabela 1 – Condição das envolvidas em processos-crime segundo as tipologias.

Tipologia criminal	Vítima	Ré	Total
Homicídio	08	04	12
Ofensa física	07	10	16
Furto e Roubo	03	04	07
Defloração	05	00	05
Estupro	08	00	08
Total	30	18	50

Fonte: Processos-crime arquivados no MTJMS

Creio que, pobres ou ricas, as mulheres demandaram ações judiciais movidas pela expectativa de acesso à Justiça e ativação de seus direitos, ao menos é o que se depreende dos documentos que analisei. Ao que tudo indica, muitas experiências violentas envolvendo as mulheres nas comarcas localizadas ao sul de Mato Grosso se configuravam como estratégias de resistência contra a dominação masculina e familiar, a opressão das autoridades e daqueles privilegiados na hierarquia social. Talvez esta tenha sido a maneira encontrada por elas para lutar por oportunidades e privilégios junto àqueles que possuíam algum tipo de poder político, jurídico, médico, intelectual e militar. Diante da dominação, que podia ser masculina, mas também feminina, familiar, política ou jurídica, a resistência feminina se configurou como uma busca racional por um direito regulador de direitos e obrigações.

Cabe ainda pontuar que a relação entre o incipiente progresso industrial, o culto da domesticidade e da modelação dos comportamentos sociais de homens e mulheres contribuiu para solidificar as bases racionais e modernas da ordem social, sob o Império, assente no tripé: ordem econômica, ordem legal e ordem moral. Tais ordens se fundamentavam no ideário político de conciliação forjado por forças liberais e conservadoras, que durante o Império se revezaram na condução do projeto de nação civilizada subsidiado pelo ideal de progresso. E, a ocupação do território brasileiro era parte essencial nesse projeto de nação.

Pode-se dizer que participaram de forma incisiva e direta nesse processo de ocupação, colonização e transformações sociais nos sertões mato-grossenses as mulheres, casadas e solteiras, viúvas e abandonadas, ricas e pobres, brancas, negras e índias. Enfim todas aquelas que acompanhavam maridos, filhos, pais e companheiros no desbravamento das terras por colonizar, ajudando, quando necessário no transporte de cargas e na preparação dos alimentos que eram distribuídos entre todos os membros do grupo. Além disso, elas também lavavam a roupa e cuidavam dos enfermos. Mulheres enleadas com as teias produzidas pelos costumes patriarcais e pelas circunstâncias vividas no interior das fazendas, fechadas num universo predominantemente masculino. Embora não tivessem plena consciência de seus direitos e desconhecassem como funcionava o sistema judiciário, elas não se abstiveram em demandar na Justiça por justiça quando envolvidas com a violência física e simbólica.

Sabe-se pelos relatos dos viajantes, processos de inventários e memórias que as mulheres mais bem dotadas de fortuna dispunham de algum conforto e luxo, ainda que isso as tornasse mais submissas e subservientes ao senhor patriarcal. Algumas, inclusive ocasionalmente, recebiam visitas ilustres de estrangeiros europeus. Gozavam de pouca liberdade de ação ou escolhas dentro desse sistema patriarcal que lhes tolhia a sexualidade, o prazer e a autoridade. Gilberto Freyre observou com propriedade esta situação:

Um sistema complexo como foi o patriarcal, no Brasil, tinha que ser como foi um sistema de base biológica superada pela configuração sociológica. Um sistema em que a mulher mais de uma vez tornou-se sociologicamente homem para efeitos de dirigir a casa, chefiar família, administrar fazenda.¹³⁹

Questões que a historiografia mais atualizada tem mostrado como relevante para compreender as relações de poder vivenciadas por homens e mulheres. Sob essa perspectiva foi possível apreender que muitas mulheres diante de determinada conjuntura se viram obrigadas a assumir a responsabilidade pelo sustento, chefia, e negócios da família, ou por

¹³⁹ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos.: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano**. 15. ed. São Paulo: Global, 2004, p. 249.

causa da morte do patriarca ou apenas na ausência deste. Aliás, exemplos não nos faltam. Foi, provavelmente, o que aconteceu com a Baronesa de Vila Maria e outras quase anônimas como A. R. e A. J. entre outras.

Muitos viajantes quando em visita ao Brasil observaram que as mulheres da classe dominante não tinham por hábito se mostrar publicamente, procurando manter distância social e física do universo por onde transitavam escravos, pobres livres, ambientes marcados pela violência e falta de higiene pública. O processo de domesticidade impunha comportamentos individuais condizentes com os papéis sociais informados a elas, os quais eram cotidianamente induzidos pelas relações hierárquicas com os homens. Assim,

Da mulher-esposa, quando vivo ou ativo o marido, não se queria ouvir a voz na sala, entre conversas de homem, a não ser pedindo vestido novo, cantando modinha, rezando pelos homens; quase nunca aconselhando ou sugerindo o que quer que fosse de menos doméstico, de menos gracioso, de menos gentil; quase nunca metendo-se em assuntos de homem.¹⁴⁰

Essa circunstância não fazia parte da vida daquelas mulheres livres pobres que dependiam do movimento da rua, dos portos, dos lavadouros públicos e das fontes. Nestes locais, elas encontravam a clientela necessária à sobrevivência, pois ali vendiam e compravam os excedentes das lavouras, roças, hortas e pomares; trocavam e barganhavam produtos, serviços e favores, embora tivessem que lidar com o fisco e a polícia. Trabalhavam para sobreviver empregando-se como criadas de servir, costureiras, lavadeiras, fiandeiras, bordadeiras, amas de leite, além de produzirem utensílios de barro, argila e palha, os vestuários e um diversificado artesanato. Todo esse movimento contribuiu para criar as oportunidades para resolver antigas e novas pendências, rixas e divergências entre elas, o que deflagrava atos de violência que, não raro, terminaram em processos criminais.

A confusão entre A. T. e A. B., moradoras de Paranaíba, começou, possivelmente, por conta das “fofocas depreciativas” que uma lançou contra a outra. A. T. sentiu-se insultada

¹⁴⁰ Ibid., p. 224

pela outra e foi tirar satisfações. A conversa entre elas terminou em agressão, confirmada pelo exame de corpo de delito, procedido em A. B. Embora a perícia médica tenha apresentado um ferimento leve, o juiz baseou sua sentença nos depoimentos dos testemunhos que afirmaram que as duas brigavam “às mãos”. Não obstante A. T. estivesse com um canivete, declarou que o manteve fechado. A ré ficou presa de maio de 1859 a 3 de janeiro de 1863, quando então foi absolvida.¹⁴¹ Os artigos 201 a 206 do Código Criminal de 1830 postulavam que a ofensa física tanto podia ser:

O ato de ferir ou cortar qualquer parte do corpo humano, ou fazer qualquer outra ofensa física que se cause dor ao ofendido como mutilação, deformidade, destruição de membros, como também qualquer ato que causar dor física com o único fim de o injuriar. As penas previstas iam de um mês no grau mínimo até nove anos e quatro meses no grau máximo de prisão e mais multa correspondente.¹⁴²

Como as testemunhas não confirmaram o uso da arma – o canivete –, o juiz ficou sem provas para penalizar a ré pela agressão contra A. B. Por outro lado, percebe-se que a ofensa física foi o resultado de um contexto marcado pela violência desde o início dos constrangimentos entre elas. O crescimento comercial, a melhoria nas condições de vida, a mobilidade social, o afluxo de imigrantes nacionais e estrangeiros e de capitais financeiros alteram significativamente as relações sociais no sul de Mato Grosso. Fatos que estimularam o crescimento demográfico e a urbanização das pequenas vilas. O contingente de pessoas modificou antigos hábitos e costumes, intensificando a ruptura dos padrões de comportamento assentes no modelo patriarcal que influenciou até mesmo as mulheres vindas de outra cultura como a paraguaia, por exemplo.

A Sra. G. era paraguaia, analfabeta, lavadeira e engomadeira. M. R. também paraguaia, dona de casa, era a patroa que injuriou uma das amigas de G. por nome Tomasina.

¹⁴¹ MTJMS; caixa 114; processo-crime 06 ; 1859; Paranaíba.

¹⁴² BRASIL. **Código Criminal do Império do Brasil**. FILQUEIRAS JUNIOR, Araújo. 2. ed. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1876, p. 227.

Para defender sua amiga das injúrias, G. agrediu fisicamente a patroa. Algumas testemunhas revelaram que a briga começou porque M. R. estava devendo dinheiro à empregada e que a mesma se recusou a pagar a outra. Após ser sentenciada a cumprir pena prevista pelo art. 201 do Código Criminal, G. recebeu de M. R., sua patroa e vítima, o Termo de Perdão.¹⁴³ Por um lado, a atitude de G. revela que havia um código moral entre as mulheres que deveria ser respeitado, o que provavelmente mantinha os laços de solidariedade do grupo, sobretudo entre os imigrantes, como neste caso. Por outro lado, crimes deste tipo eram considerados poucos relevantes pelas autoridades para que de fato fossem levados a sério.

Ao que tudo indica, as autoridades costumavam tratar o assunto como banal, irrelevante e desprezível. Com isso encorajavam os atos de violência e, como mencionou Hannah Arendt, “os implementos da violência, como todas as ferramentas, amplificam e multiplicam o vigor humano.”¹⁴⁴ Na esfera das experiências com violência é possível perceber que na prática elas não desejavam realmente ver a outra punida por crimes considerados ‘banais’, ao contrário, suas ações diante dos procedimentos judiciais permitem supor que elas agiam mais em função dos laços que as prendiam umas as outras do que para obter uma sentença punitiva. Ao que parece, foi esta a atitude de G. ao tentar defender sua amiga Tomasina das injúrias proferidas pela outra em espaço público: o salão de bailes. O Termo de Perdão e o de Acomodação também representavam um gesto restaurador dos laços de amizade entre as mulheres. Nota-se que inesperadas atitudes desembocavam em crimes, pois como apontou Arendt “reagimos com raiva quando nosso senso de justiça é ofendido.”¹⁴⁵ Assim, suponho que aquelas mulheres buscavam equilibrar a balança da justiça ao perdoarem-se umas as outras. Mas, parece que a Justiça pouco se incomodou com os desequilíbrios que privilegiavam apenas os mais bem situados economicamente na hierarquia social.

¹⁴³ MTJMS, caixa 149; processo-crime 14; 1882; Corumbá.

¹⁴⁴ ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**; trad. André Duarte. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 70.

¹⁴⁵ Ibid., p. 82.

Convém ressaltar que essa violência interpessoal produzia e reproduzia os padrões da dominação masculina e simbólica, acentuando que:

A tensão entre o ataque e a defesa era um estado constante e estava em relação direta com a legitimação social da violência como forma corriqueira de solução dos conflitos cotidianos, sendo sua banalização consequência da indiferenciação das situações sociais em que ela se faria legítima, necessária e incontornável.¹⁴⁶

Mas, estas atitudes femininas não devem ser vistas apenas como reações violentas na busca pela resolução de pequenas questões, antes é preciso considerar que cada uma dessas mulheres ocupava uma posição diferenciada na estrutura e no interior do espaço social. Assim, era preciso lutar para manter as conquistas sociais e econômicas. E no que tange aos espaços dos “fazer” feminino, possivelmente, elas acabavam concordando que o melhor para todas era manter a sociabilidade e os laços comunitários, pois nunca se podia prever quando uma poderia precisar da ajuda da outra para servir, inclusive, de testemunha em um inquérito policial ou processo criminal.

Tenho procurado desvelar a presença das mulheres envolvidas com a violência, fazendo-as existir a partir de relações sociais complexas e interdependentes, o que comporta em desconstruir imagens sedimentadas por uma sociedade com predominância masculina, posto que no século XIX a mulher era vista como

[...] quase criança, vivendo seus primeiros anos sob a tutela de um pai despótico e, mais tarde, sob o controle estrito do marido, ao qual, de acordo com o costume, a lei e a religião, ela devia total obediência; uma criatura sexualmente inibida, mas que poderia de repente romper as barreiras que a cercavam e se entregar aos desvarios da paixão, e por isso era estreitamente vigiada; uma mulher com pouca ou nenhuma educação e iniciativa, que aspirava apenas ao casamento e à maternidade [...]¹⁴⁷

¹⁴⁶ VELLASCO, 2004, p. 232.

¹⁴⁷ COSTA, 2007, p. 494.

Sabe-se que o século XIX foi prodigioso em elaborar imagens da mulher como sendo submissa, dócil e incapaz. Estes estereótipos permearam os discursos políticos, médicos e a historiografia tradicional. A mulher para muitos homens era um ser inferior, tanto no aspecto intelectual quanto orgânico, incapaz de realizar atividades complexas, pois sua estrutura biológica era frágil, o que, conseqüentemente, também a impedia de praticar atos de violência, exceto, quando apelava para as artimanhas próprias do sexo feminino como a dissimulação, a perfídia e a astúcia. E isso na visão de muitos homens era recorrente, já que tais características faziam parte das estruturas mental e biológica do sexo feminino. Parte dessa problemática estava relacionada com a virgindade feminina, a ruptura do hímen e a manutenção da honra de homens, mulheres e família.

CAPÍTULO 2 - AS MÚLTIPLAS FACES DA CRIMINALIDADE.

2. 1. VIOLÊNCIA E PODER: PONTOS E CONTRAPONTOS

Eu não recearia muito as más leis se elas fossem aplicadas por bons juizes. Não há texto de lei que não deixe campo à interpretação. A lei é morta. O magistrado vivo. É uma grande vantagem que ele tem sobre ela. (Anatole France, século XIX)

Em 1902, o inglês Sir Percy Falcke Martin viajou por cinco repúblicas na América do Sul: Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e Venezuela. O foco de interesse deste viajante era conhecer de perto a agricultura, as manufaturas, os transportes e as condições comerciais em cada território. Após sua viagem, publicou o livro *Through Five Republics (of South América)* em que comparou, a partir de suas observações e constatações, as diversas questões políticas, econômicas, sociais e jurídicas entre as repúblicas. Interessa-nos apenas os apontamentos e as críticas do autor no que se refere ao sistema jurídico brasileiro, o que ele fez ao iniciar o capítulo IX. Martin começou seu relato lembrando que Sir Robert Walpole acreditava que “todo homem tem seu preço” e que certamente se ele conhecesse qualquer coisa do Brasil e dos brasileiros teria ampla justificativa para crer em tal afirmação. Na sequência, referindo-se à Justiça brasileira observou que: “Justice is bought and paid for in Brazil precisely the same as any merchantable commodity”.¹ E não ficou apenas nisso, pois dando continuidade à constatação do que afirmava passou a expor o seguinte episódio:

There is even a market tariff for the favour of jurymen, and when I was last in Brazil the price had gone up to £ 250 per man. The occasion upon which the tariff was adjusted was the trial of a Government official – a Postmaster at a big centre – for stealing \$ 150.000, 00, equal at that time to about £ 7,500. He did not embezzle it – he simply stole it from the safe and then disappeared. Speedily he was found and arrested, but his wife had the money

¹ MARTIN, Percy Falcke. **Through five republics (of South America)**. London: William Henemann, 1905, p. 233.

carefully stowed away, and used a portion of it to secure her husband's acquittal, as was originally intended. After many months the man came to trial. The jury were, carefully selected – the Judge also. Each 'good man and true' received £250, and the Judge was considerably dealt with. Thus, while there was no more question about the prisoner's guilt than there was about the nose upon his face, he was 'honorably acquitted'. It cost him nearly £4,000 of his plunder, but still he came off £3,000 to the good and no doubt by this time he has secured another Government billet.²

Outros casos mostrando os expedientes utilizados pelo judiciário no andamento de processos criminais foram relatados pelo autor, mas creio este seja suficiente para prosseguir com a reflexão que tenho procurado fazer. Torna-se relevante compreender por quê situações como a explicitada por Percy F. Martin aconteciam no judiciário brasileiro e, ao que parece, eram tratadas por todos os envolvidos como algo natural, como se fizesse parte da vida dos personagens, dos procedimentos e das condutas jurídicas. De início convém lembrar que enquanto detentor de poder simbólico e legítimo representante do Estado, o judiciário monopolizando determinadas técnicas de poder produziu e reproduziu desvios nas práticas judiciais favorecendo aos que com ele compartilhava os resultados positivos da prevaricação ambiciosa e desmedida. Sabe-se que ao longo do século XIX tanto o judiciário como Estado passaram a deter o monopólio da violência simbólica,³ o que se traduzia em poder fazer e poder decidir conforme interesses particulares em detrimento dos interesses da sociedade.

A situação relatada acima mostra como essa violência simbólica, autorizada e reproduzida por todos que nela se envolveram contribuiu para encobrir o erro, o roubo, a verdade. Acontecimentos como o que foi relatado têm contribuído, ainda hoje, para acentuar a imagem de uma justiça venal que atende apenas aos apaniguados do poder, independente se homem ou mulher. Assim, o que venho tentando fazer é interpretar e reinterpretar a relação da sociedade com os vários níveis e formas de violência que marcam a vida do cidadão comum, pobre e rico, branco, afro-descendente e indígena, de ambos os sexos. Para tanto, é preciso

² O símbolo £ significa libras esterlinas, moeda inglesa.

³ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: formação do estado e civilização**. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, pp- 187-189.

considerar que as sociedades modernas fabricam um “homem violento ou dócil, como o discurso sobre a violência fabrica sujeitos resistentes ou conscientes e como sua reinterpretação pode trazer novos acontecimentos que a obrigam a adotar um outro rosto”⁴. Também não se trata de fazer crítica às posturas de alguns membros da magistratura do século XIX, ao contrário, como bem observou Michel Foucault:

A justiça, não se deve esquecer, caminha com os juízes, e estes, por intermédio da justiça, inscrevem sua pequena mediocridade bem pessoal no corpo, no tempo, na liberdade, na vida e na morte dos outros. É o avesso do que chamamos os riscos do ofício. Essa é, por virtude do aparelho, a grandeza desses homens como todos nós: eles chegam a fazer grandes injustiças anônimas com minúsculas indolências individualizadas. É preciso desmontar racionalmente os primeiros, mas apontando com cuidado os segundo, [...] ⁵

Trata-se, portanto, de demonstrar que nem todas as atitudes da magistratura, no passado, se restringiram a atender aos interesses do poder econômico, político, jurídico, burocrático e religioso. Muitos realmente se comprometeram com as necessidades da sociedade, procurando ampliar o acesso da população à Justiça. É certo que exercer a profissão de juiz, promotor de justiça, delegado e subdelegado em comarcas praticamente esquecidas no interior do país impunha abdicar de uma vida de conforto, segurança e das relações sociais de convívio cotidiano. Ainda mais se considerarmos que os juízes, por exemplo, recebiam salários pífios. Mas, o cargo dava notoriedade e *status* social, sobretudo, na época do Império.

Não por simples coincidência que a magistratura togada e os juízes se empenharam para manter a Monarquia no poder, pois enquanto detentores de uma posição privilegiada dentro da sociedade, apoiados pela elite local, procuravam proteger os interesses políticos de seus partidários, evitando com isso que estranhos tomassem conhecimento de seus atos

⁴ FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 28.

⁵ FOUCAULT, Michel. **Segurança, penalidade e prisão**. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. Dito & Escritos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, v. VIII, p. 47.

ilegítimos. Fato é que magistrados e operadores do judiciário demonstravam tanta obediência ao poder do Estado, que se “esqueciam” de agir em conformidade com a lei, com sua formação, com as regras da instituição e da Justiça.⁶

Comprometidos com a construção do Estado, os operadores da Justiça, além de possuírem uma educação formal mais atualizada também tinham a “experiência da aplicação cotidiana da lei e sua carreira lhes fornecia elementos adicionais de treinamento para o exercício do poder público.”⁷ Dotados desse conhecimento muitos o exerciam de forma arbitrária, sobretudo nas províncias menos habitadas. A autoridade e o poder que emanavam do cargo eram aplicados com acuidade e justeza, mas, às vezes, eram empregadas de forma deturpada e injusta. Não que todos os magistrados não tivessem que prestar contas de seus atos, ao contrário, eles também estavam constantemente sob a vigilância da sociedade e de seus pares. Por vezes procuravam conduzir os procedimentos jurídicos e o jogo político visando transformar, especialmente, a justiça penal em uma “justiça funcional” como dizia Foucault.

Uma justiça que, como tantas outras instituições, tem de gerir uma sociedade, detectar, o que é perigoso para ela, alertá-la sobre seus próprios perigos. Uma justiça que se dá como tarefa velar sobre uma população, mais do que respeitar os sujeitos de direito.⁸

Com certeza a grande maioria dos membros do judiciário no século XIX não vislumbrava uma Justiça tão ampla e eficiente, embora o assunto já fosse pauta de muitos discursos em países da Europa. No Império brasileiro, as mudanças após 1822 apenas começaram a incomodar os conservadores no poder, em especial, quando se intensificou a organização no judiciário, cujo objetivo inicial desde que fora outorgada a Constituição em

⁶ Ibid., p. 131.

⁷ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 99.

⁸ FOUCAULT, 2012, p. 135.

1824 foi o de legitimar a autoridade e o poder dos magistrados. Compunham esse conjunto especial de homens os juízes formados em Coimbra e os jovens recém-formados pelas Escolas de Direito de Recife e de São Paulo, sendo nomeados pelo Imperador com a condição de que tivessem alguns anos de prática jurídica:

A este grupo heterogêneo de indivíduos la carrera de derecho le abría las puertas de la administración, la política y la sociedad. Los estudios de derecho em Coimbra habían sido durante largo tempo uma forma de familiarizarse con el concepto português del império y de sua forma de gobierno que les hacía concebir muchas ambiciones a los alumnos.⁹

A partir de 1828, tais ambições se tornaram comum entre aqueles que frequentavam as Escolas de Direito no Brasil. Na interação com os detentores de poder político, econômico, jurídico e religioso, os recém-formados não perdiam oportunidades e nem economizavam esforços para ascender na carreira jurídica. Ora participavam de forma incisiva na política local influenciando nos cargos eletivos ora engajavam-se nas campanhas para eleger representantes dos partidos conservador ou liberal com representação nacional. Compreende-se assim porque os magistrados coesos e solidários entre si inviabilizaram, até 1871, qualquer mudança na legislação que pudesse alterar a estrutura do judiciário. Ainda que fossem influenciados pela ideologia liberal, na prática, nem sempre cumpriram com a função de garantir a paz social através da mediação dos conflitos e atos de violência, características emanantes da doutrina liberal.

Naturalmente uma noção de liberalismo mais amplamente difundido nos países europeus com a França não se ajustava as condições de produção no Brasil, no século XIX. Haja vista os problemas gerados com a manutenção da escravidão que funcionava como um freio ao avanço da doutrina liberal, sobretudo na dimensão econômica. Assim, na acepção mais comum do termo, por liberalismo entende-se uma determinada “concepção de Estado, na

⁹ FLORY, Thomas . **El juez de paz y el jurado en el Brazil Imperial, 1808-1871**. Trad. Mariluz Caso. México: Fondo de Cultura Económica, 1986, p. 297.

qual o Estado tem poderes e funções limitadas, e como tal se contrapõe tanto ao Estado absoluto quanto ao Estado que hoje chamamos de social.”¹⁰ Nesse sentido, o Estado liberal era limitado tanto em suas funções quanto no concernente aos seus poderes. Mas, o liberalismo no Império brasileiro teve suas peculiaridades, se comparado ao liberalismo europeu, por exemplo.

As concepções do liberalismo na França, Inglaterra e Alemanha, no século XIX, diferiam da ideologia liberal praticada no Brasil. Nesses países, a esfera pública burguesa procurou resguardar sua autonomia privada através da Constituição que limitava as ações do Estado, enquanto que no Brasil Imperial, o aparato do Estado penetrava na esfera privada por meio dos grupos que dominavam a política e a economia local. É possível entender as mudanças de um Estado liberal de Direito, em países mais desenvolvidos economicamente para uma sociedade democraticamente organizada, se se considerar a continuidade de certas funções e obrigações do Estado, dotadas de alguns princípios democráticos presentes também na legislação.¹¹ Com raras exceções, a ideologia liberal esteve presente na maior parte das constituições modernas:

[...] as seções do catálogo dos Direitos Fundamentais são uma cópia do modelo liberal da esfera pública burguesa: garantem a sociedade como esfera da autonomia privada; contrapondo-se a ela, um poder público limitado a umas poucas funções; e, ao mesmo tempo, entre ambos, o setor das pessoas privadas reunidas num público que, como cidadãos, intermediam o Estado com necessidades das sociedades burguesas, a fim de, conforme a ideia aí subjacente, no meio dessa esfera pública, fazer com que a autoridade política dessa espécie devesse ser mensurada, parecendo então garantido, caso se partisse do pressuposto de uma sociedade com livre intercâmbio de mercadorias (com a sua ‘justiça’, intrínseca ao mecanismo de mercado e à troca de mercadorias, da igualdade de chances em obter propriedades, isto é: de independência privada e co-gestão política), que o intercâmbio das pessoas privadas ao nível de mercado e na esfera pública estivesse livre de dominação. Todas as relações de poder neutralizar-se-iam, então,

¹⁰ BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 7.

¹¹ HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Trad. Flavio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, pp. 40-42.

automaticamente dentro de uma sociedade de pequenos comerciantes, constituindo uma esfera emancipada da dominação.¹²

Se em muitos países europeus o processo de transformação no que concerne à lei foi lento e se concretizou mais plenamente no fim do século XIX, no Brasil, a tradição liberal permaneceu sendo utilizada “não em função de toda a sociedade, mas no interesse exclusivo de grande parcela das elites hegemônicas detentoras de poder, da propriedade privada e dos meios de produção da riqueza.”¹³ Nesse horizonte, sob o princípio de universalização dos direitos fundamentais e normalização da ordem social, o poder político público associado ao poder privado, conciliou a práxis liberal com o conservadorismo político do Império. Para tanto, recorreu à concepção de liberalismo posto pela esfera pública dominante cujo objetivo era reduzir os conflitos de interesses¹⁴, especialmente aqueles que giravam em torno da abolição dos escravos, mesmo que para atingir tal objetivo fosse preciso fazer uso da violência simbólica presente em suas instituições burocráticas e administrativas.

Como parte desse processo, o Estado, então, procurou ritualizar as práticas do Direito em consonância com o Estado de Direito, prática que visava, grosso modo, o consenso coletivo e a manutenção da ordem social. Todavia, na essência o que buscavam era garantir a continuidade da produção de riquezas, bens e a geração de mais capital financeiro. Entretanto, o Estado de Direito na sua acepção mais ampla não era compatível com o sistema escravista, com as influências do Poder Moderador e com as tênues liberdades no exercício das atividades judiciais. Ainda assim, os ideais liberais, principalmente aqueles vinculados ao liberalismo econômico¹⁵, se difundiram no Brasil. Portanto, é preciso considerar que:

O liberalismo também produziu outros tipos de ressonâncias socioeconômicas. Por um lado, para aqueles dotados de capital financeiro e

¹² Ibid., p. 260

¹³ WOLKMER, Antonio Carlos. **História do Direito no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999, p. 145.

¹⁴ HABERMAS, 1984, p. 271

¹⁵ GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 32.

com contatos políticos importantes, o liberalismo econômico favoreceu o acúmulo de riquezas, a livre empresa, os direitos de propriedade e comércio, ainda mais se se lembrar de que o grosso do trabalho era realizado pelo braço escravo. Por outro lado, em seu aspecto político e jurídico o liberalismo no Brasil limitava os direitos civis, políticos e sociais da maior parte da população brasileira, o que acentuou as desigualdades e as exclusões sociais num mundo onde a hierarquização nas funções definia o lugar social de homens e mulheres comuns.¹⁶

Mas o liberalismo também influenciou na elaboração das leis e nas transformações que vinham ocorrendo no judiciário. Assim, vamos encontrar no direito penal a definição das tipologias criminais, o *nomen júris* do delito e quais são os atos proibidos, que se configuravam como crimes contra a vida; a propriedade; o Estado; os costumes; a família; a administração pública; a fé pública; a incolumidade pública; o sentimento religioso; o respeito aos mortos e a propriedade imaterial. Nessa perspectiva torna-se necessário explicitar a diferença entre direito de processo e direito criminal ou penal. O último

[...] se preocupa em definir e explicar os atos proibidos (crimes) aos qual a lei atribui pena criminal. Já o direito processual penal regulamenta o modo como é investigado o crime; o modo como é demonstrada a verdade sobre o fato e sobre a responsabilidade criminal; e o modo como a decisão judicial deve resolver o conflito entre o interesse de punir e o interesse de liberdade que nasce com o crime.¹⁷

Cada campo de atuação do Direito visa atender às diferentes necessidades de organização e conformação da vida em sociedade. O Direito procurava formalizar e consagrar a ordem estabelecida. Na verdade era um esquematismo necessário para definir responsabilidades, verdades, e direitos. Mas especialmente, para partilhar o poder, torná-lo polarizado, pois só assim era possível ao Estado e às suas instituições concentrar mais poder. Partilhando e dispersando esse poder entre os que estão próximos ao aparelho de Estado garantia-se o equilíbrio necessário para poder governar e controlar a sociedade.

¹⁶ RODRIGUES, Marinete A. Z. **Criminalidade e relações de poder em Mato Grosso (1870-1910)**. Jundiá: Paco Editorial, 2012, pp. 42-43.

¹⁷ BAJER, Paula. **Processo Penal e cidadania**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 8.

Segue-se daqui que uma investigação histórica da violência e de um direito à Justiça deve abrir inúmeras possibilidades interpretativas sobre as relações de poder. Tal análise poderia considerar as implicações da violência na vida cotidiana de uma comunidade, grupo ou indivíduo, ou ainda como a violência interferiu na aplicação das leis no sertão mato-grossense. Todavia, o meu objetivo aqui foi apenas assinalar os aspectos mais contundentes relacionados aos conceitos de violência e Justiça e as implicações destas práticas sociais na vida das mulheres que buscaram na mediação judicial garantir o acesso ao Direito quando envolvidas em processos-crime e nos inventários de partilha de bens.

Notadamente, sabe-se que por desorganizar as estruturas socioeconômicas, muitos foram os historiadores, antropólogos, sociólogos, juristas e médicos a analisar a violência como fator desagregativo e, visceralmente negativa para a ordem econômica, social e jurídica. Outros, no entanto, procuraram demonstrar que até na violência existem vestígios muito específicos de positividade. Este foi o caso do cientista social George Sorel que, no início do século XX, abordou a questão da violência relacionando-a a ruptura que se produz no estágio de acomodação experimentado por algumas sociedades em dado momento de seu processo histórico.¹⁸ Conforme a abordagem soreliana, a violência seria uma manifestação da vontade de viver, fator decisivo à superação da inércia e do comodismo.

Partindo então do princípio de que a violência poderia ser positiva, quando praticada para fins nobres, como no caso de uma ação revolucionária e de uma greve, Sorel justificou que os homens deveriam exercê-la sem hipocrisia, pois a violência seria a garantia da realização das vontades e conquista da liberdade.¹⁹ Para reforçar ainda mais sua hipótese formulou a distinção entre força e violência. A força, segundo ele, teria por “objetivo impor a organização de certa ordem social na qual uma minoria governava, enquanto a violência

¹⁸ SOREL, Georges **Reflexões sobre a violência**. Trad. de Orlando dos Reis. Petrópolis: Vozes, 1993, pp. 201-204.

¹⁹ Ibid., p.199.

promovia a destruição dessa ordem social.”²⁰ É preciso lembrar que para Sorel a destruição da ordem social burguesa resultaria na ascensão do proletariado ao poder. Certamente, foi a partir da análise dos processos revolucionários pelos quais passou a sociedade francesa no século XIX e do *Caso Dreyfus* que o autor construiu sua abordagem.

Ao aprofundar sua análise de como a violência era intrínseca à luta de classes, Sorel procurou acentuar a diferença entre violência nobre, voltada para a liberdade, e violência bruta e opressiva, praticada por uma minoria que destruía as relações sociais. Mas é preciso considerar que o mesmo nutriu um ódio imenso pela burguesia e por seus padrões morais. Assim ele justificava o uso da violência pelos proletários como um meio para combater as injustiças e restabelecer a Justiça. Mesmo considerando o papel histórico da violência no desenvolvimento da sociedade brasileira, a violência da escravidão, a dominação masculina e o abuso dos poderes político, jurídico e econômico, ainda assim o conceito soreliano na sua plenitude não condiz com a realidade da violência praticada e sofrida pelas mulheres em Mato Grosso. Não é esse o tipo de violência que venho analisando nos documentos, mas a violência física, brutal e simbólica, como a experimentada por Preta M. de 30 anos, solteira, que não sabia ler ou escrever e foi espancada por dois camaradas a mando de A. N. F. “Perguntado por qual motivo foi castigada? Respondeu que por demorar com o almoço”. O corpo de delito mostrou que a vítima possuía cicatrizes de sevícias por todo o corpo.²¹ Percebe-se que a violência dos castigos não cessava quando se conquistava a alforria. Provavelmente foi o que aconteceu com M., que precisava sobreviver. Há que se considerar que existem variados tipos de violência com diferentes conteúdos, como nos mostrou René Girard em seu estudo. E não se tratam de interpretações diferenciadas, mas sim de variantes do fenômeno.

Enfim, enveredando por uma antropologia do conhecimento, Girard se deteve em analisar a relação entre a violência e o sagrado nas sociedades, desde a Grécia antiga aos dias

²⁰ Ibid., p. 195.

²¹ MTJMS, caixa 167; processo-crime 07; 1885; Miranda.

atuais.²² Destacou que o desejo é o motivador dos atos de violência, mas que o mesmo possui natureza peculiar, mimético, que é revelado diante da ameaça produzida pelo outro. Para minimizar os efeitos da violência, as sociedades antigas recorriam ao sacrifício que segundo o autor tinha “a função de apaziguar as violências intestinas e impedir o conflito.”²³ Embora seu estudo desemboque no campo religioso, o aprofundamento da problemática permitiu compreender que na antiguidade o sacrifício canalizava toda a tensão da coletividade, dessa forma saciavam-se os ímpetos violentos. Na leitura de Girard “o sacrifício polarizava sobre as vítimas os germes de desavenças espalhadas por toda parte, dissipando-os ao propor-lhes uma saciação parcial.”²⁴ Esta era uma maneira de proteger toda a comunidade de sua própria violência. Por fim, ele demonstrou como o judiciário obscureceu o sacrifício substituindo-o pela violência simbólica, legal e legítima. Destarte em determinado ponto de sua análise Girard ressaltou que

[...] o sistema judiciário e o sacrifício tem a mesma função, mas o sistema judiciário é infinitamente mais eficaz. Só pode existir associado a um poder político realmente forte. Como qualquer outro progresso técnico ele constitui uma arma de dois gumes, servindo tanto à opressão quanto à liberação.

Óbvio que no século XIX não havia mais sacrifícios aos deuses. A racionalidade que se operou no judiciário nesse século colaborou para tornar a autoridade judicial independente, dotando-a de poder para decidir ou não de acordo com as leis. Deste modo, Girard concluiu que o judiciário, por sua vocação de invisibilidade decisória e monopólio legítimo da violência, foi o que mais agregou poder para “golpear frontalmente a violência.”²⁵ Para ele, a violência tanto podia ser destrutiva como também ser o elemento de ratificação nas relações sociais, preservando-se assim a ordem social. Conforme analiso os processos criminais mais

²² GIRARD, René. **A violência e o sagrado**. Trad. Martha Conceição Gambini. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008, pp. 8-10.

²³ GIRARD, op. cit., p. 26.

²⁴ Ibid., p. 19.

²⁵ Ibid., p. 37.

me certifico de que a violência em Mato Grosso era mais destrutiva do que elemento mantenedor das relações sociais.

Já na perspectiva de Hannah Arendt poder e violência são termos antagônicos, pois onde o poder prevalece a violência é destruída. Em sua opinião sempre é possível saber quando começa uma ação humana, mas impossível prever as consequências finais da mesma, assim um ato de violência só pode ser racional se os objetivos da ação violenta são de curto prazo. Mas, a própria autora reconhece que em determinadas circunstâncias o ser humano é levado a reagir com violência, havendo, desta forma, um reequilíbrio na balança da Justiça.²⁶ Todavia, observou Arendt que embora raiva e violência caminhem sempre juntas, como partes essenciais da natureza humana, extirpá-las, seria, portanto, o mesmo que promover a desumanização do ser. Sem dúvida, “a violência sendo instrumental por natureza, é racional à medida que é eficaz em alcançar o fim que deve justificá-la”²⁷, enquanto o poder não precisa de justificação, pois “emerge onde quer que as pessoas se unam e ajam em concerto [...]”²⁸. O poder para ser exercido necessita obrigatoriamente de legitimidade, já a violência jamais será legítima conforme o pensamento arendtiano. É preciso lembrar que toda a análise de Arendt tem como ponto fulcral os momentos históricos dos anos 60 e 70 do século XX, além da violência do nazismo que a autora analisou em outras obras.²⁹

A historiadora francesa Arlette Farge criticou as abordagens funcionalistas de anos atrás, pois, segundo ela, explicavam o fenômeno da violência num sentido totalmente linear. Para os funcionalistas a própria sociedade produzia as ameaças violentas que incidiam sobre ela, o que rompia o pacto social que era então reconstituído através de leis e punições abusivas, produzindo um processo vicioso. Dessa forma, tentavam explicar atos impensáveis

²⁶ ARENDT, Hannah. **Sobre violência**. Trad. André Duarte. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 82.

²⁷ Ibid., p. 99.

²⁸ ARENDT, 2010, p. 69.

²⁹ Época da rebelião estudantil em 1968 na França, guerra do Vietnã, debates sobre os processos de descolonização e questões relacionadas à Guerra Fria deflagrada entre Estados Unidos da América e o bloco Soviético.

de crueldade e barbárie como partes coerentes de um sistema de poder entrelaçado aos preceitos legais. Mas nos anos 80 as pesquisas colocaram em pauta as dores, as falas, os sentimentos e pensamentos, as práticas e rotinas da vida de homens e mulheres, sujeitos invisíveis, silenciados e obscuros que se envolveram com a violência física e simbólica presentes nas relações sociais.³⁰ Seguindo então as sugestões de Michel Foucault colocadas na obra *Ditos e Escritos*, Farge buscou compreender a racionalidade que existe na natureza do poder, o qual corrobora a violência e a destruição, pois que “a razão de ser do poder não é um sentimento humanitário, uma suavização dos costumes, mas uma lógica de seu exercício.”³¹ E essa racionalidade se situa nos discursos, nas múltiplas falas e nos testemunhos singulares, nas práticas sociais e na vida cotidiana. Assim, servindo-me das palavras de Farge creio que colocar essa questão é também, em minha opinião:

[...] proporcionar-se o meio, enquanto historiador e cidadão, de desatar, já na interpretação, uma violência que se instaura num lugar preciso e compreender que a relação de poder tem também por racionalidade instituir tanto liberdade quanto coerção. O historiador, conhecendo e revelando as próprias raízes da racionalidade política, pode eventualmente fornecer meios de canalizar para mais tarde esta ou aquela forma de violência.

Entretanto, revelar os mecanismos racionais que desencadeavam a violência em Mato Grosso não foi tarefa fácil. Haja vista o número de variantes relacionadas à problemática, a saber: a violência da escravidão; a discriminação sexual e racial; as diferenças de classe; as práticas de mandonismo, coronelismo e paternalismo; o culto da domesticidade; as lutas pelas oportunidades de acesso aos direitos e à sobrevivência; o jogo político pelo poder; e não menos importante a leniência, morosidade e venalidade no judiciário. Notadamente a violência permeava todas essas questões, incidindo diretamente na composição socioeconômica de Mato Grosso. De acordo com Farge, a violência é uma invariante que

³⁰ FARGE, 2011, p. 32.

³¹ Ibid., p. 38

mantem sua essência, o que se modifica é a racionalidade que a rege. Nessa perspectiva, a dominação masculina funcionava racionalmente mantendo o comportamento feminino conforme o costume patriarcal. Mas, constatei que ela também era uma forma violência consentida no sentido de que a grande maioria das mulheres foi educada para continuamente ceder, calar, consentir e não discutir com o dominante, fosse ele pai, irmão, marido ou tutor. Esse consentimento nem sempre foi natural e espontâneo, às vezes, ele era obtido através de ameaças, espancamentos, torturas psicológicas, enclausuramentos e subterfúgios machistas.

Sabe-se desde as análises de Gilberto Freyre³² que as teias da autoridade patriarcal e a tutela marital subscreviam os comportamentos para as mulheres, impedindo-as de agir conforme suas próprias necessidades femininas. Para conseguir este efeito, o discurso patriarcal tinha como *locus* de produção o culto da domesticidade, o qual produzia o apagamento da identidade feminina e a exaltação da supremacia sexual masculina. Mulheres cujas “leis do casamento, leis da propriedade, leis da terra e a intratável violência da decisão masculina as aprisionavam em padrões de gênero de desvantagem e frustração.”³³ As alianças matrimoniais entre famílias que procuravam manter e ampliar seu poder e suas propriedades rurais era uma herança da época colonial. A historiografia tem mostrado que essas alianças matrimoniais minimizavam as divergências e problemas políticos, econômicos e legais. Sobre essa questão Martin constatou que:

I know of several such alliances, and while not presenting any very alluring pictures of domestics bliss (all the same, I should not venture to state that none existed), the arrangement seemed to work well enough, and at least as satisfactorily as nine out of ten ‘love matches’ which are contracted in our own country. Brazilian women, as generally rule, are not in the least exacting, and they are usually contented to accept such marital attention as may be vouchsafed to them, finding an abundant and compensating attraction in their homes and their children, both of which are invariably most carefully looked after. The typical Brazilian housewife is a splendid

³² FREIRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil**. 46ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

³³ McCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Trad. Plínio Dentzien. São Paulo: UNICAMP, 2010, p. 22.

housekeeper, seldom scorning to don an apron, and personally superintend the proceedings in the kitchen, often, also, serving the dishes with her own hands, and never pretending that they come from a swell pastrycook's next door.³⁴

Hospitalidade, dependência do pai e casamento como solução de todos os males cercavam a vida da mulher no século XIX. O casamento era, portanto, o bem máximo aspirado por muitas mulheres nessa época, embora muitos dos sonhados casamentos se transformassem num calvário de sofrimentos e decepções. O caso de E. G. L mostra como uma relação conjugal podia se tornar um pesadelo. De acordo com os testemunhos E. G. L. não queria mais continuar vivendo com B. F. A. P. Inconformado ele tentou matá-la com uma faca, mas o ataque falhou, então pegou a garrucha e disparou dois tiros na mulher. Ao chegar a casa com a faca em punho disse a ela: “Conheça que quem te mata hoje embaixo da Coroa Imperial sou eu, [...]”.³⁵ As palavras do réu, que depois se enforcou com uma correia na barranca do rio, soam estranhas e apelativas. Com certeza resta-nos a dúvida se de fato ele as disse ou não.

Diante do exposto, pode parecer insignificante pontuar que no sul de Mato Grosso a violência praticada e experimentada pelas mulheres foi decididamente marcada pela eficácia do mandonismo, das ameaças veladas e dos atos de manipulação e coerção envoltos em práticas de favorecimento. Portanto, a violência no sul de Mato Grosso também pode ser identificada como a “alteração danosa do estado físico de indivíduos ou grupos”³⁶, como também era uma relação de dominação construída e manipulada cotidianamente entre homens e mulheres, sociedade e Estado, individual e coletivo. Marcada por confrontos, resistências, contradições, tensões, desigualdades e exploração, estas relações faziam parte da estrutura social e de pensamento dos envolvidos com a violência. Esse era um universo cheio de

³⁴ MARTIN, 1905, p. 241.

³⁵ MTJMS, caixa 04; processo-crime 20; 1889; Paranaíba.

³⁶ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**, trad. Carmem Varrialle, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luis Guerreiro Pinto Cacaís, Renzo Dini. 5ª ed. Brasília: UnB, 2000, 1292.

histórias conturbadas, contraditórias, que quando desmontadas e reconstruídas permitem perceber que as esquivas, os atos inusuais e as denegações, os conluíus subversivos e as ações díspares produziam e reproduziam formas de violência conforme os ambientes sociais, a formação cultural, intelectual e política dos habitantes, mas também a natureza. Compreender esse conjunto de fatores associados às ações e ao comportamento das mulheres é poder desvelar um universo encoberto por discursos paternalistas, práticas sexistas e pela dominação masculina. Lembrando sempre que todas as relações sociais sofriam as influências nefastas do escravismo.

A escravidão – a negação da justiça e da humanidade – acarreta as mais graves perturbações ao meio onde exerce sua influencia. Se embrutece os oprimidos, de outro lado, proclamando a superioridade da força sobre o direito, oblitera o senso moral dos opressores e os entrega a paixões desenfreadas. Com o seu cortejo de prazeres grosseiros, conduz fatalmente ao culto da matéria, e enfim ao ceticismo. Daí, a corrupção dos costumes, o desbarato dos laços sociais, o desprezo da lei e de Deus. Os senhores aviltam os escravos. Estes se vingam, inoculando os seus vícios nos senhores. Instituição anticristã engendra, com efeito, uma lepra corrosiva que rói o fundo do coração dos povos do novo mundo, destrói o germe dos fortes e o seus nobres pensamentos, e os torna incapazes de uma generosa iniciativa em favor da obra fecunda da regeneração.³⁷

Provavelmente, essa representação desoladora baseava-se na realidade do cativo, regida por práticas costumeiras adotadas por cada proprietário de escravo. Mesmo havendo leis específicas para punir o escravo que matava ou fizesse uma ofensa física ao seu senhor, esposa, descendentes e ascendentes³⁸, ainda sim a lei da chibata funcionava como instrumento de controle do comportamento dos cativos. Além da legislação que era destinada a atender todo o território do Império elaborou-se também em cada província um Código de Posturas, o qual objetivava controlar e manter a ordem social. A historiadora Luiza Rios Ricci Volpato constatou para o município de Cuiabá que:

³⁷ EXPILLY, Charles. **Mulheres e costumes no Brasil**. Trad. Gastão Penalva. Rio de Janeiro: Itatiaia, 2000, p. 107.

³⁸ BRASIL. Lei de 10 de junho de 1835. IN: FILGUEIRAS JUNIOR, Araújo. Código Criminal do Império do Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1876, pp. 321-333.

[...] à semelhança dos diversos códigos paulistas, preocupava-se com a tradução da legislação de âmbito nacional em práticas locais e, da mesma forma, com a disciplinarização dos escravos. Limitando suas ações, transformando em transgressão quase todo o ato independente do escravo o Código de Posturas buscava definir padrão de comportamento para o município e ao mesmo tempo deixava transparecer o medo e a insegurança que o segmento cativo gerava na classe dominante, preocupada em evitar que seus membros se reunissem, que ingerissem bebidas alcóolicas, que portassem armas, na preocupação de homogeneizar seu comportamento e impedir suas resposta violenta, sua rebeldia ou sua insubordinação.³⁹

E não menos válidas eram as regras e normas impostas pelos senhores dentro de suas propriedades e residências. Portanto, havia uma complexa e confusa rede de imposições legais e costumeiras a reger o comportamento dos escravos, agregados e homens livres pobres.

2.2. LEI E JUSTIÇA: A CONSTRUÇÃO DA ORDEM SOCIAL

Também para o senso comum, o judiciário se configura como um dos três poderes clássicos, juntamente com o executivo e o legislativo. Todavia diferencia-se do poder executivo por sua atuação, pois só age quando provocado; e do legislativo por suas decisões que devem ser fundamentadas na Constituição, nas leis, nos costumes e nos princípios gerais do Direito. Alcançou uma maior legitimidade no transcorrer do século XIX tendo como princípio a uniformidade do sistema diante do sistema político liberal burguês e a universalização dos direitos. Este processo no Brasil Imperial ocorreu paralelamente à centralização e à tripartição dos poderes. A expansão do princípio de neutralização foi de suma importância para a definição das funções jurídicas e para a organização das leis no Império do Brasil. Até então as funções jurídicas eram regidas pelas Ordenações Filipinas

³⁹ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888**. São Paulo: Marco Zero, 1993, p. 156.

através do disposto no Livro I.⁴⁰ Esta antiga lei portuguesa composta de cinco livros tanto reinava sobre os costumes, tradições e relações sociais quanto regia sobre os crimes de lesa majestade e crimes comuns. Em síntese os livros das Ordenações legislavam sobre todos os aspectos da vida em sociedade.⁴¹

Porém, eram tantas as incongruências instituídas pela lei que o mais comum era o cidadão, nos séculos XVII, XVIII, e até as duas primeiras décadas do XIX, confundir as funções administrativas e policiais com as judiciais, o que contribuiu para acentuar o poder do ouvidor-geral e dos ouvidores das comarcas. Inevitavelmente, a concentração de poder gerava abuso de autoridade, o que por sua vez desencadeava em conflitos de interesse. Então, para melhor governar, entendeu a Coroa portuguesa que era preciso ampliar os instrumentos de controle e vigilância sobre seus representantes e a população de modo geral. Assim sendo, as primeiras modificações na esfera da Justiça começaram com a criação do Tribunal da Relação da Bahia (1587) e do Rio de Janeiro (1751) que dotou o judiciário de uma estruturação menos complexa e mais hierarquizada. Passando a se configurar da seguinte forma: na 1ª instância tinha-se o juiz de vintena, o juiz ordinário e o juiz de fora; na 2ª instância estavam o Tribunal da Relação da Bahia e o do Rio de Janeiro; e na 3ª instância existiam a Casa de Suplicação, Desembargo do Paço e Mesa da Consciência e Ordens.⁴² Todavia, estas alterações não foram suficientes para extinguir a ambiguidade e equívocos provocados pela inadequação da lei na definição das competências jurídicas. Desde o processo de colonização muitas funções no judiciário eram ocupadas por uma mesma pessoa, ampliando as arbitrariedades e a ingerência na aplicação das leis, além de tornar o aparelho jurídico moroso e ineficiente em determinadas instâncias.

⁴⁰ PORTUGAL. Ordenações Filipinas. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l5ind.htm>. Acesso em: 18 de setembro de 2012.

⁴¹ A mudança mais significativa na legislação colonial foi a *promulgação avulsa e independente de várias Leis Extravagantes*. Ver: WOLKMER, 1999, p. 48.

⁴² MELLO, Alfredo Pinto Vieira de. **O poder judiciário no Brasil**. IN: Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913, tomo Especial (Primeiro Congresso de História), parte IV, pp. 106-108.

Nota-se que até a chegada da família real ao Brasil, em 1808, ainda vigorava a mesma estrutura no judiciário. Quando então, em 1812, se criou a Relação do Maranhão e a de Pernambuco, em 1821. Nesse mesmo ano a família real retornou a Portugal. Entretanto, restou no Brasil o conservadorismo e o liberalismo desvirtuado e travestido no “absolutismo mascarado de d. João VI e d. Pedro I, que desclassificou todas as concepções liberais autenticamente liberais.”⁴³ Ainda assim, pode-se dizer que mesmo com distorções, o liberalismo foi a proposta de progresso e modernidade na luta de superação do colonialismo. No judiciário o liberalismo distorcido deu as bases ideológicas aos conservadores para reforçar as práticas de clientelismo e cooptação.

Com as novas tendências econômicas projetadas pela dinamização da produção cafeeira, o judiciário e a magistratura tiveram que se adequar às novas doutrinas e teorias que percorriam o mundo, incluindo o formalismo legal proposto pelo positivismo, o qual “esconde as origens sociais e econômicas da estrutura capitalista de poder, harmonizando as relações entre capital e trabalho, e eternizando através das regras de controle, a cultura liberal-individualista dominante.”⁴⁴ Foi em meio ao trânsito das novas doutrinas e teorias revolucionárias que nasceu a República Federativa do Brasil.

Assim, em 1889 a monarquia constitucional brasileira chegava ao fim, levando consigo a aura de poder que emanava do velho imperador Pedro II, autoridade máxima da nação até aquele momento. Esperado por alguns, desejado por outros, o fim foi lamentado pelos súditos mais fiéis, pois para estes a monarquia representava a manutenção do *status quo* e dos privilégios conquistados e sem ela o futuro se tornava incerto. Há tempo que o contexto histórico mostrava que já não era sem tempo de o país se libertar das amarras políticas imposta pelo modelo monárquico e aderir a uma nova forma de governar caracterizada pela racionalidade em gerir os detalhes que refletiam os anseios e interesses da população

⁴³ FAORO, Raymundo. **Existe um pensamento político brasileiro?** São Paulo: Ática, 1994, p. 82.

⁴⁴ WOLKMER, op. cit., p. 33.

brasileira manifestadas desde que se tornara livre dos laços que o prendiam a Portugal, em 1822.

Logo após a independência do Brasil, a elite política brasileira “caracterizada pela homogeneidade ideológica e de treinamento”⁴⁵, juntamente com o jovem imperador, buscou promover a construção da unidade nacional e implementar o Estado administrativo dotando-o de regulamentos e mecanismos para controlar as instituições, a burocracia e os comportamentos sociais. Por um lado essas ações visavam assegurar a sobrevivência da agricultura intensiva e exportadora, que tinha no grande latifúndio e no trabalho escravo as fontes de sustentação do sistema produtivo. Esse processo perdurou por muitas décadas, denotando de forma flagrante a contradição entre a atualização da base econômica e o trabalho escravo.

Por outro lado, conforme o Estado se modernizava se tornava flagrante a inoperância administrativa em todas as esferas do poder central. Para, portanto, transformar o país em uma nação “civilizada” era preciso reformular a legislação, visando modificar as estruturas jurídicas, administrativas e burocráticas. Fazia parte dessas transformações, além da mudança nas leis, o aumento substancial da arrecadação de tributos, a industrialização e modernização tecnológica dos transportes, e das técnicas e dos instrumentos de produção. Assim, para se tornar um país mais próspero e lucrativo era preciso explorar as inúmeras potencialidades econômicas, o que havia sido postergado por muitos anos em função da manutenção do sistema escravista. Homens como José Bonifácio acreditavam que só mantendo o sistema escravista era possível assegurar a unidade da nação, consolidar o poder do Império⁴⁶ e garantir a soberania do imperador sobre o território e a população.

O pensamento de José Bonifácio não era uma exceção, outros acreditavam que para atingir a unidade e a centralização do poder tornava-se imprescindível ao Estado atualizar a

⁴⁵ CARVALHO, 2006, p. 21.

⁴⁶ Ibid., p. 19.

legislação do reino, pois sem leis adequadas não seria possível empreender as mudanças necessárias, o que, por conseguinte comprometia a consolidação da soberania nacional e a unidade territorial. Foi então que d. Pedro I e os grupos politicamente engajados trataram de estabelecer uma legislação mais condizente com a situação política para poder levar adiante a governabilidade do Império. A primeira medida foi homologar a Constituição do Império do Brasil, em 1824, que entre críticas e elogios marcava o início das transformações na seara da Justiça.

[...] a Constituição de 25 de março embora inspirada no projeto da Constituinte, foi a pedra angular do Poder Judiciário no Brasil, que então surgiu com todos os caracteres de um poder político, capaz de elevar o nome do país, como de fato elevou, distribuindo justiça com imparcialidade, sabedoria e honra, firmando a ordem jurídica e merecendo da coletividade a mais profunda veneração.⁴⁷

Entretanto, há que se observar que nem todos os pesquisadores concordam com a tese de imparcialidade e sabedoria presentes na Constituição de 1824. Ainda hoje, há quem defenda, aliás, como ocorreu também no momento em que foi sancionado, que a Constituição era bastante liberal e um avanço no sentido democrático. Contudo, convém ressaltar que ao excluir propositalmente a questão da liberdade dos escravos a Carta de Leis omitiu o pleno direito contido na Declaração dos Direitos do Homem. O art. 9 dispunha que: “A Divisão e harmonia dos Poderes políticos é o princípio conservador dos Direitos dos Cidadãos, é o mais seguro meio de fazer efetivas as garantias, que a Constituição oferece.”⁴⁸ Mas a Constituição brasileira excluía propositalmente os escravos, é que “coisa” não tinha direitos. A ideia dominante no Império era organizar o aparelho de Estado para controlar e não para dividir o poder. Além disso, não havia como harmonizar uma sociedade cuja produção se baseava na escravização de outro ser. De fato, o princípio conservador presente no texto se configurava através da manutenção do escravismo e do predomínio de práticas centralizadoras, que por

⁴⁷ MELLO, 1916, p. 120.

⁴⁸ CAMPANHOLHE, Adriano; CAMPANHOLE, Hilton Lobo. **Todas as constituições do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1971, p. 582.

outro lado também serviu para introduzir uma cultura jurídico-institucional marcadamente formalista, retórica e ornamental.⁴⁹

Porém, ela era indispensável para dar suporte às mudanças pretendidas e para assegurar a legitimidade governativa da monarquia em todo o território nacional. Portanto, a homologação da Constituição representou a primeira medida prática na estruturação racional do judiciário. Embora fosse uma lei bastante moderna e atualizada servindo inclusive de exemplo para outros países, havia em seu texto pontos contraditórios e ambíguos se comparados à realidade do país naquele momento histórico.

Notadamente, sabe-se que o imperador d. Pedro I se empenhou bastante para concluir as principais leis do país. Contudo, não lhe foi possível ver concluído o Código do Processo Criminal de Primeira Instância, homologado em 1832. Forçado pelas circunstâncias políticas, o regente abdicou do trono em 1831, deixando em seu lugar o filho menor de idade Pedro II. Dentre os vários fatores internos que o levaram a tomar esta decisão estavam as contendas facciosas e as disputas políticas entre conservadores e liberais; as constantes mudanças nos gabinetes ministeriais; os resultados negativos da Guerra Cisplatina; e o descontentamento popular com as atitudes políticas do monarca.⁵⁰

Para a sociedade brasileira era de suma importância que o Código Criminal e Código de Processo Penal fossem aprovados e colocados em prática, pois esta era uma maneira de demonstrar que a nação superara o estado de selvageria. Além disso, ao institucionalizar e organizar a Justiça também se institucionalizava o controle social. Com isso legitimavam as ações do Estado e do Monarca. Em a “Fala do Trono” de 3 de maio de 1827 pronunciada na sessão de encerramento dos trabalhos na Assembleia Geral, d. Pedro I acentuou a importância das novas leis à luz da equidade na justiça e do papel dos juízes na aplicação das mesmas.

Afirmava que:

⁴⁹ WOLKMER, 1999, p. 79.

⁵⁰ HOLANDA, Sergio Buarque de. **Capítulos da história do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 39.

Não há código, não há forma apropriada às luzes do tempo nos processos, as leis são contrárias umas às outras, os juízes vêm-se embaraçados nos julgamentos, as partes padecem, os maus não são punidos, os ordenados de juízes não são suficientes, para eu não sejam tentados pelo vil, e sórdido interesse, e, portanto é necessário que esta assembleia comece a regular com sumo cuidado, e prontidão um rumo tão importante para a felicidade e sossego público; sem finanças e sem justiça não pode existir nação. Bem conheço que esta assembleia tem muitas coisas em que cuidar que não pode fazer tudo na mesma sessão, que os trabalhos ficam preparados de uma para outra; mas é necessário começar, e começar com unidade, sobre qualquer destas duas matérias, e quando haja de divagar para outras (o que não pode deixar de ser em semelhantes matérias, que de sua natureza são as mais delicadas em todos os Estados), eu exijo desta assembleia que estas divagações sejam, aproveitando o tempo, fazendo aquelas leis, que a Constituição a cada passo nos está mostrando serem necessárias e indispensáveis para ela ser literalmente executada.⁵¹

A codificação das leis ordinárias era um assunto cogente para d. Pedro I, assim como aumentar a arrecadação de impostos e centralizar as decisões políticas. Questões essenciais para a consolidação das instituições nacionais sob a regência da monarquia. Além disso, com a definição das funções, atribuições e competências nas instituições públicas imperiais seria mais ágil a resolução dos problemas governativos, o que influía na construção de uma imagem positiva do país. E isso contribuía para estreitar as relações políticas e econômicas com o mercado mundial. Assim, diante das novas possibilidades econômicas que surgiam tanto no mercado nacional quanto internacional, a elite política priorizou a regulamentação da vida econômica em detrimento da vida civil.⁵² Daí terem aprovado em setembro 1850 a Lei Eusébio de Queiroz, que extinguiu o tráfico de escravos para o Brasil.⁵³ Este tipo de comércio começava a ser repudiado pelas nações europeias, conseqüentemente, criava empecilhos comerciais para as exportações brasileiras. O mais coerente foi acatar a pressão dos ingleses e extinguir em definitivo o tráfico negreiro. No mesmo ano, em 18 de setembro de 1850 foi

⁵¹ PIERANGELLI, José Henrique. **Processo penal: evolução histórica e fontes legislativas**. São Paulo: Jolovi, 1983, p. 94.

⁵² WOLKMER, 199, p. 88.

⁵³ BRASIL. Lei de Extinção de fazer o tráfico de escravos para o Brasil., n. 581 de 1850. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Historicos-Brasileiros> Acesso em: 26 de fevereiro de 2013.

aprovada a Lei de Terras que dispunha sobre as terras devolutas no Império.⁵⁴ Essa legislação anunciava que as mudanças sociais e econômicas no Brasil caminhavam rumo à estruturação do sistema capitalista, “marcada ainda pela grande propriedade e por uma inserção subordinada ao mercado mundial.”⁵⁵

A Constituição foi apenas a primeira das leis outorgada que “institucionalizou uma monarquia parlamentar, impregnada por um individualismo econômico e um acentuado centralismo político.”⁵⁶ Mas foi omissa no que dizia respeito aos escravos e índios, excluindo-os do texto:

[...] as omissões se explicam tendo em vista o caráter de carta outorgada e o desejo de organizar um Estado Monárquico Constitucional de representação limitada pelo critério censitário e eleição indireta, em dois graus; bem como pela intenção de manter escravizada 1/3 da população composta de negros e mulatos.⁵⁷

As limitações na Carta denunciavam que na prática a elite política pactuava com o modelo de exploração econômico estabelecido no país. Mostrava também a intensidade do teor excludente de nossa primeira Constituição. Desde que fora sancionada, as mudanças no judiciário vinham se processando conforme o disposto no Título 6º - Do Poder Judicial, Capítulo Único – Dos juízes e Tribunais de Justiça. Com efeito, com esse dispositivo o judiciário obteve mais independência em seus procedimentos judiciais. Já no artigo 151, havia claramente a intenção do governo imperial em tornar o judiciário uma instituição dotada de práticas processualistas, estrutura e hierarquia, estabelecendo que: “O poder Judicial é independente, e será composto de Juízes e Jurados, os quais terão lugar assim no Cível como no Crime nos casos e pelo modo que os Códigos determinarem.”⁵⁸ Entretanto, foi com o

⁵⁴ BRASIL. Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm_Acesso em: 26 de fevereiro de 2013.

⁵⁵ MELLO, 1916, p. 24.

⁵⁶ WOLKMER, 1999, p. 84.

⁵⁷ COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Unesp, 2007, p.127

⁵⁸ CAMPANHOLHE; CAMPANHOLE, 1971, p. 597.

Código Criminal e o de Processo Criminal de Primeira Instância que o judiciário adquiriu realmente legitimidade enquanto instituição mantenedora da ordem.

Nesse período, três atos regenciais subsequentes contribuíram sobremodo para que ocorresse a reforma no sistema jurídico do país: a homologação do Código Criminal em 16 de dezembro de 1831 e o Ato Adicional em 1834⁵⁹ legitimando os dispositivos constitucionais e a Lei de Interpretação em 1840. No entanto quando isso aconteceu d. Pedro I já havia, em 1831, abdicado do trono em favor do filho.

O primeiro Código Criminal aprovado pelo regente possuía 313 artigos dispondo sobre as tipologias criminais, as penas e as multas. Foi muitas vezes elogiado e criticado dentro do país e na Europa. Já o segundo Código foi outorgado em 29 de novembro de 1832. Pode-se dizer que estas duas ações político-administrativas deram início ao processo de reformas no sistema judiciário.⁶⁰ Embora esses atos tenham modificado a estrutura do judiciário brasileiro, na prática a morosidade nos trâmites processuais, na distribuição da justiça, a leniência, e a manutenção de privilégios continuou relativamente denunciando a fragilidade da Justiça no Brasil, conforme constatou Martim em suas andanças pelo país no início do século XX. O próximo caso também é um exemplo dessa situação vivida por mulheres em terras mato-grossense.

O processo-crime envolvendo F. A como vítima teve início em setembro de 1880. No auto de perguntas a vítima disse que J. T. L “sem dizer palavra alguma lhe dera uma facada do lado esquerdo da ultima costela e que depois de cometido o delito lhe dissera que a havia de matar sem remédio algum.” Solteira, com 22 anos, mais ou menos, natural da República do Paraguai, mulher pobre F. A. trabalhava como criada de servir. Conforme a declaração das testemunhas, a vítima era amasiada com o suposto agressor, o soldado do 8ª Batalhão de Infantaria, que foi denunciado pelo Promotor Público no art. 205 do Código Criminal com

⁵⁹ BRASIL. Lei n. 16 de 12 de agosto de 1834.

⁶⁰ VELLASCO, Ivan de Andrade. **As seduições da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça Minas Gerais, século 19**. São Paulo: EDUSC, 2004, p. 100.

agravante no art. 16 §§4, 6, 10 do mesmo Código.⁶¹ O exame de corpo de delito comprovou que F. A tinha sido agredida por um instrumento cortante. As oito testemunhas e mais um informante confirmaram a identidade do agressor. Mesmo assim, a sentença só foi dada quatro anos mais tarde. Essa lentidão seria porque o réu fazia parte de uma instituição militar? Ou o número de juízes em Mato Grosso realmente comprometia o andamento dos processos crimes conforme os relatórios dos presidentes da província:

Tendo sido nomeado Juiz de Direito desta Comarca o Dr. Firmo José de Mattos continua este lugar exercido pelo Juiz Municipal substituto por achar-se este Dr. no cargo de Chefe de Polícia interino e o mesmo acontece na 2ª Comarca, cujo respectivo Juiz acha-se empregado na Junta de Justiça Militar, achando-se a terceira acéfala com bem o sabeis e eu acabo de referir-vos. Não há em toda a Província um só Juizado Municipal exercido por Juiz formado.⁶²

Passados dez anos dessa constatação consternada, a vacância nos cargos continuava ainda mais crítica. Ao menos é o que se evidencia nas palavras do relator: “Por aqui se pode calcular a contínua privação que sofrem as comarcas dos seus juízes letrados, os quais têm sido sempre convidados para a substituição dos desembargadores que faltam.”⁶³ Sempre que necessário os juízes eram chamados para substituir os desembargadores, deixando as comarcas desprovidas de sua autoridade jurídica. Mais adiante o documento também apontava que dos cinco desembargadores apenas um “se acha em efetivo exercício, pois os demais ou estavam no gozo de licenças concedidas pelo Ministério da Justiça ou foram nomeados há meses e ainda não se apresentaram.” Assim, o que era um inconveniente temporário acabou se transformando numa prática usual dentro da Justiça brasileira. E, os processos iam se acumulando nas comarcas a espera dos operadores da Justiça. Os supostos réus continuavam

⁶¹ MTJMS; caixa 148; processo-crime 01; 1880-1884; Corumbá.

⁶² Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, o Barão de Aguapehy, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1868. Cuiabá, Tip. De Souza Neves etc. e Comp. A [n.d.], p. 5. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>. Acesso em: 16 de outubro de 2012.

⁶³ Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. João José Pedrosa, Presidente da Província de Mato Grosso, abriu a 1ª sessão da 22ª legislatura da respectiva Assembleia no dia 1º de novembro. Cuiabá, Tip. do Liberal, 1878, p.12. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>. Acesso em: 25 de setembro de 2012.

aguardando que o judiciário realizasse seu trabalho a contento. As vítimas, mais do que os réus, se desanimavam esperando que a lei fosse de fato aplicada com equidade e objetividade. Nessa miríade de acontecimentos é possível ver a violência controlada se opondo à eficácia da lei. Isso significa que não bastavam criar objetivamente leis e regulamentos para organizar a Justiça, era preciso executá-las através do domínio da lei. Nas palavras de Edward Palmer Thompson:

A condição prévia essencial para a eficácia da lei, em sua função ideológica, é a de que mostre uma independência frente a manipulações flagrantes e pareça se justa. Não conseguira parecê-lo sem preservar sua lógica e critérios próprios de igualdade; na verdade, às vezes sendo realmente justa.⁶⁴

Em uma sociedade onde o princípio da igualdade era desconsiderado, não haveria como prevalecer a Justiça. Ainda mais se considerarmos o caráter ambíguo que permeava os textos do Código Criminal e do Código de Processo Criminal de Primeira Instância, o que na visão de especialistas do Direito encobria a inexistência de democracia presente na retórica discursiva do texto. Sabe-se que a retórica do Direito não é uma retórica vazia. Mas em nossos primeiros códigos a retórica abundava e era carregada de quimera, pois pregavam a liberdade sem assegurar a todos os cidadãos o pleno direito ao exercício.

Positivamente em pouco tempo o Código de Processo Criminal “elimino os restos formales del sistema legal português y describió una estructura de organizacion judicial. Estableció la última de las reformas institucionales, prometidas y esperadas por largo tempo.”⁶⁵ Foi a partir da última reforma em 3 dezembro de 1841 que o Código de Processo Criminal se tornou o foco dos debates entre liberais e conservadores políticos. Para alguns da elite política, em especial, ele cerceava a liberdade administrativa dos presidentes de província e reforçava o poder do Imperador que tinha a exclusividade em nomear e punir os juízes por suas transgressões. Agora para outros a lei consolidava os arranjos administrativos

⁶⁴ THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e caçadores: a origem da lei negra**. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 354.

⁶⁵ FLORY, 1986, p. 175.

necessários à preservação da ordem social e legal. Ademais, fazia parte do projeto político de reestruturação da nação ampliar o número de comarcas, de juízes e funcionários na burocracia, pois tornar isso real parecia ser o caminho mais apropriado para efetivar a consolidação da soberania, a centralização do poder e levar a Justiça até a população dispersa pelo território brasileiro, o que significava manter a ordem social e o movimento comercial, alavancando a produção da riqueza.

Nesse contexto, a primeira medida para o judiciário foi empreender a divisão jurisdicional concernente à matéria criminal, que ficou “composta de duas instâncias: a primeira, que compreende – Juízes de Direito, Municipais, Chefes de Polícia, Delegados, Subdelegados, e o Tribunal do Júri; e segunda, que abrange – Juízes de Direito, Relações e o Supremo Tribunal de Justiça.”⁶⁶ Esta divisão proporcionava maior equidade e eficácia na distribuição da Justiça. Mas uma justiça distributiva visando o bem comum só se coadunava em um país de homens livres, e este não era o caso da sociedade brasileira totalmente enleada com o escravismo. De tal modo que não bastava fomentar a ampliação da capacidade material e funcional do judiciário, era preciso abolir a escravidão, ampliar os direitos civis, políticos e sociais do cidadão comum e minimizar os efeitos da impunidade que afetavam o princípio formal de Justiça.

Para tanto, tratou-se logo de ampliar o número de comarcas, termos, distritos, e também de juízes, promotores públicos, delegados de polícia e escrivães. Conforme a Lei Provincial n. 6 de 24 de abril de 1838, Mato Grosso possuía duas comarcas, quatro termos e treze distritos de paz⁶⁷, o que era insuficiente para atender toda a população dispersa pela vasta região mato-grossense. Tornar a Justiça presente na vida do cidadão comum era um

⁶⁶ SALLES, Jose Roberto da Cunha. **Foro Penal – Theoria e Prática do Processo Criminal Brasileiro**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1882, p. 5.

⁶⁷ Discurso que recitou o Exmo. Sr. doutor Estevão Ribeiro de Rezende, presidente desta província, na ocasião da abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1.º de março do corrente ano de 1840. Cuiabá, Tip. Provincial, 1840, p.12. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/422/index.html>. Acesso em: 16 de abril de 2012.

desafio que demandava investimentos financeiro, material e administrativo. Mas para garantir os precários direitos já estabelecidos nos Códigos e na Constituição do Império do Brasil o governo precisou investir principalmente na contratação de mais operadores jurídicos, pois sem uma magistratura idônea e incorruptível não há acesso à Justiça.

Dessa forma, a aprovação das novas leis assinalava que o processo de transformação no judiciário passava pelo aperfeiçoamento dos princípios de neutralidade jurídica e normalização do Estado moderno em suas múltiplas formas de poder entrelaçado ao saber, que era também uma das características da modernidade, isto é, “um poder exercido enquanto disciplina sobre os indivíduos e como biopolítica sobre as populações”⁶⁸, sendo, portanto parte intrínseca das mudanças que vinham ocorrendo nas formas de se relacionar com a Justiça e na Justiça.

Importante ressaltar que embora tenha sido uma lei inovadora, o Código Criminal de 1830, inspirado na doutrina liberal e com tendências modernas não aboliu a pena de morte, os açoites, o degredo e o desterro. O mapa elaborado em 3 de dezembro de 1872 apresentando a relação nominal do presos na cadeia da capital da província de Mato Grosso evidencia a situação criminal de cada um dos presos e comprova a manutenção dessas penas. (Cf. Tabela 2). De um total de 49 presos cinco eram mulheres, dentre elas A. E. de L. que morreu na cadeia aguardando o julgamento.⁶⁹ Curiosamente o processo crime de A. E. de L. era da comarca de Corumbá, foi lá que ela matou A. Entretanto seu nome constava como presa na capital. Provavelmente o mapa apresenta a relação nominal de todos os presos da província e não apenas de Cuiabá. Também é significativo que das cinco mulheres, quatro eram escravas, apenas A. E. de L. era pobre livre e a única acusada de homicídio. Das quatro escravas duas foram acusadas de roubo e duas de terem fugido. As quatro mulheres escravas foram identificadas apenas pelo primeiro nome seguido de sua condição social. Dentre os 44 homens

⁶⁸ CASTRO, Edgar. **Vocabulário de Foucault: um personagem pelos seus temas, conceitos e autores**; trad. Ingrid Muller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 301.

⁶⁹ MTJMS, caixa 145; processo-crime 03; 1872; Corumbá.

sentenciados um cumpria pena de galé perpétua; dois a pena de prisão perpétua; nove cumpriam pena de 4 anos ou mais de galés; e os demais eram prisão simples ou apenas indiciados.⁷⁰ Dos trintas e dois crimes classificados 21 eram homicídios; 6 não consta a tipologia; 02 furtos e 04 roubos; 02 tentativas de homicídio; 01 ofensa grave e 01 crime de resistência. A predominância dos homicídios mostra que não raro os conflitos terminavam com a morte de alguém. Vários motivos desencadeavam os crimes. O aumento nos ganhos monetários e ampliação das opções de mercadorias foram determinantes para alavancar os índices da violência. Outros fatores como consumo excessivo de álcool e o uso corrente de papel moeda se tornaram o foco dos conflitos entre as pessoas e os grupos. Mas também fazia parte deste quadro as lutas pela posse das terras; uma maior valorização de bens manufaturados e a valorização da propriedade urbana. Juntos estas circunstancias contribuíram para alavancar a criminalidade. Os furtos e roubos, especialmente, se tornaram um grande problema para as autoridades na fronteira de Mato Grosso com os países vizinhos para onde eram levados os objetos furtados ou roubados como o gado, por exemplo. É de se observar que com o acúmulo financeiro as sociedades passaram a homogeneizar o comportamento social para melhor atender a demanda produtiva em escala ascendente. Nesse sentido a racionalidade, a ordem moral e legal e a organização do sistema jurídico estavam necessariamente vinculadas à questão das formalidades legais, sobretudo, porque “o crime não é mais simples e essencialmente a transgressão da lei, mas, antes, o desvio em relação à norma.”⁷¹ Assim, para punir o suposto criminoso ou delinquente tornava-se necessário a abertura de um inquérito investigativo para então, identificá-lo; depois para que houvesse uma punição era imprescindível instaurar um processo crime em juízo, que deveria ser

⁷⁰ Relatório apresentado a assembleia legislativa provincial de Mato-Grosso na segunda sessão da 19ª legislatura, no dia 3 de maio de 1873, pelo presidente da província, o Exmo. Sr. General dr. José de Miranda da Silva Reis. Cuiabá, Tipografia da “Situação” de Souza Neves C.a. [n.d.] 1873, mapa 4. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>. Acesso em: 23 de novembro de 2012.

⁷¹ FOUCAULT, Michel. **Segurança, penalidade e prisão**. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. Coleção Dito & Escritos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, v. VIII, p. 186.

Mapa nominal dos presos existentes na cadeia da capital da Província de Mato Grosso, em 31 de dezembro de 1873.

NÚMEROS	NOMES	CRIMES	ENTRADA NA CADERA		A' DISPOSIÇÃO DE QUEM	QUANDO CONSEGUIU CUMPRIR SENTENÇA		OBSERVAÇÕES
			Dia	Mês		Dia	Mês	
1	José Ferreira Calabeco	Homicidio	14	Outubro	Idem	14	Outubro	1862
2	Manoel Iguaçu	"	1	Agosto	"	5	Dezembro	1870
3	Antonio Benedito Osório	"	31	Janeiro	"	15	Janeiro	1871
4	Joaquim Rodrigues Fontes	"	15	"	"	30	Setembro	1872
5	José Pereira Pinto	"	8	Setembro	"	13	Agosto	"
6	Manoel Antonio Nogueira	Furto	6	Fevereiro	"	1	Outubro	"
7	José Francisco da Silva Pimentel	Homicidio	16	Abril	"	8	Fevereiro	1873
8	João Francisco da Costa	"	6	Maio	"	19	Dezembro	"
9	Claro José da Gama	"	4	Agosto	"	31	"	"
10	Manoel do Carmo do Nascimento	Tentativa de homicidio	13	Setembro	"	12	Fevereiro	"
11	Aureliano, escravo do coronel José Joaquim do Carvalho	Homicidio	27	"	"	22	Novembro	1873
12	João Manoel de Lemos	"	1	Outubro	Juro de Direito	22	Novembro	"
13	Ignacio, escravo de Antonio Thomé Ribeiro	Roubo	2	Abril	Idem	19	Dezembro	"
14	Pedro Alves Ferreira dos Santos	Homicidio	28	"	Juro de Direito	22	Novembro	"
15	Augusto Lopes Pestella	Roubo	30	Junho	Idem	22	Novembro	"
16	Rafael Gomes Jardim	"	8	Agosto	Idem	19	Dezembro	"
17	Leopoldino Fernandes dos Reis	Homicidio	9	Outubro	Idem	22	Novembro	"
18	Antonio Placido Bastos	Roubo	24	"	Juro de Direito	22	Novembro	"
19	Manoel, escravo do capitão Felix de Miranda Rodrigues	Homicidio	24	"	Idem	22	Novembro	"
20	José Leite de Barros	"	27	Novembro	Juro das Excepções	22	Novembro	"
21	Custodio, escravo da herança de João Nunes Bueno do Prado	Homicidio	27	Abril	Juro Municipal	22	Novembro	"
22	José cabra, escravo de Custodio da Silva Rondon	"	6	Agosto	Idem	22	Novembro	"
23	Francisco Ferreira Domingos	"	16	"	Idem	22	Novembro	"
24	José Gordo	"	9	Dezembro	"	22	Novembro	"
25	Paulo Azala	Furto	27	Fevereiro	"	22	Novembro	"
26	Benedito Francisco de Montalvão	Resistência	19	Março	"	22	Novembro	"
27	Francisco Antonio do Nascimento	Homicidio	3	Setembro	"	22	Novembro	"
28	Pedro, escravo de Felipe Carlos Antunes	Tentativa de homicidio	27	"	"	22	Novembro	"
29	Tito Antunes Maciel	Homicidio	5	Novembro	"	22	Novembro	"
30	Thomas Fernandes de Oliveira	Offensas pby. graves	14	"	"	22	Novembro	"
31	Joaquim Rodrigues de Moraes	Homicidio	9	Dezembro	"	22	Novembro	"
32	Benedita Maria da Conceição	Furto leve	"	"	"	22	Novembro	"
33	Eudora, escrava de D. Simão de tal	"	16	Dezembro	Juro Municipal	22	Novembro	"
34	José Basílio, escravo de João Teixeira de tal	"	27	Maio	Chefe de Polícia	22	Novembro	"
35	Benedita, escrava de D. Mariana Laureça Ramos	"	3	Outubro	Idem	22	Novembro	"
36	Januário, escravo da herança do ten. coronel Lauriano Xavier da Silva	"	28	"	"	22	Novembro	"
37	José Alves de Moraes	"	9	Dezembro	"	22	Novembro	"
38	Antonio Eusebio, escravo	"	20	"	"	22	Novembro	"

Quando começou a cumprir sentença	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem	De quem</
-----------------------------------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	-----------

Cuiabá, 1.º de Janeiro de 1874.

O Carcereiro,
Joaquim José Cardoso Arinos.

Tabela 2: Mapa nominal dos presos na Província de Mato Grosso em 1873.

Fonte: Relatório apresentado a assembleia legislativa provincial de Mato Grosso na segunda sessão da 19ª legislatura, no dia 3 de maio de 1873, pelo presidente da província, o Exmo. Sr. General dr. José de Miranda da Silva Reis. Cuiabá, Tipografia da "Situação" de Souza Neves C.a. [n.d.] 1873, mapa 4.

Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>. Acesso em: 23 de novembro de 2012.

[...] provocado e organizado por um destes meios: 1ª a queixa; 2ª a denúncia; 3ª o procedimento ex-offício; este foi abolido pelo art. 49 do regulamento n. 4824 de 22 de novembro de 1871, só tendo lugar nos seguintes casos: 1ª nos casos de flagrante delito; 2ª nos crimes policiais; 3ª quando esgotados os prazos da lei, que não for apresentada queixa ou denuncia; 4ª nos crimes de responsabilidade, sendo competente a autoridade judiciária, que os reconhecer em feito, ou papeis, submetidos regularmente ao seu exame jurisdicional.⁷²

Considerados como intermediários políticos entre o poder local e o poder central os juízes mediavam os conflitos de interesses entre os homens pobres livres, proprietários de terras, escravos e gado e as autoridade governativas. A magistratura adquiriu mais legitimidade com a reforma do Código de Processo Criminal, em 1841, e tanto quanto o governo, ela também se valeu das mudanças da lei para “reforzar o crear allegados políticos a nível local.”⁷³

A fin de hacer que el magistrado fuera um delegado político eficaz, el gobierno se vio obligado a investilo con virtualmente todos los poderes del Estado. Un juez de distrito ejercia um poder inmenso em su comarca, u los observadores interpretaron rápida y exactamente esse poder em términos políticos: como um meio para coaccionar el apoyo local.⁷⁴

Assim, a nova legislação complementar ao Código de Processo Criminal de Primeira Instancia, homologado em 1832 e modificado em 3 de dezembro de 1841, postulava que:

Os chefes de polícia são nomeados pelo Governo Geral dentre os Magistrados, doutores e Bacharéis em direito, que tiverem quatro anos de pratica de foro ou administração; não sendo obrigatória à aceitação do cargo. E quanto Magistrado, não exercício do cargo policial, não gozarão do predicamento de sua magistratura. Vencerão porem, a respectiva antiguidade e terão os mesmo vencimentos pecuniários se forem superiores aos do lugar de Chefe de Policia.⁷⁵

⁷² SALLES, 1882, p. 7.

⁷³ FLORY, 1986, p. 291.

⁷⁴ Ibid., p. 290.

⁷⁵ BRASIL. **Lei, nº 2.033 de 20 de setembro de 1871**. Altera diferentes disposições da Legislação Judiciária. PIERANGELLI, José Henrique. Processo penal: evolução histórica e fontes legislativas. São Paulo: Jalovi, 1983, p. 394-402.

Desde a criação da lei de 15 de outubro de 1827, o juiz de paz tinha como uma de suas obrigações, contribuir para promover a conciliação entre as partes litigiosas, mas também cabia a ele desempenhar as funções de polícia. Podia julgar pequenas demandas, destruir quilombos, vigiar sobre a conservação das matas e florestas públicas, possuir uma relação dos criminosos, interrogar delinquentes e testemunhas, fazer auto de corpo de delito, entre outras responsabilidades.⁷⁶ O processo de centralização do poder empreendido pela elite política brasileira e o monarca somado às transformações na legislação contribuíram para alterar significativamente as funções do juiz de paz. Aos poucos ele foi perdendo autoridade, não era mais o responsável pela formação da culpa que passou a ser da alçada do juiz de direito e delegados de polícia para os casos de crime comum. O Código de Processo Penal já havia feito alterações nesse sentido quando da reforma conservadora em 1841:

Finalmente, em 1841, o Partido Conservador logro reformar El desacreditado Código Procesal, quitando la mayoría de los poderes penales y policiacos (y especialmente la responsabilidad de redactar los cargos penales) de manos del juez de paz y dando-se los a funcionarios nombrados por el gobierno.⁷⁷

Eleito pelos habitantes locais, o juiz de paz possuía legitimidade, pois era alguém escolhido por uma maioria e seus poderes localmente eram definidos e limitados pela vigilância dos demais membros da comunidade, mais do que pelas leis e decretos emanados do poder central. Todavia, com o projeto de conciliação colocado em andamento pelo poder central a figura do juiz de paz se tornou incômoda para os políticos locais e para os homens do Império. Pois, como detinha maior proximidade junto aos eleitores, o juiz de paz tanto podia influenciar a população para votar neste ou naquele candidato como também podia se transformar num “testa de ferro” de algum grande proprietário rural. De fato, isto ocorreu com

⁷⁶ BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. PIERANGELLI, José Henrique. **Processo penal: evolução histórica e fontes legislativas**. São Paulo: Jalovi, 1983, p. 346.

⁷⁷ FLORY, 1986, p. 108.

muita frequência nas vilas e cidades brasileiras, eram os denominados mandões a serviço dos poderosos locais.

Após a reforma do Código de Processo Penal, os conservadores ocupantes de pastas ministeriais trataram logo de melhorar as condições de trabalho e os salários dos agentes do judiciário. Assim, formavam grupos de interesse que os apoiava ou a um correligionário nas eleições políticas. Mas, caso o magistrado ou juiz se negasse a atender tais “pedidos”, era imediatamente transferido para uma pequena comarca localizada no interior do território nacional. Este era o tipo de punição, velada é fato, por se rebelar contra os interesses das forças políticas do governo Imperial ou regional. Talvez por isso seja raro encontrar nos documentos oficiais relatos de punição aos operadores da justiça que deixavam de cumprir com suas funções ou se opunham ao poder de mando de algum chefe local. Mesmo assim encontrei um caso que ocorreu em 1836 e foi relatado pelo então presidente da província de Mato Grosso que mandou suspender o pagamento do ordenado do juiz de direito interino da capital Cuiabá. Mais adiante no mesmo documento explicou porque o demitiu:

O bacharel Pachol Domingues de Miranda, que serviu de Juiz de Direito da Comarca, desta Capital: este Magistrado acha-se fora do Emprego, envolvido em processo desde Novembro de 1834 sem que tenha agitado (sic) Há abandonado, pois o seu emprego, sem que possa atualmente alegar escusa plausível [...].⁷⁸

Isso, provavelmente, também ocorria em outras as instâncias e comarcas do Império. Sem muitos entraves os magistrados e juízes rapidamente adquiriam conhecimento sobre a vida econômica, política e cultural da população, o que o colocava numa situação de proximidade. Além disso, os juízes, às vezes, exerciam dupla função, acumulando o cargo de juiz de direito com o de chefe de polícia. Em tal circunstância estes operadores da justiça

⁷⁸ Discurso recitado pelo Exmo. Presidente da Província de Mato Grosso Sr. José Antonio Pimenta Bueno, 5ª Abertura da Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em o dia 30 de novembro de 1836. Cuiabá: Tipografia Provincial, 1837, p. 7-8. Disponível em: Center for Reserch Libraries Brazilian Government Document Digitization Project. Provincial Presidential Reports (1830-1930) – Mato Grosso. Fundação Andrew W. Mellon. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/422/index.html>. Acesso em: 17 de maio de 2012.

acabaram se transformando em mediadores políticos, legitimados pela autoridade que o cargo jurídico lhes conferia. O exemplo desse excesso de poder vinha do próprio Imperador, pois concentrava o poder enquanto Regente e também o que advinha do Poder Moderador. Nas palavras de Sergio Buarque de Holanda embora sejamos tentados

[...] a querer reduzir o papel que um homem só possa exercer no curso da historia, força é confessar que os poderes que enfeixava o imperador, e ninguém mais os teve no mesmo grau entre nós, não deixam silenciar-lo ou subestimá-lo. O que cabe dizer é que ele os utilizou, entretanto, no sentido de moderar, de imobilizar e até de quebrantar as reformas mais importantes para a modernização do país.⁷⁹

Assim, havia uma resistência dissimulada contra inovações, reformas e modernização nas estruturas políticas, jurídicas e econômicas do país. De fato operavam-se algumas mudanças, mas nada tão substancial que pudesse promover a descentralização do poder e consequentemente o fim da monarquia. Apesar disso o poder central visando resguardar seus múltiplos poderes de ação aprovou decretos, regulamentos e leis, como a Lei do Ventre Livre de n. 2040/1871, a de n. 2033/1871, o regulamento n.120/1841⁸⁰, entre outros. Se estas medidas não colocavam em cheque o poder do governo monárquico, ao menos chamavam a atenção para a questão da abolição da escravatura, para os graves problemas estruturais do judiciário, para a continuidade de práticas de mandonismo na ocupação dos cargos nas províncias e para a necessidade urgente de renovar a legislação brasileira, que já não era mais compatível com a nova divisão social do trabalho nas relações de produção.

A manutenção da escravidão gerava contradições socioeconômicas que influíam diretamente na aplicação das leis, desencadeando tensões políticas como as de 1857 e 1864. Sem contar os graves problemas políticos e diplomáticos gerados pela guerra do Paraguai. Ainda assim o governo continuou investindo na reestruturação do judiciário. Destarte, em

⁷⁹ HOLANDA, 2010, p. 141.

⁸⁰ COROATÁ, José Prospero Jehovah da Silva. Imperiais resoluções tomadas sobre consultas da secção da Justiça do Conselho. Rio de Janeiro: Garnier, 1884, p. 12. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br>. Acesso em: 8 de março de 2012.

1874 instalou-se o Tribunal da Relação de Cuiabá, o 10º no país, com sede em Cuiabá, criado pelo Decreto n. 2342 de 6 de agosto de 1873, composto de cinco membros. A organização judiciária estabelecida atendia aos anseios do mando de liberais e conservadores que estivessem no poder. Em suma, “transigir com os princípios para alcançar o mando supremo foi e será sempre o lema dos políticos.”⁸¹ Mas esse período também ficou caracterizado por intenso movimento mercantil/financeiro, o que contribuiu para a prosperidade urbana e industrial, sobretudo nos grandes centros. Após a guerra do Paraguai (1865-1870), a economia entrou numa nova fase de acumulação de capitais dinamizada pela cafeicultura no oeste paulista. Este processo foi

[...] ativado pelo Estado e estava diretamente ligado ao financiamento externo, com consequente penetração do controle estrangeiro da economia, especialmente do capitalismo inglês, propiciou, por outro lado, o avanço das instalações de infraestrutura da economia agroexportadora, pela expansão da rede ferroviária e melhoria dos portos e, por outro, permitiu a instalação de fábricas de produtos consumidos internamente (alimentação e tecelagem) e certa expansão nos setores urbanos de serviços.⁸²

Em síntese, sobre o aspecto econômico o país viveu entre 1830 e 1889 um processo cheio de percalços, avanços e recuos até se desvencilhar das amarras geradas pelo escravismo. É certo que para os abolicionistas a escravidão “impedia a imigração, inibia a mecanização da lavoura e criava uma falsa riqueza [...]”.⁸³ Esses eram motivos suficientes para lutar pela abolição, o que levou muitos intelectuais e até mesmo fazendeiros a se engajarem no movimento abolicionista. Observo que nem sempre o fenômeno de mudanças sociojurídicas dessa época foi analisado como parte de um longo processo histórico. Pode-se dizer que alguns historiadores negligenciaram “as vinculações entre a desagregação do sistema escravista e as mudanças econômicas e sociais que se operaram no Brasil na segunda metade

⁸¹ MELLO, 1916, p. 141.

⁸² CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente – Campos Sales. IN: FAUSTO, Boris. **O Brasil Republicano. Estrutura de poder e economia (1890-1930)**. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 1977, v. 1, p. 18-19.

⁸³ COSTA, 2007, p.334.

do século [...].”⁸⁴ Óbvio que nas regiões mais distantes da Corte o processo de expansão das forças capitalista não se deu no mesmo ritmo e intensidade como nos centros urbanos mais populosos. Foi o que ocorreu com a economia mato-grossense, que tinha como base a criação de gado, embora outras atividades também tenham participado de forma menos expressiva no computo geral como foi o caso da borracha.

Já na esfera da Justiça, o Império conseguiu instituir significativos rearranjos tanto na legislação quanto na estrutura jurídica. Naturalmente esse processo de reestruturação perdurou por muitas décadas até se tornar mais concreto aos olhos da população.

A historiografia brasileira demonstrou que durante muito tempo o espaço de atuação da magistratura togada e dos juízes se confundia com as funções de polícia. O que foi relativamente modificado a partir da aprovação da lei n. 2.033 de 20 de setembro de 1871. Essa legislação foi uma tentativa do governo para fortalecer a autoridade dos magistrados em detrimento aos poderes exercidos pelo juiz de paz, que era desde a criação do cargo em 1827, eleito pela população local. Fato é que durante o século XIX os *experts* do judiciário se conscientizaram de suas competências, qualidades profissionais e posição dentro da instituição jurídica. Passaram a compartilhar experiências na Justiça, pela Justiça e com a Justiça, inclusive com outras áreas do conhecimento científico.

2.3. *EXPERT E EXPERTISE: DO JUDICIÁRIO E DA MEDICINA LEGAL*

Quando se trata de nomear os agentes do judiciário ou operadores da Justiça, o mais comum é agregá-los em um conjunto homogêneo denominando-os como profissionais do direito ou profissionais jurídicos ou ainda profissionais do judiciário, enfim um grupo onde a hierarquia é determinada pela atuação e representatividade dentro do judiciário. Rastrear

⁸⁴ Ibid., p. 343.

como se estabeleceu essa hierarquização nos ajuda a compreender porque as mulheres acreditavam no poder de mediação da Justiça quando envolvidas com a violência e a criminalidade. É, portanto, na documentação que se encontram as evidências e os vestígios de como as tumultuadas e complexas relações entre juízes, magistrados e médico legal interferiram na vida daquelas mulheres em determinadas circunstâncias, especialmente se considerarmos que aquela realidade sócia histórica era permeada por leis desconexas, contraditórias, procedimentos técnicos e formais, exames anatômicos, patológicos e clínicos produzidos por um saber em processo de aperfeiçoamento, qualificação e regulamentação.

Isso posto, começo por observar que a legislação estabelecia os limites de ação às diferentes esferas de atuação dos operadores da justiça e da medicina legal. Ao atribuir responsabilidade por atos ilícitos e arbitrários no exercício do emprego, a Constituição do Brasil ampliava o raio de ação do poder central, uma vez que somente o Imperador tinha poder para punir juízes, magistrados e desembargadores. O art. 156 da Constituição do Brasil explicitava que:

Art. 156 – Todos os juízes de direito e os oficiais de justiça são responsáveis pelos abusos de poder, prevaricação que cometerem no exercício de seus empregos; esta responsabilidade se efetiva por lei regulamentar.⁸⁵

Notadamente no Brasil as leis eram feitas, mas nem sempre cumpridas. Casos de abuso de poder, prevaricação e favorecimentos não eram situações esporádicas, ao contrário, a inexistência de uma “distinção fundamental entre os domínios do público e do privado”⁸⁶ prevaleceu, reforçando os particularismos, desmandos e a lamacenta corrupção financeira e moral. O que era crime para alguns para outros havia as atenuantes. Esse desequilíbrio na Justiça gerava instabilidade e desigualdades sociais e ficava mais visível na justiça penal do que nas outras especialidades do Direito. Isto porque o crime é algo danoso para a sociedade

⁸⁵BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil**. CAMPANHOLE, Adriano; CAPANHOLE, Hilton Lobo. Todas as Constituições do Brasil. São Paulo: Atlas, 1971, p. 581-640.

⁸⁶ HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 146.

como um todo. Qualquer tipologia criminal é um dano que atinge a todos e não somente a vítima, pois envolve o aparato jurídico, advogados, familiares, amigos, enfim, uma comunidade que sem perceber mantém os laços de solidariedade, a rotina e os costumes.

Nessa perspectiva, é de se notar que o espaço de atuação da justiça penal, no século XIX, quando se instala o Império, era irregular e instável e sem uma hierarquização única e contínua, o que deixava brechas para a manipulação política e arbitrariedades. Diante dessas circunstâncias percebeu a elite política a necessidade de se racionalizar e organizar o sistema jurídico, fortalecendo ao mesmo tempo sua autonomia, autoridade e legitimidade de poder diante das forças políticas centrífugas e centrípetas que operavam no sentido de mantê-lo na dependência do poder central. Daí o empenho do governo em fortalecer o papel dos juízes e magistrados diante da sociedade. Como vimos durante o século XIX cresceu em importância o *status quo* de juízes e magistrados no interior das relações políticas e econômicas no Brasil Imperial, o que pode ser percebido pelo recurso crime impetrado na Justiça por M. F.:

Meritíssimo Sr. quando a balança da justiça que decide do direito do cidadão se acha na mão do magistrado justiceiro e fiel interprete da lei de um povo livre, esse magistrado é olhado por todos e de todos os lados como o centro emanador e como a coluna de garantia de nossos direitos sociais.⁸⁷

O recurso-crime foi enviado ao juiz municipal da comarca de Paranaíba, em 18 de janeiro de 1871, pela ré, presa como mandante do assassinato do marido. O autor do documento credita ao juiz a responsabilidade pela equidade na aplicação da lei. Além disso, também fica perceptível que o mesmo confundiu os fins com os meios. Sabe-se que o Direito de acesso aos direitos sociais se constituía como fim jurídico e deveria ser garantido pelas leis a todo cidadão, enquanto que o juiz ou magistrado era o meio para se atingir tais fins. A racionalidade dessa fórmula levava os cidadãos a acreditarem que os julgamentos se pautavam no princípio de equidade e neutralidade que por certo deveria permear toda lei.

⁸⁷ MTJMS, caixa 114, processo-crime 06; 1859; Paranaíba.

Entretanto, nem sempre foi possível ou existiu esse equilíbrio nos julgamentos nas comarcas situadas no sul de Mato Grosso, o que não divergia muito de outras regiões do país:

O juiz deixava de apreciar conflitos de sua competência (impessoalidade, neutralidade) pra entrar numa prática ‘antijudiciária’, em que só contava o atendimento ao partido aliado e aos chefes no interior. Daí a duplicidade da conduta do juiz, ora submetido às exigências da legalidade partidária (aliado ou adversário das facções locais) ora impelido aos deveres funcionais do cargo com aplicador da lei.⁸⁸

De fato, no século XIX, juízes e magistrados ampliaram sua autoridade tanto sob o ponto de vista das leis quanto das práticas jurídicas, assim creio ser mais coerente identificá-los como dotados de um poder específico para determinar as prioridades na manutenção da ordem social e legal. Esse poder simbólico gerava expectativas e positivities. A crença de que o juiz pudesse ser benevolente com as mulheres casadas criminosas reforçou a opinião de que raramente elas eram sentenciadas. Recorrendo às suas prerrogativas a ré interpôs o recurso-crime, que é uma forma de provocar a justiça para que se reveja a sentença. Foi negado o recurso, pois em processo anterior a ré confessou diante da Justiça que pagou ao assassino para matar o marido. Dessa forma, acabou sentenciada no art. 192 do Código Criminal. Embora tenha assinado o recurso, a linguagem jurídica denuncia que quem o produziu detinha consideráveis conhecimentos de direito. Assim, conforme Pierre Bourdieu:

São também os profissionais quem produz a necessidade dos seus próprios serviços ao constituírem em problemas jurídicos, traduzindo-os na linguagem do direito, problemas que se exprimem em linguagem vulgar e ao proporem uma avaliação antecipada das probabilidades de êxito e das consequências das diferentes estratégias; e não há duvida de são guiados no seu trabalho de construção das disputas pelos seus interesses financeiros, e também pelas suas atitudes éticas ou políticas, princípios de afinidades socialmente fundamentadas com os seus clientes [...]⁸⁹

⁸⁸ WOLKMER, 1999, p. 93.

⁸⁹ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**; trad. Fernando Tomaz. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 232.

Ora, sabe-se que no Brasil imperial “a alta advocacia e a alta magistratura se isolaram nos ambientes das Relações, na Corte e no Supremo Tribunal de Justiça, alimentando devaneios de grandeza, de erudição jurídica e hegemonia profissional.”⁹⁰ No entanto, mantiveram-se relativamente subordinados e vinculados, por interesses econômicos e políticos, ao poder executivo, legislativo e ao Poder Moderador. Portadores de títulos nobiliárquicos tratavam com “indisfarçável desprezo” os advogados das pequenas causas, os anônimos solicitadores, os praxistas e os rábulas, que eram os profissionais desprovidos de condições financeiras para poder aprimorar seus conhecimentos em Direito.⁹¹ Mas nem mesmo estes se empenharam em produzir matéria jurídica sobre o regime do trabalho escravo e a codificação das leis civis.⁹²

Isso posto, vale reiterar que as reformas na legislação brasileira após a Independência não atingiram as leis civis, as quais poderiam ter contribuído para implementar a administração da justiça e a ordem jurídica. Na verdade o que governo central desejava naquele contexto conturbado de lutas pelo fim da escravidão, insatisfação dos militares e crescentes apelos para a implantação do sistema federativo era manter e assegurar a centralização do poder e, conseqüentemente, das decisões políticas.

A propósito, cabe relembrar que até o fim da Monarquia, em 1889, o judiciário brasileiro ficou aprisionado na estruturação elaborada pela última reforma do Código de Processo Criminal em 1841. Passou por pequenas alterações com a lei de 20 de setembro de 1871, que transferiu o inquérito policial para os delegados e subdelegados de polícia. Antes desta lei o inquérito era atribuição do juiz de paz. As mudanças produzidas pela lei não foram suficientemente ampla para atingir o âmago das práticas particularistas e individualistas. Seja como for, durante décadas

⁹⁰ COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930**. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 175.

⁹¹ Ibid., p. 181-183.

⁹² Ibid., p. 184-185.

Permaneceu o juiz de paz eleito, mas com atribuições muito reduzidas. A magistratura togada abrangia desde os juízes municipais até os ministros do Supremo Tribunal de Justiça. Os juízes municipais e de órfãos eram nomeados entre bacharéis com um mínimo de um ano de prática forense para períodos de quatro anos. Podiam então ser promovidos a juiz de direito, ou ser nomeados para outro quadriênio, ou mesmo abandonar a carreira, pois não tinham estabilidade. Já os juízes de direito possuíam estabilidade e só perdiam o cargo por processo legal, embora pudessem ser removidos de um lugar para outro.⁹³

Dessa forma, juízes e magistrados pertenciam a uma mesma categoria social, embora não ocupassem o mesmo degrau na estrutura jurídica. Além disso, é bastante frequente que os termos sejam empregados como sinônimos ainda hoje, embora desde o período colonial tenha existido certa distinção entre ambos, conforme registrou o padre Raphael Bluteau. Nas palavras do autor, o termo magistrado tinha origem na civilização romana e referia-se a quem

[...] exercia algum officio publico na Judicatura Civil ou Militar. Em Portugal entendia-se por magistrado qualquer Ministro de justiça maior. Magistratus algumas vezes se pode dizer que no Latim não só significa a pessoa, que exercer o officio, mas também o mesmo officio.⁹⁴

Transposto para o Brasil o termo magistrado continuou sendo associado aos que galgavam cargos na alta magistratura. Já os juízes eram aqueles que lidavam no dia a dia com as questões judiciais nas comarcas, termos e distritos. Poucos são os autores a estabelecer uma distinção entre os dois termos. Há, todavia, outros termos cujo conteúdo incorpora os significados das atividades tanto do judiciário quanto da medicina. São eles *expert* e *expertise*. Em português o termo *experto* foi utilizado por Camões, no século XVI em os *Lusíadas*, no verso: “Tomai conselhos só d’experimentados [...]. Mais em particular o experto o sabe.”⁹⁵

⁹³ CARVALHO, 2006, p. 174.

⁹⁴ BLUTEAU, Rafael. Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antônio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro. Lisboa: Na Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p. 249.

⁹⁵ SANTOS, Agenor Soares do. Dicionário de Anglicismo e de palavras inglesas correntes em português. São Paulo: Campo/Elsevier, 2006. (CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*: 1572, X, 152). Disponível em: <http://www.teclasap.com.br>. Acesso em: 05 de março de 2013.

Assim, o experto era aquele que sabia, conhecia, praticava e compreendia muitos mais do que a maioria das pessoas sobre diferentes assuntos.

Mantendo certa similitude de conteúdo, no século XIX, o experto ou *expert* se configurava como sendo aquele que possuía o domínio das práticas, procedimentos e jurisprudência jurídicas, mas, sobretudo, ele dominava “la reflexion naissant sur l’administration de la preuve, tant au civil qu’au penal”.⁹⁶ Nessa perspectiva, no âmbito jurisdicional, o juiz de direito era, dentre os demais, quem mais detinha “poder-saber”⁹⁷ para mandar fazer interrogatórios, investigação, exames, acareações, diligências sobre os crimes praticados pelo cidadão comum e nos crimes envolvendo juízes municipais, escrivães, oficiais de justiça e empregados públicos. Excetuavam-se, deste conjunto, os ministros de estado, presidentes de províncias, desembargadores, juízes de direito, empregados do corpo diplomático, militar e eclesiástico.⁹⁸ Notadamente, o juiz se configurava como um *expert* tanto em função da prática jurídica e conhecimentos de Direito quanto pelo poder que concentrava para executar os procedimentos judiciais. Além disso, é preciso lembrar que:

[...] à experiência do jurista, o conceito de regra (onipotência da ‘norma’ na cabeça do jurista contemporâneo) se exprime com uma projeção no futuro (comportamentos prescritos e então autorizados, proibidos...) pelos quais comportamentos serão qualificados, a partir da reconstrução de passados, e valerão como sentido (presente) da regra.⁹⁹

Ao fim e ao cabo, foi a partir de estratégias e táticas elaboradas por cada um dos *experts* na luta cotidiana por mais espaço de ação no judiciário para decidir sobre os destinos e as sentenças nos crimes praticados pelos justiciáveis que se constituiu uma forma específica

⁹⁶ CHAUAUD, Frédéric. **Experts et expertise judiciaire: France, XIX^e et XX^e siècles**. France: Presses Universitaires de Rennes, 2003, p. 10.

⁹⁷ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: o nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramalhe. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, pp. 26-27.

⁹⁸ BRASIL. **Código Criminal do Império do Brasil de 1830**. Organizado e Comentado por Araújo Filgueiras Junior. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1876, p. 287.

⁹⁹ NERHOT, Patrick. No princípio era o Direito. IN: BOUTIER, Jean; DOMINIQUE, Julia. **Passados recompostos: campos e canteiros da História**. Trad. Marcella Mortara e Anmaria Skinner. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998, p. 97.

de *expertise*. Em outras palavras, o conteúdo do saber que o perito ou o *expert* possuía vinculava-se ao conhecimento acumulado em sua profissão. Esse acúmulo o permitia realizar uma perícia ou executar procedimentos práticos, os quais, também se fundamentavam em teorias e metodologias científicas empregadas para pesquisar micro metricamente as causas que deram origem ao problema em questão. Não me refiro apenas ao juiz que buscava através das provas e testemunhas encontrar a verdade dos fatos, mas também ao *expert* em medicina legal que aplicava seu conhecimento nas perícias apontando elementos essenciais à comprovação dos atos de violência à formação da culpa.

Somado a essa competência tem-se a *expertise* que se configurava como o acúmulo de um tipo de saber acrescido de um Poder especial, isto é, de autoridade suficiente para exercer os procedimentos com técnica, cientificidade e conhecimentos adquiridos de maneira formal e acrescidos de um saber acumulado com as práticas rotineiras, observações, experiências, avaliações e comparações entre objetos diversos (inclusive no campo da medicina). A gama de conhecimentos que se formou dotava o *expert* de um saber *expertale* ou pericial, geralmente regulamentado pela legislação, o que permitia a ele realizar atividades em sua área de saber que outros desconheciam. Assim,

[...] ce sort particulier que connaît l'expertise judiciaire est à mettre en lien avec nature de l'intervention expertale et sa position au sein de Jusitce. L'expertise judiciaire peut être appréhendée comme une pratique ambivalente, multiforme, indéfinie ou mal définie voire bâtarde.¹⁰⁰

Desta forma, resta identificar quem era *expert* no judiciário do século XIX. O *expert* tanto podia ser o juiz ou o magistrado quanto o perito judicial. O perito era convocado pela justiça para proceder ao exame de corpo de delito nas vítimas de violência, independentemente de ser ela humana, animal, coisa ou objeto. O exame de corpo de delito nos seres humanos era atribuído ao médico legal, mas no caso de um imóvel o *expert* era o

¹⁰⁰ CHAUVAUD, 2003, p. 83.

mestre pedreiro ou marceneiro. Como exemplo, cito o caso do roubo na Igreja da Candelária em Corumbá. Consta do processo “que uma ou mais pessoas roubaram o crucifixo da Igreja, fazendo estragos aos bens da mesma [...]”¹⁰¹ O delegado notificou “o mestre de pedreiro e seu auxiliar para procederem ao exame de corpo de delito na Igreja para descobrir-se qual o criminoso ou criminosos.”¹⁰² Concluíram os *experts* que os obstáculos a serem vencidos pelos criminosos eram mínimos, pois como a Igreja estava em reforma havia uma corda que era utilizada para guindar pedras e foi por ela que penetraram na Igreja. O laudo oficial dos *experts* ajudou a localizar os prováveis criminosos, embora o juiz tenha arquivado o processo por entender que o crime cometido não era um roubo e sim furto. Resumindo, a identificação tipológica do crime foi feita de forma incorreta, o que levou o juiz a arquivar o processo. A diferença entre as duas tipologias reside no emprego de violência nos crimes de roubo. Isso mostra que o conhecimento especializado e a perícia começavam a se disseminar nas instituições e na sociedade. A medicina legal é um exemplo desse processo. No final do século XIX ampliaram-se as especialidades médicas e a medicina legal passou, então, a ser considerada uma ciência, uma forma de medicina aplicada.

Hoje a medicina legal é definida como a ciência que aplica os conhecimentos médicos à investigação dos fatos a serem submetidos à apreciação jurídica. Defini-la não é, nem nunca foi tarefa fácil, pois mesmo entre os *experts* do Direito e da Medicina as divergências acerca de uma noção única se perpetuam. Com a Revolução Industrial, no século XVIII, diversificaram-se as pesquisas científicas, o que ampliou o conhecimento¹⁰³ nas áreas de medicina, biologia, geologia, farmácia, botânica, zoologia. Foi no bojo destas mudanças que surgiu a criminologia, que tem em Franz Joseph Gall a primeira “tese segundo a qual a morfologia craniana é modelada pela forma do cérebro em função da personalidade do

¹⁰¹ MTJMS, caixa 150; processo-crime 08; 1884; Corumbá.

¹⁰² Ibid.

¹⁰³ Para maior aprofundamento ver: BASALLA, George. **A evolução da tecnologia**. Trad. Sergio Duarte Silva. Porto/Portugal: Porto Editora. 2001, pp.15-19. HOBBSAWM, Eric J. **A era dos impérios de 1875-1914**. Trad. Sieni Maria Campo e Yolanda Steidel de Toledo. São Paulo: Paz e Terra, 2009, p. 392.

indivíduo”.¹⁰⁴ Seu estudo concentrou-se particularmente nos casos dos alienados e criminosos. Gall difundiu a ideia de que a pena não deveria ser dada em função do crime, mas do criminoso. A teoria de Gall foi bastante questionada e debatida no século XIX. Nela estavam contidos os germes da antropologia criminal. Outros depois dele foram ainda mais longe na “caça aos cérebros”. Foi especialmente com Cesare Lombroso e seu criminoso nato que a criminologia passou a se dedicar à anatomia patológica e à antropometria do crime. Material humano para seus estudos não lhe faltaram, pois além de ser médico alienista, Lombroso também conquistou através de concurso a cátedra de Medicina Legal da Faculdade de Turim¹⁰⁵, devido a esta condição mantinha-se próximo de seu objeto de estudo. Levando ao extremo suas pesquisas, Lombroso associava características biológicas externas ao comportamento do homem criminoso e da mulher criminosa. Para o mestre de Turim os caracteres do assassino nato, como tipo de orelhas, nariz, sobrancelhas, eram transmitidos por hereditariedade, o que influenciava nos comportamentos sociais. Assim, por antecipação e baseando-se em detalhes fisionômicos os criminologistas pré-julgavam e depois buscavam as provas do crime. Tais ideias foram amplamente empregadas para justificar a segregação racial e reforçar preconceitos sexuais, étnicos e culturais.

Em pouco tempo a teoria de Lombroso percorreu o mundo e passou a influenciar os procedimentos na Justiça e na Medicina. Insurgindo-se contra o lado místico de Lombroso, Alexandre Lacassagne investiu todo seu saber para ampliar o conhecimento e as técnicas empregadas pelos médicos legistas em seu campo de trabalho. Preconizava que a medicina de modo geral não deveria se ocupar unicamente com o estudo e a cura das enfermidades que comprometem a saúde do homem. A ciência médica pode e deve colocar seus conhecimentos especiais a serviço da organização e funcionamento da sociedade como um todo. Por isso, afirmava ele, “los legisladores, magistrados y administradores públicos recurrem à sus luces ó

¹⁰⁴ DARMON, Pierre. **Médicos e assassinos na Belle Époque: a medicalização do crime**. Trad. Regina Grisse de Agostino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 24.

¹⁰⁵ Ibid., pp 36-50.

se inspiraron en sus consejos para elaborar ó aplicar las leyes y velar por la conservación de la salud pública.”¹⁰⁶ Para ele a medicina tinha uma missão social e “las numerosas relaciones de la medicina con las distintas legislaciones constituyen la llamada medicina política, à la que exclusivamente há de se reservarse el título de medicina legal.”¹⁰⁷

Cria Lacassagne que deste modo a ciência médica cooperava para melhorar a saúde pública e expandir o sentido de Justiça, as quais segundo ele eram as duas expressões mais elevadas da ordem material e da ordem moral de uma sociedade, ainda que apresentem fins completamente diferentes: de um lado a higiene social e polícia médica e de outro a medicina judicial. Este carácter distintivo “se encuentra claramente indicado em el origen, marcha y progreso de estas ciências”¹⁰⁸, que se expandiu com a renovação e surgimento de novas teorias, aperfeiçoamento técnico, metodológico e tecnológico. Esta evolução reforçou as pesquisas no campo das ciências médicas. Em posse desse novo saber os médicos passaram a compreender quais eram as causas de determinadas doenças, epidemias e a incidência destas sobre a saúde da população. De experiência em experiências formaram o arcabouço teórico que subsidiava as práticas *expertaes* na medicina e no judiciário.

A historiografia tradicional ignorou esse contexto ao analisar a formação da sociedade sul mato-grossense, o que reforçou a ideia de que este tipo de problemática inexistia nas pequenas vilas localizadas no interior do país. Entretanto, a documentação revela que nem todos os juízes e médicos legistas exercendo a profissão ao sul da província estiveram totalmente imunes a esse debate. Assim, creio que o mais lógico é demonstrar como a questão era percebida pelos juízes encarregados de analisar a ação criminal. Vejamos: no dia 5 de dezembro de 1873, o pai de A. denunciou ao juiz municipal de Corumbá, comarca localizada às margens do rio Paraguai, no sul de Mato Grosso, o capitão C. S. L., casado, pai de duas

¹⁰⁶ LACASSAGNE, Alexandre. **Compêndio de Medicina Legal**. Trad. Jorge M. Anguera de Sojo. Barcelona: Cortes, 1911, p. 1.

¹⁰⁷ Ibid., p. 1.

¹⁰⁸ Ibid., p. 1.

filhas, reconhecido por muitos da população local como “herói da Guerra do Paraguai”, por ter estuprado sua filha de nove anos na casa da professora que lhe ensinava “as primeiras letras.”¹⁰⁹ Consta no auto de denúncia que se aproveitando da ausência da mestra na sala de estudos, o capitão se aproximou da menina e a violentou. Os sinais do ato (o sangue) estavam no vestido e no corpo de A. O pai ao saber do ocorrido denunciou o suposto agressor. O juiz mandou que se fizesse o exame de corpo de delito na vítima. O *expert* em medicina legal assistido por um farmacêutico, conforme exigência da lei, juntamente com o delegado de polícia, procedeu ao exame e concluiu que:

[...] a menina apresentava nas partes genitais as pequenas labiais da vulva, confusas escoriações, o orifício da vagina um pouco dilatado; no hímen notou sinal de sangue e que, portanto respondem: ao primeiro quesito qual houve defloramento; ao segundo que os meios empregados fora o dedo; ao terceiro pela negativa; ao quarto pela afirmativa; e ao quinto que provavelmente por força superior e finalmente que avaliarão o dano causado em uma conveniente dotação.¹¹⁰

O relatório do perito legal sobre as condições da genitália de A. comprovaram que a menina fora deflorada. Não era incomum um ou outro juiz desconsiderar os resultados apresentados nos laudos periciais ao proferir sentenças de defloramento e estupro. Alegavam que os peritos podiam cometer falhas e estas só eram descobertas após exames detalhados, o que nem sempre acontecia. Para evitar cometer uma injustiça, desconsideravam o laudo pericial. No entanto, os peritos afirmavam que o exame de corpo de delito contribuía para demonstrar a existência do fato material, sobretudo, se associado ao exame de outros tipos de provas. O laudo pericial quando devidamente realizado se tornava um instrumento valioso para se chegar a um veredicto justo. Mas não foi o que ocorreu neste processo crime de defloramento. Em seu julgamento, o juiz desviando-se da questão primordial que era o ato delituoso enveredou pela análise das prováveis causas da ruptura da membrana-hímen:

¹⁰⁹ MTJMS, caixa 145; processo-crime 06; 1873; Corumbá.

¹¹⁰ Ibid.

Julgo improcedente o recurso que não é o defloramento à dedo constatado a fl. 6 aquele de que cogitou o legislados no art. 219 do Código Criminal, o exame não é prova suficiente do crime previsto por aquele artigo, visto ser posto assentado entre as maiores autoridades anatômicas – que não há sinais certas da virgindade física, nem por consequência de defloração – que os órgãos genitais externos não apresentam nas virgens caracteres tão constantes que sua ausência autorize a concluir que a defloração teve lugar, sendo consequentemente de mister que o exame de corpo de delito seja acompanhado de outra prova como principalmente no caso presente. Diz-se no exame ter sido encontrado dilatado o orifício da vagina, mas conforme (sic) ordinariamente nas virgens, segundo atestam os anatômicos o orifício da vagina seja muito estreita, as flores brancas as regras abundantes, loção emolientes, banhos muito repetidos podem determinar um relaxamento, sendo ainda de notar-se em que o orifício vaginal pode ser naturalmente mais ou menos amplo em uma moça virgem, como pode ser naturalmente estreito em uma outra que esteja deflorada. Não é também segundo atestado a presença do hímen um penhor certo da virgindade, em algumas moças esta membrana, naturalmente fraca, e umedecida pelo sangue menstrual podem adquirir flexibilidade de tal que possa ceder sem se romper, podendo ainda nos momentos do parto apresentar este pretendido sinal de virgindade. As fases de ter destruído o sinal desta por pessoas encarregadas dos primeiros cuidados das meninas; por interações ou flores brancas acrimoniosas; exercícios de equitação – por saltos, quedas, contatos lascivos com os dedos, não sendo portanto a ausência do hímen prova certa de que a virgindade não existe. Ora prova resultante do depoimento das testemunhas é nenhuma, nada adianta ao exame de fl. 6 para o caso do art. 219 do Código Criminal, fim que não tem lugar à tentativa – não se podendo dizer que esta é prova plena que a respeito do delito exige terminantemente a Lei. O que se acha perfeitamente caracterizado no auto de f. 6 é o crime definido no art. 223 do Código Criminal; mas sobre ser da alçada das autoridades judiciárias Código do Processo Criminal art. 12 §7 novembro lei a Ref. Just. Art. 4º e seg. Art. 47, é esse um crime meramente particular que só em virtude de queixa do ofendido pode prosseguir perante a autoridade competente, Reg. Cit. Art. 47. E, pois, negado provimento, sejam pagas à custa pelo queixoso. Corumbá 27 de fevereiro de 1874.¹¹¹

Associando a ruptura da membrana-hímen com a virgindade da mulher, os juristas e médicos buscavam demonstrar que para haver defloramento era preciso ter havido “a cópula completa ou incompleta com a mulher virgem, de menor de idade, tendo na grande maioria dos casos como consequência o rompimento da membra-hímen, [...]”¹¹² A falibilidade do hímen, enquanto sinal de virgindade foi ponto fulcral nos debates entre *experts* do judiciário

¹¹¹ MTJMS, caixa 145; processo-crime 06; 1873; Corumbá.

¹¹² CASTRO, Francisco José Viveiros de. **Os delitos contra a honra da mulher**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1942, p. 59.

e medicina. Alguns alegavam que seria absurdo punir o suposto réu tendo como prova apenas a condição *sine qua non* “deste sinal falível e meramente material da virgindade.”¹¹³ Outros, no entanto, defendiam que a inexistência da membrana era prova suficiente do desvirginamento feminino. Entretanto, a perda da membrana tanto podia ser provocada por doenças, atividades esportivas e falta de higiene quanto por um defloramento ou estupro. Mas, o subterfúgio empregado pelo juiz para não julgar o cerne desse processo-crime revela que a produção de um saber médico servia também para dissimular o descaso para com os crimes sexuais praticados contra mulheres e crianças. Era da alçada do *expert* em medicina legal determinar se o crime sexual praticado contra uma mulher ou criança era estupro ou defloramento e qual o meio empregado na consumação do ato criminoso. Estava previsto no Código de Processo Criminal. Dessa forma, “não há nada de excepcional no fato de que o governo utilize a perícia de profissionais para melhorar sua capacidade decisória em matérias específicas”¹¹⁴, como ocorria nos casos de defloramento, roubos, estupros e furtos.

Como já vimos houve casos em que os juízes em Mato Grosso se pautaram no *Dicionário de Medicina Popular* ou em panfletos para justificar as sentenças nos crimes sexuais a exemplo do defloramento de A. Assim, na visão de muitos representantes do judiciário, a preservação do atributo virginal era da responsabilidade das mulheres - principalmente das mães a quem cabia zelar pela saúde sexual de suas filhas - embora a ruptura do hímen pudesse ser ocasionada por qualquer disfunção orgânica, como a blenorragia e a leucorreia ou flores brancas sobre as quais Chernoviz especificava:

Blenorragia na mulher. Esta moléstia foi muitas vezes confundida com a leucorréia ou flores brancas, e não é sempre fácil formar um juízo sobre a natureza de certos fluxos. Sintomas. Pouco tempo depois de uma copula impura, a mulher experimenta calor, comichão e dor na vagina e na vulva que lhe parece estar inchada. O andar é doloroso, e a emissão das urinas é acompanhada da sensação de queimadura. Enfim, quando a inflamação se

¹¹³ GUSMÃO, Chrysolito de. **Dos crimes sexuais, atentado violento ao pudor, sedução e corrupção de menores**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001, p. 237.

¹¹⁴ COELHO, 1999, pp. 56-57.

propaga até o útero, a doente queixa-se de dor na parte inferior do ventre, e de peso no períneo. O fluxo que aparece é mucoso-purulento; tinge a roupa de amarelo, verde ou roxo; pôde ser sanguinolento. A vulva incha; a membrana mucosa d'esta parte e da vagina torna-se vermelha, esfolada ou ulcerada. [...]¹¹⁵

Essa questão nos interessa porque mostra como duas áreas distintas do saber, que se interpenetravam constantemente, permeavam as relações sexual, econômica e doméstica de mulheres e homens no sul de Mato Grosso. As doenças sexuais traziam muito sofrimento para as mulheres. Dado as especificidades sutis que essas doenças apresentavam não era incomum o médico confundir os sintomas entre umas e outras ao proceder a um exame de corpo de delito numa mulher adulta. Alegar que uma doença sexual ocasionava a ruptura do hímen e a perda da virgindade causava menos prejuízo moral às vítimas de estupro e defloração do que admitir a veracidade do ato. Contudo, era pouco provável que uma menina de apenas nove anos, como a menina A. pudesse apresentar os sintomas da blenorragia, doença própria das mulheres adultas. Outro aspecto a ser ressaltado é que devido às especificidades das doenças ginecológicas o médico nem sempre tinha o conhecimento e os instrumentos necessários para proceder a uma análise segura da paciente. Por isso costumavam convocar uma parteira para acompanhar os exames de corpo de delitos nos crimes de estupro e defloração. Assim convém observar que se para o médico já era complicado distinguir anatomicamente se a perda da virgindade foi causada por uma doença ou por um ato sexual forçado para o leigo era quase impossível. Embora a literatura popular apresentasse variedades de informações a respeito do assunto. O *Dicionário de Medicina Popular* recomendava que:

Todos os médicos confessam que não existe sinal algum para distinguir a blenorragia, na mulher, das flores brancas; o estado dos sintomas em particular e a exploração dos órgãos genitais não fornecem presunção alguma; só as circunstâncias que precederam o fluxo, e, sobretudo as

¹¹⁵CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Dicionário de Medicina Popular e das ciencias accessorias**. 6ª Ed. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890, p. 338.

relações com um homem suspeito, podem unicamente esclarecer sobre a sua natureza. Não se pôde também acusar a mulher de ter uma blenorragia, pelo fato de ter ela dado esquentamento a um homem, porque uma simples inflamação não virulenta da vagina pôde produzir este efeito. E certo também que algumas mulheres sujeitas toda a sua vida às flores brancas podem ser inficionadas de blenorragia sem o suspeitarem; neste caso podem muito inocentemente comunicar o esquentamento.¹¹⁶

No caso da leucorreia ou “flores brancas”, doença designada como moléstia, o mesmo dicionário explicava que:

Este nome, corrupção de flúores brancos, è o que se dá vulgarmente a um fluxo mucoso que corre pelas partes genitais da mulher; em medicina chama-se leucorréia. As flores brancas são muito comuns nas grandes cidades, e pôde até dizer-se, sem exageração, que, elas sós, constituem ou determinam mais da metade dos incômodos nas senhoras. Esta moléstia ataca indistintamente as mulheres casadas e as viúvas; comumente não começa senão na idade de quatorze a quinze anos; entretanto, tem-se visto meninas de oito, de quatro anos e até de menor idade, ser d'ela afetadas; porém as mais das vezes observam-se nas mulheres que se aproximam da idade critica. As circunstâncias predisponentes são : temperamento linfático, constituição mole, habitação em lugares baixos, úmidos e mal arejados. As prenhes, um parto laborioso, abortos repetidos, pancadas sobre o baixo-ventre, predispõem igualmente às flores brancas. Devemos considerar como tendo a mesma ação o abuso dos alimentos áqueos, lácteos, farináceos, a supressão da transpiração, a vida sedentária, os erros de regime, e as afecções morais tristes. É frequentemente ocasionada pela dentição nas meninas, e por uma imaginação viva nas que chegam á puberdade. As senhoras afetadas de flores brancas não experimentam, no principio da moléstia, senão leves indisposições, e não se observa, por assim dizer, mudança alguma na sua saúde. Mas quando a afecção se perpetua e se agrava, o apetite diminui, e até cessa inteiramente; adoente sente dor no estômago antes e depois da comida; as digestões fazem-se mal, o rosto torna-se descorado e como inchado. O corrimento é ordinariamente contínuo; às vezes, todavia, apresenta intervalos.¹¹⁷

Entre os vários sintomas enumerados, o autor apontava que a doença inclusive poderia surgir nas meninas na fase da dentição e naquelas que tivessem uma imaginação viva quando chegavam à puberdade. Enfim, as meninas poderiam desenvolver a doença caso praticassem “atos libidinosos”, ou seja, a masturbação. Este tipo de explicação constava tanto nos manuais mais comuns quanto nos dicionários mais elaborados e estavam acessíveis aos leitores com recurso financeiro para adquiri-los. Em Mato Grosso tais manuais orientavam os habitantes e

¹¹⁶ Ibid., p. 339.

¹¹⁷ CHERNOVIZ, 1890, p. 1194-1196.

também os juízes, sobretudo, porque nem sempre havia um médico próximo para prestar atendimento. Fazendo uso de uma medicina mais natural aprendida dos indígenas a população não abria mão das ervas, raízes, sementes e cascas, consideradas por muitos como “santos remédios” para todos os males. O conhecimento de medicina natural passou por um processo de adaptação e reelaboração sendo divulgado por meio de panfletos e manuais, os quais possuíam textos simples e objetivos de fácil entendimento para as pessoas comuns. Esta literatura popular associada às medidas legais de higiene pública acentuou positivamente a mudança de atitude em relação à adoção de novos hábitos de higiene pessoal e coletiva, tanto nos ambientes privados quanto nos espaços públicos. Fato é que a medicina social, “como uma das faces da higiene pública”¹¹⁸, contribuiu para ampliar as fronteiras de ação do poder político do Estado, que passou a intervir de forma mais incisiva nos espaços sociais, recorrendo aos mecanismos de vigilância e de controle dos comportamentos sociais, especialmente daqueles considerados como vagabundo, vadios, desregrados, perigosos e desviantes.

Nessa perspectiva, convém citar a importância que teve o *Dicionário de Medicina Popular* de autoria de Pedro Luiz Napoleão Chernoviz, publicado em 1842, na cidade de Paris. Bastante utilizado pela população brasileira, o dicionário contribuiu de forma significativa para popularizar o conhecimento sobre doenças, tratamentos e as ciências médicas no Brasil. Dotado de uma linguagem fácil, a obra apresentava ao público leitor os sintomas das doenças, os tratamentos curativos e preventivos e os cuidados com a higiene pessoal e alimentar.¹¹⁹ Entre as diversas informações também apontava as diferentes maneiras de se prevenir contra as moléstias contagiosas e epidemias que, nesse período, representavam séria ameaça à grande parcela da população nos centros urbanos e nos portos brasileiros. A obra de Chernoviz colaborou para enriquecer a literatura médica. Embora

¹¹⁸ MACHADO, Roberto et al. **Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil.** Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 53.

¹¹⁹ CHERNOVIZ, 1890, prólogo, p. V e VI.

muitos autores e pesquisadores a tenham considerado como genuína ciência, outros chegaram a afirmar que ela não passava de pura credice, ou seja, um conhecimento popular sem cientificidade nenhuma.¹²⁰ Nota-se pelas sentenças judiciais que os manuais de medicina popular tiveram uma influencia incisiva sobre os discursos jurídicos e o saber leigo como no caso do defloramento de A.

Por um lado essa medicina popular tornou o conhecimento sobre o corpo humano mais acessível. Por outro lado, pode-se dizer que o mesmo processo que introduzia o conhecimento sobre a anatomia feminina também estimulou medidas protetivas e segregativas e contribuiu para acentuar preconceitos contra as mulheres. O alto valor atribuído a virgindade e a honra se sobressaíam nos discursos proferidos nas pequenas vilas e cidades da província de Mato Grosso, com baixa densidade demográfica, demonstrando que a difusão do saber médico dependia menos das autoridades do que dos meios de comunicação.

Minha percepção é de que foi a partir da aprovação do Código Criminal e Código de Processo Penal que os debates sobre a efetiva participação da medicina legal nas decisões judiciais se tornaram mais polêmicas, pois a Justiça não tinha argumentos para desqualificar nem o conhecimento formal do *expert* em medicina legal e nem conhecia suficientemente as especificidades inerentes à função deste *expert*. Com os anos a convivências entre as duas áreas do saber foi se consolidando. Afinal havia um interesse comum entre elas: a organização do judiciário e a inovação da legislação brasileira. Sabe-se que a presença do *expert* em medicina legal foi inserida nos procedimentos judiciais a partir da homologação do Código de Processo Criminal de Primeira Instância. Com isso, o *expert* em medicina legal se tornou peça chave na formação da culpa e no pronunciamento dos réus, pois a gravidade da lesão apontada por ele era decisiva para se estabelecer o grau da pena. Mas para exercer esta função, a legislação exigia uma formação científica adquirida nos cursos de Medicina.

¹²⁰ GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim: **Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 12, n. 2, maio-agosto de 2005, p. 503.

É sabido que a concessão dos diplomas de médico no Brasil Imperial foi controlada pelas escolas de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro durante muitos anos. No ano de 1818, o médico e professor Agostinho José de Souza Lima colocou em prática pela primeira vez no país o ensino prático de Medicina Legal, na então Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.¹²¹ O ensino era principalmente voltado para a pesquisa laboratorial, reduzido pode-se dizer a análise toxicológica. Nas duas faculdades de medicina, a cadeira de medicina legal foi criada em 1832 para atender à demanda nessa especialidade, sendo que:

[...] na do Rio de Janeiro somente em 1877, com Souza Lima é que o ensino da matéria deixou de ser exclusivamente teórico, e somente em 1891, se criaram às cadeiras dessa disciplina e de higiene nas Faculdades de Direito de São Paulo e do Recife, fundidas depois essas disciplinas na cadeira de medicina pública em 1895.¹²²

Mas mesmo não sendo da área jurídica, Souza Lima fez uma interpretação da legislação brasileira à luz dos conhecimentos em medicina legal disponível naquele contexto histórico. Há, todavia, que se observar que os juízes, até a homologação dos Códigos, não eram obrigados a recorrer aos médicos para proferir suas sentenças. Essa obrigação só veio com o Código Criminal de 1830 e o Código de Processo Criminal de 1832.

Com o Regulamento de 29 de setembro de 1851¹²³, a formação acadêmica do *expert* em Medicina se tornou obrigatória. No ano 1854 o então Ministro da Justiça indicou Jose Maria da Cruz Jobim para coordenar uma comissão que tinha como objetivo normatizar a prática do exame médico-legal e organizar uma tabela das lesões corporais, o que ajudou a normatizar esta prática *expertal*. Já o decreto n. 1.746 de 16 de abril de 1856¹²⁴ regulamentou

¹²¹ SIQUEIRA, Galdino. **Direito Penal brasileiro: (segundo o Código penal mandado executar pelo decreto n. 847 de 11 de outubro de 1890, e leis que o modificaram ou complementaram, elucidados pela doutrina e jurisprudência)**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003, p. 442-444.

¹²² Ibid., p. 443.

¹²³ BRASIL. Decreto n. 828 de 29 de setembro de 1851. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 18 de setembro de 2010.

¹²⁴ BRASIL. Decreto n. 1.746 de 16 de abril de 1856. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 18 de setembro de 2010.

a atividade médico legal. Mas foi, sobretudo com a prática cotidiana, examinando pacientes e cadáveres que o *expert* médico legal constituiu um saber *expertaes*, o que comportou em ampliar seu domínio de *expertise*. A partir então deste saber e domínio, o *expert* médico legal conheceu uma ascendência dentro das ciências médicas e jurídicas. Sobre seu trabalho de perito é preciso lembrar que três objetivos eram essenciais ao proceder um exame de corpo de delito: primeiro, constatar o grau da violência impetrada contra a vítima; segundo, verificar qual o tipo de instrumento usado pelo agressor; e por último constatar o que teria causado o prejuízo, o ferimento ou a morte da vítima. O exame de corpo de delito realizado no cadáver da paraguaia M. D somado aos depoimentos das testemunhas ajudou a elucidar os acontecimentos da noite em que ela se afogou. Ao proceder ao exame de corpo de delito os *experts* notaram que “a pele e os músculos da face tinham sido devorados pelos peixes, e quanto ao hábito interno nada podem dizer por faltar-lhes os meios para procederem a autopsia convincente.”¹²⁵ Concluíram que a vítima provavelmente morreu de asfixia por submersão. O 6º quesito perguntava “se era mortal o mal causado?” os *experts* em medicina legal responderam que “provavelmente não, se houvesse tempo de poder prestar-se ao indivíduo os socorros que prescreve a ciência.”¹²⁶ Fica a dúvida sobre a que socorros ele se referia. As testemunhas confirmaram que a vítima, uma mulher, afogou-se porque caiu da canoa na Baía do Tamengo. Afirmaram também que a embarcação era muito pequena para transportar a excessiva carga numa noite com ventanias. A conclusão foi que houve uma fatalidade. É evidente que o corpo de delito nem sempre era conclusivo. Além disso, é preciso considerar a afirmação do perito médico legal “que lhes faltava meios para procederem à autopsia convincente.”¹²⁷ Se nas cidades mais urbanizadas os recursos tecnológicos e técnicos eram precários imagine-se no interior do país. Normalmente, os médicos utilizavam equipamentos ultrapassados na realização de exames, o que tornava o resultado questionável.

¹²⁵ MTJMS, caixa 148; processo-crime 05; 1880; Corumbá.

¹²⁶ Ibid.

¹²⁷ MTJMS, caixa 148; processo-crime 05; 1880; Corumbá

A participação do *expert* em medicina nos procedimentos jurídicos se tornou imprescindível, pois o exame de corpo de delito fornecia a prova necessária à formação da culpa. Entretanto, muitos dos *experts* jurídicos não concordavam que a medicina legal, ainda sem uma delimitação adequada, na metade do século XIX, pudesse ser determinante à elaboração das sentenças judiciais e que servisse de parâmetro para a elaboração de novas leis. Os juízes alegavam que o *expert* médico aplicava seus próprios conceitos na preparação das perícias, o que deturpava os resultados. Assim, não se podia confiar plenamente nos laudos *expertales* produzidos por eles.

O debate progrediu. Passaram então a discutir a legitimidade das atividades dos peritos em medicina legal na condução dos exames. Com os *experts* da Justiça alegando que o papel do *expert* em medicina legal se restringia a fornecer apenas os laudos *expertales* com a máxima objetividade. De acordo com eles, o *expert* médico legal não deveria em circunstância nenhuma recorrer a conhecimentos parciais sobre a questão. Eles não aceitavam que o *expert* legal interpretasse os detalhes e as causas que desencadearam o crime. Em contrapartida, outros viam o trabalho *expertal* como de extrema relevância para fundamentar as sentenças judiciais e poder determinar a pena com justeza.

Os processos criminais não podem desprezar o conhecimento médico como determinantes da existência de um crime e de seu culpado, não devem ser basear em testemunhos e provas que podem se desmentidos por verificação médica. Mas a ênfase na verificação da verdade de um crime não esgotava o campo de ação da medicina legal, que deve também regular época de casamento e de maioridade, legitimidade dos filhos, direito de paternidade, habilidade para suceder, valor do casamento, validade do testemunho, privilégios ligados a certas épocas da vida, encargo ou isenção dos deveres sociais.¹²⁸

Seja como for, a medicina legal evolui lentamente até se tornar uma ciência preocupada em analisar, investigar, perquirir, observar e sondar tudo o que atingia de forma

¹²⁸ MACHADO, 1978, p. 194.

agressiva a natureza biológica, psicológica, física e social dos seres humanos. Ela adquiriu notoriedade e destaque, ainda que muitos tenham discordado de sua importância social.

Diante destas potencialidades, a sociedade passou a valorizar e respeitar a medicina formal. Associando os dois tipos de conhecimento - o formal e o natural - sendo o primeiro apreendido dentro das Academias e o segundo com os índios e a população comum, cujo saber *expertal* se difundiu por meio das trocas culturais.¹²⁹ De qualquer forma, quanto mais a sociedade se acostumava com a presença do médico e com os procedimentos científicos desta medicina social em processo de construção, mais esse *expert* era requisitado para examinar, curar e dar seu parecer sobre diversas questões de saúde e morte. Com isso, a medicina ampliava seu poder e impunha sua autoridade e autonomia na seara jurídica. Enquanto disciplina, a Medicina Legal só se tornou obrigatória para os cursos de Direito no território brasileiro no ano de 1891. Mais do que simples empréstimos conceituais, as duas ciências trocaram experiências e contribuíram para criar novas especializações científicas em suas respectivas áreas, com a ampliação de publicações de trabalhos científicos sobre justiça, direito, medicina natural e ciências médicas.

Perante de possíveis calamidades e devido ao medo da violência, as autoridades buscaram universalizar as noções de higiene pública, de saúde e de justo e injusto, recorrendo à legislação e às ações punitivas que tinha também em foco o combate às atividades dos terapeutas populares, sangradores e curandeiros. Outro fator determinante que justificou a imposição de medidas saneadoras e disciplinares àqueles considerados perigosos foi o constante medo de contágios das doenças e a violência rotinizada. Para combater e limitar os atentados contra a vida era preciso conhecer as causas que levavam à violência bruta, em especial naqueles lugares com maior incidência de doenças contagiosas e crimes. Nessa luta,

¹²⁹ PIMENTA, Tania Salgado. **Entre sangradores e doutores: práticas e formação médica na primeira metade do século XIX.** Cadernos Cedes, Campinas, v. 23, n. 59, p. 91-102, abril 2003, p. 3. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 18 de março de 2011.

justiça e medicina formavam um conjunto solidário no combate às mazelas causadas pela pobreza e ignorância, as quais eram na visão das autoridades as principais causas tanto de violência quanto dos contágios. E, isso servia de pretexto para as práticas de segregação e exclusão social das mulheres brancas pobres, negras libertas e índias. Nesse panorama a medicalização da sociedade nada mais foi do que o processo através do qual a Medicina:

[...] em tudo intervém e começa a não mais ter fronteiras; é a compreensão de que o perigo urbano não pode ser destruído unicamente pela promulgação de leis ou por uma ação lacunar, fragmentaria, de repressão aos abusos, mas exige a criação de uma nova tecnologia de poder capaz de controlar os indivíduos e as populações tornando-os produtivos ao mesmo tempo em que inofensivos, [...] ¹³⁰

O resultado da participação do médico nos procedimentos do judiciário foi que ele conquistou a confiança da população, o que ampliou sua autonomia e seu espaço de atuação. Mas há que se observar que, ao longo do século XIX, a função e a profissão médica mudaram substancialmente, já que os médicos ganharam notoriedade entre os grupos dominantes e nos meios científicos, contribuindo para disseminar novos conceitos e práticas medicinais. Nesse mesmo momento, a Medicina se transformava com os avanços e progressos científicos e tecnológicos patrocinados pela Revolução Industrial, em especial, com as descobertas de novos medicamentos, vacinas e técnicas destinadas à cura e à preservação da saúde da população.¹³¹ No mesmo processo que se constituiu a medicina social também se deu a medicalização do crime. Isso posto, resta dizer que foi por meio da reflexividade que a Justiça se tornou presença constante na vida das mulheres com uma medicina mais socializada e socializadora. É fato que as mulheres pobres e ricas, negra, brancas e índias se habituaram à figura dos médicos e com os tortuosos caminhos da Justiça.

¹³⁰ Ibid., p.156

¹³¹ HOBBSAWM, Eric J. **A era dos impérios de 1875-1914**. Trad. Sieni Maria Campo e Yolanda Steidel de Toledo. São Paulo: Paz e Terra, 2009, p. 392.

CAPITULO 3 - NA RIQUEZA E NA POBREZA

A Justiça nada quer de ti. Acolhe-te quando vens e te deixa ir quando partes. (Franz Kafka)

3.1. OS USOS SOCIAIS DO ESPAÇO PÚBLICO E PRIVADO

O mito da mulher subserviente, dócil e frágil justificou racionalmente, no século XIX, a divisão dos papéis sociais destinados a cada um dos sexos na organização da vida material, cultural e social. Também serviu para acentuar a manutenção do controle dos comportamentos sociais e sexuais, sobretudo, nas sociedades capitalistas que se transformavam rapidamente em função das inovações nos meios de produção, nas técnicas e tecnologias, nas ciências e nos meios de comunicação e transporte. Mas estas mudanças em quase nada alterou o mito da mulher passiva e obediente, que permaneceu e continuou sendo empregado de forma conveniente para demarcar os usos sociais dos espaços públicos e privados aos homens e mulheres de todas as classes sociais. Além disso, o mito ou representação serviu para determinar as funções que caberia a cada um dos dois sexos nas relações de trabalho, lazer e convivência diária. Não é de hoje que a questão da divisão social entre os sexos vem sendo examinada. Em 1794, muito antes de o feminismo surgir no *front* da história, Jean-Antonio-Nicolas de Caritat Condorcet já enfatizava que entre

[...] os progressos do espírito humano os mais importantes para a felicidade geral, devemos contar a destruição integral dos prejuízos que estabeleceram entre os dois sexos, uma desigualdade de direitos funesta àquele mesmo que ela favorece. Em vão procurar-se-iam motivos para justificá-la pelas diferenças da organização cívica dos sexos, por aquela que se desejaria encontrar na força de sua inteligência, em sua sensibilidade moral. Essa desigualdade só teve por origem o abuso da força, e foi em vão que depois se tentou desculpá-la por sofismas.¹

¹ CONDORCET, Jean-Antonio-Nicolas de Caritat. **Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano**. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: UNICAMP, 1993, p. 194.

Condorcet vivenciava as intensas e complexas mudanças desencadeadas pela Revolução de 1789. Não por acaso, o autor propôs valorizar as diferenças naturais existentes entre os dois sexos e combater as imposições arbitrárias regidas pela força física causadora das desigualdades entre os sexos. Portanto, conforme o filósofo era preciso restaurar a equidade e o bom senso tão importantes para combater às injustiças, o crime e o barbarismo, elementos essenciais na propagação da violência física e moral. Condorcet creu que a destruição das desigualdades podia contribuir para aumentar “a felicidade das famílias, para tornar comuns as virtudes domésticas, primeiro fundamento de todas as outras; [...]”.² Para ele o espaço natural destinado às mulheres seria o privado, mas isso não implicava em restringir a ação feminina no espaço público, inclusive permitindo a elas o acesso a instrução e ao saber.

De acordo com Michele Perrot a distinção entre público e privado foi “uma forma de governabilidade e racionalização da sociedade no século XIX. Aos homens, o público cujo centro é a política. Às mulheres, o privado, cujo coração é formado pelo doméstico e a casa”³. Essa diferenciação sustentava a regulação dos comportamentos sociais e a negação da identidade feminina, pois ambas pautavam-se na racionalidade que acentuava as diferenças entre os sexos. Pode-se dizer que esse processo fomentou as desigualdades e limitou os usos dos espaços sociais às mulheres e homens. Esta formulação racional concedia a eles o espaço público, a liderança política e familiar, no lazer, no trabalho e nas relações sociais. Mas foi especialmente em relação ao poder de decidir, escolher, produzir e reproduzir ideias, convenções, ideologias e participar politicamente na elaboração de leis, códigos, normas e regras que as diferenças entre homens e mulheres se tornaram mais pronunciadas no passado. Tais atitudes visavam não apenas o controle sobre o sexo feminino, mas imprescindivelmente

² CONDORCET, 1993, p. 195.

³ PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005, p. 468.

sobre os bens de família. Afinal, as relações assimétricas entre os sexos, regidas pelo estereótipo da “minoridade” legal da mulher para gerir seus bens, justificavam a dominação masculina no controle financeiro, político e moral da relação homem-mulher. Daí que para ter sucesso na empreitada foi também preciso influenciar a opinião pública sobre as vantagens que era para as mulheres manter uma vida mais reclusa e longe de possíveis constrangimentos nos ambientes públicos. Isso evitava desgastes emocionais e morais. Por isso, é relevante considerar tanto o espaço público como o privado como “categorias políticas, expressão do meio de uma vontade de divisão sexual dos papéis, das tarefas, dos espaços, produtora de um real remodelado sem cessar.”⁴

Nessa produção social repousava o fato de destinarem às mulheres o espaço privado, o lar, a casa, o ambiente da família-santuário, sóbrio e solitário, prescritos por rotinas invisíveis encobertas por silêncios e angústias, por trabalhos cansativos e corriqueiros, local de manutenção dos laços familiares e de convivialidades. Espaço notadamente oposto àquele destinado aos homens, lugar de exaltação da virilidade e da honra, mas também da produção de representações femininas. Muitas delas impregnadas de ideias machistas e conservadoras, às vezes depreciativas sobre o comportamento social da mulher, outras representações serviram de incentivos para as mulheres buscarem por seus direitos políticos, civis e sociais. Quando falamos em direitos, há que se notar que nem todas as mulheres vivendo no sul de Mato Grosso eram totalmente desprovidas deles. Nos inventários, há evidências de que algumas mulheres como M. A. C. F. tanto conseguiram amealhar bens de fortuna como contraíram dívidas e tinham que responder por elas com o patrimônio acumulado,⁵ isso demonstra que mesmo não sendo a autoridade máxima dentro do lar, algumas delas gerenciavam o patrimônio familiar tanto quanto o marido. Inclusive, possuíam matrículas de escravos em seu nome, podendo negociá-los conforme as necessidades. Mas, também, pode-

⁴ Ibid., p. 261.

⁵ MTJMS; caixa 157; inventário 26; 1882; Miranda.

se aventar a ideia de que muitas detinham tais posses não por escolha ou capacidade, essa estratégia era usada para encobrir imposturas legais, o que era uma forma de assegurar aos descendentes os bens de herança.

Embora muitas delas exercessem com autoridade suas prerrogativas de proprietária de terras e escravos, outras não podiam nem escolher o futuro cônjuge. O fato é que a sociedade oitocentista assimilou a ideia de que as mulheres eram inaptas para fazer escolhas pessoais e desempenhar qualquer tipo de atividade mais complexa. Esse pensamento impregnava as mentes mais intelectualizadas. Além disso, percebe-se através dos documentos e relatos a importância que tinha essa questão para aqueles homens que se destacavam socialmente. O filósofo da Revolução Francesa, Jules Michelet, por exemplo, construiu representações do papel atribuído às mulheres não muito diferente daquelas elaboradas pelos latino-americanos. Dotado de amplo conhecimento histórico e filosófico, Michelet registrou:

No homem, como a utilidade é a eficácia, a produção pode estar separada do ideal; a arte, que propicia nobres produtos, pode às vezes resultar em que o artista se vulgarize e só conserve muito pouco da beleza que introduz em sua obra. Jamais algo assim no caso da mulher. A mulher de coração prosaico, aquela que não é uma poesia viva, uma harmonia para reerguer o homem, educar a criança, santificar constantemente e enobrecer a família, falhou em sua missão, e não terá nenhuma ação, mesmo no que parece vulgar.⁶

É fato que o autor atribuía a harmonização do lar à competência feminina e cria que a mulher tinha uma vocação natural para o amor, a ternura e o devotamento. Na visão dele, o devotamento feminino servia para fazer o homem feliz, tornando-o uma força eficaz e produtiva, um criador. Discursos como este contribuíram de maneira inequívoca para acentuar a divisão sexual dos papéis sociais nos espaços públicos e privados, nas tarefas e atividades cotidianas, nas relações de poder, no trabalho e nos momentos de lazer. Sobretudo no momento em que as cidades ofereciam novos atrativos de consumo, promovidos pela

⁶ MICHELET, Jules. **A mulher**. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1993, pp. 83-84.

renovação das forças capitalistas. Assim, as mudanças que vinham ocorrendo na divisão social do trabalho foram incisivas para transformar o espaço social em ambientes totalmente sexuados, servindo inclusive de instrumento de controle dos comportamentos sexuais e sociais pela sociedade que “levou ao ponto máximo a divisão das tarefas e a segregação sexual do espaço.”⁷

Para alguns era inaceitável que a mulher demonstrasse sentimentos em público, sobretudo àqueles relacionados ao sexo oposto. A atitude era vista como falta de cultura, o que era tolerável no comportamento de pessoas comuns consideradas incultas e sem as formalidades necessárias para se viver em uma sociedade civilizada. Recriminavam especialmente as mulheres que costumavam falar alto e gesticular muito para ser entendida. Além disso, costumavam recriminar a falta de sensibilidade feminina para resolver problemas amorosos e sexuais. Os documentos mostram que quando uma mulher decidia romper uma relação amorosa ou sexual, raramente voltava atrás, o que deixava os amantes enfurecidos, isso era motivo suficiente para desencadear sérios conflitos.

A insensibilidade feminina se tornava visível através da raiva e da agressividade, o que na visão de muitos homens era a mais contundente demonstração do caráter cruel e despótico delas. Não era incomum dizer que muitas mulheres eram mais cruéis e violentas do que a maioria dos homens quando enfrentavam uma situação de insegurança, desconfiança ou desespero e conflitos, o que era uma constante na vida delas. Daí as autoridades, médicos, filósofos, intelectuais, juízes, entres outros recorreram constantemente em seus discursos a inúmeros estereótipos para mostrar que era conatural a falta de sensibilidade nas mulheres. O envolvimento em algum tipo de crime ou ato de violência comprovava esta máxima resultante do culto da domesticidade feminina.

⁷ PERROT, 2005, p. 122.

Pode-se dizer que esta construção social esteve visceralmente vinculada ao processo sócio histórico de dominação a que foram submetidas às mulheres durante séculos de prescrições e arbitrariedades impostas a elas nas diversas esferas da vida em sociedade. Até mesmo os sentimentos de piedade e ternura tão comuns na mulher foram apontados como marcas indeléveis de sua inferioridade.

Dessa forma, observamos que mesmo aquelas características dadas como positivas, tais como a ternura e piedade, geralmente identificadas ao sexo feminino, seriam encontradas na mulher em decorrência de condições que marcam, segundo os autores, sua inferioridade, seu modo de inserção na prática social que a relega à domesticidade, à dependência, à dissimulação e que a impedem de um pleno desenvolvimento físico, intelectual e pessoal.⁸

Nessa perspectiva, uma mesma mulher poderia ser extremamente piedosa, mas também muito cruel. As circunstâncias determinavam o tipo de reação e a intensidade dos sentimentos de raiva, cólera, mágoa, ódio, vingança a quem eram direcionados. Daí serem ridicularizadas, humilhadas, diminuídas até mesmo nas cantigas populares cantadas em versos e modinhas. Difundiam-se assim as diferentes representações negativas sobre a personalidade feminina disseminando-as oralmente ou através da imprensa. Através deles eram transmitidos, de maneira sutil, de geração em geração, que a mulher podia ser dissimulada, falsa e perigosa:

Eu passei o Parnayba
Navegando n'uma barça
Os pecados vem da saia
Mas pode vir da carça

Dizem que muié é farça
Tão farça como papé,
Mas quem vendeu Jesus Cristo
Foi home, não foi muié.⁹

⁸ SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, p. 87.

⁹ MOUTINHO, Joaquim Ferreira. **Notícias sobre a Província de Mato Grosso seguida d'um roteiro da viagem da sua capital a São Paulo**. São Paulo: Tipografia de Henrique Schroeder, 1869, p. 19. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br>. Acesso em: 12 de maio de 2012.

Quadrinhas populares produzidas numa linguagem comum, parte dos “discursos da sobrevivência”¹⁰ e das discriminações sexuais. Ruídos e indícios que mostram que o culto da domesticidade era reforçado cotidianamente, atingindo até mesmos as mulheres que viviam mais reclusas. Eles revelavam as interpretações dos comportamentos almejados para cada um dos sexos. Notadamente através das cantigas e versos populares se reafirmavam os estereótipos da mulher dissimulada, traiçoeira e mordaz.

As inseguranças femininas também foram amplamente empregadas para justificar a inata incapacidade feminina para realizar atividades intelectuais. Estavam elas, então, destinadas a cumprir o papel de esposa, mãe e senhora das prendas domésticas, as perfeitas donas de casa. Atributos que valorizavam o papel da mulher dentro da família e do casamento. Assim, não eram poucos os homens que exaltavam a importância do casamento. Consequentemente toda mulher escolhida para contrair matrimônio deveria se sentir elogiada, valorizada, pois as que não se casavam eram tuteladas pelos pais, irmão, tios ou tutores. Sobre a condição social das mulheres no Brasil, Santo Vilhena dizia que:

O ordinário das mulheres deste país é serem meigas, e chulas; entre vulgares há muitas que nada devem as feias, e não os tem quem as sustentem, e trate, e o não haver em que se ocupem, é o motivo por que de ordinário se valem dos dotes da Natureza, de que fazem uso, para poderem subsistir; assim como há também muitas que vistas de noite pelas ruas, passam pela calúnia de dissolutas, quando, aliás, são honestas, e virtuosas; obrigando aqueles egressos noturnos o não tem quem de dia lhe vá comprar o sustento, e tudo mais de que precisam.¹¹

Por força de circunstâncias sociais, econômicas e culturais, muitas assimilaram as imposições, sobretudo, as que possuíam considerável condição econômica. A submissão ajudava-as a manter a posição social conquistada e os bens adquiridos. Assim, para não perder o patrimônio acumulado e ainda aumentá-lo, algumas mulheres casavam-se várias vezes,

¹⁰ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2011, p. 21.

¹¹ SANTOS, Vilhena. **A Bahia no século XVIII**. Salvador: Itapuã, 1969, p. 54-55.

inclusive com aparentados. O caso de N. G. L. me parece ser bastante elucidativo a esse respeito. Em 1869 ela inventariou seu primeiro marido M. J. de S.; casou-se novamente com F. A. T., enviuvando em 1873. Herdou deste casamento utensílios como machados, plaina, viola, entre outros, além de gado *vacum* e parte das terras da fazenda Formiga; no ano de 1874 J. C. F. inventariou os bens que pertenceram à N. G. L.; mas, em 1879, N. G. L. aparece como a viúva inventariante em novo processo de partilha dos bens móveis e imóveis do seu falecido marido.¹² Seriam duas mulheres distintas? Ou houve confusão premeditada? Era bastante comum século XIX as mulheres se casarem com cunhados, primos e tios. Como também era costume batizar os filhos com os nomes dos predecessores, homenageando os antepassados. É possível que N. G. L. fosse pessoas diferentes nos inventários. Aliás, “as grandes famílias do início não tardaram a desdobrar-se em casamentos que as uniam e multiplicavam”¹³ formando poderosos “clãs” em Mato Grosso.

Mas, a aparente situação de comodidade e conformismo experimentados por algumas mulheres com o casamento não era extensiva a todas elas. Muitas tiveram que enfrentar o desconhecido, o atípico e o abrupto de acontecimentos trágicos e violentos como crimes e conflitos. Como exemplo típico de situação temos o caso protagonizado por d. S. M. da C. B. L. que se casou em primeira núpcia com G. F. L.; em segunda com o cunhado J. F. L.¹⁴, o qual se tornou notório pela participação na Retirada da Laguna, durante a Guerra do Paraguai. Os dois irmãos participaram ativamente da exploração e ocupação do território sul mato-grossense, inclusive recebendo terras pelos serviços prestados a muitos paulistas de Franca do Imperador. Nem todas as mulheres conseguiam realizar um casamento nos moldes de d. S. M. Muitas se casavam com homens truculentos e ríspidos. Mesmo assim não deixavam de cuidar

¹² Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul - 1º caixa 05; inventário 13; 1869; Paranaíba; 2º caixa 07, inventário 04; 1873; Paranaíba; 3º caixa 07; inventário 15; 1873; Paranaíba; 4º caixa 9; inventário 12; 1879; Paranaíba.

¹³ SODRÉ, Nelson, Werneck. **Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1990, p. 72.

¹⁴ MTJMS; caixa 156; inventário 04; 1875; Miranda.

e zelar pelos filhos, pela casa e pelos negócios da família. Além das vicissitudes impostas a ambos os sexos na labuta diária havia também situações específicas que deflagravam reações violentas por parte das mulheres como, por exemplo, a repressão e a imposição de atos sexuais não consentidos, que elas denunciavam como atos “ilícitos”.

Fato é que alegando motivos diversos, as mulheres aparecem em processos criminais não apenas como vítimas da violência, mas como supostas rés de algum tipo de crime. Com base nesse tipo de documentação, os historiadores têm analisado com mais vagar casos em que as mulheres aparecem como promotoras da violência física contra seus parceiros. Foi o que aconteceu com J. C. de M., brutalmente assassinado enquanto dormia em sua casa. A esposa declarou em seu depoimento que no momento do crime estava “tirando leite das vacas”. Oito testemunhas participaram do processo crime envolvendo M.F. da S. e afirmaram de “ouvir dizer” da boca do assassino que ele fora contratado pela esposa para matar o marido por quatrocentos mil réis. Na opinião das testemunhas o crime foi cometido com requintes de crueldades, pois havia sangue pelas paredes do quarto, móveis e roupas. Além disso, o assassino arrastou o corpo até um roçado e lá o deixou.

O exame corpo de delito no cadáver apontou que a vítima sofreu “um golpe fundo por cima da sobrancelha de atravessado que descobriu os miolos e outro sinal na maçã do rosto que amassou o osso, e outro em cima do nariz que o afundou e outra pancada na boca que quebrou os dentes, e ainda um golpe que desgarrou a orelha, [...]”.¹⁵ O suposto criminoso S. G. L. praticou o crime premeditadamente e com requintes de crueldades. A contratação de criminosos para a execução de um crime era bastante recorrente em terras mato-grossenses. Num país onde a escravidão encobria os desmandos de toda natureza praticado por homens e mulheres, pagar por um crime podia parecer natural para muitos. O viajante Charles Expilly teve a oportunidade de ver de perto como se comportava a sociedade diante de um crime

¹⁵ MTJMS, caixa 114, processo-crime 21; 1871; Paranaíba.

encomendado como o fez d. Brígida, esposa de um fazendeiro que mandou dois de seus escravos matarem seu marido. No primeiro julgamento a ré foi inocentada:

Os homens casados tremeram ao ouvir essa sentença. A opinião pública indignou-se seriamente diante da impunidade conquistada com esse precedente para as esposas infiéis que quisessem desvencilhar-se de seus cônjuges. Novos debates surgiram, apesar dos esforços da poderosa família de Brígida. O primeiro julgamento foi tornado sem efeito, e a viúva, reconhecida culpada, foi condenada à detenção.¹⁶

Mas ela não permaneceu por muito tempo presa. Assim que o caso “caiu no esquecimento, a viúva obteve o perdão. Gregório e João, os escravos irresponsáveis, foram enforcados para escarmento de seus semelhantes. Eis a moralidade da escravidão.”¹⁷ De acordo com a declaração dos escravos, d. Brígida mandou matar o marido por vingança, porque ele determinou que matassem seu amante. Isso mostra que as mulheres não eram apenas vítimas de um sistema de dominação, elas também sabiam exercer o poder, eram dotadas de características que em nada lembrava a docilidade, o recato, a fragilidade ou a delicadeza. Ao contrário, agiam e decidiam conforme seus próprios interesses e capacidades físicas, intelectuais e financeiras. Daí ser relevante observar que o poder não se concentrava apenas nos homens e nas autoridades. Ele fluía de pessoa para pessoa e era amplamente utilizado nas questões de violência, tornando-se mais visível em algumas tipologias do que em outras.

Assim é que nas classes populares as ofensas físicas se destacavam como prática criminal, diferente dos crimes praticados por aquelas bem dotadas de fortuna que recorriam ao homicídio para resolver questões conjugais, em especial. As pequenas desavenças entre as mulheres comuns transformavam-nas em adversárias, o que não raro, terminava em agressão verbal e física. Mas o fato é que violência não era algo que a população pudesse contornar ou

¹⁶ EXPILLY, Charles. **Mulheres e costumes no Brasil**. Trad. Gastão Penalva. Rio de Janeiro: Itatiaia, 2000, p. 177.

¹⁷ Id., p. 178.

simplesmente ignorar, ao contrário, convivia-se com ela, sobretudo, com as sevícias, os castigos e as injustiças praticadas contra os grupos marginalizados socialmente.

Um crime que levasse à morte era visto como algo pernicioso, abominável na maioria dos casos. Já as ofensas físicas, em especial as classificadas como de grau médio ou leve se tornavam rotineiras, pois até mesmo as autoridades ignoravam este tipo de crime considerado banal. Em uma sociedade habituada com a violência praticada contra os escravos, denunciar os pequenos delitos parecia um anacronismo social. Mas também não denunciavam tais crimes ou porque os consideravam banais, desimportantes e corriqueiros ou porque era mais prudente evitar qualquer envolvimento com a polícia e a Justiça. Além disso, havia sempre a possibilidade do denunciado revidar o ato, isto é, partir para uma ação vingativa, o que não era tão incomum nessa época.

A banalização dos pequenos delitos progrediu e enredou todas as classes sociais num mesmo e complexo quadro de violência. O descaso contribuiu para acentuar a violência praticada contra as mulheres, sobretudo no ambiente doméstico. Deixando de punir os delinquentes nos pequenos delitos a Justiça também cooperou para legitimar a impunidade. Entretanto é preciso salientar que réus dotados de bens de fortuna também foram sentenciados. E, nesses casos o crime despertava a atenção e a curiosidade da população que especulava, influenciada pelos semanários e jornais, se o réu seria absolvido ou sentenciado pela Justiça. As opiniões causavam certa influência, em especial nos jurados, mas não o suficiente para desautorizar as ordens de um “coronel”. O caso chamava mais atenção quando se tratava de uma mulher. Os crimes praticados pelas mulheres da classe dominante surpreendiam, pois contrariavam todos os padrões de comportamento imposto ao sexo feminino de geração em geração.

Havia e ainda há um tipo de crime que assombrava todas as mulheres, independente da classe social, etnia, religião e idade: era o estupro. Considerado na atualidade como um crime

hediondo, no século XIX o estupro era tido como um crime bárbaro que amedrontava a mulher, em especial as virgens que sonhavam um dia poder realizar um “bom” casamento. Diante da possibilidade de serem vítimas deste tipo de violência, as mulheres das classes subordinadas, aquelas que realizavam tarefas domésticas como criadas de servir, evitavam ir às fontes e praças em determinados horários considerados impróprios, já que nesses lugares circulavam também os “vagabundos”, “desordeiros”, “vadios”, larápios, entre outros tipos de delinquentes. É preciso lembrar que nem sempre as praças foram somente lugares de lazer. No passado, era o local dos “espetáculos” onde se cumpria os desígnios da Justiça. Nelas ocorriam os enforcamentos e a aplicação de castigos corporais nos escravos. Certo memorialista ao comentar sobre as condições e importância das praças em Cuiabá relatou a seguinte passagem:

[...] tivemos ocasião de assistir ali ao bárbaro espetáculo do estrangulamento de dois homens pela forca. Felizmente tem desaparecido esse costume repugnante e imoral de castigar os crimes, porque não consegue esta pena os fins a que quer a sociedade chegar, não atterrando ao menos com o exemplo, em razão de as execuções continuadas não trazerem como resultado senão o familiarizar-se o povo com elas, sem que deem lugar ao arrependimento do criminoso.¹⁸

A pena de morte constava do artigo 38 do Código Criminal. Mas raramente os réus eram sentenciados com a pena de morte. Pode-se dizer que nesse período houve um deslocamento sobre o direito de punir de uma primazia do rei para a defesa da sociedade. Advogavam que, se as execuções em praça pública não corrigiam o criminoso também não deviam ferir a humanidade dos homens, pois os crimes bárbaros já o faziam suficientemente, não era preciso que a Justiça patrocinasse tal espetáculo, ao contrário, ela deveria encontrar o castigo adequado a cada crime, ou “a desvantagem cuja ideia seja tal que torne

¹⁸ MOUTINHO, 1969, p. 44.

definitivamente sem atração a ideia de um delito.”¹⁹ Interessante constatar que mesmo existindo a pena de morte por enforcamento, algumas mulheres se mostraram frias o bastante para premeditar o assassinato do marido. Este foi o caso da jovem H. F. R.

A suposta ré era casada com A. R. O casal morava na casa dos pais dela, o sr. T. F. e d. A. F. Na mesma residência também morava M. B., camarada que prestava serviços na fazenda e suposto amante de H.F.R. Entre os dias 26 e 27 de dezembro de 1887, o marido de H. F. R. recebeu um tiro enquanto dormia em sua cama. A tiro o acertou no peito e a morte foi instantânea. A denúncia só foi feita em 15 de agosto de 1888, ou seja, quase oito meses após o ocorrido. Mesmo assim, a Justiça requereu o exame de corpo de delito da vítima para identificar cientificamente a causa *mortis*. Consta da denúncia do promotor público que “M. B. projetava matar A. R. envenenado com mercúrio”, o que foi confirmado por várias testemunhas. Embora todos só soubessem disso por “ouvir dizer”.²⁰

Também consta dos autos que no dia anterior à sua morte, a vítima teve uma alteração com a sogra, o que o levou a mudar-se da casa dos sogros imediatamente. Segundo uma das testemunhas, A. R. partiu dizendo que “sua mulher havia de acompanhá-lo nem que fosse em pedaços”. São muitas as respostas contraditórias dos depoentes. Alguns afirmaram que a vítima era um “moço laborioso e bom”, enquanto outros disseram que “ele era truculento, briguento, inclusive já tinha assassinado um pai de família na província de São Paulo.”

Também não faltou nos depoimentos a versão de que a esposa da vítima era amásia de M. B. e que os réus “cometeram o crime impelidos por motivo reprovado e frívolo.” O fato de os réus terem atacado a vítima enquanto dormia foi decisivo para a condenação. O promotor público denunciou os réus: a esposa, o suposto amante, o sogro e a sogra da vítima. Solicitou ao juiz que os homens fossem condenados no grau máximo do art. 294 e as mulheres no

¹⁹ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: o nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramalhe. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 87.

²⁰ MTJMS, caixa 04; processo-crime 10; 1888; Paranaíba.

mesmo artigo e mais o que previa o art. 61 do novo Código Penal da Republica.²¹ Embora o crime tenha ocorrido em 1887, os réus só foram sentenciados em 1893. E, em 1921 o processo foi arquivado como crime prescrito. O fato de A. R. ter sido assassinado enquanto indefenso chocou a população, especialmente porque dormia no quarto do casal.²² Ambiente considerado como sendo um local sagrado, espaço por excelência feminino, lugar de recolhimento, segredos, sonhos, lamentos e dores.

Na cultura européia do século XIX, o quarto do casal enquanto parte do ambiente familiar era o espaço delimitado por convenções sociais, costumes, fundamento da aliança entre o feminino e o masculino, centro da intimidade, do amor e do sexo.²³ Entretanto, essa nova percepção de união conjugal ainda não fazia parte da vida dos habitantes no sul de Mato Grosso. Nesta região ainda prevalecia os costumes patriarcais, que impunham uma moralidade fictícia às mulheres e familiares, pois aos homens era permitido o adultério, a infidelidade, o amasiamento e concubinato, sobretudo com escravas e mulatas libertas. Essas práticas revoltavam as esposas, que na primeira oportunidade vingavam-se deles e de suas amantes. Além de atos de crueldade para com as escravas, as esposas também procuravam humilhá-las em ambientes públicos, como forma de retaliação. A violência física e psicológica acontecia cotidianamente e ambas as mulheres eram vítimas dela.

O Código Criminal previa para homens e mulheres que cometiam o adultério a pena de até três anos de prisão. Mas na prática os homens não eram punidos por suas traições. Já a mulher adúltera era julgada pela Justiça e pela sociedade que a excluía dos círculos sociais. Além disso, o costume consagrava ao homem traído a prerrogativa de em defesa de sua honra matar a mulher adúltera.

²¹ Art. 61. Quando o réu for convencido de mais de um delito, impor-se-lhe-hão as penas estabelecidas nas leis para cada um deles; e sofrerá as corporais, umas depois das outras, principiando, e seguindo da maior para a menor, com atenção ao grau de intensidade, e não ao tempo da duração. Excetua-se o caso de ter incorrido na pena de morte, no qual nenhuma outra pena corporal se lhe imporá, podendo somente anexar-se aquela a pena de multa. BRASIL. Código Criminal do Império do Brasil. FILQUEIRAS JUNIOR, Araújo. 2. ed. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1876, p. 55.

²² MTJMS, caixa 04; processo-crime 10; 1888; Paranaíba.

²³ PERROT, Michele. **História dos quartos**. Trad. Alcida Brant. São Paulo: Paz e Terra, 2011, pp.23-26.

Em alguns casos a violência simbólica a que eram submetidas certas mulheres era tão extremada que deixava perplexo os viajantes que percorriam o território brasileiro em busca de conhecimento e riquezas. Dentre os muitos relatos feitos pelo já citado Charles Expilly, um em especial merece ser aqui pontuado:

Um lavrador, português de origem, estabelecido na província de Mato Grosso, ao norte de Diamantino, habitava uma pequena fazenda às margens do rio do Ouro, com sua mulher e seis escravos, sendo dois negros e quatro negras. Entregava-se não somente a cultura da terra, mas também ao comércio do rebanho humano. Assim, cada africano tinha duas esposas exclusivamente suas. A mulher do fazendeiro, de fecundidade prodigiosa, deu-lhe, em três anos, cinco herdeiros. Suas quatro negras, por sua vez, foram mães três vezes cada uma.²⁴

Mas uma epidemia de febre amarela levou a morte três filhos e dez escravos, restando ao fazendeiro apenas uma negra e dois escravos. A solução encontrada pelo lavrador para repor seu plantel de escravos, conforme narrativa de Expilly, foi a seguinte:

Começou por adquirir uma vaca leiteira. Depois, à força de ameaças e e maus tratos, forçou sua mulher a coabitar com um negro. Ele próprio acabou por apossar-se da negra. Esses cruzamentos deram magníficos resultados. Uma prole de mulatos substituíu, pois a de negros. Cada ano as duas mulheres davam ao mundo duas crianças, as quais a vaca fornecia uma alimentação substancial. A produção não cessou mais, e ao cabo de cinco anos a perda de dez escravos tinha sido reparada. [...]. Continuando esse execrável sistema de criação e permutas o lavrador possuía no fim do décimo ano, um capital de vinte e cinco escravos, dos quais dez mulatos e dez negrinhos, e ainda mais, nove rapazes na força da idade, dentre os quais três soberbos rebentos e seis negras.²⁵

Se os fatos foram exagerados não o sabemos, mas não são totalmente infundados, haja vista que o comércio de escravos em um determinado período trouxe mais lucros aos escravagistas do que a agricultura ou a criação de gado. Vender o filho que tivera com uma escrava não era uma atitude incomum naqueles homens acostumados a desprezar a

²⁴ Ibid., p. 199.

²⁵ PERROT, 2011, p. 199-200.

humanidade dos cativos. Como também não era inusitado serem estupradas pelos senhores ou seus filhos: “O estupro de escravas por vezes, à vista de seus pais ou maridos, podia expressar não apenas, a supremacia branca, mas também servir como instrumento de controle, via humilhação.”²⁶ O papel das mulheres nesse contexto era o de apenas reprodutoras e objetos de satisfação sexual do homem branco. O que predominava era um total desprezo pelos vínculos familiares, laços conjugais, e para com o corpo feminino. Ou ainda como registrou Expilly isso mostrava “a humilhação absoluta das almas.”²⁷ Para o homem, a família representava o lado legal e honrado, conforme exigiam as convenções sociais. Ela legitimava o poder do marido sobre os demais membros do clã e perante a sociedade e o Estado. De acordo com a historiadora Eni de Mesquita Samara

Era necessário preservar a ordem estamental e a viabilidade da colonização era necessária criar e reforçar mecanismos de dominação extras econômicos que, por um lado, garantiam o monopólio do poder nas mãos das principais famílias da chamada elite colonial e, por outro lado, permitiram para os demais indivíduos a continuidade do sonho dentro da ordem existente.²⁸

Muitas das mulheres eram vítimas constantes nas mãos dos homens. Forçadas ao trabalho exaustivo no âmbito doméstico, na educação dos filhos e sendo obrigadas a se mostrarem abnegadas e subservientes o tempo todo, as mulheres não resistiam à dupla exploração a que eram submetidas constantemente e atentavam contra a própria vida. Assim, não raro as mulheres que viviam na escravidão buscavam saídas trágicas. Benedita, escrava de Maria das Flores, em 15 de outubro de 1871, “suicidou-se, enforcando-se com uma corda de rede, na casa do capitão José Mariano de Campos.”²⁹ Meses antes deste acontecimento, no

²⁶ STERNS, Peter N. **História da Sexualidade**. Trad. Renato Marques, São Paulo: Contexto, 2010, p. 126.

²⁷ Ibid., p. 201.

²⁸ SAMARA, Eni Mesquita. **Família, mulheres e povoamento: São Paulo, século XVII**. Bauru: EDUSC, 2003, p. 31.

²⁹ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da província de Mato Grosso, no dia 4 de outubro de 1872 pelo presidente o Exmo. sr. tenente coronel Dr. Francisco José Cardozo Junior. Rio de Janeiro, Typ. Do Apostolo, 1873, p. 21. Center for Reserch Libraries Brazilian Government Document Digitization Project. Provincial Presidential Reports (1830-1930) – Mato Grosso. Fundação Andrew W. Mellon. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/422/index.html>. Acesso em: 12 de novembro de 2012.

dia 29 de abril do mesmo ano “Brasileira, escrava do tenente Antônio Moreira Serra, tentou suicidar-se, atirando-se em um poço, donde foi salva.”³⁰ Estas atitudes denotam o grau de desespero e desesperança que assombravam homens e mulheres vivendo e convivendo com o escravismo em terras brasileiras. Mas sempre restava a elas a *elpís*, ou seja, a esperança³¹ de um dia se verem livre ou não das correntes de ferro e das simbólicas que as tornavam escravas da dominação masculina patriarcal.

Sabe-se que as escravas negras seduziram tanto pelo olfato e paladar, quanto pela beleza e altivez, pelo efeito da cor da pele e sensualidade própria de uma filha da África, como ressaltou Expilly. Esse viajante francês foi bastante criticado por sua perspicácia em relatar os costumes no Brasil. Observou e criticou muitas cenas que o deixou constrangido e perplexo, mas nem por isso deixou de registrar sua opinião sobre a mulher negra:

A cor pura da sua pele, quando ela é de um preto absoluto, como as pessoas da raça mina, lembra a cor profunda do mármore de *Portor*, esse mármore preto, com veias de fogo; além disso, a solidez dos atributos, a amplitude opulenta do torso, o farto desenvolvimento do peito, atestam, num modelo perfeito, um força vital harmoniosa com a exuberante vegetação do equador, que faz sonhar com o amor insaciável dos imortais. Se as regiões dos intertropicais fossem ocupadas por um povo de artistas, a beleza lhes conferiria naturalmente autoridade soberana e, então, os papéis seriam invertidos: a escrava seria a branca, a negra ficaria nominativamente sendo rainha, como ela o é de fato, enquanto espera que se lhe restituam os seus antigos templos de Sidon e de Tyro.³²

Mas esta visão era quase que uma exceção, pois na concepção da classe dominante, os africanos não possuíam inteligência suficiente para lidar nem mesmo com a própria liberdade.³³ Assim, na visão do homem branco, os negros e as negras estavam predispostos a cometerem atos irracionais e violentos. Tutelados pelos senhores, os cativos se viam cerceados de todos os direitos individuais quando libertos, visto que para a grande maioria o

³⁰ Ibid, p. 21.

³¹ PIERRE-VERNANT, Jean. **O universo, os deuses, os homens**. Trad. Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 75.

³² EXPILLY, Charles. 2000, p. 69.

³³ COSTA, Emilia Viotti da. **Da senzala à colônia**. 4ª ed. São Paulo: UNESP, 1998, p. 38.

acesso à cidadania estava vetado pelo analfabetismo e pela condição econômica desfavorável. Alguns estudos mostram, a partir dos processos-crimes, que “a própria Justiça foi muitas vezes instrumentalizada por grupos em confronto ou serviu como recurso mediador em querelas que mostravam insolúveis através de acordos particulares entre senhores e escravos.”³⁴ Insolúveis porque normalmente o escravo era sempre apontado como aquele que dera causa ao conflito, o que nem sempre correspondia a realidade dos fatos.

Ao fazer uma leitura pormenorizada nos relatórios oficiais percebi que normalmente as autoridades atribuíam o aumento da criminalidade às diversas causas como:

[...] a falta de instrução moral e religiosa; na ociosidade em que vive grande parte da população; e na deficiência de recurso de polícia n’uma tão vasta extensão pela maior parte inabitada e onde cada passo se oferecem meios de fuga e fácil homizão.³⁵

Raramente vamos encontrar como causas a corrupção, o abuso da força e a ganância dos poderosos. Sim, porque esses comportamentos imorais e ilegais também produziam e reproduziam a violência contra indivíduos e grupos, a sociedade e o Estado. Somente em raras ocasiões foram listadas como causas da violência a incidir nas altas taxas da criminalidade o descaso administrativo na Justiça, a leniência e a corrupção, os exageros e as práticas de favorecimentos, as ações arbitrárias das autoridades, os casos de mandonismo e a falta de nexos causal nas decisões jurídicas. Mas, não é todo impossível encontrar nos relatórios o aumento da criminalidade vinculado à imensidão territorial da província e à falta de solicitude das autoridades no exercício da profissão:

³⁴ LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro. 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 325.

³⁵ Relatório apresentado à assembleia legislativa da província de Mato Grosso no dia 4 de outubro de 1872 pelo presidente da mesma província, o Exmo. Ser. Tenente coronel Dr. Francisco José Cardozo Junior. Rio de Janeiro, Typ. Do Apostolo, 1873, p. 17. Disponível em: <http://www.crl.edu.brazil>. Acesso em: 10 de dezembro de 2012.

Alguns atentados contra a existência do cidadão tem havido, e muitos contra a propriedade; mas a maior parte deles escapa à vigilância das autoridades, por que a mais das vezes o queixoso transige com o delinquente; entretanto não sendo aqueles em grande número, posso dizer-vos que há segurança pública nesta província, e que ela seria maior se a usa imensa extensão não desse asilo seguro a muitos criminosos, se houvessem mais alguns meios de prevenção, e se as primeiras autoridades judiciárias despachadas para a província fossem mais solícitas no cumprimento de suas importantes atribuições.³⁶

Os relatórios mostram a antítese vivida por esses homens, no século XIX, em terras mato-grossenses. Se por um lado reclamavam a falta de recursos e de funcionários para organizar a Justiça e desenvolver as atividades voltadas ao controle da ordem; por outro, alegavam que os habitantes viviam na mais pacífica das regiões do Império. E, conforme a visão deles, a passividade era própria da boa índole da população. Duas imagens de Mato Grosso que no fundo se completavam.

Em alguns relatórios, os acontecimentos policiais e criminais foram discriminados como “fatos notáveis”:

No dia 9 de janeiro, na rua da Fé, desta cidade, o escravo Joaquim, de Joao Baptista de Almeida, disparou um tiro em Maria da Costa. A vítima foi recolhida ao Hospital da Santa Casa de Misericórdia. Faleceu poucas horas depois. O assassino suicidou-se no dia imediato. A 19 de fevereiro, foi preso em flagrante e pronunciado pelo delegado de polícia do termo de Poconé, Plácido Pereira Leite, camarada de Salustiano Florentino de Oliveira por ter estuprado a uma menina de 6 anos de idade. Em 1 de abril, nesta capital, Regina Alves Ferreira, propinou veneno (massa fosfórica) a Balbino Ferreira da Cunha. Foi presa e processada. A 16 de maio, no distrito de Rosário e no lugar denominado – Porto Alegre – os escravos fugidos do quilombo do Rio Manso do Sul, assaltaram o sitio de Salvador de Almeida Lara, raptaram duas mulheres e mataram a Manoel Antônio, que vivia em companhia delas. A 20, em Corumbá, Ana Eleutéria de Lima, matou a Antônio Ferreira da Silva. Foi presa. No dia 20 de julho, no lugar – Monte Alegre – distrito da chapada, foram assassinados Caetana, escrava de d. Umbelina Eufrosina Barata, e José escravo de Vicente Pacheco Pinto de Castro, por um escravo deste, de nome Eleutério que se evadiu.³⁷

³⁶ Discurso recitado pelo Exmo. Vice-presidente de Mato Grosso, Manoel Alves ribeiro, na abertura da sessão ordinária da assembleia legislativa provincial em 3 de maio de 1848. Cuiabá, Typ. Provincial, 1848, p. 4. Disponível em: <http://www.crl.edu.brazil>. Acesso em: 13 de dezembro de 2012.

³⁷ Relatório apresentado à assembleia legislativa da província de Mato Grosso no dia 4 de outubro de 1872 pelo presidente da mesma província, o Exmo. Ser. Tenente coronel Dr. Francisco José Cardozo Junior. Rio de Janeiro, Typ. Do Apostolo, 1873, p. 19-20. Disponível em: <http://www.crl.edu.brazil> Acesso em: 13 de dezembro de 2012.

Sem pontuar muitos detalhes sobre a criminalidade, o relatório apenas sintetizava os acontecimentos. Mesmo assim, os dados mostram que havia acentuada variância nas tipologias criminais e que participavam delas homens, mulheres, brancos, negros, índios, livres e escravos. Assim, não é pertinente vincular o crescimento das taxas da criminalidade à pobreza, à etnia e ao sexo. Este tipo de atitude, tão comum no século XIX, acentua as desigualdades e diferenças sociais.

Vários viajantes que visitaram o Brasil no século XIX registraram suas impressões relacionadas às relações sócio afetivo e sexuais de homens e mulheres vivendo nas fazendas, pequenas vilas e cidades. Em síntese, Expilly não acreditava que fosse possível consolidar vínculos familiares em uma sociedade cuja base de sustentação econômica era o trabalho escravo. No tocante à família, observou que:

A família (refiro-me à família cristã), essa concentração de forças de espírito e de coração sobre um ponto recôndito, isolado, misterioso; esse risonho oásis que atrai à sombra das suas folhas sempre verdejantes o viajor fatigado, ferido pelos espinhos, contundido pelas pedras encontradas no caminho social; esse asilo de paz serena e de alegria íntima onde a alma, ofendida pela injustiça e pela maldade, se refaz cada noite para as lutas do dia seguinte; a família – fonte divina das mais puras, das mais sérias, das mais inefáveis alegrias – jamais se estabelecerá nas suas verdadeiras bases numa terra de escravos.³⁸

No sul de Mato Grosso, conforme memorialistas e cronistas do século XIX eram as mulheres, esposas dos fazendeiros, que governavam a escravaria, enquanto os maridos cuidavam dos negócios, das propriedades e da política. “As mulheres administravam escravos e agregados, praticavam as artes domésticas, sendo exímias doceiras e habilidosas

³⁸ EXPILLY, 2000, p. 189.

costureiras de seus próprios trajes, que procuravam fazer ao gosto da Corte.”³⁹ Certo memorialista que viveu muitos anos em Mato Grosso observou que:

[...] é original ali, nas mulheres pobres e nas escravas, o uso de saírem à rua embuçadas em uma baeta vermelha. As pessoas mais favorecidas de fortuna usam de um manto de pano preto lemiste, no qual se envolvem, deixando apenas descoberto uma parte do rosto.⁴⁰

A cor da vestimenta feminina servia para demarcar as diferenças sociais entre as classes. O preto simbolizava o recato, enquanto o vermelho denotava certa vulgarização relacionada à classe socioeconômica a que pertenciam. Estas diferenças também ficam explícitas nos bens arrolados nos inventários e partilhas. No termo de juramento da inventariante da partilha de F. A. T., por exemplo, está relacionado entres outros bens quatro cunhas, quatro bastões velhos, dois machados, duas rodas velhas de fiar entre outros utensílios; nos semoventes estão listados 20 garrotes, dez novilhas, 43 vacas solteiras, etc.; e nos bens de raiz aparece uma fazenda pequena denominada Formiga, que têm nela casa de capim, campos de criar, cerca de aroeira, um engenho pequeno, um pasto e um capão cercado.⁴¹ Os utensílios e instrumentos eram valorizados porque ou era muito difícil comprá-los, ou custavam muito caro ou não existiam à venda para ser adquirido com facilidade, o que obrigava os compradores a importá-los. Em Mato Grosso importava-se desde as agulhas de costura até as janelas de ferro; os tecidos para as roupas e as telhas para as casas. Praticamente não se produzia quase nada na província, o que tornava a vida mais onerosa e com muito menos qualidade.

No caso das mulheres comuns desprovidas de fortunas constatei que as posses eram exíguas, ínfimas, quase inexistentes. A. F. C., que às vezes engomava roupa, não sabia ler ou

³⁹ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888**. São Paulo: Marco Zero, 1993, p. 37.

⁴⁰ MOUTINHO, 1869, p. 16-15.

⁴¹ MTJMS; caixa 07; processo-crime 04; 1873; Paranaíba.

escrever, decidiu “tirar da caixa algumas coisa pra empenhar ou vender a fim de pagar o dito aluguel e que depois daria dessa parte A. da S. P. Quando lhe foi perguntado o que havia subtraído, respondeu que alguns objetos, porém ignorava quais sejam e onde os deixou porque já estava alcoolizada.”⁴² No sumário crime consta a seguinte relação de objetos furtados: uma rede, uma faca de ponta, dois pares de ceroulas, um par de botinas para homem, um par de calças de brim branca e dinheiro no valor de 700\$00 réis. Este valor dava para comprar um escravo de 40 anos mais ou menos igual ao escravo Reginaldo, oficial de ferreiro, que aparece arrolado nos bens inventariados de H. R. F. de A., falecido em 1873 na cidade de Corumbá.⁴³ A suposta ré de ter praticado o roubo não foi sentenciada pelo crime porque o juiz entendeu que por coabitar com a vítima, ela usufruía da confiança deste e que só a mulher do prejudicado assistia o direito de reaver os bens furtados.⁴⁴ Na verdade A. F. C era amasiada com a vítima, o que contrariava as convenções sociais e morais. Portanto, para ele o melhor era evitar um confronto aberto entre as duas mulheres.

É de notar que se esses indícios não são suficientemente representativos para informar o valor absoluto desses bens na dimensão mais ampla do sistema econômico da província. Assim, notadamente o que se apurou é que móveis, joias, roupas, objetos de arte aparecem listados na maioria das heranças das mulheres⁴⁵, enquanto os utensílios de trabalho, ferramentas e máquinas nos inventários dos homens. Isso permite perceber as diferenças sociais e culturais que regiam a sociedade em questão. Um levantamento mais apurado e crítico desses documentos poderiam revelar ao historiador social os diversos níveis de mudança dos costumes e da riqueza. Mas isso foge ao escopo desta pesquisa. Também convém assinalar que não são todos os inventários que apresentam no rol de bens as casas de

⁴² MTJMS; caixa 151; processo-crime 01; 1886; Corumbá.

⁴³ MTJMS; caixa 156; inventario 01; 1873; Corumbá.

⁴⁴ MTJMS; caixa 151; processo-crime 01; 1886; Corumbá.

⁴⁵ MTJMS; caixa 144; inventário 02; 1883; Corumbá – caixa 05; inventário 08; 1870; Paranaíba; - caixa 156; inventário 08; 1877; Miranda; - caixa 157; inventário 05; 1878; Miranda; - caixa 02; inventário 04; 1859; Paranaíba; - caixa 09; inventário 08; 1878; Paranaíba; - caixa 18; inventário 06; 1889; Paranaíba.

moradia, o que denota que nesse período elas eram pouco valorizadas. Mesmo assim, as casas não deixavam de ser uma fonte de renda, em especial, para as viúvas e solteiras, sendo em alguns casos o único meio de sobrevivência, já que muitos pobres se viam na contingência de ter que pagar aluguel.

Moutinho nos dá uma ideia de como era a casa de moradia num sítio e outra na cidade de Mato Grosso ao relatar:

Vendeu-se quando lá estivemos um rico sítio à margem do rio, tendo excelente e vasta moradia, esplêndida capela interior com obras de aprimorado gosto, grande e bem feito engenho, paióis, senzalas, tudo coberto de telhas e em bom estado, com imenso e variado pomar bem fechado, ricos pátios ladrilhados, laranjal, e muito terreno de plantação com boas matas, pela quantia de 200\$000! Uma casa nobre, dentro da cidade em uma esquina, toda envidraçada, com quatro salas de frente, rico e abundante poço de água, grande pátio cercado de quartos estrebaria, e um imenso quintal murado com muitos arvoredos de fruta, e 14 a 16 pés de coco da Bahia, por 180\$000!⁴⁶

As palavras de Moutinho demonstram que a moradia rural vinha perdendo valor se comparadas às residências na cidade. Sabe-se que a vida urbana ganhava destaque e importância, o que atraía a população rural que se deslocava em busca de novas oportunidades e melhor qualidade de vida. O autor não precisou a data em que vivenciou essa experiência, mas deduzi que foi mais ou menos entre as décadas de 1850 e 1860, pois sua obra foi publicada em 1869.

Convém ressaltar que na zona rural e nas pequenas vilas no interior do Brasil a moradia abrigava famílias extensas, incluindo, em alguns casos, os agregados que podiam inclusive ter

[...] a permissão do dono para morar na terra e lavrá-la, o que vai formar entre eles, senhor e agregado, vínculo de serviços mútuos. Essas relações paternalistas crivam liames comuns entre a gente camponesa, o que, sem dúvida, integrava o grupo de agregados na grande família do proprietário.⁴⁷

⁴⁶ MOUTINHO, 1869, p. 156.

⁴⁷ SAMARA, 2003, p. 28.

Fato é que as moradias daqueles dotados de bens de fortuna eram mais espaçosas. Podendo com isso abrigar as pessoas da família, a criadagem e vez por outra os visitantes. A racionalização do espaço habitacional tanto contribuía para aprofundar as solidariedades e os afetos entre diversos níveis das relações sócio afetivos quanto acentuava os conflitos e contradições.

Na moradia das pessoas comuns não havia a mesma disponibilidade de espaço. Até porque as moradias eram pequenas, com poucos cômodos onde se acomodavam na maioria dos casos várias pessoas. Perrot ao investigar as relações sociais a partir da história dos quartos em França observou que “no único cômodo das casas pobres, misturam-se todos os espetáculos, a miséria de cada um se expondo aos olhos de todos, sem que nada possa ser feito.”⁴⁸ Também em Mato Grosso os pobres se ajuntavam em habitações às vezes em condições bastante precárias. É Moutinho quem nos informa que em Vila Maria “as casas são construídas de taipa e de adobes, e ainda algumas de pau a pique, branqueadas de cal, e poucas forradas de papel.”⁴⁹ Assim como acontecia de no mesmo espaço habitacional a família ou apenas o pai desenvolver atividades que garantiam a sobrevivência de todos, também podiam haver mulheres que exerciam atividades de costura e artesanato. Não havia espaço suficiente para as intimidades dos casais. Esta falta de liberdade, de intimidade e a proximidade constante entre as pessoas concorria para intensificar os conflitos, o que, às vezes, desembocava em acidentes caseiros, agressões e crimes. Até mesmo as crianças eram atingidas pelas rotineiras ações violentas nos espaços privados como os ambientes domésticos.

Em 1877, C. M., um imigrante italiano, intentou um golpe contra a amásia A. T., mas acabou por acertar a pequena M. H. de apenas um ano e oito meses de idade, que não era sua

⁴⁸ PERROT, 2011, p. 49.

⁴⁹ MOUTNHO, 1869, p. 172.

filha, mas do vizinho. Após análise pericial, o *expert* em medicina legal constatou que a paulada produziu uma mutilação na perna esquerda da menina.⁵⁰ Este comportamento agressivo revela que nem mesmo nos espaços privados a violência era mais contida, ao contrário, muitos crimes ocorriam primeiro porque os homens não admitiam contestações, rebeldia ou discordâncias de suas ordens, interesses e desejos; e segundo porque a inexistência de privacidade aumentava a tensão, desembocando em discussões e agressões. Assim, pode-se dizer que havia um desdobramento contínuo entre a casa, o lar e o local de trabalho, o que, não raro, produzia intensos e graves problemas familiares. A coexistência de relações familiares no mesmo espaço da atividade profissional e trabalho se fundiam, criando tensões contraproducentes. A fluidez e a inconstância de limites nas relações vivenciadas nestes espaços mostravam que “a fronteira entre o público e o privado era variável, sinuosa e atravessava até mesmo o micro espaço doméstico.”⁵¹ Em decorrência destas indefinições nos ambientes de convivência diária explicitavam-se os antagonismos e as constantes rupturas dos vínculos suscitados por interesse políticos e socioeconômicos; além disso elas acentuavam a divisão de tarefas entre os sexos, a exacerbação dos sentimentos motivado pela embriaguez e a quebra de confiança, que produziam e reproduziam relações improvisadas, segundo interesses mútuos e necessidades emergentes.

Durante dois anos o pai da menina M. H. recorreu à Justiça em busca de punição ao culpado. Mesmo com o exame de corpo de delito e as testemunhas comprovando o dano causado a vítima, ainda assim o juiz municipal julgou improcedente a denúncia. O pai da menina decidiu então recorrer ao Tribunal da Relação de Mato Grosso, que mandou o juiz de direito da comarca de Corumbá reformular a sentença. Só então o réu foi pronunciado no art.

⁵⁰ MTJMS; caixa 146; processo 06; 1877; Corumbá.

⁵¹ PERROT, Michele. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Trad. D. Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001, p. 180.

19, da Lei n. 2033 de 20 de setembro de 1871.⁵² Contudo, o réu não foi encontrado para cumprir a pena.

De modo geral, percebe-se que mesmo nas relações maritalmente informais, como o amasiamento e o concubinato, a dominação masculina prevalecia como lei culturalmente preservada pelos costumes patriarcais. No Brasil, as autoridades legais e católicas pouco fizeram para coibir este tipo de relação conjugal, mesmo sendo o casamento legítimo “valorizado pela maior parte da população porque proporcionava estabilidade às famílias, o que podia ser essencial para a mobilidade social, a segurança econômica e mesmo para a sobrevivência.”⁵³ As concubinas não tinham nenhum direito, nem mesmo eram reconhecidas como esposa na partilha de bens e geralmente eram tratadas com menosprezo pelas mulheres que se auto proclamavam “honestas”. Também era costumeiro o amante espancar a concubina ou a amásia quando sentia ciúmes ou desconfiava da infidelidade da amante. Isso se tornou parte do comportamento masculino, secularizou-se e criou profundas raízes nos costumes e na cultura masculina. A situação era ainda mais dramática quando um dos parceiros desta relação reagia com violência, cometia um crime ou se tornava a vítima. Foi o que aconteceu com M. L. P. C. que decidiu romper a relação amorosa que tinha com o soldado P. P. O réu inconformado entrou na “[...] alcova e quis entreter relações com ela, porque ela o empurrasse P.P. lançou mão de um pequeno revólver e disparou-lhe um tiro que a feriu na cabeça.”⁵⁴ Situação parecida vivenciou E. G. L que foi ferida porque “não queria mais residir na companhia do réu, por isso ele a atacou primeiro com uma faca, ela o desarmou, então ele atirou”⁵⁵ acertando-a nas costas na região dos rins conforme atestaram os *experts* em medicina legal. Antes que o processo terminasse o réu se enforcou na barranca do rio com uma correia.

⁵² MTJMS; caixa 146; processo 06; 1877; Corumbá.

⁵³ CAULFIELD, SUEANN. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Trad. Elizabeth de Avelar Solano Martins. São Paulo: Unicamp, 2005, p. 29.

⁵⁴ MTMS; caixa 149; processo-crime 15; 1882; Corumbá.

⁵⁵ MTJMS; caixa 117; processo-crime 19; 1889; Paranaíba.

O próximo caso analisado é bastante esclarecedor no que se refere às relações de amasiamento e a violência passional.

Em 1882, “no acampamento denominado de São Francisco” foi assassinada com sete facadas M. da C. A vítima lutou para se defender do agressor usando apenas as mãos, acabou ferida nos braços, mãos e tórax. Faleceu devido à facada que penetrou na auricular dando lugar a uma hemorragia fulminante. Conforme os depoentes o suposto réu A. P. da S. “ex-praça” do Exército, já fora amasiado com a vítima e não se conformava com o fato dela não querer continuar mantendo o relacionamento.⁵⁶ Cometeu o crime previsto no art. 193 do Código Criminal, conforme denunciou o promotor público. A mesma autoridade solicitou ao juiz que o réu fosse punido com a pena máxima por ter concorrido às circunstâncias agravantes do art. 16 §§ 4º, 6º, 8º, 14º do mesmo código. O juiz julgou o caso e sentenciou o réu nas penas do art. 192⁵⁷ e art. 16 §14⁵⁸; qualificando o ato como crime de homicídio com circunstâncias agravantes. Ficou comprovado que o réu cometeu o crime com superioridade de forças e tinha intenção de matar. Estes dois quesitos foram decisivos para a sentença com agravantes.

A recusa da mulher em manter a relação sexual custou-lhe a vida. Muitos homens não concordavam com a separação, por sentimentos ou por machismo, o caso é que a mulher, na visão deles, nunca tem o direito de romper os vínculos conjugais, seja um casamento formal ou informal como era o caso da mancebia. Este tipo de relação conjugal faz parte do processo histórico de formação da sociedade brasileira. Alguns historiadores argumentam que devido à escassez de mulheres, o alto preço do casamento religioso e o espírito aventureiro dos homens que se ausentavam com frequência contribuíram sobretudo para perpetuar o amasiamento

⁵⁶ MTJMS; caixa 150; processo-crime03; 1882-1883, Corumbá.

⁵⁷ Art. 192. Matar alguém com qualquer das circunstâncias agravantes mencionadas no artigo dezesseis, números dois, sete, dez, onze, doze, treze, quatorze, e dezessete. BRASIL. Código Criminal do Império do Brasil. FILQUEIRAS JUNIOR, Araújo. 2. ed. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1876, p. 214.

Penas - de morte no grau máximo; galés perpétuas no médio; e de prisão com trabalho por vinte anos no mínimo. ⁵⁸ Art. 16. São circunstâncias agravantes: §14. Ter havido entrada, ou tentativa para entrar em casa do ofendido com intento de cometer o crime. BRASIL. Código Criminal do Império do Brasil. FILQUEIRAS JUNIOR, Araújo. 2. ed. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1876, p. 17.

e/ou mancebia como forma recorrente de relação amorosa. As mulheres que viviam nessa condição esperavam pelo casamento oficial. Quando isso não ocorria, muitas se separavam.

Embora como tenha constatado Martha de Abreu Esteves

[...] essas relações também eram influenciadas por tradição de costumes. Era uma opção baseada em diversos presentes no universo ao redor, na vizinhança ou na própria família. [...] Mesmo inexistindo um “papel oficial”, isso não significava um vivência “desregrada”, patológica ou resultado apenas das condições de vida, [...] ⁵⁹

Para algumas o rompimento era uma nova oportunidade de refazer a vida. Não esperavam serem agredidas ou violentadas. Assim quando isto ocorria elas denunciavam, mesmo que o réu não fosse punido. Muitas delas insistiam em dar prosseguimento aos processos criminais ainda que o suposto culpado tivesse sido inocentado pelo Tribunal do Júri. Recorriam ao Tribunal da Relação para tentar modificar o resultado dos julgamentos.

Mesmo sendo discriminadas e reprimidas não se intimidaram em protagonizar ações na Justiça por acreditar na capacidade equitativa e punitiva das leis. Essa determinação transparece nas falas processuais e nas atitudes. A vítima R. F., paraguaia, ignorava sua idade, trabalhava alugando-se a qualquer tipo de atividade, não se intimidou diante do juiz em responder que foi agredida por A. J. C. por “ter saído de casa sem lhe dar satisfação alguma.” O agressor a espancou e quebrou-lhe o braço. O juiz alegou que não ficou provado ser o acusado J. A. C. o autor da ofensa física praticada contra R. F. ⁶⁰ Nem mesmo os testemunhos foram o bastante para convencer o juiz da identidade do agressor.

Assim, percebo que da mesma forma que lutavam para sobreviver, conquistar espaços e respeito, elas também denunciavam a violência sofrida e os prováveis agressores. Com essa atitude iam solapando as desigualdades sociais, políticas, econômicas e jurídicas, o que

⁵⁹ ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 189.

⁶⁰ MTJMS; caixa 149; processo-crime 10; 1882-1884; Corumbá.

significou ampliar as oportunidades econômicas e sociais. Embora não tivessem plena consciência das deficiências existentes na prática jurídica, persistiram e não se resignaram em assumir o papel de vítima conformada.

Afinal, perante a lei todos eram iguais conforme previa a Constituição do Império. Ocorre que a lei, como bem assinalou Herbert Spencer, “não é encarada como sendo uma expressão da justiça, mas como sendo ela própria, a fonte da justiça,”⁶¹ o que, talvez explique porque as mulheres no decorrer do século XIX demandavam sempre mais ações contra os agressores. Nesse sentido, creio que a expectativa de uma possível punição ao delinquente era o que mantinha o interesse delas pela Justiça e também a ordem social, pois diante de relações conflituosas esperavam que os *experts* do judiciário tornassem a lei menos abstrata e mais funcional. Além disso, homens e mulheres acreditavam que os princípios fundamentais pudessem lhes garantir o acesso ao Direito. Mas, como a historiografia tem mostrado, no Direito do século XIX, existia uma margem substancial de causalidade impessoal que definia a aplicação das regras e normas em conformidade com as necessidades mais urgentes na sociedade.

Quelles que soient les propositions juridiques en présence desquelles on se trouve, énoncés législatifs, réglementaires ou jurisprudentiels, en ce qui concerne nos droits modernes, il existe, entre les règles, un lien de causalité impersonnelle, et les propositions forment un réseau de connaissances organisées que définissent une rationalité du monde. Les principes fondamentaux ont, entre eux, une liaison nécessaire avec l'état de la société dans laquelle ils jouent le rôle que leur est dévolu.⁶²

Era em razão, principalmente, de tais princípios que as sociedades modernas procuravam adequar a penalidade mais em função do comportamento individual do que em defesa da sociedade, subvertendo com isso os parâmetros remanescentes do século XVIII. A

⁶¹ SPENCER, Herbet. **A justiça**. Trad. Augusto Gil. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1891, p. 42.

⁶² ARNAUD, André-Jean. **Critique de la raison juridique: où va la sociologie du droit? Revue Internationale de Theorie du droit et d sociologie juridique**, France, v.XXVI., 1981, p. 14. Disponível em: <http://reds.msh-paris.fr/na>. Acesso em: 05 de julho de 2012.

pena não era mais o recurso empregado contra os criminosos em defesa da sociedade, pois adquiriu, a partir do século XIX, um novo conteúdo referendado por leis objetivas e racionais.

Ademais, o princípio básico disseminado por Beccaria previa que “enquanto não houvesse lei e infração explícita, não poderia haver punição.”⁶³ Isso também se aplicava às mulheres ricas e pobres, brancas, negras, índias, enfim, qualquer cidadão que violasse a norma legal estava sujeito à punição conforme previa a legislação. Entretanto nem sempre os juízes eram justos na aplicação da pena. O princípio da equidade eventualmente era aplicado, pois a condição econômica, o sexo, a cor da pele e posição social influenciavam sobre os graus da punição. A propósito, é conveniente lembrar com Paul Ricoeur que “o aspecto punitivo da pena enquanto sanção não poderia eclipsar a função suprema da sentença que é a de afirmar o direito numa situação determinada [...]”⁶⁴ Contudo, no Brasil, nem sempre as sentenças foram proferidas com o objetivo de restaurar a ordem pública e a dignidade da vítima, sobretudo, se o paciente fosse uma mulher, um escravo, ou um índio.

Com as mudanças provocadas pela Revolução Francesa e Revolução Industrial, a penalidade se tornou uma forma de corrigir os comportamentos, de disciplinar as “virtualidades” do indivíduo como dizia Foucault:

Toda penalidade do século XIX passa a ser um controle, não tanto sobre se o que fizeram os indivíduos está em conformidade ou não com a lei, mas ao nível do que podem fazer, do que são capazes de fazer, do que estão sujeitos a fazer, do que estão na iminência de fazer.⁶⁵

Contudo, no Brasil escravista a penalidade adquiriu conteúdo ambíguo e distorcido, pois o que valia para alguns não era o mesmo para outros. Com isso os afortunados de poder econômico, político, jurídico, policial e simbólico só raramente tiveram penalidades proporcional aos seus delitos, predominando a impunidade e a venalidade.

⁶³ FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**, trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: NAU, 2003, p. 85.

⁶⁴ RICOEUR, RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François [et al.]. Campinas: Editora UNICAMP, 2007, p. 355.

⁶⁵ FOUCAULT, 2003, p. 85.

3.2. HONRA E COSTUMES: OS PECADOS DO CORPO E DA ALMA

Nota-se que o incipiente processo de urbanização, no sul de Mato Grosso, nas décadas após o fim da Guerra do Paraguai, acentuava o caráter sexuado dos espaços públicos e privados, moldando as relações entre homens e mulheres, transformando antigos costumes fundamentados no regime patriarcal. Esse movimento urbano, ainda que, incipiente alavancado pela expansão da economia produziu novas oportunidades de trabalho, lazer, investimentos, mas também de Justiça. As mulheres mesmo sem tomar consciência plena das desigualdades buscaram lutar pela igualdade civil, pelo acesso à instrução formal, pela conquista de melhores salários e pelos direitos civis, políticos e sociais, pois só assim teriam mais poder diante dos homens, das autoridades e da sociedade como um todo para decidir, escolher e assumir responsabilidades. Para obter tais conquistas era preciso mudar os comportamentos sexuais, os costumes e as leis. Os costumes sedimentados foram sancionados pelas práticas sociais, com a dupla função de condutor e volante⁶⁶ nas intrincadas estruturas de poder. Eles tanto poderiam impulsionar e guiar para as mudanças quanto para a resistência à inovação. Convém, portanto, considerar que o costume

[...] não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, [...] Sua função é dar a qualquer mudança desejada (ou resistência á inovação) a sanção do precedente, a continuidade históricos e direitos naturais conforme o expresso na historia.⁶⁷

Eles mudam mediante as necessidades convencionais e às rotinas sociais, contribuindo, portanto, para gerar outros costumes e novas redes de transmissão destes. Com efeito, as transformações evocam aperfeiçoamento e inovações, sem o quê estaríamos

⁶⁶ HOBBSWAM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições** (org.). Trad.Celina Cardim Cavalcante. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 10.

⁶⁷ Ibid., p. 10.

reduzidos a processos repetitivos até mesmo nas artes e na Justiça. Assim, embora certas definições devam ser generalizadas vou precisar o que se entende por inovação, termo que pode ser compreendido como sendo uma mudança inconsciente nos modos de ser e ver o mundo e nas formas de desenvolver as atividades humanas; mas a inovação pode ocorrer de forma consciente e organizada com objetivos precisos e claros. No primeiro caso a inovação no campo da tecnologia pertence, conforme Eric Hobsbawm, ao “setor flexível, enquanto a organização social e a ideologia ou sistema de valores, ao setor inflexível.”⁶⁸ “Inflexível” porque as mudanças neste setor só ocorrem de forma muito lenta, o que por sua vez só pode ser observado e apreendido pelo historiador após uma análise intensa e profunda. Nisso reside toda uma dificuldade para se apreender as mudanças dos costumes baseados na moral e na ética.

Assim creio ser relevante compreender que a moral conforme explicitou com maestria Walter Benjamim “se refere às condutas individuais e recolhe as prescrições sociais, e a ética, esta metamoral cujo objeto é elaborar fundamentos das regras de conduta, construir uma teoria racional do bem e do mal, repousam em fundamentos materiais [...]”⁶⁹ Imperativos numa sociedade capitalista estes fundamentos justificam o arcabouço teórico da moral. Não obstante, convém salientar que a moral não se desprende da questão ética, sobretudo, na política. Além disso, no século XIX, a noção de moral associava-se aos preceitos religiosos, às noções de honestidade e honra, à decência e indecência e aos então denominados bons costumes, em outras palavras, ao aprimoramento das virtudes humanas e das boas relações sociais, as quais se pautavam pela obediência e submissão ao mando do dominante enquanto autoridade dentro do grupo político, familiar, econômico e jurídico.

Nessa perspectiva, é plausível afirmar que a moral conforme era preconizada servia de instrumento para a manutenção das relações paternalistas regidas pela dominação masculina e

⁶⁸ HOBBSWAM, Eric; RANGER, Terence, op., cit., p. 23.

⁶⁹ BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica: ensaio sobre a literatura e história cultural**. Trad. Sergio Paulo Rouanet. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2012, (Obras Escolhidas v. 1), p. 116.

pelo culto da domesticidade. Isso bloqueava a participação das mulheres na política e também limitava sua presença nos espaços sociais tradicionalmente masculinos.

A resistência à inovação nos padrões de comportamento social e nos costumes ocorria em função do apego à rotina, a autoridade, e aos bens móveis e imóveis. Para os homens perder ou ter que dividir a autoridade com uma mulher era ser humilhado publicamente, depunha contra sua honra e autoridade masculina. Assim, os homens mantinham as mulheres sob vigilância constante e a sua disposição através da submissão e da coação recorrendo, às vezes, à força física. Uma simples recusa delas dava origem aos distúrbios e crimes, os quais eram cometidos tanto no espaço público quanto no privado.

Certo dia chegou ao conhecimento da polícia do distrito de Campo Grande que A. F. S penetrou na casa de sua “mulher e atentou contra a vida de F. B.C. por discórdia entre eles. Arrombou a porta e lhe deu duas facadas, deixando-a mortalmente ferida.” O motivo conforme as testemunhas foi a recusa da vítima em se mudar daquela “Povoação”.⁷⁰ O marido achava-se no direito de impor sua vontade à mulher, mesmo que o casamento não tivesse sido sacramentado pela Igreja, que era a autoridade encarregada de formalizar as uniões.

Assim, vivendo relações conjugais não formalizadas conforme o padrão da igreja católica estas mulheres se viram na contingência de ter que provar para a sociedade que eram tão “honestas” quanto àquelas que contraíram um matrimônio pelas vias oficiais. Diante do exposto depreendem-se duas questões que permeavam constantemente o universo feminino nessa época: uma era a comprovação da virgindade para aquelas que foram estupradas pelo pai, padrasto, namorado, noivo, irmão, tio, patrão entre outros e ainda assim ansiavam por um casamento; e a outra questão era o problema de ser ou não uma mulher “honesta”. O certo é

⁷⁰ MTJMS; caixa 168; processo-crime 04; 1889; Miranda.

que as características biológicas e morais atribuídas às mulheres foram muito debatidas nos meios jurídicos, médicos, políticos e familiares no transcorrer do século XIX.

De acordo com a maioria dos juristas como José Viveiros de Castro a virgindade era fator determinante na comprovação dos crimes de defloramento e estupro. Bem como o exame pericial era condição *sine qua nom* para a constatação do dano e a identificação da tipologia criminal. Não bastava a vítima afirmar que tinha sido estuprada ou deflorada, o laudo pericial era imprescindível. O corpo de delito procedido em M. N. D com 14 anos realizou-se na Tipografia do periódico “O Iniciador”, instalado em Corumbá. Concluíram os *experts* em medicina e farmácia que “não existia mais membrana hímen; que o orifício da vagina estava bastante estreito, assim como todo o comprimento da mesma e que, portanto apontam que sim, houve defloramento; que ignoravam os meios empregados; não sabiam dizer se houve ou não cópula carnal; que não havia sinais de violência; que provado o dano avaliavam em um conto de réis.”⁷¹ Este era o valor da virgindade de M. N.D conforme os peritos. Alguns dias mais tarde, a irmã responsável pela vítima foi até o cartório e lavrou um Termo de Desistência abrindo mão de prosseguir com o processo-crime instaurado contra o suposto agressor J. R. As duas mulheres eram pobres, prestavam serviços domésticos e provavelmente foram pressionadas para desistir da ação judiciária. Depois de passar por um exame constrangedor, as mulheres violentadas tinham que aprender a conviver com o medo, a insegurança, a vergonha e as maledicências que as condenavam pelo ato. Não era incomum responsabilizar a própria menina ou a mulher pela violência sofrida.

Por um lado é preciso especificar qual a definição de virgindade e qual o sinal que provava a existência desta; por outro torna-se relevante conceituar estupro e defloramento. Começo, portanto, pela noção de estupro que na teoria evolucionária, tão em voga no século XIX, prescrevia que:

⁷¹ MTJMS; caixa 05; processo 06; 1881; Corumbá.

[...] o estupro pode ser concebido como uma forma de comportamento dentro da categoria comportamental geral do conflito sexual envolvendo machos, reduzindo a capacidade das fêmeas escolherem parceiros ou de otimizar a escolha dos parceiros.⁷²

Nesse sentido, o estupro restringe a escolha da fêmea através da cópula forçada. Mas é como instituição jurídica que o estupro e o defloramento serão analisados aqui. Assim, cabe lembrar que a instituição jurídica do defloramento já estava presente nas Ordenações Filipinas revalidada e confirmada por d. João IV, em 29 de janeiro de 1643⁷³, a qual especificava o crime como:

A conjunção carnal, sem violência, com mulher virgem (defloramento), era previsto pelas Ordenações sendo elemento constitutivo, além da virgindade, o ser mulher vítima menor de 17 anos, sendo, outrossim, porém, admitida a hipótese de ser a vítima, dado o requisito da idade, mulher viúva e honesta.⁷⁴

O Código Criminal do Império manteve as mesmas características da legislação portuguesa. Como resultado no Capítulo II – Dos crimes contra a segurança da honra os legisladores, deixaram de precisar o que de fato seria estupro e o que seria apenas defloramento. Destarte, o Código Criminal no subtítulo Estupro dispunha:

Art. 219. Deflorar mulher virgem menor de dezessete anos; art. 220. Si o que cometer o estupro tive em seu poder ou guarda a deflorada; art. 221. Si o estupro for cometido por parente em grau que não admita dispensa para casamento; art. 222. Ter copula carnal, por meio da violência ou ameaças, com qualquer mulher honesta; art. 223. Quando houver simples ofensa pessoal para fim libidinoso, causando dor ou algum mal corpóreo a alguma mulher, sem que se verifique a copula carnal; art. 224. Seduzir mulher honesta menor de dezessete anos e ter com ela copula carnal; art. 225. Não haverá as penas dos três artigos antecedentes os réus que casarem com as ofendidas.⁷⁵

⁷² THORNHILL, Randy; THORNHILL, Nancy W.; DIZIMO, Gerard A. A biologia do estupro. IN: TOMASELLI, Silvana; PORTER, Roy. **Estupro**. Trad. Alves Calado. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992, p. 117.

⁷³ PIERANGELLI, José Henrique. **Processo penal: evolução histórica e fontes legislativas**. São Paulo: Jalovi, 1983, p. 69.

⁷⁴ GUSMÃO, Chrysolito. **Dos crimes sexuais: estupro, atentado violento ao pudor, sedução e corrupção de menores**. 6. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001, pp. 215- 216.

⁷⁵ BRASIL. Código Criminal do Império do Brasil. FILQUEIRAS JUNIOR, Araújo. 2. ed. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1876, pp. 241-245.

Assim, percebo que a imprecisão nos dispositivos do Código Criminal deixava brechas à manipulação das provas e testemunhos, consequentemente, favorecendo os réus, em especial aqueles que pertenciam a classe dominante. Mas, também eram favorecidos os apaniguados dos “mandões” políticos e os protegidos dos proprietários rurais.

Também não era inusitado promotores públicos, juízes e advogados realçar as características sexuais da vítima para valorizar suas argumentações na defesa dos réus nos crimes de defloração e estupro. Através de representações apelativas os defensores dos réus criavam imagens distorcidas da vítima insinuando que a mesma provocara o agressor a agir. O réu de culpado era liberado e a vítima saía desacreditada, envergonhada e desonrada. Deixava de ser uma mulher “honesta” conforme o costume da sociedade patriarcal. Estes *experts* da Justiça também recorriam a citações elucidativas sobre a anatomia feminina para desqualificar a vítima. Essa artimanha era apenas mais uma das “convenções utilizadas para descrever o indivíduo e construir argumentos, cuja irrefutabilidade era o objetivo básico de todos os peritos”⁷⁶, independente de ser um *expert* da área jurídica ou um *expert* em medicina legal.

Fato é que as decisões dos juízes pautadas no exame de corpo de delito e nos testemunhos nas tipologias de defloração e estupro tanto contribuíram para desconstruir estereótipos femininos como também para acentuá-los. Assim, a identidade sexual e social da mulher a partir de um saber jurídico e médico moldavam-se para atender a um sistema de dominação familiar e social.⁷⁷

No Código Criminal de 1830, a noção de honra moral aparece como parte essencial à formação da virtude pessoal. Já a noção de virgindade, largamente discutida por médicos, jurisconsultos e leigos, era conforme Francisco José Viveiros de Castro “o estado de uma

⁷⁶HARRIS, Ruth. **Assassinato e loucura: medicina, leis e sociedade no fim de siècle**. Trad. Talita M. Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p. 161.

⁷⁷SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, p.333.

pessoa inocente, que tem o coração puro e não conhece os prazeres sexuais da voluptuosidade.”⁷⁸ Mas na interpretação do senso comum, a mulher virgem podia “ser aquela que ainda não tinha praticado o coito, cujos órgãos sexuais, pois, estavam intactos [...]”.⁷⁹

Virgindade sexual como sinônimo de honra não era apenas fruto dos ideais femininos, era parte do que se esperava dos comportamentos das mulheres. Mas o preconceito se estendia a todos os espaços sociais, até mesmo certas atividades femininas eram consideradas por alguns juristas como imorais, enquanto que para elas não passava de uma forma de sobrevivência. A ambiguidade dos termos também colocava em cheque a questão da comprovação médica da virgindade, pois a ruptura do hímen, característica física primordial de virgindade era falível. O impasse sobre essa questão tão íntima e cabulosa para elas adentrou o século XX. Afinal discutiam sobre as intimidades femininas, o que lhes causava constrangimentos. Para Viveiros de Castro a virgindade era uma responsabilidade feminina, tanto das mães quanto da própria mulher:

A moça de 17 anos sabe perfeitamente que para casar-se é necessário estar virgem, que a sociedade acolhe com respeito as mulheres honestas e repele as prostitutas, avalia portanto as consequências da falta, defende-se e acautela-se, amparada pela vigilância da família.⁸⁰

Esperava-se que as mães orientassem suas filhas conforme as regras de conduta estabelecidas por um código moral referendado pelos costumes e valores sociais. Entretanto, havia quem postulasse que era da responsabilidade da mulher resguardar sua honra moral e sexual optando pelo pudor, enquanto outros atribuíam aos pais e maridos a tarefa de vigiar esposas e filhas para não denegrir a honra familiar. Destarte, percebo que no século XIX havia uma ansiedade social para tornar iguais os direitos e obrigações de todos os sujeitos de

⁷⁸ CASTRO, Francisco José Viveiros de. **Dos delitos contra a honra da mulher**. 4. ed. São Paulo: Freitas Bastos, 1942, p. 115.

⁷⁹ GUSMÃO, 2001, p. 221.

⁸⁰ CASTRO, 1942, p. 115.

direito no tocante à preservação da honra moral e sexual femininas, as quais permaneceram como critério seletivo à realização de matrimônios, em especial para as mulheres da classe dominante.

Para além da questão sexual é preciso considerar que as influências de costumes patriarcais impediam que ocorressem mudanças mais profundas nos comportamentos sociais de homens e mulheres. Acusar a mulher, vítima da violência sexual, de ter incitado o suposto agressor ao cometimento do crime era prática usual quando se queria livrar o criminoso de uma sentença. Em virtude deste tipo de preconceito a mulher se tornava vítima do criminoso e do Estado, não havia, portanto, defesa para os ataques dirigidos contra sua virtude e honra e o descaso oficial. Entretanto, é conveniente observar que algumas mulheres provocavam e seduziam os homens para depois chantageá-los, o que, em muitos casos, terminou em crime. Assim, creio ser importante salientar que a tipificação do crime sexual dependia invariavelmente da prova biológica da ruptura ou não do hímen e da perda ou não da virgindade. Estes critérios como assinalou Boris Fausto “impõem a avaliação da identidade social da vítima e do acusado, da credibilidade dos meios empregados,”⁸¹ e do que seria ser uma mulher honesta ou não honesta. Deve-se considerar que o estupro é uma violência física e moral, que atinge a mulher no corpo, na alma e nas virtudes. Também convém salientar que a noção de mulher honesta era colocada, normalmente, pela jurisprudência e pela literatura do século XIX em oposição ao termo prostituta. Analisando o assunto, Viveiros de Castro questionou de forma bastante arguta: “Qual o critério para a discriminação prática entre esses dois atributos extremos da conduta da mulher, a qual pode não ser honesta, pode desviar-se de seus deveres sem ser propriamente uma prostituta.”⁸² E ele mesmo se encarregou de contra argumentar:

⁸¹ FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 186.

⁸² CASTRO, 1949, p. 65.

“Entre a mulher de conduta ilibada, de moralidade irrepreensível e aquela que faz comércio público do corpo, há um abismo, um meio termo que a lei não alcança, ou então confunde deploravelmente com a presunção legal de honestidade.”⁸³

A questão também se evidencia nos processos criminais como parte das relações de poder entre os envolvidos com a criminalidade e a Justiça. Sabe-se que teria maior credibilidade diante da Justiça os depoimentos daquelas mulheres consideradas honestas. E, por honesta a sociedade entendia ser uma mulher “ingênua e transparente; seus pensamentos e atos eram totalmente previsíveis. Ela, por exemplo, nunca iria manter relações sexuais extraconjugais, a menos que fosse forçada ou ludibriada.”⁸⁴ Assim, percebo que a manutenção da honra moral e sexual era um fardo para homens e mulheres, pois como “produto de um trabalho social, de dominação e inculcação”⁸⁵, componente essencial da identidade social, a questão da honra moral e sexual aprisionava ambos os sexos nas representações dominantes de virilidade para os homens e a virtuosidade para as mulheres. Tais representações subsidiaram as práticas cotidianas para homens e mulheres quando envolvidos em conflitos de ordem moral e judicial.

Independentemente de serem ricas ou pobres, as mulheres, vítimas de defloração ou estupro, acabavam sendo agentes passivas ante a violência perpetrada pelos réus. A reação à agressão podia levar até à morte. A força física masculina sobrepujava as defesas femininas. E após o ocorrido, poucas mulheres se sentiam seguras para denunciar o crime na polícia. O fator determinante para o silêncio feminino era o medo de sofrer uma agressão ainda mais violenta, mas também ficavam temerosas pela reação popular que poderia partir para um linchamento em praça pública. Fato é que as mulheres violentadas carregavam o estigma da

⁸³ Ibid., p. 66.

⁸⁴ CAUFIELD, 2005, p. 77.

⁸⁵ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**; trad. Maria Helena Kuhner. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 63.

impureza e da barbárie. Com isso os sonhos de um casamento dentro dos padrões normais se desfaziam.

Entretanto ao abrir o foco da análise documental encontramos caso de estupro em que a mulher se dispôs a mentir na Justiça com o intuito de obrigar o suposto réu a se casar. Esta prerrogativa matrimonial constava no Código Criminal no art. 228 com o seguinte texto: “Seguindo-se o casamento em qualquer destes casos, não terão lugar as penas.”⁸⁶ Ou seja, dependia invariavelmente da decisão do réu casar ou não.

A jovem A. M. namorava o professor contratado pela mãe para ensinar-lhe as letras. Depois de algum tempo a mãe o denunciou pelo estupro da filha. Como rotina, o juiz solicitou o exame de corpo de delito, que deveria ser realizado mediante a presença de uma parteira. A convocação desta profissional não era incomum nos exames de corpo de delito nos crimes de defloração e estupro. Após os procedimentos periciais o *expert* em medicina legal e parteira constataram que:

[...] encontraram o canal vaginal completamente dilatado sem o menor sinal de inflamação; a membrana hímen rota e cicatrizado os seus retalhos, segundo informação da examinada o fato verificou-se em fevereiro, havendo depois disto cópulas repetidas, o que explica a dilatação da vagina e que, portanto, respondem ao 1º que sim, houve cópula; e 2º que foi através do membro viril; [...]⁸⁷

O exame de corpo de delito comprovou que a jovem não era mais virgem e mantinha relações sexuais há meses. A mãe ao perceber o problema denunciou o namorado, com essa atitude tentava forçar o jovem a assumir um compromisso oficial. As mães viúvas e responsáveis pelas filhas acreditavam que assim resolveriam a situação, porquanto para elas era preferível ter uma filha mal casada do ser classificada como uma mulher desonesta. A desaprovação social pela perda da virgindade estigmatizava a mulher, obrigando-a a buscar

⁸⁶ BRASIL. Código Criminal do Império. FILQUEIRAS JUNIO, Araújo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1876, p. 247.

⁸⁷ MTJMS, cx. 153, proc. 09 – 1894 – Comarca de Corumbá.

por uma solução ainda mais constrangedora como a prostituição. De tal modo que, muitas mulheres se tornavam prostitutas, uma vez que rejeitadas e abandonadas por namorados, companheiros, mas, sobretudo, pela família, a solução para sobreviver era prostituir-se.

O Código Criminal do Império não oferecia punição justa no caso de estupro de prostitutas. A pena máxima para o crime de estupro e defloramento previsto no artigo 222 era de doze anos de prisão e dotar a ofendida. Mas no caso da vítima ser uma prostituta a pena era reduzida para dois anos de prisão. Isto se a vítima conseguisse comprovar o dano sofrido⁸⁸, o que era raro. Mormente porque para a grande maioria de homens e mulheres no século XIX, a prostituta era aquela “que fazia comércio do seu corpo, recebendo homens que a pagam, não tem sentimento de honra e de dignidade.”⁸⁹ E, não eram poucas as mulheres que viviam na condição de se prostituir, algumas por ter perdido a honra, seduzidas pelas promessas de casamento, outras por necessidades econômicas, e não raro muitas outras condições se somavam para levá-las a condição social de prostitutas. Enveredaram por esse caminho as mulheres abandonadas por noivos, maridos, companheiros e amásios, desconheciam os perigos da escolha. Também havia aquelas que para fugir da violência cotidiana praticada pelos companheiros, pais e irmão, preferiram se refugiar na prostituição. Assim, o prostituir-se “pode representar uma escolha, na medida em que, em termos econômicos, sexuais e emocionais, o exercício da prostituição poderia viabilizar para a mulher a vivência de uma condição autônoma e independente.”⁹⁰

A prostituição enquanto atividade marginal era vista pela sociedade no século XIX como ato pecaminoso saturado de imoralidades e desvios sexuais, uma depravação dos costumes. Além das ruas, bares e no porto, a prostituição também ocorria nos ambiente onde viviam as mulheres rejeitadas, adúlteras, pobres rotuladas, meretrizes, enfim a prostituta era

⁸⁸ BRASIL. Código Criminal do Império do Brasil. FILQUEIRAS JUNIO, Araújo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1876, pp. 244.

⁸⁹ CASTRO, 1942, p. 126.

⁹⁰ ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 26.

uma desviante, errante sem futuro, marginalizada e excluída da “boa sociedade”. Se a prostituta era um ser abjeto, a prostituição era um problema social mais profundo do que indicava a superficialidade das relações sexuais. Ademais, a prostituição, no século XIX, enquanto relação social desempenhava uma “função agregativa, lugar onde se refaz as solidariedades subterrâneas fundamentais. [...] instaura formas coletivas e diferenciadas de circulação dos fluxos desejantes.”⁹¹ Nos estudos sobre a temática Margareth Rago observou que:

[...] a prostituição preenchia ainda um papel civilizador na sociedade, porque aí se realizava a iniciação sexual dos rapazes, rito de passagem para sua abertura à alteridade. Alternativa para a preservação da virgindade das moças e da castidade das esposas, como se argumentava, a prostituição era parcial e ambigualmente aceita, como lugar onde os jovens poderiam saciar os impulsos ardentes de uma fase de sua vida, para depois assentarem-se e permanecerem casados.⁹²

As experiências comuns do cotidiano geraram laços de solidariedade entre as prostitutas, o que as levou a formação de grupos comunitários.⁹³ Essa relação comunitária se baseava em diversos fundamentos afetivos, emocionais e tradicionais e se caracterizava pela antinomia: “comunidade sexual duradoura.”⁹⁴ Consideradas como as legítimas representantes da ruptura das normas morais, elas não deveriam permanecer incólumes diante das mudanças expressas pelo projeto da ordem, assim essas relações cambiantes contribuíram para transformar as formas de poder experimentadas por homens e mulheres com os representantes do Estado, que empreendiam diversas modalidades de estratégias para mantê-las sob constante vigilância e controle. Contra as prostitutas, no século XIX, o Estado e a sociedade

⁹¹ RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1880-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 24.

⁹² Ibid, p. 168.

⁹³ WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: UnB, 2009, p. 25.

⁹⁴ Ibid, p. 243.

desencadearam campanhas higienistas, ações profiláticas, medidas saneadoras e coercitivas e muitos discursos moralizantes.

Esta constatação evidencia, entre outros aspectos, que enquanto algumas mulheres conquistavam o acesso a determinados direitos e ao mercado de trabalho, já na metade do século XIX, outras não conseguiam romper com o culto de domesticidade e a dominação fundadas em costumes arraigados secularmente. Tal situação mostra que a inculcação dos princípios da dominação masculina, que se fundavam na preservação da honra moral, virgindade, fidelidade e castidade femininas atravessaram o tempo, e influenciaram na construção de modelos de comportamento para as mulheres de todas as idades, classe social, etnia e crença religiosa. Evidentemente que os discursos pela manutenção da honra sexual feminina e masculina justificavam também o culto da domesticidade e a dominação masculina. Muitas vozes masculinas e femininas defendiam a preservação da honra feminina no combate contra a prostituição, as uniões extraconjugais e os crimes de estupro e defloração.

Os documentos mostram que muitas mulheres violentadas declinaram de prosseguir com os processos-crime contra os supostos criminosos. Os motivos podiam variar, mas entre outros aparecem o medo, a falta de recursos financeiros para dar continuidade à demanda, além da pressão exercida, na maioria das vezes, pelo suposto réu e seus familiares. A condição econômica do réu e da vítima era sempre um aspecto importante no julgamento de estupro ou defloração:

Pois a fortuna do réu ou a sua posição social devem também ser ponderadas, pois é principalmente contra as pessoas ricas e importantes que se armam os laços da especulação e da chantagem, com o fim de provocar o escândalo para extorquir-lhes dinheiro, para negociar a desistência da queixa.⁹⁵

⁹⁵ CASTRO, 1942, p. 91.

Mas o réu também podia usar de seu poder econômico para amedrontar uma vítima pobre, órfã e sem recursos financeiros. Além disso, podia oferecer algum “bônus” em troca de um termo de desistência ou perdão. O Código Criminal de 1830, em seu art. 66 dispunha que: “O perdão ou minoração das penas impostas aos réus com que os agraciara o poder moderador, não os eximirá da obrigação de satisfazer o mal causado em toda sua plenitude.” Entendo que o poder moderador tinha como dentre suas prerrogativas a de agraciar um criminoso com o termo de perdão. No entanto as pessoas comuns também podiam recorrer a esta figura jurídica se assim o quisessem. No caso de ser o criminoso um escravo somente o Imperador poderia agraciá-lo com o perdão.

O Termo de Perdão, de Acomodação e o de Desistência foram instrumentos legais utilizados em processos judiciais em que aparecem as mulheres como vítimas ou como réus, protagonistas da violência. O perdão era reconhecido até nos casos de ofendidas miseráveis na época do Império⁹⁶, não se estabelecendo como um privilégio utilizado apenas pelo monarca ou por elementos da classe dominante. O uso recorrente a este mecanismo jurídico especialmente nos processos-crime de estupro e defloramento mostra que a dominação masculina e o culto de domesticidade eram incutidos no comportamento femininos através das práticas judiciais.

Certamente havia outras formas de pressionar a vítima para desistir de um processo-crime na Justiça. Nos crimes de estupro e defloramento era razoavelmente fácil ao transgressor intimidar uma mulher pobre, solteira, e responsável por uma menor para não ser denunciado na polícia ou na justiça. Bastava dizer que a menor já não era mais virgem quando se deu o delito⁹⁷, ou que a mesma provocou o réu, incitando-o a praticar o defloramento ou o estupro.

Em tais circunstâncias, o recurso extremo aparecia como única alternativa numa sociedade que via a agressão sexual como própria ao homem, ao

⁹⁶ ESTEVES, 1989, p. 89.

⁹⁷ MTJMS; caixa 149; processo 06; 1883; Corumbá.

mesmo tempo em que desconfiava da mulher que se deixava possuir pela força. Violentada a mulher, o seu processo de estigmatização é irreversível. Nesse âmbito em que a resistência da vítima é a única prova da existência da violência, explica-se a posição assumida por algumas das mulheres injuriadas ante a atitude de seus perseguidores.⁹⁸

Convém ressaltar que casos de defloração e estupro aparecem muito pouco na história do crime e do sexo, sobretudo, na historiografia tradicional. Também é preciso lembrar que este tipo de crime sempre é uma prerrogativa totalmente masculina, cujo ato domina e subordina completamente a mulher à vontade do homem. Marcado por uma ideologia patriarcal a violência deste tipo é mais do que sexual, ela é uma luta pelo poder absoluto sobre o outro. Mas estas são questões que precisam ser aprofundadas, pois tanto as lutas entre judiciário e a medicina pela delimitação de espaços e pela legitimidade de poder quanto o alcoolismo, a virgindade e a prostituição ainda estão lá nos processos criminais esperando pelo pesquisador. Vestígios de um passado que sobrevive no presente. Problemáticas que suscitam elaborações teóricas e pesquisas científicas.

3.3. TEORIAS E PRÁTICAS: DITOS E CONTRADITOS

Convém ressaltar que os processos-crimes e os inventários *post-mortem* envolvendo as mulheres se constituíram em fontes privilegiadas para analisar a criminalidade enquanto constructo social formalizado pela legislação. Em princípio, a origem de qualquer processo-crime está na quebra da norma legal, que é produzida por um indivíduo constituído de direitos. Os códigos são compostos de artigos que estabelecem quais atos são considerados crimes. A violação de um dos artigos do código é passível de penas e punição, e significa o rompimento do contrato social estabelecido entre os cidadãos e a sociedade. No século XIX, romper esse contrato se configurava como um dano social, um crime, elemento da desordem,

⁹⁸ SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. IN: Priore, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2009, p. 393.

que abalava as estruturas jurídica, econômica e política. Visando a manutenção da ordem social, política e econômica, as sociedades modernas renovaram e ampliaram as regras morais e legais. De acordo com Edward Palmer Thompson:

[...] as regras e categorias jurídicas penetram em todos os níveis da sociedade, efetuam definições verticais e horizontais e status dos homens e contribuem para a auto definição ou senso de identidade dos homens. Como tal, a lei não foi apenas imposta de cima sobre os homens; tem sido um meio onde outros conflitos sociais tem se travado.⁹⁹

Isso significa que a lei não deve ser apenas uma ideologia que visa reconciliar os “interesses de todos os graus de homem”¹⁰⁰, pois assim estaria fadada a penalizar os mais fracos. Enquanto artefato institucional e cultural a lei deve ser preservada e manter um mínimo de lógica relativa associada às normas sociais. É, portanto a partir da coerência legal que os processos criminais e inventários são produzidos. Os inventários *post-mortem* são documentos oficiais produzidos em circunstâncias diferentes dos processos criminais, embora sejam tão importantes quanto, já que permitem demonstrar o padrão de vida e de riqueza das mulheres enleadas com os tramites processuais. Por princípio a lei deveria se aplicada com o mesmo rigor para todos os homens vivendo em determinada sociedade. No entanto, no Brasil escravista a condição social, a cor da pele e o sexo dos envolvidos com o crime e a criminalidade determinaram muitas sentenças judiciais. Até mesmo os presidentes da província vez por outra questionavam os parâmetros empregados pela Justiça para determinar as penas aos criminosos no sul de Mato Grosso.

A crítica dos criminalistas aos padrões morais da população ganhou novos elementos a partir dos debates suscitados pelas ideias teórico-sociais paternalistas sobre o embranquecimento da população brasileira. Não era apenas uma preocupação de teor moral. No cerne da questão estava a hereditariedade genética, e consequentemente o problema da

⁹⁹ THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra**. Trad. Denise Bottmann. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 358.

¹⁰⁰ Ibid., p. 356.

degenerescência da raça considerada superior: a raça branca. Fundamentando-se, portanto, no darwinismo social que estava “associado desde o início a uma defesa da sociedade capitalistas, a uma apologia do *laissez-faire* econômico e social”¹⁰¹, muitos *experts* da Justiça acreditavam que uma hierarquização dentro da sociedade manteriam estáveis os padrões da ordem social e econômica, assegurando assim a mudança do racismo científico para o racismo mercantil, que sustentava financeiramente as inovações produzidas pelo imperialismo e pelo racismo evolucionista.¹⁰² Concorria para viabilizar esse processo as atitudes políticas, jurídicas e paternalistas de cerceamento da liberdade das minorias sociais: as mulheres, os pobres livres, os escravos libertos, os indígenas e os imigrantes. Além de miseráveis, vagabundos, alcoólatras, prostitutas, loucos, enfim os grupos minoritários totalmente excluídos do processo produtivo. A ideia era disciplinar os indivíduos, mas também o espaço socialmente construído e reconstruído constantemente pelas relações sociais vividas pelas diversas raças ou etnias.

Para os mais radicais, a miscigenação que se processou desde os primeiros séculos de colonização criou uma raça inferior em terras brasileiras, o que implicava numa série de mudanças para embranquecer o povo brasileiro. A questão do processo miscigenatório foi ponto fulcral nos debates do século XIX, no mundo e no Brasil, criam que a cor da pele era determinante para definir certas características biológicas, psicológicas, morais e sociais de homens e mulheres. Entretanto, a difusão desta crença não foi o bastante para impedir que o processo de miscigenação continuasse a se adolecer em terras brasileiras.

Após 1860 a classe política se viu enleada com dilemas de ordem política, econômico, militar e social. No conjunto das preocupações apareciam uma possível guerra com o Paraguai, a demarcação das fronteiras, a reformulação dos Códigos e leis, mas, sobretudo, o problema da abolição dos escravos e o embranquecimento da população, pois a grande

¹⁰¹ BLANC, Marcel. **Os herdeiros de Darwin**. Trad. Mariclara Barros. São Paulo: Pagina Aberta, 1994, p.182.

¹⁰² McCLINTOCK, Anne. **Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Trad. Plinio Dentzien. São Paulo: Unicamp, 2010, p. 63.

maioria ou era descendente de africanos ou de indígenas e no contato com o português formou-se uma nova “raça”. Essa questão racial ou étnica ocupou as mentes dos intelectuais, políticos e jurídicos, mas também da população. Convém lembrar que diante das novas teorias e descobertas científicas os *experts* de todas as áreas do conhecimento passaram então a questionar as noções de raça, civilização e progresso. Todas estavam visceralmente imbricadas ao projeto de construção da nação e ao processo miscigenatório. Nessa fase a expressão utilizada pela historiografia, literatura jurídica e documentos oficiais era raça e não etnia. O termo raça era, então, empregado para especificar características exteriores herdadas e transmitidas pela hereditariedade. A noção de etnia surgiu mais tarde, justamente porque a noção de raça não contemplava os aspectos culturais e sociais. Atualmente a maioria dos teóricos concorda que as noções de etnia e raça se interpenetram. Assim, a noção de etnia “combina aspectos biológicos e culturais. Ela é simultaneamente comunidade de sangue, de cultura e de língua.”¹⁰³

Diante do exposto, é viável dizer que no Brasil a miscigenação reforçou os sistemas adaptativos, associativos e ideológicos¹⁰⁴ de todas as etnias num único, porém múltiplo, caldo cultural, embora nem todos vissem este processo miscigenatório de forma positiva. A mistura étnica levaria, na concepção de muitos cientistas, à deterioração e à degenerescência das etnias superiores, portanto, aconselhavam os especialistas adeptos dessas ideias que os casamentos se mantivessem dentro de uma mesma etnia. Agindo dessa forma acreditavam estar preservando as mais importantes características biológicas herdadas dos antepassados europeus. A mistura das três raças, branca, negra e indígena, na visão de muitos, só poderia redundar em criaturas desprovidas de capacidades intelectuais, em degenerescência da raça superior, naturalmente a raça branca. E não apenas aqueles que possuíam a cor da pele

¹⁰³ POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENAR, Jocelyne. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: Unesp, 2011, p. 43.

¹⁰⁴ RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório: etapas da evolução sociocultural**. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 43.

diferente sofreram com os preconceitos raciais, as mulheres pobres foram vítimas dessas atitudes, sobretudo porque era muito comum associa-la ao culto da domesticidade. Assim, mulher afrodescendente, por exemplo, servia perfeitamente para ser uma serviçal, mas nunca uma dama da sociedade.

Também era natural os cientistas, médicos, juristas, entre outros, classificarem os indivíduos com desvios de comportamento e/ou alguma deficiência física como seres inferiores. A isso atribuíam a hereditariedade dos caracteres biológicos, ou herança genética, que foi amplamente debatida nos meios científicos e fundamentou as segregações e as exclusões do convívio social daqueles que apresentavam distúrbios neurológicos, psicológicos e comportamentais¹⁰⁵, sendo homem ou mulher.

Os discursos que justificavam tais atitudes apelavam para a importância do processo de seletividade nas escolhas sexuais, baseavam-se na teoria da seleção das espécies proposta pelo darwinismo, ou seja, “sob ação da seleção natural, as variantes hereditárias tornavam-se mais frequentes em determinadas populações, que representavam variedades ou raças de uma espécie superior.”¹⁰⁶ Portanto, a valorização dos melhores exemplares humanos, no entender de muitos a raça mais inteligente e capaz de conduzir o homem à evolução biológica, que segundo Darwin e, antes dele, Lamarck entendida como a mudança “do processo de uma espécie a outro, por descendência”¹⁰⁷, produziria uma extraordinária raça humana.

Com a ênfase dada ao darwinismo social por Herbert Spencer, alguns cientistas passaram a associar ao aperfeiçoamento das raças às ideologias eugenistas e racistas. Assim, na interpretação do evolucionista era natural que no processo de seleção natural os mais fracos, os inaptos e os inferiores em qualquer aspecto seriam facilmente eliminados pelos mais fortes, mais aptos e superiores, o que, conseqüentemente, fez supor que cada um obtinha sucesso social de acordo com a raça a que pertencia no momento das disputas. Nesse contexto

¹⁰⁵ BLANC, 1994, p. 78-83.

¹⁰⁶ Ibid., p. 81.

¹⁰⁷ Ibid., p. 82.

tornou-se inapropriado a manutenção de relações entre pessoas de raças diferentes, sobretudo as relações sexuais que poderiam gerar seres biológicos e psicologicamente inferiores.

Também no campo da Justiça, a questão da hereditariedade dos caracteres raciais patrocinou sucessivas discussões, pois alguns *experts* da medicina e da Justiça os relacionavam ao comportamento do criminoso e ao crime. Isto se tornou mais intenso a partir do surgimento da teoria de Cesare Lombroso, como já o dissemos, e das inovações colocadas pela Escola do Direito Positivo. Vários juristas adeptos da teoria lombrosiana argumentavam que crime e criminoso eram parte de um processo natural desencadeado pelos traços hereditários¹⁰⁸, enquanto outros afirmavam que as influências do meio ambiente eram muito mais decisivas sobre o comportamento de homens e mulheres. O debate se tornou mais virulento à medida que novas técnicas e tecnologias eram colocadas à disposição do aparelho de polícia e de justiça na “caça”, identificação e punição dos supostos criminosos, vagabundos, vadios e prostitutas.

Os intelectuais, políticos, juristas e médicos recorriam as teorias científicas como o darwinismo ou divulgadas pela antropologia criminal e pelo positivismo para justificar a adoção de mecanismos disciplinares dos comportamentos sociais com o objetivo de controlar a mão de obra urbana. Essas teorias contribuíram para tornar as sociedades mais classistas e sexistas, dividindo e separando os homens em grupos sociais de acordo com a cor da pele, o sexo e as condições econômicas. Todo tipo de discurso desse período voltado para o progresso trazia no seu conteúdo a seletividade e a retórica da superioridade de determinada raça em detrimento de outras. Dissimulavam-no certo verniz de cientificidade. Deste modo, num país escravocrata foi providencial a assimilação destas tendências teóricas, pois

¹⁰⁸ DARMON, Pierre. **Médicos e assassinos na Belle Époque: a medicalização do crime**. Trad. Regina G. de Agostino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 18-25.

Estigmatizar alguns grupos, nessa época, vinha ao encontro da popularização dessas novas teorias científicas sobre o crime, que tentavam definir e influenciar as questões legais que tratavam de criminosos e da criminalidade. Essas teorias arquitetavam a definição de identidades sociais específicas que justificasse de certa forma, a teorização e que servissem como pontos de suporte para sua ação como agente de transformação social.¹⁰⁹

Com a ampliação do conhecimento científico, a ideia de raça, no que dizia respeito à origem do espécime *homo sapiens*, levou a complexos desdobramentos de interpretação de ordem moral e ética no mundo todo. As sociedades hierarquizavam seus membros em função da cor da pele e da condição de vida. Assim o homem “branco” era superior ao “negro” e ao “amarelo”, o que acentuou as desigualdades sociais marcando as diferenças entre os sexos, as raças e as classes sociais. Na fase de expansão das forças produtivas do capitalismo estes fatores contribuíram para que a classe dominante aumentasse ainda mais seu poder de mando e de decisão sobre o destino dos indivíduos, das sociedades e das nações. Todo o arcabouço teórico produzido por essas questões emblemáticas transpareciam nos processo criminais.

O caso da escrava Joana mostra como a Justiça e os *experts* em medicina legal agiam com preconceito e leniência quando se tratava de apurar os indícios de castigos praticados pelos senhores contra suas escravas. A denúncia partiu do promotor público que encaminhou o pedido do exame de corpo de delito ao juiz. Os *experts* em medicina legal examinaram a vítima e constataram que “não encontraram nenhuma cicatriz ou sinal de castigos corporais recentes na paciente”. Após este laudo, o juiz julgou improcedente a denúncia em virtude da declaração dos peritos.¹¹⁰ Uma escrava era uma coisa, não era nem mesmo um ser humano inferior conforme apregoava a teoria das raças. Mas, fica evidente que as mulheres cativas ou libertas no século XIX não foram agentes passivas diante do sistema de dominação e discriminação social imposto pelo escravismo no Brasil. Elas buscaram socorro junto àqueles que detinham algum tipo de poder como fez Joana. Também recorreram às diversas

¹⁰⁹ CANCELLI, Elizabeth. **A cultura do crime e da lei: 1889-1930**. Brasília: UnB, 2001, p. 150.

¹¹⁰ MTJMS; caixa 116; processo-crime 20; 1886; Miranda.

estratégias femininas visando não apenas à sobrevivência, mas também à conquista da liberdade de fato e de Direito.

A participação das mulheres negras no processo de miscigenação e produção social do trabalho era bastante heterogêneo devido a diversidade de grupos trazidos de diferentes partes da África. Nessa trama social, a figura feminina da mulher negra aparece em diversos níveis das relações sociais ora como mediadora entre culturas, costumes e tradições ora como consumidora de outras culturas, sobretudo, da cultura ocidental e da indígena. Sabemos que as mulheres brancas com escravos ou escravas cuja posse fora adquirida por meio de favores, doações ou pequena parcela de uma herança, sobreviviam das rendas obtidas pelo comércio ambulante realizado pelo escravo de ganho, homem ou mulher. Buscando a sobrevivência, estas mulheres, geralmente senhoras empobrecidas, alugavam suas escravas a outros e até as transformavam em prostitutas.

Observei que, no sul de Mato Grosso os crimes praticados por escravos ou índios eram tratados de forma diferenciada, não só porque havia leis específicas para essas categorias sociais, mas porque a sociedade pressionava os *experts* do judiciário para impor limites rígidos ao que cruzavam as fronteiras da ordem como acontecia com aqueles que cometiam crimes por excesso de bebidas alcoólicas. Este era outro agravante nos crimes envolvendo mulheres e homens no sul de Mato Grosso. O que para alguns era uma forma de lazer, para outros era uma maneira de se tornar um eventual prisioneiro do sistema policial. Todos aqueles que abusavam das bebidas alcoólicas, ou soçobravam sem rumo pelas vilas e cidades, eram impelidos a agir às margens da sociedade. As maiores vítimas do álcool, além do próprio alcóolatra, eram os membros da família. As mulheres eram espancadas juntamente com os filhos.

Muitos viajantes europeus que percorreram as terras mato-grossenses observaram que mesmo entre os indígenas existia o hábito do consumo do álcool. Nas cidades e vilas o

problema ganhava contornos de total descontrole do hábito tanto entre os homens quanto entre as mulheres que frequentavam os “bolichos” e o porto de Corumbá. De passagem por Corumbá certo brasileiro observou que:

As nossas excursões prolongam-se até ao cair da noite, hora em que recolhemos a bordo para jantar e nos arranjar para o baile. Porque há baile quase todas as noites na Bahia-Negra, - um baile original, em pleno calor e sob a carga dos mosquitos, - mas que importa? Com o auxilio da aguardente, do mate e dos longos charutos paraguaios, diabos o levem quem sentir calor e mosquitos. Caçadores de garças e lenhadores, funcionários e oficiais formam uns trinta dançadores de rostos pálidos e barbas invasoras, semelhantes sob todos os aspectos aos soldados de Lopez que eu me recordo de ter visto outrora em estampas da guerra. As dançadeiras, - de onde vêm elas? – pobres flores estioladas pelas privações do clima, agrupam-se a um canto, indiferentes e mudas, exclusivamente ocupadas em se abanar. Mas logo que as guitarras preludiam, toda essa gente, a despeito da tristeza ambiente, começa a mexer-se segundo o compasso. Dança-se até a meia noite, uma hora da manhã, conforme as doses de aguardente ingerida, - e talvez na embriaguez final alguns desses desgraçados consigam, por duas ou três horas, escapar ao irremediável tédio de uma existência confinada para sempre entre as duas imensidades transbordantes do rio e da floresta [...]¹¹¹

As festas associadas às danças e bebidas não raro terminavam em confusão, atritos pessoais, e crimes. A embriaguez aparece como motivo na maioria dos casos nas desavenças e homicídios, seguida de rixas amorosas, ciúmes e insultos. P. P. alegou na Justiça estar embriagado no momento em que esfaqueou a antiga amásia.¹¹² A. F. C. também declarou estar embriagada quando resolveu roubar algumas coisas de A. S. P.¹¹³ A vítima F. O. se viu envolvido em um processo-crime porque decidiu parar para comprar várias coisas na casa de negócios de P. M e foi agredido por um desconhecido embriagado.¹¹⁴ V. P estava “muito embriagado quando disparou um revolver contra P.B. pessoa que apenas conhecia de vista”¹¹⁵, foi o que alegou em sua defesa no *habeas corpus* remetido ao juiz. São vários os processos criminais em que o alcoolismo justificava os atos de violência. Mas o excesso do

¹¹¹ ORLÉANS-BRAGANÇA, D. Luiz de. **Sob o cruzeiro do sul**. Montreaux: Societé de L Imp. & Lith. De Montreaux, 1913, pp. 356-357.

¹¹² MTJMS, caixa 149; processo-crime 15; 1882; Corumbá.

¹¹³ MTJMS; caixa 151; processo-crime 01; 1886; Corumbá.

¹¹⁴ MTJMS; caixa 152; processo-crime 08; 1889; Corumbá.

¹¹⁵ MTJMS; caixa 146; processo-crime 16; 1877; Corumbá.

álcool também fundamentava a construção de representações dos papéis femininos e masculinos. O problema do alcoolismo motivador de anormalidade comportamental incidia sobre a teoria da degenerescência, que

[...] oferecia um modelo infinitamente flexível usado eventualmente como um meio para reforçar a condenação judicial com um quadro psicobiológico de amoralidade e periculosidade, ou como uma forma de promover a clemência demonstrando as gigantescas pressões hereditárias e sociais contra as quais o réu se debatia.¹¹⁶

No século XIX, a medida de combate ao alcoolismo se restringia em manter preso os “bêbados”. Associado à vadiagem, à prostituição e ao crime, o alcoolismo crônico acentuava as disfunções orgânicas que produziam alterações no comportamento, mas poucos juristas consideravam o problema como um mal social e orgânico a ser tratado como prioridade pela medicina social. Nos relatórios oficiais, o alcoolismo era apontado como uma das causas da pouca eficiência policial em Mato Grosso:

A ignorância revelando-se contrária a ação benéfica da lei; o abuso das bebidas alcoólicas; o uso de armas proibidas; a falta de força pública e, portanto a deficiência dos meios de repressão; a falta de um pessoal ativo, inteligente e desinteressado (salvo algumas exceções) que auxilie a chefia policial em sua árdua e difícil missão; são as causas principais desse estado pouco satisfatório de tão importante ramo do serviço público.¹¹⁷

Os mesmos argumentos eram utilizados para justificar a continuidade da pouca ou nenhuma eficiência das autoridades em relação ao problema. Para muitos *experts* da Justiça o consumo de bebidas alcoólicas e drogas deveriam ser reprimidos como qualquer outro tipo de crime, pois essas substâncias transformavam homens e mulheres em criminosos. Entretanto,

¹¹⁶ HARRIS, 1993, p. 285.

¹¹⁷ Relatório que o Exmo. Vice-presidente dr. José Joaquim Ramos Ferreira apresentou à assembleia legislativa provincial de Mato Grosso, na 2ª sessão da 26 legislatura em setembro de 1887, p. 07. Disponível em: <http://www.crl.edu.brazil>. Acesso em: 06 de novembro de 2012.

escassas medidas foram colocadas em prática para desestimular o consumo das bebidas alcoólicas.

Em seu livro *Princípios de Direito Criminal: o criminoso e o crime*, o jurisconsulto Enrico Ferri estabeleceu uma distinção para ação criminosa: o crime, segundo Ferri, visto no sentido ético-social indicava uma ação imoral, contrária às condições de existência social, costumes, comportamentos e dignidade humana; e em outro sentido o crime indica, também, uma ação imoral, mas que é proibida por lei penal, pois contraria as condições de existência social, que são orientadas pela disciplina, punição e segurança.¹¹⁸ Entendia o jurisconsulto que na lei penal deveria se estabelecer primeiro o que é crime no sentido jurídico e só depois se ocupar do criminoso. Adepto do método galileano, Ferri expôs com eloquência a defesa da sociedade contra a criminalidade e o tratamento individualizado do criminoso mediante o processo de classificação. Destarte, concebeu a ideia da individualização da pena, da classificação do crime e do criminoso sobre três pontos: primeiro se fundamentou nos critérios morfológicos definidos pela Escola do Direito Positivo; depois observou que crime e delito deveriam ser determinados em função das influências do meio físico e social; e por último que era preciso ver o criminoso como dependente da composição biopsíquica. A partir destas três condições seria possível, na visão de Ferri, determinar as características individuais relacionadas na interação dentro do grupo e do meio ambiente, pois cria o jurista que o meio social era de extrema importância para a evolução dos homens e das leis jurídicas.¹¹⁹

Complementando esse contexto, convém lembrar que as doutrinas filosóficas misturadas às ciências em construção como a antropologia, a sociologia criminal, a medicina legal, a psiquiatria e a criminologia, influenciaram as concepções de crime, criminoso, justiça e direito fazendo avançar o sentido da individualização e criminalização do ato delinquente e das noções de justo e injusto. Esse avanço também colocava em cheque a problemática dos

¹¹⁸ FERRI, Enrico. **Princípios de direito criminal: o criminoso e o crime**. Trad. Luiz Lemos D'Oliveira. São Paulo: Russel, 2003, p.183.

¹¹⁹ FERRI, op., cit., 185

comportamentos desequilibrados e desajustados dos criminosos, loucos, , alcoólatras, epiléticos e todos aqueles considerados insanos e alienados socialmente.¹²⁰ Fato é que as teorias, correta ou incorretamente interpretadas, serviram para classificar os indivíduos como sendo normais ou anormais, aptos ou inaptos, sadios ou doentes. Dessa forma, criavam-se mecanismos de exclusão social legitimados pela legislação. Além disso, tais discursos perpetuavam a ideia de que a mulher era inapta para negociar, realizar atividades mais complexas, cuidar dos bens da família e protagonizar mudanças substanciais em sua própria vida.

Também pude constatar após as leituras e a análise das fontes que muitas mulheres vivendo nas vilas e fazendas no sul de Mato Grosso não tinham poder algum para decidir ou resolver os problemas domésticos mais complexos envolvendo finanças.

O conde Francis Castelnau em sua viagem pelo interior do Brasil, no ano de 1843, observou que a mulher brasileira possuía pouca ou nenhuma autoridade e liberdade de ação. Há certa altura da viagem, Castelnau relatou que no trajeto a caminho de Cuiabá a expedição chegou a uma plantação onde todos puderam descansar em um pequeno rancho. Tentou, de todas as formas, negociar com a viúva, dona da casa e das terras, a compra de alguns alimentos. Ela se negou. Não queria contrariar o filho que se tornara então o responsável pela propriedade após a morte do pai. Perante tanta insistência, a mulher então alegou “não ter autoridade bastante para dispor sozinha, fosse do que fosse.”¹²¹ Pela experiência que viveu, Castelnau observou que as mulheres no Brasil careciam de autoridade e desfrutavam de bem pouca importância.¹²² Haja vista a mulher que se recusou a lhes dar ajuda porque o filho estava ausente. Analisando a situação verifica-se que embora tenha relutado em negociar com

¹²⁰ CANCELLI, 2001, p. 28-31.

¹²¹ CASTELNAU Francis. **Expedições às regiões centrais da América do Sul**. Trad. Olivério M. de Oliveira Pinto. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000, 313.

¹²² Ibid., p. 313.

os estranhos, a viúva acabou por vender aos homens uma boa quantidade de provisões, cachaça e milho, por um preço, segundo ele “quatro vezes o seu valor corrente.”¹²³

Toda a negociação foi realizada através dos escravos. Os viajantes não chegaram a conhecer a dona da casa. Registros mostrando o comportamento das mulheres na vida doméstica, dentro dos lares brasileiros no período colonial e na época do Império, quando a sociedade torna-se mais fluente e dinâmica, são raros, esporádicos e fragmentados.

No Brasil os costumes portugueses estabeleceram com discrepâncias os códigos de conduta, assim “as mulheres brancas, por tradição e costumes, deveriam encarnar o papel da ‘grande dama’, capaz de desempenhar a liderança, como matriarca hospitaleira e generosa, dedicada aos seus, [...]”¹²⁴ Todavia, ser e viver como uma ‘grande dama’ não era a regra geral, ao contrário, no passado, a grande maioria das mulheres viveu na condição de subalternidade, subserviência, sob a dominação masculina e familiar e sob a vigilância e controle das autoridades jurídicas, administrativas e policiais.

Também é preciso lembrar que as mulheres comuns, das camadas inferiores, que nos bastidores palacianos ou nas casas grandes e sobrados, realizavam as tarefas mais exaustivas e insignificantes aos olhos do mundo, não sabiam ler e escrever, portanto não deixaram registros de memórias, diários íntimos, cadernos de apontamentos pessoais, como as mulheres da “elite”. Estas escreveram seus relatos de viagem e registros pessoais, escreveram poesias, contos e artigos para semanários, revistas femininas e periódicos. Temos como exemplo a Baronesa de Vila Maria.¹²⁵ Mulher ativa, dotada de cultura, saber e poder, viveu em Mato Grosso, casada com o Barão de Vila Maria, amigo próximo do Imperador D. Pedro II e proprietário da fazenda das Piraputangas. A baronesa exerceu com autoridade e pertinência a direção administrativa dos negócios da família ao ser tornar viúva. Embora o Barão tenha

¹²³ Ibid., pp. 314-315.

¹²⁴ DIAS, 2001, p. 105.

¹²⁵ RODRIGUES, Marinete A. Z. **Criminalidade e relações de poder em Mato Grosso (1870-1910)**. Jundiá: Paco Editorial, 2012, p. 122.

durante a Guerra do Paraguai perdido grande parte de sua fortuna, a Baronesa não abriu mão de suas prerrogativas de comando como chefe de família. Acredito ser importante identificar outras tantas mulheres que exerceram com determinação e competência o papel de chefe da família e continuam invisíveis para a história. Embora continuassem a predominar entre suas atividades os serviços domésticos e a educação dos filhos, elas não fugiram das responsabilidades, não desistiram de aumentar as rendas familiares, inventar novas formas de sobreviver e buscar na Justiça o que consideravam ser justo, lícito e relevante para elas. Mulheres que vivenciaram dramas, conflitos, sonhos, injustiças e a violência em todos os seus níveis de dor e sofrimento, lutaram pela família, pelos filhos, mas especialmente por elas próprias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar esta pesquisa, propus-me a investigar porque as mulheres vivendo no sul de Mato Grosso recorreram à violência para defender a vida e seus interesses, mas também como estratégia de dominação e manutenção do poder nas relações sexuais, amorosas, familiares, jurídicas, financeiras e culturais.

Com esse propósito em mente, busquei respostas para minhas indagações nos documentos oficiais, nos relatos de viajantes e na legislação. Após analisá-los comecei a perceber que as relações entre homens e mulheres, sociedade e Estado, estavam condicionadas a dois fatores importantes: o primeiro deles era que mesmo para aquelas mulheres que gozavam da liberdade de escolhas o normal era ter um comportamento social conforme os padrões impostos pelos costumes paternalistas e pelos princípios da dominação masculina; o segundo fator é que a violência enquanto ação social não poupava a ninguém, pois enleava a todos num mesmo emaranhado de tragédias e lutas.

A violência transformava homens e mulheres em vítimas ou réus. Envolvia até mesmo os *experts* que lidavam com os trâmites processuais num emaranhado de procedimentos e incertezas. Homens e mulheres submetidos às normas, regras e costumes paternalistas se tornaram agentes ativos, mesmo sem o saber, na organização do judiciário brasileiro no período de 1830 a 1889. Respondendo por seus atos criminais questionaram os procedimentos e as decisões judiciais, em especial aquelas mulheres que se sentiram injustiçadas com as punições previstas aos criminosos. Também recorreram à dominação masculina e as estratégias femininas na defesa de suas aspirações e oportunidades.

Assim, é preciso considerar que a dominação masculina nem sempre foi exercida somente pelos homens (no sentido sexual), as mulheres também a usaram para impor-se

diante dos escravos, dos pobres livres e de outras mulheres. Para alcançar seus objetivos e legitimá-las elas recorriam à violência física e simbólica e aos costumes paternalistas.

A história das mulheres tem analisado a problemática da violência a partir das relações de gênero, cujo ponto fulcral é a divisão social dos papéis sexuais nas esferas públicas e privadas. Procurei ir um pouco mais longe para mostrar que o culto da domesticidade imposto às mulheres foi a base para o exercício do poder entre homens e mulheres, a sociedade e o Estado em processo de consolidação de suas estruturas nacionais. O poder exercido como mecanismo de ação, renovação e interação social contribuiu para que as mulheres envolvidas com o crime e a criminalidade pudessem ter a oportunidade de falar, contestar, reafirmar, dissimular, mentir, ouvir, redarguir, complementar, fazer e desfazer, elaborar e reelaborar novas ações e noções sobre o que acreditavam ser justo, lícito, legal, enfim o que entendiam por Justiça no seu sentido mais pleno e comum. Muito embora a maioria das mulheres fosse analfabeta, os documentos mostram que o convívio diário com a escravidão ensinou a elas que era preciso acumular poder-saber suficiente para não serem as vítimas ideais nos casos de violência.

Portanto, mesmo diante das circunstâncias impostas pela escravidão, não foram agentes passivas do modelo cultural de dominação masculina predominante no sistema patriarcal brasileiro que “tendia a se prolongar no paternal, no paternalista [...]”.¹ Tratava-se de um sistema sedutor inculcado pela família e pela ordem social, cujo fundamento se assentou na lógica da “vocação” feminina para aceitar com benevolência, docilidade, abnegação, gentileza e devotamento a dominação simbólica e as imposições arbitrárias procedentes do *pater familias*, das autoridades e da sociedade mais ampla.² Assim, para fugir dessa condição de subalternidade, muitas mulheres, quando descontentes, reagiram com violência.

¹ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano**. 15. ed. São Paulo: Global, 2004, p. 78.

² BOURDIEU, Pierre. **Dominação masculina**; trad. Maria Helena Kuhner. 9. ed. Rio de Janeiro, 2010, p. 73.

Com efeito, reagiram porque foram agredidas física e simbolicamente, violentadas, espancadas, defloradas, pressionadas, romperam limites, denunciaram, mataram, revidaram, testemunharam, perdoaram, foram benevolentes e, quando possível, buscaram por meio da mediação das autoridades legais assegurarem o que consideravam ser justo e legal. A resistência e a repulsa diante das tantas arbitrariedades e constrangimentos patrocinados pelos pais, companheiros, maridos, irmãos, tutores e autoridades demonstram como era a natureza das relações de força e tensões sociais, os contrastes na disposição e posição, determinadas pelo sexo, etnia e condição socioeconômica, no sul Mato Grosso entre os anos de 1830 e 1889.

Além disso, é preciso lembrar que diante do contexto histórico da escravidão que recobria todas as classes sociais, as mulheres viviam e percebiam a violência, as imposições e os constrangimentos derivados das influências das relações do escravismo, que faziam ressurgir a cada dia a desigualdade e o preconceito social, mas não se abstiveram de lutar com as armas disponíveis para mudar as condições impostas.³ Lutaram contra as atitudes opressoras e contra os comportamentos arbitrários de juízes, delegados, promotores públicos, médicos e fazendeiros. Buscaram instrumentos legais para reformular denúncias, depoimentos e decisões judiciais. Nem todas ficaram sentadas à porta da lei como o camponês de Franz Kafka esperando que a Lei lhe convidasse a entrar.⁴ Não, muitas das mulheres vivendo no sul de Mato Grosso provocaram a Justiça e a lei para serem ao menos ouvidas diante do juiz. Se alguns não as consideravam suficientemente capazes de se defender na Justiça contra as injustiças, outros lhes deram a oportunidade de ao menos exercer o direito de denunciar seus algozes na Justiça.

É preciso ressaltar que embora tenha havido falhas jurídicas, sentenças venais e práticas lenientes, as mesmas não obscureceram a paisagem que se descortinou com a análise

³ BOURDIEU, op., cit., p. 23-26

⁴ KAFKA, Franz. O processo. Trad. Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2003, p. 241.

das fontes, quero dizer que houve mulheres que cometeram crimes, agiram com violência entre si ou contra quem estivesse próximo nos momentos de raiva e desespero, levando muitas a atentarem contra a própria vida, especialmente, as mulheres escravizadas que sofriam a violência física e psicológica cotidianamente. Esta situação era parte de um contexto regido pelo escravismo, pelos costumes paternalistas e pelos princípios e regras da dominação masculina, que tinha no culto da domesticidade o principal veículo de regulação dos comportamentos femininos.

Também ficou claro que embora o silêncio fosse um comportamento habitual, por força das circunstâncias socioculturais em que viviam elas não se abstiveram de lutar por espaços de convívio, participação na política, igualdade entre os sexos, direito ao trabalho e maior liberdade de ação, locomoção e decisão sobre suas vidas.

Diante do exposto reafirmo que o estudo não se concentrou tão somente nas questões de gênero⁵ focadas na sexualidade⁶ ou na simples oposição homem/mulher. Também procurei demonstrar quais as motivações que deram origem aos atos de violência e crueldade. Muitos deles envoltos em tramas vivenciadas nos bastidores da vida cotidiana e no trabalho⁷, no lazer e no interior do lar com familiares e agregados e na convivência com a vizinhança e com as autoridades. Ao agregar o cotidiano ou “maneiras de fazer” nessa análise, constatei que as mulheres por meio das estratégias femininas conquistaram pequenas vitórias, parciais é fato. A partir do conhecimento acumulado e adquirido nas relações sociais e com as experiências vividas elas travaram suas lutas cotidianas fundamentando-as em antigos e novos saberes apreendido também com os homens.⁸

⁵ STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia**. Trad. André Villalobos. São Paulo: UNICAMP, 2009.

⁶ FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade, v. I A vontade de saber; v. II O uso dos prazeres; v. III O cuidado de si**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

⁷ FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: família e fortuna no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

⁸ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**; trad. Ephraim Ferreira Alves. 9. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003, p. 47.

Em linhas gerais constatei que uma boa parte da história das lutas femininas tem sido pesquisada pela história das mulheres, de gênero⁹ e da sexualidade¹⁰. Estas abordagens ganharam destaque a partir dos anos de 1960 e 1970, décadas marcadas pela “revolução sexual”¹¹ que modificou as noções de liberdade e igualdade. Com efeito, “em muitos lugares as tendências modernas desencadearam novas questões sobre a sexualidade e novas contestações e oposições a arranjos e esquemas estabelecidos.”¹²

Contribuíram para alterar esse panorama as intensas mudanças sociais, políticas e econômicas que aconteceram no século XX, sobretudo aquelas produzidas em função das duas grandes guerras mundiais. Após esses acontecimentos, as mulheres ocidentais foram chamadas a participar de forma mais efetiva no mercado de trabalho, permitindo o acesso a novos postos de trabalho em instituições públicas e privadas. Embora uma boa parte dos ganhos positivos deva ser reportada às lutas das feministas, outros tantos foram conseguidos por mulheres das classes inferiores, que sem perder de vista seus sonhos, dignidade e os sentimentos humanitários conquistaram direitos trabalhistas, civis e políticos.

Com efeito, em 1970 o movimento feminista¹³ já se consagrara como uma luta em prol dos direitos femininos nas mais variadas dimensões da vida em sociedade. Iniciado no século XIX por pequenos grupos de mulheres, o feminismo numa primeira fase lutou pelo direito ao voto. Nos anos de 1960 a palavra de ordem era: “Nosso corpo nos pertence! O privado também é político!”¹⁴. A partir da década de 1970 a luta foi contra a dominação masculina, a violência sexual e as desigualdades no trabalho. Sabe-se que nem sempre as ações das

⁹ SMITH, Bonnie G. **Gênero e história; homens, mulheres e prática histórica**. Trad. Flavia Beatriz Rossler. São Paulo: EDUSC, 2003.

¹⁰ FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**; trad. Renato Marques, São Paulo: Contexto, 2010, p. 136. Ver também: ROUSSEAU, G. S.; PORTER, Roy (org.) **Submundos do sexo no Iluminismo**. Trad. Talita M. Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

¹¹ SCOTT, Joan. História das Mulheres. IN: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1991, pp. 63-96.

¹² STERNS, Peter N. **História das Relações de Gênero**. Trad. Minar Pinsky. São Paulo: Contexto, 2007, p. 136.

¹³ SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. **Dicionário mulheres do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 229-238.

¹⁴ Ibid., p. 233.

feministas foram pacíficas e destituídas de radicalismos. Às vezes, para serem ouvidas foi preciso recorrer às expressões de ordem, aos gestos e rituais extravagantes, pois só assim conseguiriam chamar a atenção da sociedade e das autoridades para as desigualdades entre os sexos. Os constantes apelos e as reivindicações levaram a conquista de espaços dentro e fora das instituições públicas como as universidades.

De acordo com Peter Burke, “o feminismo deu enorme contribuição indireta para a escrita da história no século passado.”¹⁵ Além disso as novas tecnologias de informação e comunicação, referendados por parâmetros culturais, científicos e intelectuais, contribuíram para intensificar as mudanças dos comportamentos de homens e mulheres nos espaços públicos e privados.

Assim, neste “processo de redefinição, mereceu nova atenção o reexame do papel sexual da mulher, embora nesse ponto as mudanças tenham sido vigorosamente debatidas e contestadas.”¹⁶ Esse contexto de mudança interferiu, sobremaneira, na historiografia, o que favoreceu, nas últimas décadas, a explicação/compreensão da história social das mulheres

[...] a importância deste debate posto já no início dos anos 70 consiste justamente em chamar a atenção para os procedimentos da pesquisa nesse campo e também para as questões teóricas que vão perseguir a historiografia de vanguarda do feminismo acadêmico, nos anos subsequentes e que propõem uma ampliação dos limites próprios da história, com a incorporação das mulheres, [...].¹⁷

Aos poucos os historiadores e historiadoras romperam com o pragmatismo intelectual, com modelos explicativos estereotipados e com as distorções históricas concernentes à participação, ativa ou passiva, da mulher na formação da sociedade brasileira. Através de suas

¹⁵ BURKE, Peter. História e teoria social. Trad. Klauss Brandini Gerhardt; Roneide Venâncio Majer. São Paulo: UNESP, 2000, p. 76.

¹⁶ STEARNS, op., cit., p. 231.

¹⁷ SAMARA, Eni Mesquita. **Família, mulheres e povoamento: São Paulo, século XVII**. Bauru: EDUSC, 2003, p. 57.

pesquisas demonstraram que sob o manto do poder patriarcal¹⁸ e das instituições de poder encontravam-se agentes sociais femininas, representadas e estigmatizadas nos discursos oficiais, na literatura e na historiografia do século XIX. Ficava claro que haveria muitos caminhos a serem trilhados para “nuançar melhor a vida das mulheres e a sua contribuição ao desenvolvimento da sociedade brasileira.”¹⁹

Por último quero lembrar que o cientista social tem um sério compromisso com os homens de seu tempo, especialmente os historiadores, os quais procuram explicar porque ainda permanecem, no século XXI, práticas sociais denegativas relacionadas aos papéis femininos na sociedade brasileira e sul-mato-grossense.

Considerando, portanto, que para o historiador o passado é sempre uma constante reconstrução de realidades vividas, creio que as pesquisas históricas ajudam a mostrar que a violência envolvendo as mulheres não ocorria e ocorre de forma esporádica, surgindo por circunstâncias fortuitas ou de acasos históricos. Ela é o lado mais negativo nas relações de poder. Poder que era compartilhado, conquistado e apropriado por homens e mulheres.

Busquei demonstrar que a violência contra as mulheres e aquela praticada por elas fazia parte de uma conjuntura socioeconômica que, por inúmeras vezes, colocou em cheque o papel do judiciário, que foi instrumentalizado, em épocas específicas, para legitimar o poder do grupo dominante e o controle dos comportamentos sociais. Também procurei mostrar que os “excluídos” do poder, os homens e mulheres livres pobres acreditavam no poder da justiça para resolver conflitos sociais, e por isso demandaram suas ações na justiça.

Pesquisas como esta contribuem para mostrar que as mulheres tiveram participação efetiva nos processo de colonização e ocupação do território brasileiro e a presença delas foi incisiva para que a sociedade pudesse se organizar e operar as mudanças necessárias na organização do sistema jurídico e para a consolidação do Estado nacional. Entretanto, convém

¹⁸ QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. **O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

¹⁹ SAMARA, op., cit., p. 56

lembrar que os crimes, a criminalidade e a violência aqui analisados como casos específicos fizeram parte das histórias do passado, mas permanecem como questões de extrema relevância nos dias atuais.

5. FONTES

Processos-crime; inventários e partilhas de bens móveis e imóveis;
Documentos oficiais;
Legislação da Coroa Portuguesa e do Império do Brasil;
Relatos de memorialistas, viajantes e cronistas;

5.1. PROCESSOS-CRIME

COMARCA DE CORUBÁ

MTJMS; caixa 145; processo-crime 03; 1872; homicídio

MTJMS; caixa 145; processo-crime 06; 1873; defloração

MTJMS; caixa 146; processo-crime 02; 1873; ofensa física

MTJMS; caixa 146; processo-crime 10; 1876; ofensa física

MTJMS; caixa 146; processo-crime 06; 1877; ofensa física

MTJMS; caixa 146; processo-crime 16; 1877; ofensa física

MTJMS; caixa 146; processo-crime 14; 1877; roubo

MTJMS; caixa 147; processo-crime 08; 1879; ofensa física

MTJMS; caixa 148; processo-crime 01; 884; estupro

MTJMS; caixa 148; processo-crime 01; 1880; homicídio

MTJMS; caixa 148; processo-crime 05; 1880; homicídio

MTJMS; caixa 149; processo-crime 04; 1881; furto/roubo

MTJMS; caixa 149; processo-crime 06; 1881; defloração

MTJMS; caixa 149; processo-crime 14; 1882; ofensas física

MTJMS; caixa 149; processo-crime 14; 1882; ofensa física

MTJMS; caixa 149; processo-crime 15; 1883; ofensa física

MTJMS; caixa 149; processo-crime 18; 1883; defloração

MTJMS; caixa 150; processo-crime 01; 1883; roubo

MTJMS; caixa 150; processo-crime 02; 1883; homicídio

MTJMS; caixa 150; processo-crime 08; 1884; roubo

MTJMS; caixa 150; processo-crime 11; 1886; furto/roubo

MTJMS; caixa 151; processo-crime 01; 1886; furto

MTJMS; caixa 151; processo-crime 07; 1886; ofensa física

MTJMS; caixa 152; processo-crime 05; 1889; estupro

MTJMS; caixa 155; processo-crime 03; 1877; ofensa física

MTJMS; caixa 155; processo-crime 09; 1882; defloração

MTJMS; caixa 155; processo-crime 11; 1887; homicídio

MTJMS; caixa 155; processo-crime 09; 1894; estupro

MTJMS; caixa 155; processo-crime 18; 1896; estupro

COMARCA DE MIRANDA

MTJMS; caixa 157; processo-crime 04; 1863; ofensa física

MTJMS; caixa 157; processo-crime 13; 1872; ofensa física

MTJMS; caixa 157; processo-crime 16; 1877; homicídio

MTJMS; caixa 157; processo-crime 26; 1882; roubo

MTJMS; caixa 165; processo-crime 20; 1887; estupro

MTJMS; caixa 166; processo-crime 04; 1876; homicídio

MTJMS; caixa 166; processo-crime 11; 1878; roubo

MTJMS; caixa 166; processo-crime 16; 1878; homicídio

MTJMS; caixa 166; processo-crime 20; 1886; ofensa física

MTJMS; caixa 167; processo-crime 07; 1885; ofensa física

MTJMS; caixa 167; processo-crime 06; 1886; ofensa física

MTJMS; caixa 167; processo-crime 20; 1887; furto

MTJMS; caixa 167; processo-crime 04; 1884; homicídio

MTJMS; caixa 168; processo-crime 04; 1889; ofensa física

MTJMS; caixa 168; processo-crime 05; 1889; furto

COMARCA PARANAÍBA

MTJMS; caixa 114; processo-crime 01;; 1849; ofensa física

MTJMS; caixa 114; processo-crime 06; 1863; homicídio

MTJMS; caixa 114; processo-crime 06; 1859; ofensa física

MTJMS; caixa 114; processo-crime 02; 1861; ofensa física

MTJMS; caixa 114; processo-crime 06; 1863; furto/roubo

MTJMS; caixa 114; processo-crime 21; 1867; homicídio

MTJMS; caixa 114; processo-crime 20; 1871; homicídio

MTJMS; caixa 114; processo-crime 21; 1871; ofensa física

MTJMS; caixa 114; processo-crime 21; 1889; ofensa física

MTJMS; caixa 114; processo-crime 23; 1871; homicídio

MTJMS; caixa 114; processo-crime 18; 1870; defloração
 MTJMS; caixa 114; processo-crime 30; 1874; homicídio
 MTJMS; caixa 115; processo-crime 11; 1878; homicídio
 MTJMS; caixa 115; processo-crime 13; 1879; ofensa física
 MTJMS; caixa 116; processo-crime 07; 1884; homicídio
 MTJMS; caixa 116; processo-crime 11; 1886; ofensa física
 MTJMS; caixa 116; processo-crime 20; 1886; ofensa física
 MTJMS; caixa 117; processo-crime 01; 1887; defloração
 MTJMS; caixa 117; processo-crime 08; 1887; roubo
 MTJMS; caixa 117; processo-crime 10; 1888; homicídio
 MTJMS; caixa 117; processo-crime 05; 1888; estupro
 MTJMS; caixa 117; processo-crime 19; 1889; ofensa física
 MTJMS; caixa 118; processo-crime 01; 1889; estupro

5.2. INVENTÁRIOS E PARTILHA DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS:

COMARCA DE CORUMBÁ

MTJMS; caixa 144; inventário 02; 1873; Corumbá
 MTJMS; caixa 144; inventário 01; 1878; Corumbá
 MTJMS; caixa 144; inventário 02; 1883; Corumbá
 MTJMS; caixa 144; inventário 03; 1905; Corumbá
 MTJMS; caixa 142; inventário 16; 1877; Corumbá.
 MTJMS; caixa 143 ; inventário 12; 1866; Corumbá

COMARCA DE MIRANDA

MTJMS; caixa 156; inventário 01; 1873; Miranda.
 MTJMS; caixa 156; inventário 03; 1874; Miranda
 MTJMS; caixa 156; inventário 04; 1875; Miranda.
 MTJMS; caixa 156; inventário 05; 1876; Miranda.
 MTJMS; caixa 157; inventário 26; 1882; Miranda.
 MTJMS; caixa 158; inventário 08; 1883; Miranda

COMARCA DE PARANAÍBA

MTJMS; caixa 01; inventário 01; 1843; Paranaíba.
 MTJMS; caixa 01; inventário 03; 1850; Paranaíba
 MTJMS; caixa 01; inventário 12; 1859; Paranaíba.
 MTJMS; caixa 01; inventário 09; 1859; Paranaíba
 MTJMS; caixa 02; inventário 02; 1859; Paranaíba
 MTJMS; caixa 02; inventário 20; 1861; Paranaíba
 MTJMS; caixa 02; inventário 21; 1861; Paranaíba
 MTJMS; caixa 05; inventário 13; 1869; Paranaíba.
 MTJMS; caixa 07, inventário 04; 1873; Paranaíba
 MTJMS; caixa 07; inventário 15; 1873; Paranaíba.
 MTJMS; caixa 09; inventário 12; 1879; Paranaíba.
 MTJMS; caixa 10; inventário 10; 1880; Paranaíba

5.3. DOCUMENTOS OFICIAIS.

BRASIL. Ministério do Império. Ministro (Nicolau Pereira de Campos Vergueiro) Relatório do ano de 1832, apresentado a Assembleia Geral Legislativa em Sessão Ordinária de 1833. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1833, p. 22-23. Disponível: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>. Acesso: 10 de abril de 2012.

Discurso recitado pelo Exmo. Presidente da Província de Mato Grosso José Antonio Pimenta Bueno 3ª abertura da Sessão extraordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em o dia 30 de novembro de 1836. Disponível em: <http://www.crl.edu/brasil/> . Consulta: 25 de mar de 2012.

Discurso recitado pelo Exmo. Presidente da Província de Mato Grosso Sr. José Antonio Pimenta Bueno, 5ª Abertura da Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em o dia 30 de novembro de 1836. Cuiabá : Tipografia Provincial, 1837, p. 7-8. Center for Reserch Libraries Brazilian Government Document Digitization Project. Provincial Presidential Reports (1830-1930) – Mato Grosso. Fundação Andrew W. Mellon. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/422/index.html>. Consulta: 17 de maio de 2012.

Discurso que recitou o Exmo. Sr. doutor Estevão Ribeiro de Rezende, presidente desta província, na ocasião da abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1.o de março do corrente ano de 1840. Cuiabá, Tip. Provincial, 1840, p.12. Disponível: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/422/index.html>. Consulta: 16 de abril de 2012.

Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso na abertura da Sessão Ordinária, pelo Exmo. S.r. Presidente Coronel Zefirino Pimentel Moreira Freire. Cuiabá: Tipografia Provincial, 1844, p. 7. Center for Reserch Libraries Brazilian Government Document Digitization Project. Provincial Presidential Reports (1830-1930) Mato Grosso.

Fundação Andrew W. Mellon. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/422/index.html>. Consulta: 14 de maio de 2012.

Fala dirigida á Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso na abertura da sessão ordinária em 3 de maio de 1850, pelo Exmo. Sr. presidente da província, coronel João José da Costa Pimentel. Cuiabá, Tip. do Echo Cuiabano, 1850, p. 5. Disponível: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/422/index.html>. Consulta: 16 de abril de 2012.

Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, o coronel Antonio Pedro de Alencastro, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em maio de 1860, p. 5 Disponível: Disponível: Center for Reserch Libraries Brazilian Government Document Digitization Project. Provincial Presidential Reports (1830-1930) – Mato Grosso. Fundação Andrew W. Mellon. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/422/index.html>. Consulta: 8 de maio de 2012.

Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, o Barão de Aguapehy, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1868. Cuiabá, Tip. de Sousa Neves etc. e Companhia, 1869, p.4-5. Disponível: Center for Reserch Libraries Brazilian Government Document Digitization Project. Provincial Presidential Reports (1830-1930) – Mato Grosso. Fundação Andrew W. Mellon. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/422/index.html>. Consulta: 13 de maio de 2012.

Relatório apresentado a assembleia legislativa provincial de Mato-Grosso na segunda sessão da 19ª legislatura, no dia 3 de maio de 1873, pelo presidente da província, o Exmo. Sr. General dr. José de Miranda da Silva Reis. Cuiabá, Tipografia da “Situação” de Souza Neves C.a. [n.d.] 1873, mapa 4. Disponível: <http://www.crl.edu/brazil> Acesso: 23 de nov de 2012.

Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. João José Pedrosa, Presidente da Província de Mato Grosso, abriu a 1ª sessão da 22ª legislatura da respectiva Assembleia no dia 1º de novembro. Cuiabá, Tip. do Liberal, 1878, p.12. Disponível: <http://www.crl.edu/brazil> Acesso: 25 de set de 2012.

Falla com que o exm. sr. vice-presidente, tenente-coronel José Leite Galvão, abriu a 2.a sessão da 25.a legislatura 'Assembléa desta provincia, seguida do relatorio com que o exm. sr. general barão de Maracajú, ex-presidente da provincia de Matto-Grosso, pretendia abrir a mesma sessão da respectiva Assembléa no dia 3 de maio de 1881. Cuyabá, Typ. de J.J.R. Calháo, 1881. Disponível: Center for Reserch Libraries Brazilian Government Document Digitization Project. Provincial Presidential Reports (1830-1930) – Mato Grosso. Fundação Andrew W. Mellon. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/422/index.html>. p. A1-3. Consulta: 16 de agosto de 2012.

Relatório apresentado pelo Chefe de Policia ao Exm. Sr. Vice-Presidente, tenente-coronel José Leite Galvão, na 2.a sessão da 25.a legislatura da Assembléia Provincial, no dia 3 de maio de 1881. Cuyabá, Typ. de J.J.R. Calháo, 1881. Disponível: Center for Reserch Libraries Brazilian Government Document Digitization Project. Provincial Presidential Reports (1830-1930) – Mato Grosso. Fundação Andrew W. Mellon. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/422/index.html>. p. A1-3. Consulta: 16 de agosto de 2012.

Relatório Geral da Repartição da Polícia. Chefe de Polícia José Joaquim Ramos Ferreira. Secretaria de Polícia da Província de Matto-Grosso, 28 de abril de 1876. Anexo ao Relatório

da Província de Mato Grosso na Presidência de Ernesto Hermes da Fonseca, 1ª sessão da 21ª Legislatura, no dia 3 de maio de 1876. Cuyabá: Typ. Da “Situação”, 1876. AN 427, p. A1-21. Official Center for Reserch Libraries Brazilian Government Document Digitization Project Provincial Presidential Reports (1830-1930) – Mato Grosso. Fundação Andrew W. Mellon . Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/422/index.html>. Acesso em: 02 de abril de 2012

5.4. LEGISLAÇÃO

5.4.1. ORDENAÇÕES FILIPINAS E CÓDIGOS DO IMPÉRIO DO BRASIL

PORTUGAL. **Ordenações Filipinas**. Disponível:

<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/15ind.htm> Acesso: 18 de set de 2012.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil**. (25 de março de 1824).

CAMPANHOLE, Adriano; CAPANHOLE, Hilton Lobo. Todas as Constituições do B

BRASIL. **Código Criminal do Império do Brasil**. FILQUEIRAS JUNIOR, Araújo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1876.

BRASIL. **Código de Processo Criminal de Primeira Instância do Brasil (1832)**. Comentado por José Henrique Pierangelli.. Processo penal: evolução histórica e fontes legislativas. São Paulo: Jalovi, 1983.

BRASIL. SIQUEIRA, Galdino. **Direito Penal brasileiro**: (segundo o Código penal mandado executar pelo decreto n. 847 de 11 de outubro de 1890, e leis que o modificaram ou complementaram, elucidados pela doutrina e jurisprudência). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

5.4.2. LEIS, REGULAMENTOS E DECRETOS.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. PIERANGELLI, José Henrique. Processo penal: evolução histórica e fontes legislativas. São Paulo: Jalovi, 1983.

BRASIL. Lei de 10 de junho de 1835. IN: FILGUEIRAS JUNIOR, Araújo. Código Criminal do Império do Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1876.

BRASIL. Lei de Extinção de fazer o tráfico de escravos para o Brasil, n. 581 de 1850.

Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo. Disponível:

<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Historicos-Brasileiros> Acesso: 26 de fev de 2013.

BRASIL. Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850. Disponível:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm Acesso: 26 de fev de 2013.

BRASIL. Decreto n. 828 de 29 de setembro de 1851. Disponível: <http://www2.camara.leg.br> Acesso: 18 de set de 2010.

BRASIL. Decreto n. 1746 de 16 de abril de 1856. Disponível: <http://www2.camara.leg.br> Acesso: 18 de set de 2010.

BRASIL. Lei, nº 2.033 de 20 de setembro de 1871. Altera diferentes disposições da Legislação Judiciária. PIERANGELLI, José Henrique. Processo penal: evolução histórica e fontes legislativas. São Paulo: Jalovi, 1983.

BRASIL. Decreto, nº 4.824 de 22 de novembro de 1871. Regula a execução da Lei n. 2.033 de 20 de setembro do corrente ano, que alterou diferentes disposições da Legislação Judiciária. São Paulo: Jalovi, 1983, p.402-419.

BRASIL. Lei complementar n. 31 de 11 de outubro de 1977 dividiu o estado de Mato Grosso e criou o estado de Mato Grosso do Sul. Disponível: <http://www.planalto.gov.br> Acesso em: 28 de julho de 2012.

BRASIL. COROATÁ, José Prospero Jehovah da Silva. Imperiais resoluções tomadas sobre consultas da seção da Justiça do Conselho. Rio de Janeiro: Garnier, 1884. Disponível: <http://www.brasiliana.usp.br> Acesso: 8 de mar de 2012.

5.5. OUTRAS FONTES

ALMEIDA, Mario Monteiro. **Episódios da formação geográfica do Brasil**. Campo Grande/MS: Alvorada, 2010.

AYALA, S. Cardoso; SIMON, F. **Álbum gráfico do Estado de Mato Grosso**. (E.E.U.U. do Brasil). Corumbá; Hungria, 1914.

BARROS, José. **Lembranças: para meus filhos e descendentes**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987.

BLUTEAU, Raphael. **Dicionário da língua portuguesa** composto pelo padre D. Raphael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Lisboa: Na Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, v. 1. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br> Acesso em: 08 de janeiro de 2012

Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo. **Tempo do Império: A bandeira de Joaquim Francisco Lopes**. São Paulo: Tip. Do Globo, vol. III, 1943.

D'ALINCOURT, LUIZ. Resultados dos trabalhos de indagações estatísticas da Província de Mato Grosso, 1828.. IN: GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. *Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: G. Leuzinger & Filhos, v. III, 1877-1878. Disponível em: <http://www.bibliotecanacional.com> Acesso em: 15 de abril de 2012.

CAMPANHOLHE, Adriano; CAMPANHOLE, Hilton Lobo. **Todas as constituições do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1971.

CASTELNAU, Francis. **Expedições às regiões centrais da América do Sul**; trad. Olivério M. de Oliveira Pinto. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Dicionário de Medicina Popular e das ciencias accessorias**. 6ª Ed. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890.

CORREA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Instituto do Livro, 1949.

EXPILLY, Charles. **Mulheres e costumes no Brasil**. Trad. Gastão Penalva. Rio de Janeiro: Itatiaia, 2000.

FONSECA, João Severiano da. **Viagem ao redor do Brasil (1875-1878)**. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro, 1880.

MARTIN, Percy Falcke. **Through five republics (of South America)**. London: William Henemann, 1905.

MELLO, Alfredo Pinto Vieira. **O poder judiciário do Brasil (1532-1871)**. IN: Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916. Tomo Especial (Primeiro Congresso de Historia Nacional), parte IV, pp. 99-148.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira. **Noticias sobre a Província de Mato Grosso seguida d'um roteiro da viagem da sua capital a São Paulo**. São Paulo: Tipografia de Henrique Schroeder, 1869. Disponível: <http://www.brasiliana.com.br> Acesso: 12 de maio de 2012.

ORLÉANS-BRAGANÇA, D. Luiz de. **Sob o cruzeiro do sul**. Montreaux: Societé de L Imp. & Lith. De Montreaux, 1913.

REBOUÇAS, André. **Diário: a Guerra do Paraguai (1866)**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros – Universidade de São Paulo, 1973.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. [Sl]. [1904 e 1907]. Disponível: <http://bibliotecanacional.com> Acesso: 20 de junho de 2012.

SÁ CARVALHO, José Ribeiro de. **Os Garcias, os Lopes, os Barbosas e os Pereiras. A influência de Franca do Imperador**. Instituto Histórico e Geográfico de SãoPaulo. [S.I.], [19--?].

SALLES, Jose Roberto da Cunha. **Foro Penal – Theoria e Prática do Processo Criminal Brasileiro**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1882.

SPENCER, Herbert. **A justiça**; trad. Augusto Gil. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1891.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. **Relatos monçoeiros**. São Paulo: USP, 1981

WAEHNELDT, Rodolfo. **Exploração da Província de Mato Grosso**. Revista trimestral do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil. Rio de Janeiro: Domingos Luiz dos Santos, tomo XXVII, parte primeira, 1864, pp. 197-229.

6. BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Emanuel. A ferro e fogo: formas de violência no Brasil colonial. IN: CANCELLI, Elizabeth (org.). **Histórias de violência, crime e lei no Brasil**. Brasília, DF: UnB, 2004, pp. 11-76.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**; trad. André Duarte. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ARNAUD, André-Jean. **Critique de la raison juridique: où va la sociologie du droit? Revue Internationale de Theorie du droit et d sociologie juridique**, France, v.XXVI., 1981, p. 14. Disponível em: http://reds.msh-paris.fr/publication/collvir/crj-html_ Acesso: 05 de julho de 2012.

BAJER, Paula. **Processo Penal e cidadania**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BASALLA, George. **A evolução da tecnologia**. Trad. Sergio Duarte Silva. Porto/Portugal: Porto Editora, 2001.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica: ensaio sobre a literatura e historia cultural**. Trad. Sergio Paulo Rouanet. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. Obras Escolhidas v. 1.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre historia**. Trad. J. Ginsburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Trad. Carmem Varrialle, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luis Guerreiro Pinto Cacaís, Renzo Dini. 5. ed. Brasília: UnB, 2000.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 6ªed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BLANC, Marcel. **Os herdeiros de Darwin**. Trad. Mariclara Barros. São Paulo: Pagina Aberta, 1994.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da historia, ou, o ofício do historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kuhner. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. **Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870-1930)**. Cuiabá: Gráfica Genus, 1991.

BURKE, Peter. **Historia e teoria social**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer. São Paulo: UNESP, 2002.

CANCELLI, Elizabeth. **A cultura do Crime e da Lei 1889-1930**. Brasília: UnB, 2001.

CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente – Campos Sales. IN: FAUSTO, Boris. **O Brasil Republicano. Estrutura de poder e economia (1889-1930)**. Historia Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 1977, v. 1, pp. 13-50.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CHARTIER, Roger. **Historia cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHAVAUD, Frédéric. **Experts et expertise judiciaire: France, XIX^e et XX^e siècles**. France: Presses Universitaires de Rennes, 2003.

CASTRO, Edgar. **Vocabulário de Foucault: um personagem pelos seus temas, conceitos e autores**; trad. Ingrid Muller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CASTRO, Francisco José Viveiros de. **Dos delitos contra a honra da mulher**. 4ª ed. São Paulo: Freitas Bastos, 1942.

CAULFIELD, SUEANN. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Trad. Elizabeth de Avelar Solano Martins. São Paulo: Unicamp, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 9ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CONDORCET, Jean-Antonio-Nicolas de Caritat. **Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano**. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: UNICAMP, 1993.

CORREA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In: Arantes, Antonio et. al. **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Unicamp, 1994.

_____. *Generat, genus, justitiam*. IN: **Morte em família**. Rio de Janeiro: Graal, 1983, pp. 126-131.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 4ª ed. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: UNESP, 2007.

CUNHA, Manuela Carneiro (org.) **Legislação indigenista do século XIX: uma compilação (1808-1889)**. São Paulo: Edusp/Comissão Pro-Índio, 1992.

DARMON, Pierre. **Médicos e assassinos na Belle Époque: a medicalização do crime**. Trad. Regina Grisse de Agostino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: formação do estado e civilização**. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro 1840-1890**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

_____. **O sabor do arquivo**. Trad. Fátima Murad. São Paulo: Edusp, 2009.

_____. **L'archive, mouen de communication et constitution du sujet historique. Un voyage à travers les archives judiciaires du XVIIe siècle**. IN: Réseaux, Paris, 1991, volume 9 n. 41-47, p. 44. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/reso> Acesso em: 23 de maio de 2012.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: família e fortuna no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FAORO, Raymundo. **Existe um pensamento político brasileiro?** São Paulo: Ática, 1994.

FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

FERRI, Enrico. **Princípios de direito criminal: o criminoso e o crime**. Trad. Luiz Lemos D'Oliveira. São Paulo: Russel, 2003.

FLORY, Thomas . **El juez de paz y el jurado en el Brazil Imperial, 1808-1871**. Trad. Mariluz Caso. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, penalidade e prisão**. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. Ditos e Escritos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. **Vigiar e Punir: o nascimento da prisão.** Trad. Raquel Ramalhete. 35ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. **Ética, estratégia, poder-saber.** Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2003.

_____. **A verdade e as formas jurídicas.** Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nau, 2002,

_____. **A história da sexualidade, v. I A vontade de saber; v. II O uso dos prazeres; v. III O cuidado de si.** Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano.** 15ª ed. São Paulo: Global, 2004.

_____. **Casa-grande & senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil.** 46ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício.** Trad. Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GIRARD, René. **A violência e o sagrado.** Trad. Martha Conceição Gambini. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno.** Trad. Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim: **Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império.** História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 12, n. 2, mai-agos de 2005, pp. 501-514.

GUSMÃO, Chrysolito. **Dos crimes sexuais: estupro, atentado violento ao pudor, sedução e corrupção de menores.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.** Trad. Flavio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARRIS, Ruth. **Assassinato e loucura: medicina, leis e sociedade no fin de siècle.** Trad. Talita M. Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

HARTOG, François. **Evidência da História: o que os historiadores vêem.** Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira com a colaboração de Jaime A. Clasen. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HIMMELFARB, Gertrude. **La idea de la pobreza: Inglaterra a principios de la época industrial.** Trad. Carlos Valdés. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios de 1875-1914**. Trad. Sieni Maria Campo e Yolanda Steidel de Toledo. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições** (org.). Trad. Celina Cardim Cavalcante. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Capítulos da História do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **Monções**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

KAFKA, Franz. **O processo**. Trad. Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2003.

LACASSAGNE, Alexandre. **Compêndio de Medicina Legal**. Trad. Jorge M. Anguera de Sojo. Barcelona: Cortes, 1911.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Irene Ferreira; Bernardo Leitão; Suzana Ferreira Borges. 4ª reimpressão. São Paulo: UNICAMP, 2010.

LEONZO, Nanci. O casamento e a moral doméstica. IN: PERARO, Maria Adenir; BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. **Mulheres e famílias no Brasil**. Cuiabá/MT: Carlini & Caniato, 2005, pp.201-224.

MACHADO, Roberto et al. **Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MARTINEZ, Claudia Eliane Parreiras Marques. **Riqueza e escravidão: vida material e população no século XIX – Bonfim do Paraopeba/MG**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007.

McCLINTOCK, Anne. **Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Trad. Plínio Dentzien. São Paulo: Unicamp, 2010.

MELLO, Zélia Maria Cardoso de. **Metamorfoses da riqueza São Paulo, 1845-1895**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

MICHELET, Jules. **A mulher**. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

NERHOT, Patrick. No principio era o Direito....IN: BOUTIER, Jean; DOMINIQUE, Julia. **Passados Recompuestos: campos e canteiros da História**. Trad. Marcella Mortara e Anmaria Skinner. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998, pp. 91-103.

NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogério F. da. (org.) **Nova História em perspectiva: Propostas e desdobramentos**. São Paulo: Cosacnaily, 2011, v. 1.

PERROT, Michele. Dramas e conflitos familiares. IN: **História da Vida Privada**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp.

_____. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**; trad. D. Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. **As mulheres ou os silêncios da história**. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

_____. **História dos quartos**. Trad. Alcida Brant. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos Paulistas**. São Paulo: EDUSP, 1995.

PIERRE-VERNANT, Jean. **O universo, os deuses, os homens**. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

PIMENTA, Tania Salgado. **Entre sangradores e doutores: práticas e formação médica na primeira metade do século XIX**. Cadernos Cedes, Campinas, v. 23, n. 59, pp. 91-102, abril 2003, p. 3. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso: 18 de março de 2011.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENAR, Jocelyne. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 2011.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

PROENÇA, Augusto César. **Pantanal: gente, tradição e história**. Campo Grande, MS: Edição do Autor, 1992.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. **O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1880-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório: etapas da evolução sociocultural**. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François [et al.]. Campinas/SP: Editora UNICAMP, 2007.

RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial Brasil c. 1530- c. 1630**. São Paulo: Alameda, 2009.

RODRIGUES, Marinete A. Z. **Criminalidade e relações de poder em Mato Grosso (1870-1910)**. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2012.

ROLLINS, Judith. Entre femmes. IN: **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 84, septembre, 1990, pp 63-77. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home>
Acesso em: 15 de abril de 2012.

ROUSSEAU, G. S.; PORTER, Roy (orgs) **Submundos do sexo no Iluminismo**. Trad. Talita M. Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

SAMARA, Eni Mesquita. **Família, mulheres e povoamento: São Paulo, século XVII**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

_____. **Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano**. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, Agenor Soares do. **Dicionário de Anglicismo e de palavras inglesas correntes em português**. São Paulo: Campo/Elsevier, 2006. (Camões, Luís de. *Os Lusíadas*: 1572, X, 152). Disponível em: <http://www.teclasap.com.br> Acesso em: 05 de março de 2013.

SANTOS VILHENA. **A Bahia no século XVIII**. Salvador: Itapuã, 1969.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. Pescadores-caçadores-coletores do Pantanal do Mato Grosso do Sul – Região de Corumbá. In: TENÓRIO, Maria Cristina (org.). **Pré-história da terra Brasilis**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. **Dicionário mulheres do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 229-238.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. IN: BURKE, Peter (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1991, pp. 63-96.

SMITH, Bonnie G. **Gênero e história; homens, mulheres e prática histórica**. Trad. Flavia Beatriz Rossler. São Paulo: EDUSC, 2003.

SODRÉ, Nelson, Werneck. **Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.

SOIHET, Rachel. **Mulheres pobres e violência no Brasil urbano**. IN: Priore, Mary Del (org.) **História das mulheres no Brasil**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOREL, Georges **Reflexões sobre a violência**. Trad. de Orlando dos Reis. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

STERNS, Peter N. **Historia das Relações de Gênero**. Trad. Minar Pinsky. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **Historia da Sexualidade**. Trad. Renato Marques, São Paulo: Contexto, 2010,

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia**. Trad. André Villalobos. São Paulo: UNICAMP, 2009.

THEBORN, Goran. **Sexo e poder: a família no mundo 1900-2000**. Trad. Elisabete Dória Bilac. São Paulo: Contexto, 2006.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra**. Trad. Denise Bottmann. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v.1.

THORNHILL, Randy; THORNHILL, Nancy W.; DIZIMO, Gerard A. A biologia do estupro. IN: TOMASELLI, Silvana; PORTER, Roy. **Estupro**. Trad. Alves Calado. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992, pp. 107-124.

VELLASCO, Ivan de Andrade. **As sedução da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais - século XIX**. São Paulo: Edusc, 2004.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888**. São Paulo: Marco Zero, 1993.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: UnB, 2009.

WOLKMER, Antonio Carlos. **História do Direito no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

ANEXOS

Sendo de proceder-se á inquerito policial
 sobre o assassinato praticado na pessoa de
 Augusto Ribeiro de Mendonça na Capella do
 Senhor Bom Jesus do Socurepui que teve
 lugar no mes de Dezembro do anno p. passado,
 o Escrivão deste Juizo depois de autuada esta
 parte mandado de notificação as testemunhas; Sa-
 mente Petronillo de Carvalho Rangel, Manoel
 Yoaquim de Carvalho, Tertuliano José dos San-
 tos e Eduardo, digo, Antonio Dias da Rocha, Lu-
 noccencio Delphinio de Ananias, João Pais Rodri-
 gues e Arcelmo de tal e Maria do Nascimen-
 to, para no dia dois de Agosto p. futuro compa-
 recerem perante este Juizo para depor o que
 souberem relativa mente ao dito assassinato.

Rahis, 31 de Julho de 1888.

O Delegado de Policia

Thalysio J. Garcia.

Certo se flagrante delicto.

Na onze dias do mez de Novembro do
 Anno do Nascimento do Nosso Senhor
 Jesus Christo, n'esta Villa de Santa Cruz
 de Corumbá, presente o Delegado de Po-
 licia Cidreira João Pereira Pêgo e accusa-
 do Eduardo Cellini e o conductor Cabo
 de Esquadra do 2º Batallião d'Artilheria
 a' P. Ramão José Celestino, e o Juiz definiu
 a' este o juramento das Santas Evangelhas
 e lhe encareceu debaixo do mesmo de
 declarar a pouco digro que sabia e pre-
 sentava sobre o facto criminoso pra-
 ticado pelo delinquente: recebido o ju-
 ramento declarou o referido conductor
 o seguinte: que achando-se de patrulha
 em a Rua de Samara passava por
 um becco denominado "Dêes Quente"
 e que alli prendêra em flagrante delicto
 o réo presente por encontrar o
 espionando a' uma mulher paraguaya;
 pelo que no mesmo acto que o inter-
 mou priza a sua ordem que seria
 pouco mais ou menos nove horas da
 manhã o trouxe a presença do Delegado.
 Em seguida compareceu a testemunha
 Francisco Martins, natural do Para-
 guay, morador n'esta villa, de occu-
 pação pedreiro, de idade de vinte annos,
 de estado solteiro, o qual o dito
 Delegado deferiu o juramento das San-
 tas Evangelhas na offima da lei, e lhe
 encareceu de dizer a verdade sobre o
 facto relatado pelo conductor: recebido
 o dito juramento e debaixo d'elle disse
 a testemunha que e' exacto tudo quanto
 expôz o conductor por quanto elle assistiu
 ao successo desde seu principio. - Com-
 compareceu mais Aquilino Gomes natural
 da Companhia, morador n'esta Villa, de
 occupação nativo.

vinde e nos annos de estudo solteiro, ao qual o dito Delegado definiu e juramentou dos Santos Evangelhos na forma da lei; e lhe encarregou de dizer a verdade sobre o facto relatado pelo Conductor, recibido o dito juramento e debaixo d'elle disse a testemunha, ser conforme a declaracao do Conductor, por quanto elle assistiu ao successo.

No mesmo Acto o Delegado fez ao accusado as perguntas seguintes qual o seu estado, idade, occupacao, residencia e tempo d'ella no lugar e se sabe ler ou escrever as quaes respondeu: ser solteiro, de trinta e dois annos, de idade, de occupacao pastoreo residente n'esta villa a tres annos.

Perguntado como se deu o facto por que e accusado e que deu lugar a sua prisao? ao que respondeu que havendo ido a casa de offendida a cobrar um dinheiro que lhe era devido, esta se negou a pagar dizendo-lhe que com o que elle lhe tinha roubado estava sufficientemente pago, e replicando elle que nao o injuriava elle continuou a insultal e lhe cuspiu no rosto pelo que se queixou de que foi tratado com uma mulher e lhe tinha dado lesões.

E visto que do facto criminoso ha indicios bastantes para procedimento offiicial seja o accusado conduzido a prisao e n'ella recolhido na forma da lei; E para cumprir mandou fazer este auto que assigna com o accusado e pessoas referidas.

João Per. Rego
Progo do Cabo Conductor, Corrações
Francisco Martins
Agulino Gomes
E. M. M.

V. P. R. 202

de Sette de agosto de 1864
Amado de Junho de 1864
Certa

Mm.º. Sur. Delegado de Polícia

Dia Maria Candida de Jesus que existe no cas-
torio d'este pino hum processo em que ella Supp.
foi accusada pelo crime de roubo de uma vacca
e a seu marido, em cujo processo i auctor Maria
Joanna Roxa, tendo esse processo terminado
por uma condemnacão de terceiro, cujo termo se
acha lavrado nos mesmos autos; a Supp. acha-se
deigo pido de se o mesmo a da de qualqueq. indenmiza-
ção. Vendo uma vez que aquelle terceiro se obrigou
a tudo, e foi tudo a custo pelo juiz e advogados.
Acontece por em que mudando de psoal a
jurisdicção, foi a Supp. constrançada a satis-
fazer. A condemnacão effectueu-se, pagan-
do a quelle terceiro metade das custas e dar
uma outra vacca, e não a da questão.

As custas foram pagas, mas a vacca foi a
mesma em questão, visto por requisição expor-
tação de mto. não sivez ilegaliz. por ser a pelloa.

Cherem para me nullo
ao processo que trata o presente
recurso, e fin d'este delib.
delib. e qm foz a pnt. Ma Junho
de 1864. L. B. B. B.

Rogo de minha mãe Maria
Candida de Jesus = João Maria

P. a P. se di-
que que o manifestivo exord.
traga ao conhecimento de tto
crim.º. processo, sobre o qua
delib.ará como for
de

Justicia

01.
11
36

Sebastião Garcia Quel

1867
3
Tuto de Corpo de Delito feito no
Cadaver de João Cypriano de Meneses
na officina de Justitia

Atmo digo Por minhas credenciais
de Juiz do anno do Nascimento de
Jesus Senhor Jesus Christo de mil oito
Centos e Cinenta e Sette as depoimentos da ma-
nha morta Villa de Sant Anna do Pa-
ranahyba em o Cartorio de mine Tabel-
lão da Infirmitate e Juiz Municipa Pa-
aquim da Virsisa Climaes Comissario
Curioso de Largo e Caiaes assignado os
Peritos notificados Joao Joze de Castro
e Hedolfo de Faria e Souza, moradores
na Paroquia dos Coscuvieros vizinhos
da fazenda do finado, os quaes foram
juntos a charcos mortos e em torar as
nas afundido da Viara, juntamente com
as testemunhas Bulgoseio Gomes de Sou-
ta e Anna Maria Garcia morado-
res na fazenda do mesmo finado, e Juiz
differio aos marmes puros e juramentos
ao Santo Evangelho de San Matheo
tudo empunharam a sua missao de-
clarando Com Verdade de Caiaes da ma-
no juramento o que tinham visto no
Cadaver de Joao Cypriano de Meneses
e que expozem aos seguintes de qua-
tr= 1º Se houve com effeito a
morte= 2º Qual a sua Causa im medi-
ata= 3º Qual o meio empregado que

15

que aproduzio = 4^a Se a morte for causada
 pelo veneno, incendio ou inundacao =
 5^a Qual a especie do veneno, qual oge-
 nio do incendio ou da inundacao =
 6^a Se era mortal o mal causado =
 7^a Se nao sendo mortal, o mal causa-
 do dehi resultar a morte por falta do
 Cuidado do offendido. 8^a Quanto
 tempo levou a morte = 9^a Quanto
 tempo levou a morte a causa for o sum-
 gesso fendo, por cima da donceira
 da atravessada que descobrio os miolos
 e um outro signal na massam da cara
 que morge o osso, e outro em cima
 do na bexiga que o afundou, e que se pa-
 recia como outra frascada na boca
 que qubra os dentes, e outro de hum
 lado que se cieu a crelha, ao que
 se frascou ser futo com traxa-
 dos. Quanto ao 4^a 5^a Respon-
 dem pela negativa quanto ao 6^a Res-
 pondem q se era mortal, quanto o
 7^a Respondem quanto a Cuidado do
 offendido nao podia haver por ter si-
 do futo no offendido na decarioa im-
 que elle estava deitado em sua ca-
 ma de noite dormindo, visto ha-
 ver no quarto, vertigios de sangue
 em hum delin, no frascado, e pulo
 de hum. Cuias ent. ar de chita qer que
 as duas consciencias de Caino do juramento
 furtados tem afano. E por nada mais
 haver de se por finto o nome de mada

Ornado e de tudo de lavrou aformente auto
que vai por minuscrito e colorido de pulve-
is e arrigados, fulor mermos, furetos e tute-
menthas. Com miga Escrivão José Joaquim
Alamare e Costa que após e examinado. De que
tudo dou fe.

Joaquim del Piviera Sinoy
João José de Castro
Pedro de Faria Sousa
Procurador de Felício Gomes de Faria e Anna Garcia
Manoel Bernardino de Oliveira

Conclusão

Olego no mesmo dia my e como depra fa-
do Conclusão de oformente auto de Corpo de
Delicto as meretorinas José Alencar
fial Joaquim del Piviera Sinoy e Anna
ra e Costa e fura auto tuzoz. E eu José
Joaquim Alamare e Costa Tabulho auto
sino que o univi.

Conclusão

A. para mandado de notificação as tute-
menthas, que julgamem saber do facto para
o dia primeiro de Agosto. Santa Anna
29 de Julho de 1867
Sinoy

1881

Juiz Municipal
da Cidade de Corumbá.

Corpo de delicto e exame.
Exor.^m

Mariana Duarte
Mariana das Neves Duarte

Supr.^{to}
Offen.

Intimação

Amo do Nascimento de Nosso Senhor
Jesus Christa de mil oitocentos e oitenta e um, aos cinco dias do mez de
Agosto, nesta Cidade de Corumbá,
um meu descriptorio foi-me entregue
que por distribuição, a petição do
supplicante devidamente despatchada, ⁵⁰⁰
ra, como adjunto de v.ª; do qual la-
vro apresento semm. Eu, Paulino José
Saara das Neves, verificado que o es-
crevi e assigno.

Paulino José Saara das Neves

Processo-crime – Caixa 150; n.02; 1883 – Comarca de Corumbá.

Poupar-te a vida que Belmiro -
 Francisco de Almeida Tires em casa
 de Manuel Berem da Silva, hoje -
 ás 7 horas da manhã disparou con-
 tra Eufrazia Garcia dous tiros - que
 causou-lhe ferimentos, e tendo eu
 conhecimento do facto fui incon-
 tinente ao lugar do delicto e apre-
 hendi huma garrucho de um canno,
 outra de dous cannos e uma facca-
 cabo de osso - as quaes passo ás mãos de J.ª
 Pess Guar de a.ª.ª.

S.ªm. S.ªm. Joaquin da Silva Borges -
 M. D. Delegado de Policia em exercicio
 do Termo.

S. Anna do Paranaíba, 3 de Setembro de 1889

F

O Inspector de P.ª.ª.

Ilm. Sr. Juiz Municipal em exercício do Term.

N.º 332

N.º 200

Pg. duzentos reis de sello p.º factor es-
tamp.º Vta Anna do de Fev.º de 1886

O Collector

Almeida

Dis Maria Rozenda Duarte, que
mas querendo a continuacao de pro-
cessos alguns pelo crime de Offensas
públicas, quer que Anna de tal, Be-
larmina Carolina da Silveira e Ma-
ria Innocencia das Chagas - fus pu-
tracao na furtiva da S.º, pro-
prio sem seguir a S.º para que
se digam sem dar larras a Comp-
tente termo de dev.º e julga-
por Antonio na forma da Lei.
Nestes termos.

A. como requer.
Sent. Anna do de Fev-
seiro de 1886
Coimbra

I. A. S.º defferimento

C. P. M.º

Nilha de San.º Anna do Pa-
ranalyha do de Fev.º de 1886.

Maria Rozenda Duarte.

H. M. J. Municipal
 Sr. autos. Como regner. Corumbá 18 de Novembro
 de 1876
 A. B. de Castro

Dir. Valeriana Ayala que corren
 por este juizo um processo crime con
 tra Eduardo S. pela offensa fi
 ta na pessoa da Supp. q. da
 mesma offensa das p. do ao
 Supp. requer' at' q. que mande
 levantar termo neste sentido, desis
 tindo a Supp. de todo o procedimento a
 q. q. Ventura tenha direito; assignar
 de tambem o mesmo Supp. termo
 de jamais contender com a Supp.
 pagas as custas pelo Supp.

Dat' do se digne ma
 dar passar o regne
 rido termo

E R. M. de

Corumbá 18 de Novembro de 1876
 Sr. do Juizo da Supp. q. não saber ler
 D. do Juizo da Supp. q. não saber ler

Termo de recurso

Aos dezoito dias do mez de Dezembro
 do anno do nascimento do Exmo Senhor
 Jesus Christo de mil e oitocentos e sessenta
 e deus, nesta Villa de Santa Anna do Pa-
 ranahyba, em o meu cartorio compareceo
 Francisco Anselmo Grillo, com uma pe-
 tição, de Anna Theresa de Jesus, já com
 o dispensa, com o auxilio do Alcaide
 me Juiz Municipal, e sendo ahi em presen-
 cia dos testemuhas Manoel Pereira Dias,
 e Francisco Jorge da Rocha, lavrei o pre-
 sente termo de recurso, em que assigna-
 ipor a ré Francisco Anselmo Grillo jur-
 do com as testemuhas, do que tudo deu
 fe. Eu Manoel Jorge da Rocha Escreva
 que crevi.

Francisco Anselmo Grillo
 Manoel Pereira Dias.
 Manoel Jorge da Rocha

servença interina que se deu.

Quirica.

Título de herdeiros.

Caliga de Casal

Dona et una alzugheira de Freitas Moura e
defuncto. *Salto.*

Perseida casada com Aze Perseida e
Sua de idade de vinte e tres annos.

23 a?

João Salto de idade de vinte e dois annos.

22 a?

Passiana Casada com Jorge de Albreto
de idade de vinte annos.

20 a?

Genorio Salto de idade de dezenove annos.

19 a?

Camilla Salto de idade de dez e oito annos.

18 a?

Francisco Salto de idade de dez e sete annos.

17 a?

Esther Salto de idade de dez e seis annos.

16 a?

Olímpia Salto de idade de dez e cinco annos.

15 a?

Thomaz Salto de idade de dez annos.

10 a?

Carlos Salto de idade de nove annos.

9 a?

Esther Salto de idade de oito annos.

8 a?

Carta de fidei-jussu que interpegi a Leão Albr
Núcia para receber juramento de casar dela
rado do Cyrillo e fidei-jussu de interpegição
de idade de fidei-jussu que para a present
Tercada do Cyrillo e fidei-jussu de interpegição
O Cyrillo e fidei-jussu de interpegição.

Termo de juramento de casar

Elas no mesmo dia nos exames desta
Tercada do Cyrillo e fidei-jussu de interpegição
Santa e Anna de Saranahyba em Casas
de Nossa Senhora do Carmo. Dona et una et
aluga de Freitas Moura de interpegição.

1890	Transporte		17369
1891	Matricula de sus sucesores		240
88.5	1 W. de guarana intenso		060
"	4 G. de vinho de porto	26500	10600
"	2 Par de de manico		2800
"	1 G. de hucome		480
90.2	3/4 de linhaca		160
"	1 Mado de vellos		480
"	1/4 de gumana		2600
17	1 W. de este intenso		060
"	2 " de malle		680
"	1/8 de rubato		480
22	1 Par de manico		80
23	1 M. de fumo		110
1881	1 P. de alg. de hucome de hucome		240
1881	8 " " rubato de hucome	45000	350
"	2 " " " "	24500	50
"	1 Camisa de manico		150
"	1/4 de l. de novillo		160
24	1 Par de de hucome de hucome		80
"	2 P. de alg.		060
"	12 P. de hucome de hucome de hucome		160
"	2 P. de alg. de hucome de hucome de hucome		160
"	30 P. de hucome	4400	120
"	40 " " f. de hucome	4500	50
1891	1 Par de hucome de hucome de hucome		160
12	2 W. de guarana e 2 m. de fumo		480
"	1 G. de hucome		480
28	2 W. de guarana		480
"	1 Mado de vellos		480
1891	2 W. de guarana quebrado		100
8	1 N. de pilulas extractivas		360
1891	1 Par de hucome de hucome de hucome		160

Processo cível – Inventário – Caixa 157; n. 26; 1882 – Comarca de Miranda.

avaliada fultor leuado na quantia
 12000 mil reis que amargem doe.
 Declarou mais ella Inventarian-
 te edes a descrever no presente Inven-
 tario Humma Roda de fiar avaliada
 fultor leuado na quantia de oito
 8000 mil reis que amargem doe. Decla-
 rou mais ella Inventarian- te ter
 humma parte de terras, na fazenda
 do Van na importancia de dezoito
 18000 mil reis, que amargem doe.

Para Semar em ter
 Declarou mais ella Inventarian-
 te edes a descrever no presente In-
 ventario Humm Circulo de no-
 me Vicente e da de de quattr an-
 nos, avaliados dezoito francos e medio
 avaliada fultor leuado na quan-
 tia de duzentos e Cincenta mil reis.
 250000 mil reis que amargem doe. Declarou
 mais ella Inventarian- te edes a
 descrever no presente Inventario
 vinte e Cinco Vacas farridas a-
 avaliada Cada humma fultor leu-
 vado na quantia de quatorze
 mil reis, a quantia de trinta
 e Cincenta mil reis que amargem
 doe. Declarou mais ella
 Inventarian- te edes a descrever
 no presente Inventario Quarenta
 Vacas deottirar avaliada Cada
 humma fultor leuado na quantia

do casal Joaquim José de Sant'Anna e seu
 unico filho Joaquim José de Sant'Anna: tota
 de meação do vivo inventariante R. 2878835
 em quinhão ao herdeiro seu filho. R. 2878835
 Somma e Confere 245752670

Pagamto a meação do vivo inventariante
 de cabida do casal Joaquim José de Sant'Anna
 na da quantia de R. 2878835
 Haçenda.

do valor de uma sesmaria de campos e matto e
 com uma legua de frontada e tres de fundo,
 sita no lugar denominado Santissima
 Trindade municipal d'esta capital
 avaliada ap. s. v. d'este inventario, a quantia
 de seiscentos mil reis que sae a margem 6000000

do valor de uma fidejussão de terras com campos
 de crear e matto, para lavoura, com
 uma legua de frontada e tres de fundo, si-
 ta a margem esquerda do rio Itiquira
 municipal d'esta capital, avaliada ap.
 s. v. d'este inventario, a quantia de seis
 centos mil reis que sae a margem 6000000

do valor do escravo Jacuino, preto com circosenta
 annos de idade, solteiro, africano
 matriculado em 21 de junho de 1873, sob o
 numero 555 da matricula geral d'este
 municipio em 1846 da relação a seguir
 todas casado com a escrava Benedicta
 da herança de Albano Ferreira Velho
 a quantia de seiscentos mil reis com o

qual se sai a margem. 8000000

Novator do escravo Quenino, creulo, com qua-
renta e nove annos de idade, natural
d'esta Provincia, matriculado em 21 de ju-
lho de 1873, sob o numero 5.417 da matricu-
la geral do municipio e 1.046 da relação
apresentada, casado posteriormente
com a escrava Serecira, creula de 25
annos de idade, natural d'esta Pro-
vincia, matriculada sob o numero 5.420
da matricula geral do municipio e 1.046
da relação apresentada, de cujo casam-
ento tiveram quatro filhos ingenuos
de nome: Vincelão, fardo; Cleodas, fru-
ta; Leandron, fruto; Normabi, fruto, den-
do todos estes menores matriculados no
municipio de Corumbá; avaliamos esta
família em doze contos de reis e setenta mil réis. 8000000

Novator do escravo Joazeiro, creulo, com trinta e oito annos de idade, natural de
sta Provincia, matriculado em 21 de julho
de 1873, sob o n.º 5.418 da matricula geral do
municipio e n.º 1.046 da relação apresenta-
da, e solteiro, e o avaliamos em oito cen-
tos mil reis, com que se sai a margem. 8000000

Novator do escravo Alcanol, creulo, com trinta e tres annos de idade, solteiro, natu-
ral d'esta Provincia, matriculado em 21
de julho de 1873 sob o n.º 5.421 da matricu-
la geral do municipio e 1.046 da rela-
ção apresentada, avaliado por oito cen-